UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

NIVEA MUNIZ VIEIRA

O Trabalho Invisibilizado pela Técnica:
o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde

[VERSÃO CORRIGIDA]

São Paulo
2018

NIVEA MUNIZ VIEIRA

O Trabalho Invisibilizado pela Técnica:

o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde

[VERSÃO CORRIGIDA]

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

De acordo:

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V657t Vieira, Nivea Muniz
 O trabalho invisibilizado pela técnica: o
segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do
Rio Verde / Nivea Muniz Vieira ; orientador Júlio
César Suzuki. - São Paulo, 2018.
 434 f.

 Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

 1. Trabalho. 2. Técnica. 3. Cadeia Produtiva. 4.
Circuitos espaciais da produção. 5. Círculos de
cooperação. I. Suzuki, Júlio César, orient. II. Título.

VIEIRA, Nivea Muniz. **O trabalho invisibilizado pela técnica:** o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: 19/12/2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Júlio César Suzuki. Instituição: Universidade de São Paulo.

Julgamento: aprovada. Assinatura: _____

Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde. Instituição: Universidade de São Paulo.

Julgamento: aprovada. Assinatura: _____

Prof. Dr. Elias da Silva. Instituição: Universidade Federal do Tocantins.

Julgamento: aprovada. Assinatura: _____

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves. Instituição: Universidade Estadual de Campinas.

Julgamento: aprovada. Assinatura _____

Prof. Dr. André Eduardo Ribeiro da Silva. Instituição: Instituto Federal de São Paulo.

Julgamento: aprovado. Assinatura: _____

Dedico esta tese:

À Lenice, minha mãe, e à memória do meu pai, Milton.

Aos meus irmãos, Gláucio e Dalton, e a minha avó Maria Francisca. Por todo o apoio e respeito as minhas escolhas.

Dedico ainda aos trabalhadores e a todos que sabem o quão prazeroso e, simultaneamente, duro é escrever uma Tese, sobretudo, quando se estuda e trabalha.

AGRADECIMENTOS

Esta tese tem uma história de dedicação de anos e de diversos enfrentamentos duros e marcantes na minha vida pessoal, que, transformando-me profundamente, tornaram-me mais forte. Está repleta do meu suor, do meu tempo, da minha dedicação. Das minhas certezas e das minhas dúvidas. Entretanto, quem somos nós sem os outros e que sentido e riqueza teria sem a interlocução com outros? Afinal, somos muitos em um só e, simultaneamente, fazemo-nos um por influência e colaboração de muitos. E nesta caminhada, estou certa de que agradecer é mais do que fundamental, entendo como um dos princípios da vida. E sempre que olhamos para o nosso passado e o nosso presente, é possível encontrar motivos e pessoas para agradecer. Gostaria de agradecer a tantas pessoas... mas não espere ver aqui uma lista completa, afinal, ficaria demasiadamente longa. Assim, começo agradecendo a Deus, meu maior companheiro no silêncio das madrugadas de estudo e nos momentos de dúvida e inquietação. A ele, minha gratidão pela vida e pelo acréscimo diário de fé, força e coragem.

Ao meu orientador, Profº Drº Júlio César Suzuki, por ter me recebido na USP. Por todos os ensinamentos e reflexões, que me levaram a pensar e a agir de forma diferente em um exercício diário de crescimento e enfrentamento de limites e medos. Pela compreensão e por todo o apoio no processo de redação da tese, que foi acompanhado de momentos turbulentos e de crises em que tive que me refazer várias vezes para conseguir prosseguir. Sem a sua sensibilidade, teria sido ainda mais difícil continuar. Foi fundamental ver o quanto estava do meu lado para me apoiar no que fosse necessário e viabilizar, além do avançar da tese, o meu bem-estar e a minha integridade. Tenho certeza, que saio muito mais fortalecida e experiente. E fico muito feliz de olhar para trás e ver o quanto aprendemos a lidar um com o outro no alcance harmônico de trocas e aprendizados na Geografia e na vida. Obrigada por estar do meu lado, pelas orientações, pelas palavras de incentivo e pela liberdade que me foi dada no ato de escrever!

Agradeço a minha família por ser o início de tudo. A minha mãe, Lenice, pelo cuidado e pelo companheirismo diários. Tão carinhosa e cuidadosa, rocha na qual sempre pude me firmar. Em nossa criação, sempre se preocupou com os mínimos detalhes, dando total valor à Educação e à importância do estudo, apesar de ser uma pessoa simples e com pouco estudo. Caráter irretocável, até hoje, faz questão de me acompanhar em todas as etapas da minha vida. Pela memória do meu pai, Milton, que, em vida, homem de inteligência destacada, nunca frequentou a academia, mas, desde a infância, motivou-me a estudar, fazendo-me acreditar e enxergar em mim capacidades. A minha avó paterna, Maria Francisca, mulher forte, que, mesmo com seus 100 anos, continua sonhando e planejando, sendo uma inspiração sempre presente. Aos meus irmãos, Gláucio e Dalton, os melhores irmãos que a vida poderia ter me dado. As minhas cunhadas, Vânia e Márcia por fazerem parte de nossa família. Márcia, obrigada por todo o acompanhamento e apoio dados nos dias escuros. Obrigada por ter dedicado parte do seu tempo para me ver bem. As minhas queridas sobrinhas, Letícia, Ana Gabriella e Giovanna. Recebam esta tese como um legado de nossa família!

À Profª Drª. Júlia Adão Bernardes, professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, porque, desde a graduação foi minha mentora e grande incentivadora, apresentando-me o caminho acadêmico como uma alternativa possível e prazerosa, apesar de difícil. E, mesmo quando comecei a trilhar caminhos fora da UFRJ, quando necessário, deu-me suporte nas reflexões acerca da pesquisa, viabilizando, inclusive, a minha participação em trabalhos de campo. Aproveito para agradecer ao NUCLAMB, grupo de pesquisa que participo desde a graduação sob a coordenação da citada. Em especial, agradeço à Simone Oliveira dos Santos, que, sempre disposta a ajudar, colaborou de distintas maneiras. Ao Daniel Macedo L. V. Monteiro por se colocar à disposição. Aos demais colegas, que fiz no NUCLAMB e que me acompanharam na trajetória acadêmica, mesmo que parcialmente: Roberta Carvalho Arruzzo, Luís Ângelo dos S. Aracri, Osni de Luna F. Filho e Marcos Vinícius V. da Costa. É inegável o quanto fazem parte desta história.

O meu agradecimento especial ao Profº Drº. Denizart da Silva Fortuna (UFF), que, participou da minha banca de avaliação no Mestrado e, sempre preocupado com o andamento da tese, não se cansou de se colocar à disposição para ajudar no

que fosse necessário. Igualmente, agradeço ao colega da UFRJ e, hoje, Profº Drº da UERJ (FFP), Vinícius da Silva Seabra, por seus preciosos auxílios no debate e na elaboração dos mapas da tese. Foi fundamental poder contar com a sua experiência e o seu conhecimento. Como não agradecer ao Profº Drº William Ferreira da Silva (UFG-Jataí) com quem a Profª Drª Júlia Adão Bernardes me colocou em contato para esclarecer dúvidas sobre os dados da RAIS quanto às mudanças na forma de coletá-los, além de ter me ouvido e ter refletido comigo sobre a importância da seleção de determinadas variáveis para a pesquisa. Pacientemente, ajudou-me, portanto, a encontrar os melhores caminhos para a coleta dos dados e para a interpretação dos mesmos.

Meu reconhecimento à Profª Drª Maria Mónica Arroyo (PPGH - USP) e à Profª Drª Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS) pelos questionamentos e pelas críticas construtivas no exame de qualificação, contribuindo muito para a etapa final deste trabalho. Assim, também agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa por, gentilmente, me concederem parte do tempo e da experiência que possuem na busca por avançar e apurar a pesquisa.

O meu agradecimento à USP pela preocupação com uma formação de qualidade, ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH) pelos auxílios concedidos para realizar trabalhos de campo e participar de eventos dentro e fora do país. O meu agradecimento especial aos funcionários da secretaria do programa, pessoas, que, trabalhando com seriedade e profissionalismo, sempre me esclareceram e me ajudaram com eficiência e rapidez. Neste sentido, destaco a secretária Rosângela F. Garcéz, que, quando necessário, me orientou pessoalmente ou por telefone de maneira sensível e atenciosa.

Aos meus amigos com destaque para Alexandre Rodrigues e para o Profº Drº Luciano Ximenes Aragão (UERJ - FEBF), cujos porquês são muitos e estarão sempre entre nós, em nossa mente e em nosso coração. Agradeço à Eva Cristina Cardoso de Lima Oliveira, à Maria Cecília Sant'iago Martins e à Anna Maria Barros pelo incentivo e por encontrar em vocês refúgio e os conselhos certos nos momentos de turbulência e de dúvida. Agradeço a Deus por ter colocado vocês em meu caminho.

Ainda ressalto: Michele Miranda de Azevedo e o Prof^o Dr^o Marcelo Werner da Silva (UFF – Campos), amigos de longa data. Agradeço ao Aldenilson dos Santos Vitorino Costa e à Ana Paula Silva Araújo pela amizade, que, em tão pouco tempo, se tornou sólida e importante para mim. Pelo companheirismo, pelas trocas e pela amizade, também agradeço aos amigos, que fiz na USP nas aulas do Doutorado. Vanessa Generoso Paes, que, solidária, sempre que necessário, dividiu o seu quarto no CRUSP comigo em uma relação de confiança e de amizade. Miguel Del Barco pelo carinho, por toda a preocupação e pela companhia até a rodoviária de São Paulo depois das aulas semanais na FFLCH, quando retornava para o Rio de Janeiro. Ao Joaquim Miranda Maloia e à Lúcia Ferreira Lirbório por toda força e apoio diários, além das conversas alegres e renovadoras.

Minha gratidão à Prof^a Mestre Wiliana Mendes dos Santos (IFMT – Lucas do Rio Verde), que me recebeu de braços abertos em Lucas do Rio Verde e contribuiu para a pesquisa de diversas maneiras, passando pela realização de tours pela cidade, pela viabilização de entrevistas e por fotografias utilizadas na tese. Agradeço ao Eduardo Von Dentz por me colocar em contato com seus familiares e, também, moradores de Lucas do Rio Verde: Edson Dentz, Nadia Ester Ohlweiler, Marizete von Dentz e Antônio Sérgio Oliveira Mattos. A todos, a minha gratidão.

Agradeço à prefeitura de Lucas do Rio Verde por abrir as portas, conceder entrevistas e viabilizar o acesso aos dados necessários, mesmo quando já não estava no município. Por outro aspecto, agradeço, especialmente, aos trabalhadores entrevistados pela confiança, disponibilidade e coragem. Sem eles, a pesquisa não teria as especificidades que tem. Foram a base fundamental e o pulsar desta pesquisa, o verdadeiro sentido contido nela. Mesmo sem poder revelar o nome e a face dessas pessoas, ficarão gravadas e serão memorizadas por suas histórias e, por nós, nunca serão esquecidas. Todo o meu agradecimento e o meu respeito!

Agradeço à Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, atual Subsecretária de Ensino do município do Rio de Janeiro, que, por meio de Gisele C. Cordeiro viabilizou as adequações possíveis no que tange a minha atuação na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, auxiliando-me na fase de finalização da Tese. Do mesmo modo, o meu agradecimento se estende à Prof^a Dr^a

Vanilda M. S. Teofilo (UERJ) e ao Profº Drº Gláucio José Marafon (UERJ) pelo apoio e pela compreensão no trabalho no Cederj.

Não posso deixar de agradecer ao José Carlos Gonçalves do Amaral, professor de Geografia do antigo Colégio Walter Barros localizado em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Foi no Ensino Fundamental, que este professor despertou o meu interesse pela Geografia. Em suas aulas, debates eram abertos com espaços para reflexões e questionamentos sobre a política, a economia, a desigualdade, a sociedade e a nossa posição e papel dentro dela. Como já tive a oportunidade de dizer para ele: foi ali que decidi fazer Geografia.

Em suma, os agradecimentos vão para todas as pessoas que me ajudaram das mais diversas formas ao longo da jornada de redação da tese, mesmo que com uma simples palavra de ânimo. A todos que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta tese e aos amigos próximos ou distantes, que sempre torceram por mim.

Muito obrigada a todos. Jamais esquecerei! Com carinho e gratidão.

RESUMO

VIEIRA, Nivea Muniz. **O trabalho invisibilizado pela técnica**: o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde. 2018. 434f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Lucas do Rio Verde é um dos municípios que sediam a cadeia carne/grãos da BR-163, uma das principais vias de escoamento da produção de soja em Mato Grosso. A partir dos anos 2000 com a entrada da BRF no município, agricultura e indústria uniram-se fortemente em um processo produtivo, que verticalizou e diversificou a produção. Com um modelo técnico produtivo fundamentado em técnica, ciência e informação, empresas de porte foram atraídas pelas possibilidades de novas escalas de produção e proximidade de matérias-primas. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o trabalho formal e sua precarização no setor de abate e frigoríficos do segmento avícola da cadeia produtiva carne/grãos na busca por entendê-la no seu funcionamento no Brasil a partir do caso de Lucas do Rio Verde nos anos 2000. As mudanças no trabalho foram articuladas ao nível técnico em um contexto em que se instituíram incrementos de processos migratórios e novas relações de trabalho. Na investigação, as principais fontes de dados foram IBGE, RAIS e dados de trabalhos de campo com destaque para as entrevistas realizadas com trabalhadores da BRF. Trabalho, técnica e espaço foram conceitos essenciais para a análise em um contexto em que a avaliação dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação assumiu fundamental importância. Para isto, embasados, sobretudo, em Milton Santos, utilizamos autores como Júlia Adão Bernardes, Ricardo Castillo, Ricardo Antunes, André Gorz, Richard Sennett e Guy Standing. As reorganizações espaciais alteraram significativamente a vida na cidade, trazendo benefícios e prejuízos aos trabalhadores migrantes advindos do Nordeste ou do Norte, que, em geral, atuam como operadores de produção da BRF, compondo a massa empregada no setor. Em seus movimentos repetitivos e rápidos, trabalham como máquinas, que precisam alcançar altos níveis de produtividade em curto tempo. Uma busca pelo lucro que, na maioria das vezes, acaba por ignorar e invisibilizar o trabalho e o trabalhador em sua humanidade. Ainda assim, estratégias de organização, resistência e luta têm sido instauradas pelo estabelecimento de contra-racionalidades capazes de garantir a sobrevivência mínima dos trabalhadores. Entretanto, em um quadro de resistência diária, as estratégias do Capital, mais rápidas e poderosas, sobrepujam-se aos trabalhadores. Os trabalhadores, na maioria das vezes, ainda perdem mais do que ganham, mas prosseguem em uma atuação quase invisível de resistência em uma complexa teia de relações, na qual vivem sentimentos opostos, que vão desde o encontro de um “eldorado” às agruras diárias do trabalho e da vida em um “não-lugar”.

Palavras-chave: Trabalho, Técnica, Cadeia produtiva, Circuitos espaciais da produção, Círculos de cooperação.

ABSTRACT

VIEIRA, Nivea Muniz. **The work underlying the technique:** the poultry segment of the meat/grain chain in Lucas do Rio Verde. 2018. 434f. Thesis (PhD) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Lucas do Rio Verde is one of the municipalities that hosts the meat/grain chain of the Brazilian federal highway (BRF) BR-163, one of the main flow routes of the soybean production of Mato Grosso state (Brazil). Since the arrival of the BRF at the municipality, industry and agriculture got strongly together in a productive process that verticalized and diversified the production. With a technical-productive model based on technic, science and information, large companies were attracted to the region because of the proximity to the raw materials and therefore the possibility to scale up the production. The main goal of the present thesis is to analyze the formal work and its precariousness regarding the poultry slaughterhouses and processing facilities at the actual productive chain in an attempt to understand how it works, as well as to link the changes in work to the implemented technical-productive standard, also to the spatial reorganizations at the municipality of Lucas do Rio Verde since the year 2000. Those changes were articulated at the technical level that induced migration and new labor relationships. The main data for the present research were obtained from institutional sources (IBGE and RAIS) and field work, highlighting the interviews with workers of the BRF. Work, techniques and space were essential concepts to the analyses in a relevant context of evaluation of the spatial circuits of production and the cooperation circles. Hence, the investigation has a background on authors, such as Milton Santos, Júlia Adão Bernardes, Ricardo Castillo, Ricardo Antunes, André Gorz, Richard Sennett and Guy Standing. The spatial reorganizations altered significantly the life in the municipality, bringing benefits and losses to the immigrant workers from Northeastern or Northern of Brazil, that are the main labor force of the BRF, composing the employed class in this sector. They work as machines doing fast and repetitive movements to reach high productivity in short time. The search for profit mostly underlies the work and the workers in their humanity. Nevertheless, strategies of organization, resistance and fight have been initiated through the establishment of counter-rationalities that guarantee the minimal survival of the workers. However, the strong and fast strategies of Capital outweigh a daily framework of struggle. Most of the time, the workers lose more than win but move forward in an almost invisible resistance in a complex network which prompt to opposing feelings, from the “El Dorado” to the daily roughness of the work and life in a place they do not belong.

Keywords: Work, Technique, Productivity chain, Spatial circuits of production, Cooperation circles.

RESUMEN

VIEIRA, Nivea Muniz. **El trabajo invisibilizado por la técnica:** el segmento avícola y la cadena de producción carne/granos en Lucas do Rio Verde. 2018. 434f. **Tesis (Doctorado)** – Facultad de Filosofía, Letras e Ciencias Humanas. Universidad de São Paulo, São Paulo, 2018.

Lucas do Rio Verde es uno de los municipios donde se encuentra la sede de la cadena de producción cárnica y de cereales de la carretera federal (BRF) BR-163, una de las principales vías de salida de la producción de soja en la provincia de Mato Grosso (Brasil). El ingreso de la BRF en el municipio ha permitido una enérgica integración de los sectores agrícolas e industriales en un proceso productivo conjunto, propiciando una escalonada verticalización y diversificación de la producción. A través del uso de un modelo técnico-productivo fundamentado en la técnica, la ciencia y la información, empresas de gran tamaño han ido progresivamente instalándose en el municipio debido a la proximidad de la materia prima y a las posibilidades que ello implica para la producción de insumos a gran escala. El objetivo general de esta tesis es el de analizar el trabajo formal y la actual precarización del sector del sacrificio y almacenaje avícola que actualmente tiene lugar dentro en la cadena productiva de soja, buscando también comprender su funcionamiento. De manera paralela, esta tesis también pretende asociar los cambios que han tenido lugar en el ámbito laboral – a nivel técnico-productivo – con las diferentes reorganizaciones espaciales dentro del municipio Lucas do Rio Verde desde el año 2000. Estos cambios pueden articularse a nivel técnico dentro de un contexto de migración de personas y la creación de nuevas relaciones de trabajo. Para esta investigación, los datos han sido obtenidos a través de fuentes institucionales (IBGE y RAIS) y el trabajo de campo, con especial énfasis en entrevistas realizadas con trabajadores de la BRF. Las nociones de trabajo, técnica y espacio fueron conceptos esenciales para el análisis de los circuitos espaciales de producción y los círculos de cooperación. Por ese motivo, el análisis propuesto se centra principalmente en autores como Milton Santos, Júlia Adão Bernardes, Ricardo Castillo, Ricardo Antunes, André Gorz, Richard Sennett y Guy Standing. Los resultados de la tesis describen de qué manera las reorganizaciones espaciales han producido un cambio significativo en la vida del municipio de Lucas do Rio Verde, lo que se traduce en beneficios y prejuicios para aquellos trabajadores que vinieron del Norte y Nordeste de Brasil y que, en general, trabajan en la sección productiva de la BRF, llegando a componer el grueso del personal empleado en el sector. Su trabajo sigue una estructura de cadena productiva, caracterizada por movimientos secuenciales y repetitivos con el fin de obtener altos niveles de productividad dentro de un corto plazo temporal. Esta búsqueda de la maximización de la producción termina por invisibilizar el trabajo y el trabajador en su humanidad. Ante estas vicisitudes, los propios trabajadores han establecido diferentes estrategias de organización, resistencia y lucha con la finalidad de garantizar su supervivencia. Por otro lado, las expeditivas y agresivas estrategias del Capital dificultan la resistencia diaria. En muchas ocasiones, los trabajadores terminan siendo los mayores perjudicados, pero siguen actuando en la sombra desde una posición de resistencia dentro de una compleja red de relaciones. Esto implica que en ocasiones experimenten sentimientos contradictorios que van desde la búsqueda de “El

Dorado” hasta las aflicciones con respecto al trabajo y el hecho de llevar la vida en un lugar a que no pertenecen.

Palabras-chave: Trabajo, Técnica, Cadena productiva, Circuitos espaciales de la producción, Círculos de cooperación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta Baixa da BRF, 2008	106
Figura 2 – Fluxograma das grandes fases do segmento avícola	119
Figura 3 – Fluxograma da cadeia produtiva da carne de frango	121
Figura 4 – Esteiras de produção e trabalhadores	162
Figuras 5, 6 e 7 – Frangos na correia transportadora	163
Figuras 8 e 9 – Outras fases do processo produtivo no segmento avícola	164
Figuras 10, 11, 12 e 13 – Empacotamento e empilhamento	165
Figura 14 – Trabalhadores em uma das esteiras de produção	290
Figura 15 – Trabalhadores na produção de aves	291
Figura 16 – Grande quantidade de aves desossadas e trabalhadores ao fundo ...	291
Figura 17 – Visão aérea da cidade de Lucas do Rio Verde	306
Figuras 18 e 19 – Os Trabalhadores, as Máquinas e os Frangos	366

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vista aérea da PCH Canoa Quebrada	98
Fotografia 2 – Vertedouro da PCH Canoa Quebrada	99
Fotografia 3 – Fábrica da Amaggi em Lucas do Rio Verde, 2009	100
Fotografia 4 – Primeira Carga de soja na Fábrica da Amaggi, 2008	100
Fotografia 5 – Cb Agrícola, 2017	101
Fotografia 6 – Mercado Agrícola, 2017	102
Fotografia 7 – Agriterra, 2017	102
Fotografia 8 – Inquima, 2017	103
Fotografia 9 – Sicred (Instituição financeira cooperativa), 2017	103
Fotografia 10 – Bancos Santander e Itaú, 2017	104
Fotografia 11 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) de Lucas do Rio Verde	104
Fotografia 12 – Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde, 2016	105
Fotografia 13 – Laboratório de Pesquisa da Faculdade La Salle, 2016	105
Fotografia 14 – BRF, 2017	107
Fotografia 15 – Silos de armazenagem da BRF, 2008	107
Fotografia 16 – Fábrica de ração da BRF, 2008	108
Fotografia 17 – Esmagadora AMAGGI e BRF localizadas uma ao lado da outra, 2010	108
Fotografia 18 – Visão geral do bairro Tessele Júnior, 2016	251
Fotografia 19 – Casas do bairro Tessele Júnior, 2016	251
Fotografia 20 – Área dos fundos de casas do bairro Tessele Júnior, 2016	252
Fotografias 21 e 22 – Entrada e saída de trabalhadores na troca de turno, 2010	256

Fotografia 23 – Padrão habitacional: frente da casa do trabalhador entrevistado, 2016	261
Fotografia 24 – Rede na frente de uma casa do bairro Tessele Júnior, 2016	273
Fotografia 25 – Presença de redes em casas do bairro Tessele Júnior, 2016	273
Fotografia 26 – Quantidade de motos no estacionamento da BRF, 2010	274
Fotografia 27 – Carros e motos no estacionamento da BRF, 2010	275
Fotografia 28 – Prefeitura da cidade de Lucas do Rio Verde: Paço Municipal	304
Fotografia 29 – Avenida Mato Grosso vista de cima	304
Fotografia 30 – Avenida Mato Grosso: Centro de Lucas do Rio Verde	305
Fotografia 31 – Casa luxuosa à venda em Lucas do Rio Verde	305
Fotografia 32 – Escola Municipal Cecília Meireles	311
Fotografia 33 – Interior da Escola Municipal Cecília Meireles. Ao fundo, silos de armazenagem de grãos, 2016	312
Fotografia 34 – Escola Municipal Olavo Bilac	312
Fotografia 35 – Piscina da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016	313
Fotografia 36 – Sala de Música da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016	313
Fotografia 37 – Biblioteca da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016	314
Fotografia 38 – Banheiro da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016	314
Fotografia 39 – Quadra da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016	315
Fotografia 40 – Escola Estadual Dom Bosco	315
Fotografia 41 – CEJA José de Alencar, 2016	317
Fotografia 42 – Lateral do CEJA José de Alencar, 2016	317
Fotografia 43 – Programa da Saúde da Família: PSF X Cerrado	321
Fotografia 44 – Construções em Lucas do Rio Verde, 2010	322
Fotografia 45 – Verticalização em construções de Lucas do Rio Verde	322
Fotografia 46 – Condomínios fechados e Verticalização em Lucas do Rio Verde – Residencial Dona Zulmira, 2010	323

Fotografia 47 – Condomínios fechados e Verticalização em Lucas do Rio Verde, 2010	324
Fotografia 48 – Empresas e fixos: ADM, 2010	324
Fotografia 49 – Uma das praças de Lucas do Rio Verde, 2016.....	325
Fotografia 50 – Terminal Rodoviário de Lucas do Rio Verde	326
Fotografia 51 – Aeroporto Bom Futuro - Lucas do Rio Verde	326
Fotografia 52 – Nilfo Wandscheer	341
Fotografia 53 – Trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde em estado de greve	346
Fotografia 54 – Padrão habitacional e condições de moradia: interior de uma casa do bairro Tessele Júnior, 2013	349
Fotografia 55 – Padrão habitacional e condições de moradia: cozinha da casa de um trabalhador no bairro Tessele Júnior, 2013	350
Fotografia 56 – Padrão habitacional e condições de moradia: banheiro da casa de um trabalhador no bairro Tessele Júnior, 2013	350
Fotografia 57 – BRF de Lucas do Rio Verde recrutando trabalhadores da região de Jacobina por meio do SINE (BA)	352
Fotografia 58 – Acolhida Bom Samaritano	357
Fotografia 59 – Exterior de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016.....	358
Fotografia 60 – Cozinha e área improvisada de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016	358
Fotografia 61 – Quarto de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016	359

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Evolução da Produção de soja no mundo em milhões de toneladas segundo os maiores produtores (2010/11-2017/18)	66
Gráfico 2 – Quantidade Produzida (kg) no total de grãos (soja e milho) em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	84
Gráfico 3 – Área Plantada (ha) no total de grãos (soja e milho) em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	84
Gráfico 4 – Rendimento Médio (Kg/ha) no total de grãos (soja e milho) em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	85
Quadro 1 – Ranking dos Associados da ABPA de Exportação de Carne de Frango (2015 e 2016)	129
Gráfico 5 – Produção Mundial de Carnes 2007 (%)	133
Gráfico 6 – Produção Mundial de Carnes 2017 (%)	133
Gráfico 7 – Produção de carne bovina, suína e de aves no Brasil (2000-2024)	136
Gráfico 8 – Efetivo do rebanho de Aves por cabeças em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	147
Gráfico 9 – População de Lucas do Rio Verde por ano (2000-2016)	175
Gráfico 10 – População de Lucas do Rio Verde por região de origem (2000 e 2010)	182
Gráfico 11 – Pessoas que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência em Lucas do Rio Verde em percentual por tempo de residência (2010)	187
Gráfico 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em Lucas do Rio Verde segundo a condição de atividade na semana de referência por ano (2000 e 2010)	194
Gráfico 13 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas residentes em Lucas do Rio Verde por sexo (2000 e 2010)	196

Gráfico 14 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade não economicamente ativas residentes em Lucas do Rio Verde por sexo (2000 e 2010)	197
Gráfico 15 – Trabalhadores nos grandes setores da economia em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	209
Gráfico 16 – Número de Trabalhadores com carteira assinada em Lucas do Rio Verde na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por ano (2006, 2010 e 2015)	220
Gráfico 17 – Admitidos e Desligados na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde pelo ano da movimentação nas declarações dentro do prazo (2007-2017*)	227
Gráfico 18 – Percentual (%) dos Tipos de Admissão na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por total de anos declarados (2007-2017*)	228
Gráfico 19 – Percentual (%) dos Tipos de Desligamento na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por total de anos declarados (2007-2017*)	229
Gráfico 20 – Sexo dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	232
Gráfico 21 – Variação (%) no Sexo dos Trabalhadores com carteira assinada empregados no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde (2006/2015)	233
Gráfico 22 – Faixa Etária dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	234
Gráfico 23 – Vínculo empregatício dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	237
Gráfico 24 – Sexo dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e do Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por Rendimento Médio Mensal (SM) em Lucas do Rio Verde (2015)*	247

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção, Comércio e Consumo Mundial anual em milhões de toneladas por tipo de carne (2015-2017)	135
Tabela 2 – Produção e consumo de aves* no total mundial e por países selecionados em milhões de toneladas (2001, 2016 e 2026)	138
Tabela 3 – Efetivo do rebanho de Bovinos, Suínos e Aves por cabeça por Brasil, Região Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia carne/grãos (2015)	144
Tabela 4 – Efetivo do rebanho de aves* por cabeça no Brasil, na Região Centro-Oeste, em Mato Grosso e nos Municípios-sede da cadeia carne/grãos por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	146
Tabela 5 – População residente por Brasil, região Centro-oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)	172
Tabela 6 – População sob a situação e localização por municípios-sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2000 e 2010)	173
Tabela 7 – População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto e percentual por grupos de idade (2000 e 2010)	177
Tabela 8 – População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto e percentual por sexo (2000 e 2010)	178
Tabela 9 – Sexo da População de Lucas do Rio Verde por grupo de idade (2010).	179
Tabela 10 – População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto, percentual e variação por região de nascimento (2000 e 2010)	181
Tabela 11 – Pessoas de 60 anos ou mais de idade residentes em Lucas do Rio Verde segundo a condição de atividade na semana de referência por sexo (2000 e 2010)	195
Tabela 12 – Valor do Rendimento nominal médio mensal e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento residentes em Lucas do Rio Verde segundo o sexo pela condição de atividade na semana de referência (2010)	198

Tabela 13 – População residente e Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia por Brasil, região Centro-oeste, Mato Grosso e municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)	200
Tabela 14 – População residente e Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia por municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)	202
Tabela 15 – População residente e Trabalhadores nos grandes setores em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	204
Tabela 16 – População residente de 16 anos ou mais e Trabalhadores nos grandes setores em Lucas do Rio Verde por ano (2000 e 2010)	206
Tabela 17 – Trabalhadores nos grandes setores da economia em Lucas do Rio Verde segundo percentual e variação por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)	210
Tabela 18 – Número de Trabalhadores com carteira assinada segundo o ano na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por Brasil, região Centro-oeste, Mato Grosso e municípios-sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2006, 2010 e 2015)	219
Tabela 19 – Nacionalidade dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	221
Tabela 20 – Tamanho dos estabelecimentos na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por número de empregados (2007, 2010 e 2015)	224
Tabela 21 – Admitidos e Desligados na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde pelo ano da movimentação nas declarações dentro do prazo (2007-2017*)	225
Tabela 22 – Faixa Horária Contratada dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	239
Tabela 23 – Escolaridade dos Trabalhadores com carteira assinada na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	241
Tabela 24 – Rendimento Médio Mensal (SM) dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)	244
Tabela 25 – Rendimento Médio Mensal (SM) dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e do Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por Escolaridade em Lucas do Rio Verde (2015)	246

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de Estudo: localização do município de Lucas do Rio Verde na BR-163 mato-grossense	33
Mapa 2 – Produção de soja por Unidade Federativa (2015)	67
Mapa 3 – Produção de milho por Unidade Federativa (2015)	68
Mapa 4 – Nova rota de escoamento da produção de soja na Área de Influência da BR-163	96
Mapa 5 – Rebanho e Abate de aves por Unidade Federativa Brasileira (2015)	140
Mapa 6 – Produção de Soja e de Milho por Unidade Federativa Brasileira (2015)	142
Mapa 7 – Imigração para Lucas do Rio Verde por estado (2010)	184

LISTA DE SIGLAS

ABEF – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal

AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRF – Brasil Foods

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDIAL – Centro de Divulgação do Islã para América Latina

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (ESALQ/USP)

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNM – Confederação Nacional de Municípios

CNTA - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e Afins – CNTA Afins

CTGs – Centros de Tradição Gaúcha

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

FAO – Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FIESP – Federação das Indústrias do estado de São Paulo

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IB-USP – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPHAN – Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional

MPT- PR – Ministério Público do Trabalho – Paraná

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAM – Produção Agrícola Municipal

PASE – Programa de Assistência Social Educacional (Faculdade La Salle)

PLE – Participação nos Lucros da Empresa

PROHAB – Programa Habitacional da Companhia

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RBA – Rede Brasil Atual

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Macro e Pequenas Empresas

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SINTRALVE – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de Carnes e Derivados da alimentação e afins de Lucas do Rio Verde – MT.

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

STRLRV – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde

STTR de Lucas do Rio Verde – Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde

TNI – Transnacional Institute

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1. A CADEIA CARNE/GRÃOS DA BR-163 MATO-GROSSENSE	43
1.1. A colonização do Centro-Oeste e a agricultura moderna em Mato Grosso ...	44
1.2. A chegada da cadeia de carnes	65
1.3. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da cadeia carne/grãos	90
1.4. Caracterização da cadeia produtiva	115
1.5. O segmento avícola no contexto da produção de carnes em distintas escalas	131
CAPÍTULO 2. O TRABALHO NA CADEIA CARNE/GRÃOS DE LUCAS DO RIO VERDE	149
2.1. Mudanças técnicas no setor avícola e mutações no trabalho	151
2.2. Formação do mercado de trabalho	168
2.2.1. Dinâmica demográfica atual	171
2.2.2. Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia	192
2.3. Trabalhadores com carteira assinada no segmento avícola	214
2.3.1. Número de trabalhadores e rotatividade	216
2.3.2. O perfil do trabalhador	230
2.4. O trabalho e a vida segundo os trabalhadores	249
2.5. Condições e relações de trabalho	284
CAPÍTULO 3. ARTICULAÇÕES ENTRE TRABALHO, TÉCNICA E ESPAÇO	299
3.1. Mudanças na organização do espaço	300
3.2. Organização, resistência e conflito	333
3.3. Relações entre trabalho, técnica e espaço	361
CONSIDERAÇÕES FINAIS	378

REFERÊNCIAS	390
APÊNDICE A – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – BRF de Lucas do Rio Verde	422
APÊNDICE B – Questionário	423
APÊNDICE C – Principais perguntas e respostas no âmbito das entrevistas realizadas com os trabalhadores da BRF (2016)	426
APÊNDICE D – SINE: Painel de Vagas Geral	431
APÊNDICE E – SINE: Formulário para Cadastro de Vagas	432
APÊNDICE F – SINE: Formulário de Cadastro de Empregador	433
APÊNDICE G – Mapa Urbano de Lucas do Rio Verde	434

INTRODUÇÃO

Observou-se no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo uma crise no mundo do trabalho, cujos fenômenos se expressaram na intensificação da precarização das relações e condições de trabalho em diferentes escalas e setores de produção. Nesse sentido, as últimas décadas do século XX e o início do século XXI foram marcados por intensas mudanças nas formas de reprodução do capital, que implicaram em significativas transformações no mundo do trabalho. O contexto evidenciou a importância da análise do trabalho na atual fase do modo de produção capitalista, considerando-se os avanços técnicos dos últimos anos e seus contextos espaciais, onde a modernização tecnológica constituiu um instrumento de seleção dos espaços e dos novos perfis de trabalhadores.

No campo, o agronegócio, associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, realizou estratégias econômicas de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob iniciativas privadas articuladas ao patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012). Houve a abertura dos mercados e a mudança do perfil de atuação do Estado, que passou a privilegiar cada vez mais as demandas do capital, agindo em sintonia com os interesses majoritários da produção econômica. Segundo o autor, os acordos se organizaram e se desorganizaram no interior do Estado, estabelecendo projetos hegemônicos de acumulação de capital na economia do agronegócio. Evidenciou-se a geração de uma série de problemáticas espaciais, que colocaram a questão do trabalho no campo em novos termos sociais.

Dentre movimentos de estruturação, desestruturação e reestruturação, da segunda metade do século XX ao século XXI, a agricultura brasileira passou por três períodos bem definidos por Delgado (2012). O primeiro correspondeu à modernização conservadora do período militar; o segundo se referiu à crise de 1999 cujo marco é a transição neoliberal e o terceiro à reestruturação da economia do agronegócio nos anos 2000. Tendo em vista a crise brasileira atual e as diversas mudanças em termos de visão e atuação sócio-político-econômica, arriscamos apontar para a configuração de um novo período da agricultura brasileira, o que, de

certo, é cedo para concluir, uma vez que o processo está em pleno andamento, levando a continuidades e mudanças¹.

O autor afirmou, ainda, que a nova articulação dada nos anos 2000 sob a denominação de economia do agronegócio, esboçou semelhanças² e diferenças em relação à estratégia de acumulação de capital do período militar. As diferenças em relação ao período militar pautaram-se principalmente no caráter político desse pacto do agronegócio construído agora sob as condições de ordem democrática, com sustentação parlamentar, forte adesão de todos os governos federais desde 1999, ainda que à margem do princípio constitucional da função social da propriedade fundiária. Outro ponto foi o caráter primário exportador dessa estratégia, algo diverso daquilo que ocorrera no período 1965-1985, quando a modernização agrícola se encaixava nas estratégias de industrialização planejadas pelos governos militares (DELGADO, 2012).

A conjuntura econômica em que se situa uma economia rural desse tipo torna-a ainda mais dependente de relações a crédito que outras atividades ou setores de produção com processos contínuos e o papel da política bancária é ressaltado. O Estado passou a ter importância fundamental para a definição do nível e da composição da produção em curto prazo. Pode-se dizer que é por meio dessa política bancária definida, no caso brasileiro, pelo Estado, que se realizou uma forma peculiar de formação de expectativas sobre a demanda efetiva, agropecuária (DELGADO, 2012).

Sob a conjuntura explicitada, a produção de soja sofreu um grande aumento em todo o mundo nas últimas décadas. O incremento foi provocado pelo crescimento mundial no consumo de carne e pelo acréscimo progressivo da participação da soja nas rações animais, especialmente, na Europa e na Ásia, fator destacado pelo crescimento populacional e pela emergência econômica de países como a China, que de exportadora, passou a maior importadora de soja. Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina destacaram-se na produção mundial dessa

¹ Até o momento, a principal continuidade é a permanência praticamente intocada da estrutura agrária, não obstante mudanças importantes nos períodos jurídicos do direito de propriedade territorial rural (função social). Por outro aspecto, significativas são as alterações na relação dos complexos agroindustriais e da propriedade territorial mediante as estratégias de industrialização (DELGADO, 2012).

² As semelhanças são notórias na rearticulação do sistema de crédito público (SNCR), na virada do ciclo da valorização fundiária e na forte presença das cadeias agroindustriais no comércio externo de *commodities*, rearranjando a parte mais importante da relação externa do conjunto da economia brasileira a partir da primeira metade da década de 2000 (DELGADO, 2012).

commodity, valendo ressaltar que a maior parte de sua produção na América do Sul é exportada, principalmente para a Europa e para a China.

No Brasil, as macrorregiões Sul e Sudeste mantiveram sua tradicional importância na produção brasileira de grãos e de carnes, contudo, empresas agroindustriais têm se deslocado do Sul do país para o Centro-Oeste, construindo plantas monumentais e alcançando escalas produtivas ainda não vistas em termos de cadeia carne/grãos, sobretudo, em Mato Grosso. O agronegócio apresentou-se como a atividade mais representativa da economia do estado e baseia-se cada vez mais no plantio de grãos em grandes extensões de terra e na criação de animais.

A expansão da agricultura moderna no cerrado, especialmente, nos municípios no eixo da BR-163 mato-grossense, constituiu uma significativa fronteira do capital até os anos 2000. Nos últimos anos, os novos *fronts* foram sendo constituídos pela cadeia de carnes, aproveitando a existência abundante dos grãos. Sob um contexto mais particular, o ano 2000 marcou a eclosão de uma crise no modelo de produção agrícola do cerrado mato-grossense embasado na monocultura da soja.

Distantes dos grandes centros consumidores para colocar o produto no mercado de forma a competir, a diversificação e a integração de atividades passaram a ser essenciais. A diversificação vem sendo incrementada, principalmente, em alguns dos municípios sob influência da BR-163 mato-grossense. Houve a implementação da cadeia carne/grãos, caracterizando-se por uma significativa reorganização de suas atividades ao enfatizar, em distintas escalas, a coerência e a sinergia entre empresas, a inter-relação entre agentes produtivos, capitais e incentivos estatais.

A crise recaiu sobre os produtores e empresas agrícolas ao serem afetados pelas mudanças nos preços do mercado internacional devido à queda no preço das *commodities*, como também em função do aumento dos preços dos insumos como sementes, fertilizantes e herbicidas e da elevação dos valores das máquinas agrícolas. Foi provocada por fatores que afetaram a estrutura de custos e a rentabilidade dos produtores como entraves infraestruturais no que se refere aos transportes até pela distância dos principais portos de exportação. Segundo Bernardes (2008), a crise também se vinculou às alterações do preço das

commodities no mercado internacional, limites de um modelo técnico-produtivo assentado em um único produto, refém das flutuações do mercado internacional.

A diversificação apontada correspondeu à instalação de cadeias agroindustriais em sistemas de suínos, bovinos e de aves, aproveitando a grande produção de grãos da região. Em âmbito nacional, cadeias agroindustriais cresceram substancialmente à frente do conjunto da economia e o fizeram graças à inserção que vêm realizando sob as condições externas e de economia política interna. Essa cadeia produtiva foi estabelecida por um conjunto de etapas consecutivas ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação até a constituição do produto final e sua colocação no mercado. Uma sucessão de operações ou de estágios técnicos de produção e distribuição integradas realizadas por diversas unidades interligadas como uma corrente, desde a extração e o manuseio da matéria-prima até a distribuição do produto, tendo em cada fase do processo produtivo uma demanda específica por trabalho (VIEIRA, 2009).

A cadeia carne/grãos envolveu a revolução genética na produção de frangos, suínos e bovinos, traduzidos em tecnologias de ponta que produziram impactos no campo e na cidade, instituindo novas relações de trabalho. A partir do esgotamento do velho, surgiu um novo modelo mais adequado às atuais necessidades de acumulação do capital, que implicou em novas técnicas e em nova escala de produção, só encontradas no cerrado (BERNARDES, 2010). É a verticalização da produção em que cadeias incorporaram tecnologias com vistas a atender segmentos de consumo mais exigentes com a utilização de técnicas ainda mais apuradas, o que ocorreu a partir de transformações no trabalho com a reprodução de uma organização espacial particular.

A cadeia em questão tem sido incrementada, sobretudo, em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios localizados na BR-163 mato-grossense. A BR-163, que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA), é uma das principais vias de escoamento da produção de soja do Brasil. Faz parte da área produtora de soja mais antiga da região, onde a atividade se encontra mais consolidada e o processo de concentração tem sido crescente, constituindo um espaço exclusivo de certas atividades e relações.

O setor avícola se destacou nessa cadeia produtiva e, responsável por parte do agronegócio brasileiro, tem importante contribuição no PIB brasileiro. Com a força

da cadeia produtiva de carnes, o Brasil alcançou grande importância como provedor do mercado mundial, sendo responsável por significativa parcela da produção mundial de frango. Para isso, nos últimos anos, com o objetivo de aumentar a produtividade, a implantação de tecnologias é cada vez mais necessária.

A automação e a adoção de novos equipamentos têm colaborado para que a atividade obtenha elevados coeficientes de produção. O avanço tecnológico de uso prático e viável para o produtor é, certamente, um passo a frente na melhoria da competitividade do frango brasileiro diante dos demais concorrentes mundiais. A cadeia produtiva brasileira evoluiu com base na tecnologia de produção, o que, elevou a produção à custa da degradação do trabalho. Nos abatedouros e frigoríficos, o trabalhador, responsável por diferentes tarefas, passou a executar inúmeros movimentos repetitivos, que, sob pressão, realizam no menor espaço de tempo ao buscar uma produtividade, que chega a níveis de exigência desumanos. É a intensificação da precarização do trabalho, impactando a saúde e a vida dos trabalhadores.

Em linhas gerais, para nós, a precarização do trabalho está ligada à natureza do trabalho e/ou ao seu processo de desenvolvimento, isto é, às condições de trabalho as quais o trabalhador é submetido. Vemos a precarização como uma tendência no contexto da atual crise do trabalho, onde, perceptíveis ou mais subjetivas, formas de resistência estão presentes. Ademais, assim como as resistências são subjetivas, os distintos tipos de precarização também o podem ser. O que chamamos de trabalho precarizado pode assumir diferentes roupagens. Para nós, um trabalho precário é aquele que, priorizando apenas o capital (lucro), deixa o trabalhador em segundo plano no que tange as suas necessidades enquanto ser humano.

A política monetária do Estado brasileiro compreende a um enorme poder de determinação da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutaram de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de

monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferiram-lhes margens de lucratividade maiores e mais estáveis³ (DELGADO, 2012).

As grandes empresas agrícolas passaram a enfrentar a concorrência, utilizando-se não só de estratégias de expansão, diferenciação e diversificação de sua produção, mas também da constante introdução de novas tecnologias de processo e de produto acompanhadas de novas exigências em termos de mão de obra. Por outro aspecto, a implantação de técnicas especializadas na cadeia carne/grãos, geradoras de economias de escala, promoveram alterações decisivas nas relações entre a agricultura e a indústria ao promover mudanças nas relações entre o campo e a cidade. Um amplo crescimento de áreas urbanizadas foi processado com aglomerações urbanas e regiões agrícolas que passaram pelo processo de reestruturação produtiva da agropecuária, uma vez que, entre outras coisas, a gestão da agricultura científica necessitou de sociabilidade e dos espaços urbanos já que acontece na cidade.

Em sua morfologia e em suas funções, as cidades do agronegócio são o produto de condições geográficas locais e regionais (ELIAS, 2006). Suas atividades e o seu arranjo espacial são o testemunho de especificidades dos grupos humanos que fizeram parte de sua construção. Afinal, as cidades não se restringem à materialização porque também são formadas pelas relações sociais de produção dominantes e por sua inserção na divisão territorial do trabalho. Uma nova distribuição territorial das funções produtivas foi constatada no contexto dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, com consequências marcantes para a divisão social e territorial do trabalho, culminando em fragmentação desse espaço.

³ Observou-se que, ao reestruturar o sistema de financiamento para o setor agrícola, considerando-se a complexidade da economia rural e sua inserção no domínio do capital financeiro, profundas alterações nas relações sociais de heterogêneos grupos sociais rurais e urbanos foram promovidas. No contexto, não se pôde abstrair a presença financeira do Estado, pois foi a partir dela que a função regulatória se tornou eficaz. O Estado foi o agente que converteu parte do capital total da agricultura em capital geral. O Estado erigiu-se em capitalismo financeiro por excelência, levando a separação entre o grande e o pequeno capital para a agricultura, planificando, assim, a agricultura para o lucro (DELGADO, 2012).

Mapa 1⁴ – Área de Estudo: localização do município de Lucas do Rio Verde na BR-163 mato-grossense

⁴ Além da localização de Lucas do Rio Verde, o mapa 1 apresenta a área sob influência da BR-163, identificando nela a área concentrada da soja e os municípios-sede da cadeia carne/grãos. Assim, é possível ver e analisar Lucas do Rio Verde a partir de sua inserção e de sua importância regional.

O contexto descrito problematizou e respaldou a tese, fornecendo-nos uma série de elementos para a pesquisa. Tendo nos anos 2000 o nosso recorte temporal, o objetivo geral é analisar o trabalho formal e a intensificação de sua precarização no setor de abate e frigoríficos do segmento avícola da cadeia carne/grãos na busca por entendê-la no seu funcionamento, associando as mudanças no trabalho ao padrão técnico-produtivo implementado e às decorrentes reorganizações espaciais no município de Lucas do Rio Verde localizado em Mato Grosso (mapa 1).

O município de Lucas do Rio Verde é um importante produtor no âmbito da cadeia carne/grãos, sobretudo, no segmento avícola com a atuação da BRF (*Brasil Foods*). Em Mato Grosso, a BR-163 corta municípios que, compondo a área concentrada da soja, vêm reunindo elementos capazes de atrair e viabilizar a formação de tal cadeia com a implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação (BERNARDES, 2006). Entretanto, a agricultura moderna se expandiu no cerrado mato-grossense de forma desigual. Mesmo na área sob influência da BR-163 mato-grossense, verificamos significativas diferenciações internas no nível de produção e expansão da agricultura moderna (VIEIRA, 2007).

Essa área pode ser dividida em subáreas de acordo com a produção de soja, metodologia utilizada para a distinção essencial do que denominamos área concentrada. Cabe destacar, ainda, que a área de influência da BR-163, em sua totalidade, foi assim definida pelo Governo Federal, levando-se em consideração a efetiva influência exercida pela rodovia, a presença de estradas, de fluxos demográficos e relações econômicas, que balizaram dinâmicas em áreas próximas, afetando o território em torno da rodovia (BRASIL, 2004)⁵.

⁵ A delimitação da área de influência da BR-163 considerou os conceitos de regionalização do PAS (Plano Amazônico Sustentável) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Em conformidade com o Ministério da Integração, essa área de influência incluiu municípios do centro-norte de Mato Grosso (limite sul), municípios da margem esquerda do rio Amazonas (limite norte), municípios da Bacia do Xingu (limite leste) e municípios fronteiriços do estado do Amazonas com o Pará (limite oeste). São 65 municípios, sendo 32 do Mato Grosso, 28 do Pará e 5 do Amazonas. A área total soma 974 mil km². Desse total, mais da metade da área de influência situa-se no Pará, cerca de um terço encontra-se no Mato Grosso e apenas 15% no Amazonas. Nessa área, a economia está fortemente assentada no setor primário. As atividades predominantes são a agricultura (principalmente soja, milho, algodão e arroz), a pecuária bovina e a exploração madeireira. A indústria (em especial frigorífica e madeireira) tem crescido nos últimos anos enquanto o comércio e o setor de serviços estão concentrados em cidades principais como: Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Santarém, Altamira e Itaituba. A situação social na área é bastante heterogênea e precária em sua imensa maioria. Mediante o cenário descrito, os municípios de Mato Grosso apresentam melhores condições sociais, se comparados ao Pará e ao Amazonas. As cidades apresentam problemas recorrentes tais como escassez de saneamento básico, insuficiência de serviços públicos, escassez de moradias planejadas e criminalidade elevada (BRASIL, 2004, p. 13, 19, 21).

Junto com Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Nova Ubiratã e Diamantino são os cinco municípios que compõem a área concentrada da soja (COSTA, 2016). Conforme Bernardes (2006; 2007), essa formou a área produtora de soja mais antiga, onde os processos de expansão dos anos 1980 já se encontram relativamente consolidados. Aí, o processo de concentração tem sido crescente, constituindo um espaço exclusivo de certo número de atividades e relações, destacando-se ainda enquanto espaço indutor do processo de modernização de outras áreas.

A partir de Sinop, envolvendo um conjunto de municípios como Vera, Cláudia e Santa Carmem, entre outros, encontra-se a fronteira de expansão propriamente dita (BERNARDES, 2006). As transformações em andamento na região trouxeram novas determinações, gerando espaços com atividades de alto nível tecnológico, significando substituição de atividades tradicionais.

Nesse sentido, os nossos objetivos específicos seguem abaixo:

- 1) Debater o processo de implementação da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense e caracterizar a organização da cadeia produtiva em termos de circuitos espaciais da produção e de círculos de cooperação no setor avícola a partir de 2000, discriminando a inserção de Lucas do Rio Verde com a entrada da BRF.
- 2) Analisar o perfil dos trabalhadores formais nos abatedouros e frigoríficos, discriminando os atuais investimentos no setor no que tange à técnica e às mudanças e precarização do trabalho.
- 3) Discutir as correlações entre trabalho, técnica e reestruturação espacial, revelando aspectos da vida dos trabalhadores em Lucas do Rio Verde e possíveis formas de organização e de resistência.

Apontamos para a existência de uma relação intrínseca entre trabalho, inovações técnicas e reorganização espacial, onde o capital prioriza tarefas relacionadas à garantia de investimentos e lucros. Assim, partimos da hipótese de

que ao priorizar o uso de técnicas para o aumento da produção nos abatedouros e frigoríficos em detrimento da garantia de condições de trabalho adequadas, em sua prática e relações, o trabalho torna-se cada vez mais precário e degradante.

A partir do pressuposto, temos como questão central a seguinte pergunta: Qual é o perfil do trabalhador formal, que relações de trabalho e possíveis resistências são instauradas no setor avícola da cadeia carne/grãos, que, se estabelecendo com a entrada de capitais e de inovações técnicas, veicula reorganizações espaciais em Lucas do Rio Verde a partir dos anos 2000?

Ressaltada a questão central, passamos ao levantamento hierarquizado das questões específicas, que nos provocaram inquietações movedoras desta pesquisa:

- 1) Quais fatores sócio-político-espaciais vêm propiciando o deslocamento e a consolidação da cadeia carne/grãos na BR-163 e como essa cadeia produtiva é organizada em Lucas do Rio Verde em termos de circuitos espaciais da produção e de círculos de cooperação, especialmente, no que tange ao setor avícola?
- 2) Tendo em vista as inovações técnicas e a intensificação da precarização do trabalho, qual é o atual perfil de trabalhador formal demandado nos abatedouros e frigoríficos da avicultura em Lucas do Rio Verde e quais são os reflexos de tais mudanças nas relações de trabalho e na vida do trabalhador?
- 3) Quais são as correlações entre trabalho, técnica e espaço e, na busca por sobreviver nesse espaço, em que medida as possíveis formas de organização e resistência dos trabalhadores se expressam?

Entendemos que realizar esse estudo é, também, caminhar pela compreensão da atual dinâmica econômica, social, política e espacial da sociedade brasileira, que se expressa no estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho, considerando a sua inserção nacional e internacional, passando do local ao global e do global ao local na busca por apreender, mesmo que, parcialmente, a complexidade e a multiescalaridade do fenômeno estudado. Consideramos a importância de um aprofundamento teórico nas vinculações entre intensificação da

precarização do trabalho, mudanças técnicas e reorganização espacial no que tange à apreensão da configuração de novas relações estabelecidas no espaço agrário brasileiro. Tais aspectos ressaltam a relevância do estudo do tema.

Passamos por três fases fundamentais: o levantamento bibliográfico a partir da articulação dos conceitos, que elegemos como principais: trabalho, técnica e espaço, sendo o último analisado a partir dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Posteriormente, partimos para o levantamento de dados secundários e para a formulação de fluxogramas, tabelas, gráficos e mapas. Os dados foram obtidos na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), onde reunimos informações sobre os trabalhadores da cadeia carne/grãos e da avicultura, em particular, coletando dados como: número de trabalhadores formais por setor, salário recebido, grau de instrução e tipo de vínculo empregatício.

Utilizamos, também, dados do IBGE/SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), onde coletamos valores de área plantada, produção e de produtividade na produção de grãos e dados relacionados à produção avícola no Brasil, em Mato Grosso e em Lucas do Rio Verde, além de dados de população e migração a partir dos censos demográficos e de contagens. Ademais, levantamos os dados primários com a efetivação de entrevistas, visitas técnicas e a organização de diferentes tipos de materiais obtidos nos trabalhos de campo realizados na área de estudo desde a graduação em Geografia na UFRJ, tendo feito o primeiro trabalho de campo em 2006. Nesse material, estão inclusos diferentes tipos de imagens e fotografias, que compõem um acervo documental visual capaz de retratar aspectos fundamentais das transformações ocorridas no município no decorrer dos anos de estudo. No contexto, a história de vida dos trabalhadores foi um dos principais fios condutores, e, contada por eles mesmos, revelou elementos de sua real condição.

Detalhando o levantamento bibliográfico realizado, destacamos a seguir os principais autores utilizados. Os trabalhos de Júlia Adão Bernardes (2010, 2014, 2015, 2016, 2011, 2010, 2008, 2007, 2006, 2005) foram utilizados na tese como um todo, uma vez que é pioneira no estudo desse complexo produtivo em Mato Grosso. No que tange ao conceito de trabalho, dialogamos com Ricardo Antunes (2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2011[1999]), Robert Castel (1998), André Gorz

(2004), Richard Sennett (2006), Guy Standing (2013), Thomaz Júnior (2001), Thomaz Júnior et al (2002), Thomaz Júnior e Heck (2012).

Ricardo Antunes fundamentou a discussão sobre a centralidade do trabalho hoje, apontando para algumas mudanças e permanências. Robert Castel estudou o processo de precarização vivido no mundo do trabalho, destacando a questão salarial. André Gorz, dentre outras contribuições, forneceu elementos para identificarmos transformações no trabalho de hoje, apontando para a necessidade de se construir um novo entendimento sobre tais mudanças. Richard Sennett nos desafiou a ver o trabalho no interior de seu processo ao apontar para a flexibilização do capitalismo moderno como mais uma forma de opressão ao trabalhador, uma vez que não oferece um ambiente favorável para o seu crescimento pessoal.

Guy Standing caracterizou grande parte dos trabalhadores atuais como pertencentes à classe, que chamou de precariado. São trabalhadores que, não possuindo uma vida de garantias trabalhistas, recebem baixos salários e realizam trabalhos degradantes. Nesse sentido, ao descrever o cenário político e socioeconômico global, o autor nos forneceu preciosos elementos para refletir sobre o trabalho no segmento avícola da cadeia carne/grãos. Thomaz Júnior (2001), Thomaz Júnior et al (2002), Thomaz Júnior e Heck (2012), por outro aspecto, além de estabelecerem debates conceituais e metodológicos sobre uma geografia do trabalho, por meio de estudos realizados no âmbito do trabalho no agronegócio em regiões brasileiras, viabilizaram a apreensão dessa realidade no que tange ao trabalho nos abatedouros e frigoríficos.

Em se tratando do conceito de técnica, dialogamos, principalmente, com Milton Santos (1988, 1994, 2006 [1996], 2007 [2000]), David Harvey (2004, 2011 [1996]) e Vieira Pinto (2005), tendo como meta apreender o conceito de técnica na atual fase do capitalismo expressa na formação de um meio técnico-científico-informacional capaz de viabilizar o alcance de altos níveis produtivos, modificando padrões técnico-produtivos na busca por lucros cada vez maiores.

Com o conceito de espaço, expressamos as relações entre técnica, trabalho e reorganização espacial. Para tratar do espaço, partimos, sobretudo, do entendimento de Milton Santos (1985, 1986, 1988, 1994, 2004 [1979], 2005 [1993], 2006 [1996], 2007 [2000]) e de autores como Henry Lefebvre (1994, 2008), Harvey (2004, 2011 [1996]) e Doreen Massey (2008). Nos autores, destacamos a abordagem dada à produção capitalista do espaço em sua fase atual, ressaltando o

movimento e o dinamismo de sua produção ao entendê-lo como um produto social. Tais autores nos deram elementos para pensarmos o espaço em sua totalidade, um híbrido que elenca e articula uma série de fatores, instâncias e subjetividades, onde espaço e tempo são vistos a partir de uma unicidade em sua atuação e existência.

Em se tratando de especificidades da cidade de Lucas do Rio Verde, para entendermos o processo de formação da cidade em sua totalidade, contamos com contribuições da leitura de Júlio César Suzuki (1996, 1997, 2007, 2016), que colaborou para a nossa compreensão do processo de modernização da agricultura brasileira e ocupação de Mato Grosso no que se refere à transformação desse espaço em sua transição do rural ao urbano, onde mudanças e permanências mesclaram-se alterando o modo de vida dos seus habitantes. Por fim, na busca por apreender a cidade em sua posição, organização e função na atualidade, partimos da compreensão da definição de cidade do agronegócio trabalhada por Denise Elias (2006, 2007, 2008, 2012).

Para desvendar a cadeia carne/grãos e entender a forma como está organizada, as estratégias adotadas em seu funcionamento e a maneira como se espacializa, utilizamos as categorias de análise circuito espacial da produção e círculo de cooperação. Para isso, foi fundamental a leitura de autores como Milton Santos (1986, 1988, 2004 [1979], 2006 [1996]), Milton Santos e Silveira (2001) Mónica Arroyo (2008) e Ricardo Castillo (2002, 2007). Os autores trouxeram elementos para enxergarmos a formação diferenciada desse espaço em termos de fixos e fluxos, bem como, em relação ao estabelecimento coerente da relação entre eles. Base da cadeia produtiva, a materialidade e a imaterialidade fundem-se em um complexo resultante da ligação entre diversos pontos e agentes com distintas funções no processo que se torna único, apesar de fragmentado.

Fora os citados, utilizamos outros autores entre geógrafos, sociólogos e filósofos, por exemplo. Falamos da apreensão da complexa teia de relações sociais na busca por apreender e analisar especificidades encontradas na realidade de Lucas do Rio Verde. Na busca por perspectivas na construção de um pensamento crítico, na leitura de tais autores, encontramos abordagens que corroboraram significativamente para a pesquisa. Para isso, o extenso e distinto levantamento bibliográfico foi demandado, um dos principais desafios desta tese, já que dialogamos com autores de áreas e, por vezes, de escolas de pensamento

diferentes. Nesse ponto, acreditamos que a nossa passagem por diferentes universidades e temáticas de estudo em nossa história de formação acadêmica, incluindo a especialização feita no IPHAN, foi uma grande influência.

Outros pontos a serem destacados são o distanciamento da área de estudo e os altos custos para a realização de trabalhos de campo. Ainda assim, esteve em nosso favor o fato de estudarmos a área desde a graduação e termos realizado trabalhos de campo bem antes do início da redação da tese. Nesse sentido, defendida em 2009 no Mestrado em Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, a nossa Dissertação de Mestrado (“O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR-163, MT) trouxe muitas contribuições para o estudo em voga. Em suma, abertos a críticas e a novas argumentações, esperamos colaborar com a construção de novas abordagens sobre o tema.

Como fecho de nossa introdução, esclarecemos que a estrutura do texto da tese obedeceu à ordem de disposição de três capítulos. Com um total de cinco subcapítulos, no capítulo 1, o enfoque foi dado ao processo de implementação da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense a partir de 2000. No primeiro subcapítulo, tratamos da colonização do Centro-Oeste e da agricultura moderna em Mato Grosso, bem como, do seu estabelecimento na área de estudo. No segundo, analisamos a chegada da cadeia de carnes, especialmente a avicultura, discriminando a inserção de Lucas do Rio Verde com a entrada da BRF. No contexto, sinalizamos a atuação associada do capital e do Estado na agricultura moderna e no deslocamento dessa cadeia produtiva do Sul do país para o Centro-Oeste.

No terceiro subcapítulo, demonstramos a organização e o funcionamento da cadeia carne/grãos por meio da análise geral dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que a formam. No quarto subcapítulo, caracterizamos a cadeia produtiva do segmento avícola de Lucas do Rio Verde, identificando as principais etapas produtivas, agentes e funções na busca por compreender suas particularidades. Por fim, no quinto e último subcapítulo, apresentamos dados acerca do segmento avícola no contexto da produção de carnes, analisando os seus resultados em distintas escalas.

Foi no capítulo 2 que melhor desenvolvemos a análise do trabalho no segmento avícola com ênfase na avaliação do perfil do trabalhador formal nos

abatedouros e frigoríficos. Composto de cinco subcapítulos, o primeiro foi dedicado à avaliação geral das mudanças técnicas, bem como, às mutações no trabalho em âmbito geral e em aspectos ligados ao setor. No segundo, analisamos a formação do mercado de trabalho no município tendo em vista o levantamento geral de dados do IBGE sobre a origem dos trabalhadores e o processo migratório. Nesse sentido, importa ressaltar as limitações dos dados de migração ofertados pelo IBGE, o que se deve não só à deficiência de dados, mas à defasagem na divulgação dos mesmos. Por intermédio de dados da RAIS, ainda abordamos o trabalho formal nos grandes setores da economia.

Na busca por caracterizar o perfil do trabalhador empregado no setor, no terceiro subcapítulo levantamos dados da RAIS e do CAGED sobre os trabalhadores com carteira assinada na criação e no abate, avaliando o número de trabalhadores, a rotatividade e dados como grau de instrução e renda. Estabelecido o perfil do trabalhador e aspectos ligados a mudanças no trabalho, adentramos no quarto subcapítulo. Neste, tratamos do trabalho e da vida dos trabalhadores a partir da visão dos mesmos. Partimos das entrevistas realizadas com os trabalhadores da BRF nos trabalhos de campo realizados. Valorizando o contato pessoal, fomos até o local marcado com cada trabalhador, realizando as entrevistas a partir de um questionário base (Apêndice B, p. 423).

A partir desse, buscamos saber desde questões ligadas à origem do trabalhador até problemáticas ligadas às relações de trabalho na BRF e particularidades do viver cotidiano em Lucas do Rio Verde. Cabe destacar que, em toda a tese, não mostramos fotografias dos trabalhadores e utilizamos nomes fictícios para os entrevistados. Além de atendermos a uma solicitação feita pela maior parte deles, o objetivo foi preservar a imagem e evitar demissões, perseguições ou qualquer outro tipo de prejuízo aos trabalhadores dentro e fora da BRF. No quinto e último subcapítulo, desvendamos aspectos das condições e das relações de trabalho estabelecidas nesse processo produtivo, apontando mais uma vez para a intensificação da precarização e degradação do trabalho e do trabalhador.

No capítulo três, fechamos a tese tratando da articulação entre trabalho, técnica e espaço. Esse capítulo foi apresentado por meio de três subcapítulos. No primeiro, evidenciamos o atual arranjo espacial de Lucas do Rio Verde em termos de

infraestrutura, de moradia, de saúde e de educação, por exemplo. O objetivo foi compreender de que forma as transformações em voga vêm influenciando a vida dos trabalhadores. No segundo subcapítulo, intentamos compreender de que maneira o trabalhador sobrevive nesse espaço ao apontar para algumas de suas estratégias, possíveis formas de organização e resistência, revelando mais aspectos da vida dos trabalhadores na cidade de Lucas do Rio Verde. E para concluir, iluminamos de maneira ainda mais clara as correlações entre trabalho, técnica e reestruturação espacial. Por fim, expomos as considerações finais da tese, todas as referências norteadoras dos debates aqui travados e os apêndices.

CAPÍTULO 1. A CADEIA CARNE/GRÃOS DA BR-163 MATO-GROSSENSE

Os projetos em desenvolvimento no cerrado brasileiro vêm confirmando a relevância assumida pela região pesquisada em termos da produção de *commodities* e de sua posição nos mercados nacional e internacional. No âmbito do modelo de desenvolvimento assumido pelo País, tal importância foi traduzida no crescimento da produção e no avanço da fronteira do capital, o que, na maioria das vezes, torna-se obstáculo à reflexão crítica, que é sobrepujada pela questão econômica em uma corrida cega pelo lucro. No esteio dessa reflexão, a importância da vigente pesquisa é elevada por considerar as problemáticas sociais na produção não só no desenvolvimento de um pensamento crítico, mas, como bem colocou Bernardes (2015), na concepção de futuros socialmente mais justos.

A atividade agropecuária tem apresentado crescente interdependência com os demais setores econômicos e o crescimento geral da economia. Um processo contínuo de fusão de capitais entre setores vem caracterizando-a, formando complexas redes de produção. Significa que os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação dessas redes de produção não se esgotam no interior da própria empresa agropecuária, fazendo com que passe a ser somente um dos elos de uma complexa cadeia produtiva. E foi a partir dessa perspectiva que analisamos esse processo produtivo em sua espacialidade.

As mudanças no paradigma produtivo, além de condensarem alterações no controle da produção e nos fluxos financeiros e de consumo, têm fortes rebatimentos na vida política e social (RIBEIRO, 1996). No contexto, as técnicas participam da produção de percepção do espaço e do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário (SANTOS, 2006 [1996]). Tratamos da produção do espaço (LÉFÈBVRE, 1994) em um caminho de análise que se coloca por meio da íntima relação entre as categorias espaço e tempo vistas a partir da relevância da existência de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação no interior do processo produtivo analisado. Nesse caminho analítico, o geógrafo Milton Santos foi a nossa principal referência e tornou fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço na criação de um meio técnico-científico-informacional caracterizador da atual fase técnica.

Na primeira parte do capítulo, que se inicia, o enfoque foi dado ao período, que antecedeu à implementação da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense. Analisamos o processo de ocupação do Centro-Oeste e de Mato Grosso em geral, desvendando o estabelecimento da agricultura moderna. Construimos um panorama geral do processo no Brasil, tratando da agricultura moderna e de sua instauração na área de estudo. Destacamos o novo padrão técnico-produtivo estabelecido, bem como as novas relações entre capital e Estado, que, em sua refuncionalização, assumiu distintos papéis.

O recorte de nossa pesquisa correspondeu aos anos 2000. Assim, depois de destacarmos os principais pontos da conjuntura antecessora ao período, investigamos a formação da cadeia carne/grãos, foco do segundo subcapítulo. Analisamos particularidades da inserção da cadeia de carnes, explicitando os principais fatores propulsores do deslocamento e da implementação dessa cadeia produtiva. Ressaltamos a chegada da cadeia de carnes, especialmente, a avicultura, discriminando a inserção de Lucas do Rio Verde com a entrada da BRF. Nesse contexto, avaliamos a atuação associada do capital e do Estado na agricultura moderna e no deslocamento da cadeia produtiva do Sul do país para o Centro-Oeste.

Demonstramos a organização e o funcionamento da cadeia carne/grãos por meio da análise geral dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que a formam, o que foi feito no terceiro subcapítulo. Em uma caracterização da cadeia produtiva, no quarto subcapítulo, adentramos nas especificidades do segmento avícola a fim de desvendá-lo em termos de desenvolvimento, organização espacial, inovação técnica e crescimento do seu grau de importância no mercado de carnes. Por fim, no quinto subcapítulo, com tabelas, gráficos e mapas apresentamos dados da produção avícola em distintos níveis escalares de produção, ressaltando a importância do município de Lucas do Rio Verde nessa produção.

1.1. A colonização do Centro-Oeste e a agricultura moderna em Mato Grosso

O processo de ocupação de Mato Grosso e da área sob influência da BR-163 mato-grossense são elementos que fundamentam o caminho percorrido na seleção e na apropriação desse espaço pela agricultura moderna. A preocupação com a

fronteira e a ocupação do interior do país podem ser apreciadas de forma incisiva nos projetos de integração territorial desenvolvidos pelos governos de Vargas com a “Marcha para o Oeste”, Juscelino com a elaboração do “Plano de Metas” e com os Militares na década de 1970 organizados em torno dos “Planos de Integração Nacional” (COELHO, 2010). É a produção do espaço para a entrada do novo padrão técnico-produtivo, da soja, da evolução da produção e, a posteriori, da passagem de um modelo monocultor com base na produção sojifera para um modelo baseado na diversificação, a saber, a cadeia carne/grãos.

A Marcha para o Oeste, um movimento de ocupação do interior do país, foi implementada no contexto de estabelecimento do Estado Novo da Era Vargas. Apesar do extenso território, o Brasil tinha prosperado quase que exclusivamente na região litoral. O Norte e o Centro-Oeste, chamados de Brasil Central, tinham uma ocupação espaçada, o que fundamentou o avanço associado ao discurso dos “espaços vazios”⁶. Nesse contexto, Mato Grosso implementou o povoamento por meio da implantação do sistema de colônias agrícolas. Essa ocupação foi realizada a partir do estabelecimento de políticas públicas, que aceleraram a chegada de migrantes e a transformação dos espaços (THÉRY, 2010). Procedimentos intimamente relacionados à política econômica nacional, que objetivava acelerar o processo de produção agrícola para o abastecimento do mercado interno, fornecendo matéria-prima às indústrias de bens de consumo. Assim, se fez necessário abrir estradas, o que viabilizou a articulação de áreas potencialmente produtoras, dando condições de realização à produção agrária.

⁶ Na verdade, grande parte dos espaços chamados de vazios era ocupada por tribos indígenas. O discurso dos “espaços vazios” serviu para ocupar o interior do país, justificando a tomada de terras dos indígenas a partir de uma oratória que desconsiderava ou relativizava ao máximo a existência e ocupação precedente por parte dos índios, bem como, a invasão de suas terras. Segundo Schumann et al (2015: 140), hoje, ainda existem mais de 250 povos indígenas espalhadas pelo Brasil. Depois de uma longa fase de tutela e políticas de assimilação, a década de 1980 marcou uma mudança fundamental na relação entre o Estado e os povos indígenas do país. No artigo 231 da Constituição de 1988, foram reconhecidos os seus direitos à organização social e cultural, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam/ocupavam. A Constituição Federal também marcou a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como órgão de Estado responsável pela política indigenista no nível federal. Em 2004, a FUNAI identificou 41 terras indígenas impactadas pela BR-163 no Pará e 13 em Mato Grosso. Atualmente, 20% da área de abrangência da estrada é considerada como território indígena, abrigando diversos povos, entre eles o grande grupo dos Kayapó, que consiste em sete subgrupos bastante heterogêneos. Além dos Kayapó, encontram-se os povos indígenas no entorno da BR-163: os Munduruku, os Kayabi, os Terena e uma grande diversidade de povos no parque indígena do Xingu. A tomada irregular de terras nos dois estados ao longo da BR-163 causou e continua causando graves confrontos entre povos indígenas e “brancos”: Existem conflitos recorrentes devido à invasão de garimpeiros e madeireiros, por exemplo.

A implantação de políticas de governo voltadas para a colonização do Centro-Oeste objetivou assentar trabalhadores brasileiros, evitar o inchaço das grandes cidades e diminuir a tensão dos conflitos no campo. A partir da articulação do uso de poderes políticos e simbólicos, um consenso foi criado em torno da ideia de conquista do espaço interior, de criação da unidade nacional por meio da integração territorial. A Região Centro-Oeste foi alvo de uma política de ocupação territorial com vistas a conectar o interior com os principais centros de produção. A política de colonização explorou a propaganda e a retórica oficiais, onde o rádio foi o canal de comunicação mais utilizado. Trabalhadores rurais do Nordeste foram estimulados a realizar a tarefa de ir para os grandes “espaços vazios” da Amazônia e do Centro-Oeste. Para tal, a ideologia da fronteira teve um papel fundamental. No caso brasileiro, o movimento de fronteira foi compreendido como um meio de preencher os “espaços vazios” no interior do território, sendo sustentado por subsídios estatais (COELHO, 2010).

Em relação ao conceito de fronteira, não sendo o nosso objetivo discorrer sobre ele amplamente, cabe esclarecer que a nossa visão está assentada na discussão da expansão da fronteira sob a análise de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva. Inicialmente, José de Souza Martins compreendeu a fronteira a partir do movimento da frente de expansão e da frente pioneira, sendo o ocupante ou posseiro a figura central da primeira e o empreendedor econômico da segunda (MARTINS, 1975) em uma concepção da fronteira como temporalidade única. Entretanto, o autor superou esse entendimento da fronteira em sua obra “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” de 1997. Passou a reconhecer que não há duas frentes, mas, sim, duas perspectivas analíticas. Sob esse ponto de vista, a frente pioneira e a frente de expansão revelaram-se como fases distintas de uma mesma realidade: a fronteira. Como bem colocou Suzuki (2016) em sua análise das principais obras de José de Souza Martins:

Dessa forma, é necessário que a explicação do processo social, que se estabelece com a expansão da sociedade nacional, passe a se utilizar cada vez mais da categoria de fronteira ao invés das de frente de expansão e pioneira, tendo em vista ser mais adequada ao desvendamento da realidade que se estabelece, principalmente, a partir de meados da década de 1970 quando a coexistência de temporalidades históricas é mais diversa, como se discute em inúmeros textos relacionados ao cotidiano e à história nas análises de José de Souza Martins (SUZUKI, 2016, p. 14).

Segundo Graziano da Silva (1982), o padrão de crescimento da nossa agropecuária supôs uma variável fundamental: a existência de uma fronteira a ser ocupada⁷. Essa fronteira não é, necessariamente, uma região distante e vazia do ponto de vista demográfico. É a fronteira sob o viés do capital, entendido como uma relação social de produção. A existência de “terras sem dono” funcionou como um regulador da intensificação da agricultura, condicionando o seu desenvolvimento. Nesse contexto, o custo adicional da intensificação pelo capital determinou o ritmo da incorporação produtiva das terras.

O autor analisou a fronteira em sua totalidade, ressaltando seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Em linhas gerais, no plano social, a fronteira representou uma orientação dos fluxos migratórios das populações urbanas e das populações rurais, sobretudo. No plano econômico, a fronteira foi concebida como uma espécie de “armazém regulador” dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana, tais como o arroz e o feijão. E no plano político, como uma válvula de escape das tensões sociais no campo em um contexto em que os projetos de colonização foram pensados como alternativas a uma alteração na estrutura da propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

De acordo com Coelho (2010), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ocorreu uma reorientação no plano de desenvolvimento econômico brasileiro que refletiu na orientação econômica das regiões. O governo procurou desenvolver o país sob o slogan do Plano de Metas e sob a tônica da construção de Brasília. Um novo centro urbano aumentou o crescimento da produção e comercialização da agricultura, apontando para a necessária racionalização da agricultura brasileira, uma transformação estrutural na agricultura.

Tais concepções foram associadas à ideologia da industrialização no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, essa ideologia foi utilizada como forma de subsidiar os governos dos países subdesenvolvidos na busca pelo caminho do

⁷ O desenvolvimento da agricultura brasileira se deu, sobretudo, de forma extensiva, ampliando a produção agrícola por meio da incorporação de novas áreas. Diferentemente, na agricultura norte-americana, o crescimento foi orientado pelo aumento da produtividade do trabalho por meio da mecanização, enquanto havia “terras livres” na fronteira. Já na agricultura japonesa, o progresso técnico se deu no sentido de elevar a produtividade da terra com o uso de fertilizantes e variedades melhoradas, dado que não havia mais “terras sem dono” a incorporar (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 116). Tais exemplos reafirmam as características do desenvolvimento da agricultura brasileira, diferenciando-a.

desenvolvimento econômico (GRAZIANO DA SILVA, 1982). O setor agrícola tradicional foi apontado como o responsável pelo atraso dos países subdesenvolvidos. Por essa interpretação, somente com a modernização e a eliminação do atraso nas técnicas produtivas é que a agricultura brasileira poderia desempenhar seu papel no cenário internacional de forma eficaz. Ainda, de acordo com essa visão, a pequena produção agrícola realizada por pequenos proprietários, posseiros, parceiros e pequenos arrendatários, dentre outros, é ineficiente e improdutiva. Essa afirmação foi refutada por Graziano da Silva (1978), que, em seu estudo, revelou a importância da pequena produção na geração de parcela da produção agrícola.

A pequena produção agrícola⁸ é inferiorizada por apresentar menor superfície passível de ser cultivada, dificuldade no emprego de máquinas e maior especialização do trabalho, pela desvantagem quantitativa na comercialização de seus produtos e a quase impossibilidade de obtenção de crédito em condições favoráveis. Em virtude da não utilização de tecnologias consideradas como fundamentais para a produção, os pequenos proprietários foram e, na maior parte das vezes, ainda são inclusos dentro de um “setor atrasado” da agricultura, em oposição a um “setor adiantado”. Entretanto, concordamos com Graziano da Silva (1978, p. 12) que, na verdade, o que há é uma interação dos dois setores. A reprodução das relações não capitalistas se dá sob a égide do capital ao mesmo tempo em que a reprodução do capital baseia-se em relações não capitalistas. Em suma, a política de modernização da década de 1950 e a ideologia da industrialização proposta na década de 1970 procuraram transferir o modelo industrial para o campo por intermédio da criação de empresas rurais e da modernização dos latifúndios (COELHO, 2010).

Procurando desvendar o processo de urbanização de Rondonópolis-MT, Suzuki⁹ (1996) trouxe importantes contribuições para a análise da ocupação mato-

⁸ Nessas condições, de acordo com Graziano da Silva (1978, p. 259- 260), a pequena produção é obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a tentar compensar sua situação adversa. O trabalho é incrementado na proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra através do prolongamento da jornada de trabalho e pela incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta em melhores níveis de consumo da família. Geralmente, pauperizada, a vida do pequeno produtor passa a revelar a violência do processo de expropriação a que está submetido.

⁹ Júlio César Suzuki (1996) em sua dissertação de Mestrado, intitulada “De povoado a cidade – a transição do rural ao urbano em Rondonópolis”, trouxe elementos para entendermos a macrorregião Centro-Oeste e alguns dos processos específicos nos municípios estudados em nossa tese, apesar de aprofundar seu estudo na cidade de Rondonópolis. Rondonópolis é um município do estado de

grossense e para a avaliação do processo de modernização da agricultura. Segundo o autor, a produção agrária da região, no período que se estende de 1900 até a década de 1950, estava voltada para a alimentação familiar e para o pequeno comércio (local e regional), sendo a década de 1950 um marco no processo de modernização do campo, que se acentuou a partir de 1960, principalmente, no Sul e Sudeste. Nesse contexto, cabe destacar que a leitura de Suzuki sobre a modernização tem sofrido alterações.

Foi assim que, em 2007, Suzuki nos advertiu sobre o equívoco historiográfico em afirmar que a modernização da agricultura brasileira só teve início em meados do século XX, no pós-guerra. Ainda, de acordo com o autor, essa modernização não pode ser pensada apenas na expansão do trabalho assalariado, na base técnica relacionada com a introdução do “pacote tecnológico” e na eliminação do tradicional. Passamos ao reconhecimento de permanências e de resistências em um processo que não se realiza de forma única e homogeneizadora (MARTINS, 1975). A modernização¹⁰ da agricultura vem acontecendo desde quando o homem começou a lidar com a prática do cultivo e a domesticação de animais. É um movimento de reelaboração da base técnica e das relações de submissão do trabalho ligado ao longo e contínuo processo de evolução humana. Diversas novas tramas são implementadas ininterruptamente, privilegiando uns espaços em detrimento de outros. Não nos cabe aqui aprofundar, mas, analisada como um processo, em sua plenitude, é muito mais antiga e complexa.

O desenvolvimento da agricultura deve ser compreendido em sua totalidade, considerando o desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Em essência, as transformações pelas quais a agricultura vem passando, representam a sua adequação ao sistema capitalista. O processo de industrialização pelo qual passou, em última instância, significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação de tais condições, quando ausentes (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Mato Grosso localizado no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-164 e é a ligação entre o Norte e o Sul do país. Por essas vias, a produção agrícola e industrial é transportada para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil.

¹⁰ Tal modernização inseriu-se na transição do Feudalismo para o Capitalismo e na sua expansão com datações históricas diversas para cada país e região, definindo-se pela presença do moderno e da modernidade. Apesar de seus marcos temporais e espaciais, a modernização da agricultura não se faz a partir de eventos únicos e unilaterais (SUZUKI, 2007).

Delgado (2012) foi ao encontro da visão de Graziano da Silva (1981; 1982) ao afirmar que a passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para o estilo de modernização agrícola documentou-se na formulação da política econômica do período. Percebeu-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, os incentivos fiscais e o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas à clientela das entidades criadas ou recebidas no período (SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, Política de Garantia de Preço, Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, Pesquisa e Extensão Rural, dentre outros) (DELGADO, 2012).

A década de 1970 foi marcada pela intensificação da ideologia de produzir mais e em melhores condições. A renovação agroindustrial em profundidade e a industrialização urbana só seriam possíveis com um mercado interno em expansão, que se consolidou por meio da participação dos militares nos postos do governo e nos importantes setores da atividade econômica. Nessa década, o governo criou uma série de programas com uma abordagem de desenvolvimento inter-regional como: o Programa de Integração Nacional e o Plano Nacional de Desenvolvimento I e II¹¹. Ainda na década de 1970, o governo Federal baixou o decreto-lei nº 1.106 criando o Programa de Integração Nacional (PIN) (COELHO, 2010). Todo um aparato jurídico, consubstanciado no Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64) foi preparado para legitimar as ações de regularização fundiária e de colonização pelo governo federal nos estados. Essas ações se desenvolveram articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Polamazônica, Polocentro, Polonoroeste), que, ligados ao Programa Corredores de Exportação, voltaram-se para o aumento da produção, do rendimento da terra e da produtividade do trabalhador em atividades agrícolas (MORENO, 2005; VIEIRA, 2009).

Nesse contexto, Silva (2016, p. 127) destacou e explicitou a importância do Plano de Integração Nacional (PIN, 1970), do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste, 1971), do Programa Corredores de Exportação (CorExport, 1971) e do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro,

¹¹ O governo de Geisel (1974-1979), em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional em 1975, lançou o início do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado para o progresso social. Conforme Furtado (1982), o II Plano Nacional de Desenvolvimento deveria reger a ação do governo no período 1974-1979 no sentido de beneficiar as regiões “atrasadas”, ampliar a base do sistema industrial e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho.

1975). Em suma, o Plano de Integração Nacional (PIN, 1970) foi responsável pela construção dos trechos das rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso. Relevância foi dada aos seguintes trechos: BR-163, Cuiabá-Santarém; BR-364, Cuiabá-Porto Velho; BR-070, Barra do Garças-São Félix do Araguaia; e BR-174, de Cáceres até a fronteira com Rondônia.

Por outro aspecto, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste, 1971) junto com o Programa Corredores de Exportação (CorExport, 1971) tiveram como objetivo central viabilizar o acesso da região aos quatro principais portos do Sul e do Sudeste: Porto de Tubarão (ES), Porto de Santos (SP), Porto de Paranaguá (PR) e Porto do Rio Grande (RS). Por fim, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro, 1975), que foi responsável pela incorporação do Cerrado aos processos produtivos nacionais e internacionais.

No que tange aos programas de colonização, destacamos o Programa Especial de Assentamento (PEA-Lucas do Rio Verde) implantado pelo Governo Federal, dando início à criação do município de Lucas do Rio Verde em 1988. E, ainda, os programas particulares que originaram ao município de Sinop, em 1972, com a Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná. À Nova Mutum com a Empresa Mutum Agropecuária em 1988; além de Sorriso, implantado em 1986 pela colonizadora Sorriso Feliz Ltda (MORENO, 2005; SILVA, 2016).

Houve a industrialização da agricultura, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos. Contudo, o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados, pois a modernização da agricultura ultrapassou em muito a mecanização e a tecnificação das lavouras. Os processos de modificação ocorridos nas relações sociais de produção, onde se incluem as relações de trabalho, devem ser levados em conta (DELGADO, 2012). No final da década de 1970 e início da década de 1980, já estava claro para Graziano da Silva (1978, 1982) que esse processo estava se fazendo associado a unidades de produção cada vez maiores com consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola. Portanto, simultaneamente à implantação dos programas de colonização, houve o processo de modernização da agricultura por intermédio de um conjunto de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas propagadas pelo Prodecer (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado) e pelo Polocentro (MORENO, 2005; SILVA, 2016).

A modernização, que a partir daí se processou, deixou inalterado ou reforçou o grau de concentração da propriedade fundiária, muito embora tenha provocado alterações fundamentais no sistema de posse e de uso da terra. A estrutura agrária brasileira está atrelada à forma como se deu a ocupação das terras, processo que se baseou no controle da propriedade da terra por parte de uma minoria privilegiada. Enquanto algumas poucas propriedades apossam-se da maior fração da área territorial, um sem-número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e a sua família extraírem daí o seu sustento. De um lado, a produção agrícola passou a ser mais intensiva em função do uso crescente de adubos e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, mudas e sementes selecionadas. De outro lado, cresceu o uso não produtivo das terras, cuja especulação seguiu em função de seu ritmo de valorização, tornando-as formas de investimento por si mesmas. A terra passou a ser um bem passível de compra e venda no mercado, uma mercadoria mediadora do processo de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1978, 1981).

E, mais, a modernização da agricultura seguiu os moldes capitalistas, tendendo a beneficiar apenas determinados produtos e produtores (DELGADO, 2012). Para balizar o contexto de tais transformações, devemos lembrar que essas mudanças procederam do núcleo capitalista, entendido tanto ao nível mais restrito da grande propriedade, das agroindústrias, dos complexos comerciais, das indústrias fornecedoras de insumos e máquinas, como no sentido amplo do capital global da sociedade e de seu representante, o Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

O mercado foi se expandindo, alcançando contorno nacional e internacional na década de 1970 (SUZUKI, 1996; THÉRY, 2010). Em meados dessa década, no Centro-Oeste, o Estado brasileiro atuou por meio de políticas deliberativas com o objetivo de financiar produções econômicas exportáveis e de ocupação do interior do território por razões geopolíticas. A articulação do Centro-Oeste e Norte ao Sudeste e, por extensão, à economia mundial foi uma condição para financiar o crescimento econômico brasileiro. Por meio de dados de tratorização e consumo de fertilizantes, verificou-se que, nessa década, houve a intensificação do consumo industrial pela agricultura (com a triplicação da frota de tratores), reflexo de um movimento paralelo e integrado de implantação, no país, do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Por outro aspecto, o

processo de integração técnica agricultura-indústria foi fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de produtos rurais, que, em interação com o setor produtivo agrícola, com a indústria de bens de capital e os serviços de apoio, constituíram complexos ou sistemas agroindustriais interligados (DELGADO, 2012, p. 16).

De forma mais específica, os programas políticos governamentais implantados em Mato Grosso e, particularmente, na área sob influência da BR-163, sobretudo, na década de 1970, fomentaram a construção de uma infraestrutura visando ao desenvolvimento agrícola a partir da modernização da atividade produtiva, proporcionando facilidades de crédito para a lavoura no que tange à aquisição de pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde¹², período em que se salientou o significado das grandes empresas transnacionais na transformação dos sistemas de cultivo e dos sistemas criatórios (SUZUKI, 2007).

Os sistemas agroindustriais criados ou fortalecidos e tecnicamente melhorados nos anos 1970 constituíram uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como o alcance de certa diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. Marcaram grande diferença com relação à política externa dos anos 1950, que privilegiou o café, tornando-o praticamente exclusivo como produto de exportação (DELGADO, 2012).

Assim, nos anos 1970 e 1980, agricultores experientes, sobretudo, do Sul se deslocaram para a Região Centro-Oeste à procura de terras baratas para plantar soja, tendo certa experiência de solos fracos e utilização de calcário, favorecidos pela existência da variedade de soja cristalina e dos programas de pesquisa e desenvolvimento do cerrado. Empenhados na construção de uma nova ordem econômica e social, dispunham de instrumentos técnicos que ampliavam suas possibilidades, mobilizando importantes recursos de capital, tanto em termos de instalações, maquinaria e equipamentos, quanto em infraestrutura. Tratava-se de

¹² Essa expressão refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e em países como o Brasil nas décadas seguintes. São inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade, que, pelo desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo, foram capazes de aumentar a produtividade. Esse processo ocorreu por meio do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos, climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

aproveitar as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitissem mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais, o que resultou em aumento considerável dos volumes de produção e de negócios (SUZUKI, 1996).

A integração técnica da indústria com a agricultura, que se dera nos EUA e na Europa Ocidental ainda no início do século XX, ocorreu no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, apesar da mudança da base técnica de produção da agricultura paulista ter antecedido esse período. Entretanto, apenas com a articulação, pelo Estado, do Sistema Nacional de Crédito Rural¹³, a partir de 1965, que ocorreu a reorientação das políticas agrícolas dos institutos por produto e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista do setor. Não só estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, mas incentivou-se um significativo aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção (DELGADO, 2012).

A tecnificação, geralmente, ocorre por imposição do grande capitalista-comprador, que exige uma padronização da produção, que lhe dê condições de ser altamente produtivo, usando um pacote tecnológico imposto pelo grande capital industrial, produtor de “insumos modernos” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 137). Por meio dessa modernização, os produtores, principalmente os mais capitalizados, passaram a buscar novas condições para enfrentar limitações impostas pela natureza no que concerne à produção. Buscaram o aumento da produtividade por intermédio da conservação e da fertilização artificial do solo, da mecanização da lavoura, da seleção de sementes, dentre outros recursos. Houve a intensificação do vínculo entre a agricultura e a indústria, sobretudo, a partir da década de 1970, estabelecendo uma relação de dependência cada vez maior entre os dois setores, o que aproxima ainda mais a cidade do campo.

Assim, um olhar voltado unicamente para o campo, em certa medida, dificulta um entendimento mais denso do que seja a própria modernização da agricultura, uma vez que não permite avançar para a compreensão do que vinha acontecendo na sociedade em geral, por mais rural que fosse essa sociedade. No campo e na cidade vão se construindo territórios do capital sem destruir todas as formas pré-

¹³ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi implantado a partir de 1965 com a Lei do Crédito Rural (lei n. 4829 de 5/11/65).

existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistir¹⁴ ao passo que outras são criadas (SUZUKI, 2007). A distinção entre o campo e a cidade a partir da divisão do trabalho não é mais suficiente para separar essas duas realidades espaciais. O rural e o urbano coexistem. Sua definição deve incorporar uma infinidade de situações marcadas por diversas gradações que se estabeleceram entre ambos. É necessário pensar o campo em sua diversidade e inter-relações (SUZUKI; COSTA, 2012).

O período histórico, que vai de 1965 a 1985, constituiu, com maior clareza, a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana, industrial e com o setor externo. A reestruturação produtiva da agropecuária passou a ser cada vez mais intensa (DELGADO, 2012). Privilegiando áreas, produtos e segmentos sociais, acarretou significativos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na territorialização do capital no campo e na oligopolização do espaço agrário, agravando a concentração fundiária. Essa concentração impôs nova dinâmica ao mercado de terras com forte intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso, princípio contrário às aspirações da Reforma Agrária. Ocorreram importantes transformações nas relações sociais de produção, houve a fragmentação do espaço agrícola e o incremento da urbanização da sociedade e do espaço (SUZUKI, 1996).

Na década de 1980, houve a instalação de várias indústrias de transformação de soja em óleo e farelo, promovendo redução no armazenamento, uma vez que a soja passou a ser transformada. Contudo, nem todos os produtores tiveram acesso ao armazenamento e ao escoamento da produção agrícola, sendo uma das influências do aumento da migração da população rural, o que tornou a permanência do pequeno produtor insustentável, expropriando-o de seus meios de reprodução social. A venda de sua propriedade e a tentativa de conquista de outro pedaço de terra mais a frente ou, ainda, a migração para outras cidades foram alternativas para muitos, não só na cidade de Rondonópolis estudada por Suzuki (1996), mas ao longo de toda a BR-163. Articulando as leituras feitas até aqui com as experiências de campo que vivenciamos, nos atentamos à importância de tentar ilustrar e

¹⁴ Vale lembrar a existência dos caiçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais (SUZUKI, 2007, p. 93).

personificar um pouco esse contexto histórico, o que fizemos a partir da reprodução de parte da história de Norivaldo Peixoto, que segue abaixo.

Norivaldo Peixoto nasceu sem terra, no sudoeste de Minas Gerais, em 1950. Em 1964, junto com seus pais e tios, mudou-se para o Paraná, onde trabalhou como peão numa fazenda. Em 1967, casou-se com sua prima Jussara (...). Pouco depois, nasceu a primeira dos quatro filhos que o casal tem hoje. O conjunto familiar continuou migrando no estado do Paraná, e logo nos estados Goiás e Minas Gerais. Em 1976, eles chegaram a Mato Grosso, no município então chamado Diamantino, hoje Lucas do Rio Verde, onde a colonizadora Coopervale Ihes vendeu uma terra numa gleba grande. Deixaram as mulheres e as crianças pequenas numa casa alugada em Nobres e, a 220 km de lá, começaram a abrir o cerrado, a construir barracões e a plantar lavoura e capim. A BR-163 era recém construída e ainda estava em boas condições. Assim, as seis famílias conseguiram abrir rapidamente uma área de 2000 hectares para o cultivo e a construção de casas.

Em 1980, o Governo Federal dedicou a gleba a criação de um assentamento. Então, chegaram o Incra e a Polícia Federal e desapropriaram a família de Norivaldo e mais 30 famílias. Ele contou que a ação foi muito violenta, com colonos espancados, máquinas confiscadas, barracões queimados e famílias jogadas na rua, sem nada. Porém, nada se passou com sua família.

Mesmo diante dessa situação sofrida, as famílias continuaram trabalhando e decidiram lutar, porque já tinham trabalhado muito naquela terra, e ali havia a chance de virarem donos de terras próprias. Já que no Paraná só o que Ihes esperava era a velha vida de peão, então, ele e seu sogro Betinho fizeram uma “briga bem feita”, juntaram as famílias de lá, fizeram reuniões, foram atrás de políticos, vereadores, deputados estaduais, senadores e até do governador e lutaram pelo seu direito à terra. Em 1986, suas reivindicações chegaram ao Governo Federal, que conseguiu solucionar o problema com um acordo. “Fomos desapropriados em 80, recebemos título em 86”.

Começou uma época tranquila, com segurança, novas máquinas e técnicas, mais créditos e mais produção. Norivaldo era um dos pioneiros na correção e adubação de solo e na plantação em escala de soja no cerrado. Além disso, sofisticou o padrão de criação de bovinos, trabalhando com sêmen dos melhores touros do país, aumentando a quantidade e a qualidade do gado na região inteira.

Lucas do Rio Verde se emancipou como município em 1988, e Norivaldo foi vice-prefeito de 2001 a 2004. Nesse tempo, viu muitos colegas irem à falência por causa de más safras, falsos investimentos ou de uma queda de preços. Das famílias pioneiras e assentados, hoje restam muito poucas, ele conta (...) (SCHUMANN et al, 2015, p. 120-121).

Um entre muitos, Norivaldo Peixoto nos remontou à típica ocupação de Mato Grosso incentivada pelo governo, aos conflitos eminentes a esse processo, ao uso de novas técnicas no cultivo, bem como às conquistas e frustrações decorrentes. A história de Norivaldo está descrita no livro “Sempre pra frente: histórias de vida da BR 163” (SCHUMANN et al, 2015). Esse livro, resultado de uma pesquisa científica

teuto-brasileira (Projeto Carbocial), destacou histórias de vida ao longo da rodovia BR-163, entre Cuiabá e Santarém, em uma investigação das formas e contextos do uso da terra. Produto de pesquisa de campo em vários trechos da extensa rodovia, por meio de sua leitura, foi possível conhecer mais sobre os diferentes estilos de vida e conexões com a terra nessa região, traduzido pelo contato com histórias de pioneiros e nativos registradas entre 2012 e 2013. A história de Norivaldo é uma, dentre inúmeras outras, que nos remetem ao rebatimento das políticas analisadas na história de vida das pessoas.

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi aprofundado nesse processo modernizante e conservador, que realizou a integração técnica da indústria com a agricultura e, simultaneamente, abrigou as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. A grande propriedade fundiária, tratada em geral como sujeito oculto desse pacto, foi assimilada em programas e projetos especiais e passou a obter inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural (DELGADO, 2012). Nesse processo de modernização, a agricultura se converteu em uma grande compradora de insumos industriais sob os estímulos da política de crédito rural subsidiado. As políticas econômicas dirigidas ao setor agrícola revelaram-se, assim, agentes viabilizadores desse desenvolvimento, que representou uma forma específica de promover a subordinação da agricultura ao capital, tendo em vista que o movimento capitalista se realiza em prol da obtenção de um ganho adicional, o lucro (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

(...) na teoria da renda da terra de Marx, o progresso técnico representa uma maneira do capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária; e também que existe um mecanismo regulador do nível da renda da terra constituído pela própria acumulação de capital. (...) enquanto um diz respeito à necessidade do progresso tecnológico para o desenvolvimento do capital no setor agrícola, o outro destaca a possibilidade de determinadas tecnologias poderem favorecer mais (ou menos) os empresários que as adotam, em função das condições naturais (de fertilidade principalmente) das terras de que dispõem (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 22).

O fato é que o capital teve no progresso técnico, uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e da própria natureza. O sentido do progresso técnico na agricultura tem sido justamente o de superar as limitações que o capital encontra para o seu desenvolvimento de modo

que as únicas barreiras que lhe restem sejam aquelas colocadas pela própria produção capitalista. Evidentemente, esse processo não é pacífico e, muito menos, homogêneo ou linear. Pelo contrário, tratou-se de um movimento secular tangido pelas lutas de classes que opõem interesses em conflito, seja dos capitalistas entre si ou com os proprietários rurais, seja destes ou daqueles aos interesses dos trabalhadores e/ou camponeses (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A modernização trouxe significativo aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para o crescimento da economia nacional. Entretanto, apresentou-se excludente, beneficiando apenas certos produtores, em especial aos que produzem para o mercado externo e atendem aos interesses da elite rural. Contribuiu para o desemprego no campo e consequente êxodo rural, além de causar grandes impactos ambientais, como: desmatamento, exposição do solo à ação mais intensa do sol e da chuva, a compactação do solo e problemas resultantes do uso inadequado de produtos tóxicos. Os impactos ambientais mostram a extensão das transformações ocorridas, apontando para a aceleração dos processos de ocupação e de implementação da agricultura moderna (THÉRY, 2010).

A fronteira do capital no cerrado do Centro-Oeste, nessa época, se caracterizou por uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de inovadoras mediações políticas, pela expansão dos mercados, induzindo à modernização e a novas concepções de vida (MARTINS, 1996). A ocupação mais expressiva da BR-163 se inseriu nesse contexto. O governo estimulou a colonização pública e privada com o predomínio desta última, organizada por empresários oriundos principalmente de São Paulo e do Paraná, o que representou abertura para a ocupação econômica nos moldes atuais (SUZUKI, 1996).

Segundo Suzuki (1996), o processo de modernização fundamentou-se no êxodo do trabalhador rural. Com a tecnologia, com os tratores avançados nas grandes fazendas, um trator passou a substituir cada vez mais trabalhadores. À época, isso provocou o aumento da rotatividade e a falta de trabalho para a mão de obra disponível. O trabalhador foi obrigado a se deslocar para a cidade e o êxodo rural foi ampliado com a ida do pequeno proprietário para a cidade, tendo em vista a continuidade do processo de latifundiáriação do campo. Com esse processo,

parcela dos expropriados dirigiu-se para o campo de municípios próximos, ora em busca de trabalho, ora em busca de terra de trabalho.

Os resultados dos programas do Governo e a boa cotação da soja no mercado internacional desencadearam um surto dessa monocultura na década de 1980, substituindo a monocultura do arroz, fato que alterou progressivamente a paisagem, consagrando a região como importante área produtora de soja. No eixo da BR-163, uma das principais vias de escoamento da produção, diferenciações internas foram verificadas no que tange ao nível de produção e expansão da agricultura moderna. É a agricultura moderna, expandindo-se no cerrado mato-grossense de forma desigual. Afinal, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira apontou para um processo realizado de forma lenta e desigual, segundo determinadas regiões e/ou produtos. Como bem colocou Graziano da Silva (1978, 1982), a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e dolorosa modernização sustentada, artificialmente, pelos subsídios estatais.

É evidente que a expansão do crédito rural e agroindustrial dos anos 1970 propiciou condições para a circulação das relações técnicas agricultura-indústria em alta densidade. O crédito rural (SNCR) adaptou-se às variações conjunturais no que tange às normas, incluindo os Planos Safra. Gerado pelo concurso de fatores conjunturais e da estrutura do próprio sistema financeiro, identificou-se um período de relançamento do Sistema, após um longo tempo de transição, a partir de meados dos anos 1980. Entretanto, uma crise do crédito rural foi evidenciada já no início da década de 1980, prolongando-se até o final dos anos 1990, o que implicou em diminuição parcial da integração agricultura-indústria, com a redução no ritmo da mecanização devido à restrição dos investimentos privados (DELGADO, 2012).

A participação do Estado foi primordial no processo de modernização. Uma agricultura capitalista configurada sob a associação entre o capital agrário e a grande propriedade foi sustentada pelo aparelho de Estado em um contexto em que as relações sociais de produção no campo são, até hoje, renegadas. A tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização foi evidenciada, aprofundando o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural em um processo acompanhado de ampla latifundiária, tendência que se manteve (SUZUKI, 1996; DELGADO, 2012).

As máquinas de tração animal e mecânica diminuíram, dando lugar aos tratores, às colheitadeiras e às plantadeiras. O uso de fertilizantes, químicos e orgânicos aumentou consideravelmente entre 1975 e 1985, havendo a sucessão de um crescimento elevado no uso de práticas de conservação do solo. Houve incremento no uso de inseminação artificial e crescimento do número de instalações para armazenamento, já que, com o aumento da produção agrícola, foi necessário acrescer o número de instalações apropriadas para o armazenamento. Nesse sentido, a construção de armazéns, localizados na cidade em sua maioria, foi outro indício do processo de modernização que vivia o campo no início da década de 1970 (SUZUKI, 1996).

As considerações permitiram pensar em uma tripla classificação para as inovações que vêm acompanhando o progresso tecnológico na agricultura. São as inovações mecânicas; físico-químicas e biológicas, além das mudanças nos meios de transporte ou nos processos de armazenagem capazes de reduzir substancialmente o período de circulação, aumentando a velocidade de rotação do capital (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Como bem colocou Milton Santos (2005 [1993]), a reestruturação da agropecuária se deu com um amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses na divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Fixando-se apenas nas inovações que afetaram o processo produtivo em si, é possível examinar com maior detalhamento os efeitos das principais formas que assumiu o progresso técnico na agricultura moderna. As inovações químicas, físicas e mecânicas, quando associadas às inovações biológicas, têm um horizonte muito mais amplo de aplicação na agricultura capitalista, já que as inovações biológicas permitiram, como no caso da indústria, superar limites impostos pelas forças naturais. As questões sobre a relação entre capital e propriedade foram modificadas, estabelecendo novas relações entre estes em um processo em que crescente é o envolvimento do mercado de terras com o mercado financeiro (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A mecanização da agricultura agiu no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário a uma determinada atividade e de aumentar a intensidade e o ritmo do trabalho. Por outro aspecto, temos as inovações físico-químicas. Para elevar a produtividade natural do solo, as inovações físicas corresponderam às distintas

combinações de espaçamentos, plantio em nível, drenagem e irrigação, rotação de culturas e outras práticas destinadas a melhorar ou preservar as condições naturais de um determinado terreno tanto do desgaste produtivo, como da ação das intempéries. Os defensivos químicos (pesticidas, inseticidas e herbicidas), por sua vez, não só reduziram o tempo de trabalho como aumentaram a produtividade pela redução de “perdas naturais” do processo produtivo, resultante do ataque de pragas, de doenças e da competição das ervas daninhas, dentre outros. E, ainda, as inovações biológicas por meio das quais o homem interferiu sobre as determinações das forças da Natureza, visando acelerá-las ou transformá-las de modo a romper as barreiras que se antepõem ao capital. As inovações biológicas não apenas viabilizaram, mas, sobretudo, potencializaram e aceleraram os efeitos do progresso técnico, especialmente, nos ramos da química e da mecânica (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 33-35).

Em suma, o aumento da extensão da área cultivada foi deixando de ser o único fator de crescimento da produção agrícola, uma vez que as inovações tecnológicas, ao longo do tempo, foram elevando a produtividade do trabalho e da terra. O progresso tecnológico na agricultura teve como objetivo a geração de insumos artificiais, produzidos em escala industrial, tendo maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais. Houve o aumento da possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de espaços feitos territórios antes desprezados para tal atividade, propiciando a apropriação de parte do exército de lugares de reserva (SANTOS, 2005 [1993]).

Conforme Denise Elias (2006), o uso das benesses da revolução tecnológica reduziu o tempo de produção, sempre superior ao tempo de trabalho, dado pelo ciclo biológico das plantas e dos animais, acompanhando as transformações gerais da sociedade. As bases técnicas da agropecuária têm sido substituídas no cultivo de plantas e na criação de animais por se mostrarem incompatíveis com as novas formas de produção e de produtividade do capitalismo, o que resulta em transformações econômicas e, portanto, socioespaciais.

O padrão de financiamento na agricultura tem sofrido significativas modificações, especialmente, a partir dos anos 1980. A integração direta dos grandes bancos e grupos econômicos com interesses em aplicações na produção agrícola e no mercado de terras destacou-se em um contexto em que o negócio

bancário ultrapassa o crédito. Os bancos, sozinhos ou em conexão com o Estado, definem um conjunto de parâmetros financeiros e tecnológicos que, no ano safra, funcionam como balizadores da produção agrária. A agricultura brasileira, em sua base, é regulada pelo Estado em um sistema em que há, simultaneamente, um processo de conglomeração empresarial marcado pela organização de *holdings*, *cartéis*, *trusts* e inúmeros processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, que perpassam pelos bancos e por outras instituições financeiras do conglomerado, imprimindo direção à aplicação dos capitais em distintos mercados. Este contexto evidenciou o aprofundamento das relações interindustriais agricultura/indústria por meio da integração técnica (DELGADO, 2012).

Constituindo-se em uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, no cerrado, coexistem interesses diversos de ordem econômica, política, social e ambiental, envolvendo agentes influentes nas diversas escalas de poder e de ação, onde vemos as ordens próximas e as distantes mesclando-se (LÉFÈBVRE, 1994; 2008). Os diferentes tipos de espaço passaram a se diferenciar pela distinta capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional (VIEIRA, 2009).

No Brasil, o capital agrário, industrial, comercial, bancário, penetrou a fundo no negócio de terras, detendo sob a forma de títulos patrimoniais, os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas e produtivas em um processo em que há profundo envolvimento da máquina estatal. O capital financeiro criou e expandiu a circulação dos títulos de propriedade. O funcionamento do mercado de terras e todo o conjunto de política pública e privada de administração diferencial das margens e taxas de lucro na agricultura estão na base do crescimento desproporcional da produção agrícola com o agravamento do uso improdutivo da terra pelo grande capital, bloqueando formas diversas de reprodução dos pequenos produtores, distanciando-se cada vez mais dos princípios balizadores de uma reforma agrária¹⁵ (DELGADO, 2012, p. 69). A inserção dos pequenos produtores na política agrícola ficou à margem do funcionamento do mercado e das funções do Estado. De modo geral,

¹⁵ A reforma agrária se inscreve em um pacto social mais geral de controle coletivo da liberdade de movimentos do capital, submetendo-o a uma regulação social mais ampla. A reforma agrária que efetivamente possa mudar a estrutura da propriedade e produção rurais, somente se viabiliza pelas mudanças de redefinição das alianças de classes e grupos sociais, compondo um novo pacto de poder em nível de Estado (DELGADO, 2012).

sua inclusão precária ou rejeição pelo capital, sancionada pela política pública, conduziu a uma sistemática e desumana destruição pessoal e social de seus diversos segmentos em um processo surdo e violento de negação dos direitos humanos fundamentais.

O processo de modernização do campo contribuiu significativamente para a expansão e o aumento da produtividade no país ao integrar novas regiões à economia nacional, incrementando a exportação de produtos agrícolas. Entretanto, observamos que a prosperidade de alguns segmentos está vinculada à miséria de outros. A configuração de uma lógica de gestão onde a dimensão econômica, concretizada na maximização da produtividade e do lucro, ocupa, não sem resistência, um grau de importância cada vez maior. Escolhas e estratégias se deram em um contexto de lógicas de gestão técnica que sobrepuseram a dimensão econômica a sociocultural, a política e a ambiental.

Diferente do que pode aparentar o sentido da inovação não tem total relação com as necessidades dos agricultores. De acordo com Graziano da Silva (1981, p. 160), a inovação tecnológica é um componente de decisão restrito às empresas multinacionais e determinado pela concorrência intercapitalista, que enfrentam, na disputa dos grandes mercados. Os grandes proprietários rurais e o grande capital monopolista, na maioria das vezes ligados a empresas multinacionais, são os principais beneficiários da política de crédito rural do Governo. A tecnologia e o capital relativizaram as restrições naturais e a produção agropecuária. Com a difusão desse conjunto de inovações na atividade agropecuária, sua realização tornou-se crescentemente dependente do processo técnico-científico de base industrial, aumentando as possibilidades de aproveitamento intensivo de espaços antes não utilizados para a produção agropecuária.

Multiplicaram-se os espaços da produção e das trocas globalizadas entre os espaços agrícolas, que passaram por inúmeras metamorfoses, pois são extremamente suscetíveis de aceitação do capital tecnológico devido a sua menor quantidade de rugosidades (SANTOS, 1985). Possuem uma quantidade menor de pedaços de tempo materializados, permitindo uma rápida difusão do capital novo, o que dá respostas mais rápidas aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial, em geral importantes multinacionais (ELIAS, 2006). Nas áreas onde a agricultura científica se expandiu, um meio técnico-

científico-informacional particular foi estabelecido, e, conseqüentemente, houve significativas mudanças no número e no tipo de fixos artificiais no campo, que foram organizados em rede sob um novo processo de racionalização do espaço agrário. A capitalização seguiu fundada na expansão da propriedade privada da terra e em transformações nas relações sociais de produção, incentivos estatais, ampliação do mercado e alterações das culturas. Essas transformações engendraram a transição do rural ao urbano e a gênese das cidades do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2007).

O Brasil, que não estava produzindo soja até os anos 1970, passou a ser o segundo maior produtor mundial de grãos, o maior exportador de farelo de soja, e um dos primeiros para o óleo. Esse aumento foi conseguido por meio da ocupação do cerrado em Mato Grosso, Goiás e oeste da Bahia (THÉRY, 2004). O contexto descrito configurou um quadro de desigualdades, inclusive, entre os municípios do estado de Mato Grosso. A renda e a qualidade de vida da maioria da população mato-grossense não acompanharam os índices de crescimento de Mato Grosso. Mato Grosso é um estado rico, mas a maioria de sua população é pobre (AMM, 2012), reflexo de um quadro de desigualdades visto, também, no município de Lucas do Rio Verde, contradições que continuaremos a apontar no decorrer da tese.

Meados dos anos 1980 até final dos anos 1990¹⁶ compreenderam um período de múltiplas interações políticas, em geral, não convergentes à estruturação de uma estratégia hegemônica para o setor rural. Esse período foi demarcado por fatos significativos e políticas conjunturais atuantes no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora¹⁷ da era militar, sem, contudo, estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. As pressões econômicas externas, no sentido da liberalização dos mercados, e as pressões político-sociais internas, por reconhecimento de direitos, juridicamente estruturados pela nova ordem constitucional de 1988 foram

¹⁶ A abertura econômica ocorrida na década de 1990 possibilitou a entrada direta do capital internacional no processo de produção agrícola brasileiro e mato-grossense por meio das empresas multinacionais do agronegócio, acelerando seu ritmo de crescimento e desenvolvimento tecnológico (MORENO, 2005; SILVA, 2016).

¹⁷ A modernização conservadora (1965-1985) constituiu a etapa de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo (DELGADO, 2012, p. 13). Conforme Graziano da Silva (1978, p. 259), a modernização conservadora privilegiou somente algumas culturas e regiões, assim como tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Foi uma modernização induzida por pesados custos sociais, que vingou pelo amparo do Estado. O oposto do ideal, que seria uma transformação dinâmica e autossustentada.

confluentes apenas no sentido do desmonte da política econômica e social do regime militar. E isso só se constituiu de forma articulada com a política econômica depois da grave crise cambial de 1999 (DELGADO, 2012), ano que demarcou o surgimento do agronegócio. No próximo subcapítulo, exploraremos melhor esse período de transição que, inclusive, balizou a implementação da cadeia carne/grãos na BR-163.

1.2. A chegada da cadeia de carnes

Houve um tempo em que se pregava que a agricultura brasileira, depositária de uma estrutura de posse da terra herdada dos tempos coloniais, seria um obstáculo ao processo de formação de um capitalismo industrial pela rigidez da oferta de alimentos, pela retenção de mão de obra ou pela não expansão do mercado interno (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 27). O fato é que a modernização alcançou a agricultura brasileira e, ao transformá-la, colocou o agronegócio no centro da economia. Nesse processo de modernização, foi fundamental perceber as contradições e compreendê-las no contexto em que o processo foi sendo desenvolvido. Tratamos dos pontos, que elegemos como principais no processo de implantação da cadeia carne/grãos no bioma cerrado¹⁸ da Região Centro-Oeste do eixo da BR-163 mato-grossense e mais, especificamente, no município de Lucas do Rio Verde. Analisamos o atual movimento de expansão e consolidação da cadeia carne/grãos em uma região cuja centralidade é de fundamental relevância para o projeto de país.

Na América Latina, no último decênio, junto com a Argentina e o Uruguai, o Brasil confirmou seu papel como importante abastecedor dos mercados internacionais de bens agrícolas e agroalimentares, o que tem produzido efeitos significativos na economia desses países. Baseada em dados do Banco Mundial e do Cepea, Buhler et al (2016, p. 11) afirmaram que no início dos anos 2010, a

¹⁸ O bioma cerrado abrange um quinto do território brasileiro e tem sido o mais ameaçado, apesar da biodiversidade da fauna e da flora e de sua importância no equilíbrio ecológico. Hoje, possui apenas cerca de 20% de vegetação nativa. A destruição tem sido rápida e a reprodução não se faz em tempo semelhante, ocasionando a destruição do ecossistema. É a crescente pressão para a abertura de novas áreas em um contexto de expansão da fronteira agrícola, que visando aumentar a produção de carne e grãos para a exportação, incrementa o progressivo esgotamento dos recursos naturais da região (MMA). De acordo com Bernardes (2015), entre 2002 e 2009, por exemplo, foram desmatados 37.229 km² no cerrado, indicando que a fronteira agrícola está avançando rumo à floresta amazônica.

agricultura representava de 5% a 6% do PIB no Brasil. Acrescentando as produções agroindustriais e agroalimentares, tais valores foram ainda maiores, passando a 21% e 26% em 2011. E, em 2013, em valor, passaram a representar cerca de 40% das exportações brasileiras.

De acordo com o terceiro levantamento do USDA/FIESP¹⁹ da safra 2017/2018 realizado em julho de 2017, o consumo mundial de soja atingiu cerca de 345 milhões de toneladas. Do total, só a China consumiu cerca de 108 milhões de toneladas. O gráfico 1 veio reafirmar a importância da produção brasileira ao apresentar a produção de soja no mundo nos três maiores produtores mundiais: Estados Unidos, Brasil e Argentina. Exibindo dados de 2010/11 até 2017/18, o gráfico nos mostrou a evolução dessa produção nos três países. Demonstramos o tendente crescimento

¹⁹ USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. FIESP – Federação das Indústrias do estado de São Paulo.

produtivo, onde Estados Unidos destacou-se como maior produtor seguido do Brasil e da Argentina com valores de 115,90; 107 e 57 milhões de toneladas na safra 2017/18.

Mapa 2 – Produção de soja por Unidade Federativa (2015)

Mapa 3 – Produção de milho por Unidade Federativa (2015)

Em termos de produção de grãos no Brasil, os mapas 2 e 3 representaram a produção de soja e de milho em todos os estados brasileiros em 2015. Por

intermédio dos mapas, logo em primeiro plano, foi possível avaliar a intensidade produtiva e a importância do estado de Mato Grosso e dos estados do Sul nessas produções. Maior produtor de grãos brasileiro, Mato Grosso alcançou 27.850.954 e 21.353.295 milhões de toneladas em soja e em milho, respectivamente. Por outro lado, ficou evidente o quanto a produção de grãos com destaque para a produção de soja tem se especializado no território brasileiro.

Realizadas no âmbito da agricultura moderna, as grandes transformações ocorridas na organização espacial do estado de Mato Grosso estão representadas nos dados e devem-se ao dinamismo de suas atividades econômicas vinculadas à produção de soja. Segundo dados do IMEA, já na safra 2012/2013, Mato Grosso produziu, considerando soja e milho, 46.199.220 toneladas (SILVA, 2016, p. 129). No período, os municípios da área de influência da BR-163 responderam por 48,52% da produção do estado e por 13,90% da produção do país (COSTA, 2016, p. 39).

Com base na oferta e na procura do mercado, a *commodity* soja vem sendo negociada no mercado internacional sob uma dinâmica de espacialização atrelada a processos da economia mundial em um contexto em que cada área produtora apresenta distinta capacidade de integração à teia regional. Afinal, diferentes são as condições dos lugares em termos de viabilização da circulação, atuação das forças hegemônicas e de alcance das políticas públicas.

Como bem apontou Buhler et al (2016), o boom da soja no Brasil tem relação com a crescente demanda internacional por *flex crops*, que surgem em um contexto em que transformações globais remodelam o cenário, tornando o que era complexo ainda mais complicado. Em linhas gerais, os *flex crops* são culturas e mercadorias flexíveis, que, fluídas, valorizam-se em função dos seus preços relativos no mercado alimentar, forrageiro, energético ou industrial e com o aumento da presença de capitais obtidos nos mercados financeiros internacionais (TNI). Isso evidencia mudanças estratégicas das empresas agrícolas e a chegada de atores recém-envolvidos na atividade, revolucionando o setor e a dinâmica dos espaços rurais. Movimentos de aceleração e intensificação dos processos produtivos inerentes à organização das cadeias agroalimentares globalizadas, que, inclusive, relacionam-

se à apropriação de terras em nível mundial como sinalizam Borras et al. (2013, p. 162) no trecho que traduzimos a seguir²⁰:

(...) Em parte, a apropriação global de terras está associada ao aumento do que denominamos "cultivos flexíveis e *commodities*": cultivos e *commodities* com usos múltiplos e flexíveis – por meio de complexos de alimentos, rações, combustíveis e produtos industrializados (para exemplificar, pense no milho que é consumido *in natura*, congelado ou enlatado, usado para produzir adoçantes industrializados tal como xarope com alta concentração de frutose; transformado em ração para animais; e moído para produzir etanol, que, misturado com gasolina convencional, é transformado em combustível para veículos). Estes cultivos são produzidos em países tropicais e temperados, resultando, em parte, no aumento do interesse pela terra tanto no Sul como no Norte. Os cultivos e as *commodities* flexíveis têm implicações na governança global, uma vez que um único cultivo/commodity se estende por diversos setores (alimentos, ração, combustível, dentre outros produtos industrializados), espaços geográficos (Norte-Sul, por exemplo) e organizações econômicas e políticas internacionais (países da OECD e países não pertencentes à OECD). Atualmente, os quatro cultivos flexíveis mais populares são o milho, o óleo de palma, a soja e a cana-de-açúcar. Os aumentos da produção agregada global em termos de quantidade e área colhida têm sido significativos nos derradeiros 50 anos, com incrementos maiores nas últimas duas décadas. Muitos investimentos em terras de grande escala produtiva estão sendo implementados no setor de culturas flexíveis e *commodities* (...). (...) Há, portanto, uma mudança significativa no contexto político-econômico global que originou a produtos agrícolas flexíveis (alimentos e não-alimentos), que estão atrelados à atual ocupação de terras (BORRAS et al., 2013, p. 162, tradução nossa).

Segundo os autores, o surgimento dos *flex crops* tem implicações de grande alcance e governança global. As fronteiras setoriais e de instrumentos de governança mesclaram-se em um contexto em que mecanismos transnacionais estruturados por temas (alimentos, ração, energia) passaram a ser relativizados como no caso da soja, que pode ser classificada em, pelo menos, três categorias de alimento. A ascensão de *flex crops* e *commodities* surgiu dentro de uma transição de regime alimentar fluida, ainda em curso. Enquanto para alguns essa reestruturação

²⁰ "(...) Global land grabbing is partly associated with the rise of what we call 'flex crops and commodities': crops and commodities with multiple and flexible uses—across food, feed, and fuel complexes and industrial commodities (think of corn which is eaten fresh, frozen, or canned; used to produce industrial sweeteners such as high-fructose syrup; processed into animal feed; and milled to produce ethanol, which is blended with conventional gasoline to fuel vehicles; and so on). These crops are produced in tropical and temperate countries, partly resulting in the rise of interest in land in both the South and North. Flex crops and commodities have implications on global governance as a single crop/commodity straddles multiple commodity sectors (food, feed, fuel, other industrial commodities), geographic spaces (e.g. North–South), and international political economy categories (e.g. OECD countries, non-OECD countries). The four currently most popular flex crops are maize, oil palm, soybean, and sugarcane. The increases in global aggregate production in terms of quantity and area harvested have been significant during the past 50 years, with greater increases during the past two decades. Many large-scale land investments are located in the flex crop and commodity sector. (...) There is thus a significant change in the global political-economic context that has given rise to flex agricultural commodities (food and non-food) that are associated with the current land grabbing" (BORRAS et al., 2013, p. 162).

global surgiu como uma oportunidade, para outros, configurou-se como uma ameaça. Tais mudanças na economia política internacional da agricultura e do ambiente levaram ao surgimento de novos agentes internacionais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), alguns MICs (MICs - Middle Income Countries, que correspondem aos países de rendimento médio da Ásia como Índia e China) e os países do Golfo. Surgiram novas alianças entre esses países, a ascensão dos *flex crops* e das *commodities*, bem como o reposicionamento relevante do Estado no processo de desenvolvimento. Referimo-nos mesmo que, indiretamente, à fragmentação do espaço (BORRAS et al., 2013).

No Brasil, em uma região fundamental para a economia do país e para a dinâmica do mercado mundial, o Centro-Oeste formou um novo parque industrial fundamentado em novas tecnologias. Júlia Adão Bernardes vem estudando essa área desde 1994, onde passou a pesquisar o desenvolvimento e a evolução de cadeias produtivas. Seu trabalho envolveu um conjunto de pesquisas sobre as fronteiras da técnica e do capital no cerrado brasileiro, tendo o estado de Mato Grosso como laboratório. Nos anos de 1990, a autora se deteve à expansão da agricultura moderna (soja, milho, algodão) e, na década seguinte, começou a investigar na expansão da cadeia carne/grãos, fatores que evidenciaram a importância dos seus estudos para o desenvolvimento de nossa análise. No que se refere à cadeia carne/grãos, a geógrafa afirmou que a fronteira mais recente se encontra no trecho mato-grossense da BR-163. Essa cadeia se caracteriza pela diversificação da produção por meio do aproveitamento da maior parte da safra de grãos, principalmente de soja e milho, na própria região, apesar de uma parcela sem valor agregado, continuar sendo exportada (BERNARDES, 2011).

Os solos do Cerrado, de forma geral, são profundos, pobres em nutrientes e ácidos (IB-USP; BRASIL), sendo, inicialmente, desfavoráveis ao cultivo de grãos, fatores minimizados com a criação de novas técnicas de manejo, de correção dos solos e com o desenvolvimento de mudas e sementes adaptáveis. A abertura da rodovia BR-163 e a concessão de incentivos fiscais não foram os únicos condicionantes incentivadores da ocupação e do desenvolvimento econômico da região. Não podemos ignorar o potencial de recursos naturais como a luminosidade, a distribuição regular das chuvas e a topografia plana, que favorece economias de escala com o uso de maquinário, o que compõe o quadro de vantagens competitivas

no mercado internacional. A adaptação local de inovações nas variedades, nos produtos ou nos processos renovou as condições de produção dos grãos. Ocorreu a generalização das plantas geneticamente modificadas, paralelamente à crescente adoção do plantio direto, ao uso progressivo de máquinas potentes, da pulverização aérea e das técnicas de precisão com o uso de GPS (BUHLER et al, 2016).

As inovações técnicas fortaleceram os laços internacionais, constituindo-se, em escala nacional, em relevantes vetores de transformação das unidades de produção agrícola. Conforme entrevistas realizadas em campo, no Centro-Oeste brasileiro, a difusão da soja de ciclo curto permitiu, também, semear, em uma segunda safra, algodão ou milho (safrinha). É nessa lógica que o Cerrado mato-grossense se constituiu como uma fronteira mediante a coexistência de distintos interesses em dimensões escalares, que se estenderam do local ao global (BERNARDES, 2003; VIEIRA, 2009; COSTA, 2016).

Os fatores estruturantes da produção do espaço e da organização da sociedade foram constituídos de acordo com as necessidades da nova acumulação na fase de implantação da cadeia de carnes. Bernardes (2015) ressaltou a importância das variáveis capital, terra e trabalho. No contexto explicitado, o capital se relacionou aos volumosos investimentos; a necessidade de disponibilização da terra viabilizou as economias de escala, sendo o trabalho o cerne da extração da mais valia. Tais transformações ocorreram atreladas a mudanças políticas, econômicas e sociais na conjuntura destacada a seguir.

De acordo com Delgado (2012) e reafirmado por Pauli (2013), dois fatos significativos no início e no final dos anos 1980 demarcaram a exaustão do modelo de crescimento econômico geral da época do regime militar: a crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Na crise cambial de 1982, medidas conjunturais de ajustamento econômico foram adotadas, configurando um embrião do apelo à exportação de *commodities* como via de equação do déficit persistente nas transações externas. Essa crise deflagrou um conjunto de mudanças econômicas externas, que, somadas às mudanças institucionais autônomas da Constituição de 1988, interromperam a estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura.

As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière* são análogas. A transformação da base técnica de produção no campo e a

constituição dos denominados complexos agroindustriais foram processos históricos interligados, porém, distintos no tempo e no espaço. O campo brasileiro não se resumiu aos complexos agroindustriais e ao processo de mudança na base técnica de produção no campo. Entre a criação de cooperativas e de complexos agroindustriais, os complexos agroindustriais concentraram-se regional e socialmente em sua maior parte em áreas do Sudeste e do Sul, propagando-se pelo Centro-Oeste com maior força nos anos 1980²¹. No bojo do processo de modernização conservadora, conviveram uma agricultura tradicional não industrializada, o sistema agroindustrial e o movimento de expansão horizontal da fronteira agrícola (DELGADO, 2012; PAULI, 2013).

Marcos na expansão da fronteira agrícola nos anos 1980 no Cerrado mato-grossense, políticas públicas do Regime Militar, crise fundiária na macrorregião Sul do país e avanços técnicos na agricultura resultaram em uma conjuntura econômica e política responsável por mudanças na lógica de organização do território brasileiro. Durante o Regime Militar, a principal preocupação foi integrar as regiões afastadas. A questão fundiária no Sul do país enfrentava problemas com o aumento da ocupação, o encarecimento das terras e as limitações ambientais, levando os produtores a buscarem maior quantidade de áreas e áreas mais baratas. Em contrapartida, a combinação de incentivos federais de caráter desenvolvimentista voltados para o Centro-Oeste e a oferta de grandes estoques de terra por preços baixos motivaram as famílias de pequenos produtores a venderem um pedaço de terra no Sul e comprarem extensões maiores em Mato Grosso (SCHUMANN et al, 2015).

As reformas neoliberais promovidas nos anos 1990 nas políticas agrícolas demonstraram importantes estruturas internas de fomento produtivo e comercial e abriram o comércio exterior de maneira distinta do período anterior. Houve um processo de desmontagem das instituições estatais gestoras do projeto de modernização conservadora. Em 1999, ocorreu uma grave crise cambial, que demarcou a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola baseado em alterações na política econômica e financeira do Estado. O

²¹ Em grande parte, a agricultura do Nordeste foi deixada de lado, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia. Participaram desse processo de modernização cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do Nordeste), ora como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista de terras e da exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial Amazônica e Cerrados) (DELGADO, 2012).

Brasil viveu um momento econômico difícil na passagem do século, o que gerou repercussões na região de maior produção de grãos do país.

Conforme Delgado (2012) e Pauli (2013), a partir da crise de 1999, ocorreu um pacto na economia política em que o agronegócio assumiu grande importância para reverter o déficit na balança de pagamentos, um dos elementos macroeconômicos internos causadores da crise econômica brasileira. Pretendeu-se resolvê-lo mediante incremento nas exportações de produtos primários – agrícolas e minerais, cuja demanda mundial revelou-se altamente impactada. Nesse contexto, o Estado passou a investir no agronegócio para superar as deficiências encontradas no setor. Assistiu-se à expansão da agricultura moderna em várias partes do país com destaque para o Cerrado mato-grossense (DELGADO, 2012; COSTA, 2016).

Tivemos o marco da transição entre dois projetos de economia política – o da “modernização conservadora” da era militar (1965-1985) e o da “economia do agronegócio”, plenamente vigente a partir dos anos 2000²², período em que ocorreu o estabelecimento da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense. A economia do agronegócio caracterizou-se pelo significativo crescimento das cadeias agroindustriais no período de 2000 a 2010, que explicitada em função de fatores internos e externos, ocorreu a partir de inserções externas e de mudanças na economia política interna. O pacto do agronegócio espalhou-se na economia em um contexto em que as principais consequências recaíram sobre os setores internos, excluídos ou precariamente incluídos no projeto de desenvolvimento pelo setor primário exportador (DELGADO, 2012; PAULI, 2013).

A disponibilidade de terras, o avanço das técnicas, das pesquisas agropecuárias e as vantagens de suas características físicas, dentre outros fatores, fizeram com que a região já começasse a se destacar nacionalmente na década de 1990. O eixo da BR-163 mato-grossense sempre se destacou na produção de grãos. A partir de dados do IBGE, Costa (2016, p. 40-41) sinalizou que, em 1990, os doze maiores produtores de soja da área de influência da BR-163 mato-grossense já correspondiam a 27,74% da área plantada e a 26,24% da produção do estado de

²² O apelo à exportação de commodities ocorreu tanto na crise de 1982 quanto na efetivação dessa estratégia econômica nos anos 2000, que, pelos seus desdobramentos específicos, promoveram o crescimento de poucos setores produtivos e impactaram a renda territorial e os preços das propriedades rurais. Houve um resgate da política agrícola governamental com as especificidades da Constituição de 1988 e demais desdobramentos deste período histórico, configurando-se na expressão última resultante deste processo (interno e externo) na Conta Corrente do Balanço de Pagamentos (DELGADO, 2012; PAULI, 2013).

Mato Grosso. Os doze maiores produtores, a saber: Sorriso, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Tapurah, São José do Rio Claro, Nova Maringá, Sinop, Vera, Paranatinga e Santa Carmem.

No decorrer da década de 1990, tais municípios expandiram a sua importância, alcançando, no ano de 2000, aproximadamente 39,22% da área plantada do estado e 39,66% da quantidade produzida. O estado exibiu grande avanço na importância da produção sojifeira no conjunto nacional, passando de 15,40%, em 1990, para 26,73% em 2000. Desde 1990, a produção altamente tecnificada sinalizou a superioridade do rendimento médio da área. No ano 2000, o rendimento médio desses municípios alcançou 2.927 kg/ha, enquanto o Brasil registrou 2.430 kg/ha. As transformações que se desencadearam na área de influência da BR-163 mato-grossense estavam ligadas a um novo uso e apropriação do espaço. Esse espaço assumiu o papel de instrumento para a reprodução do capital, sendo altamente tecnificado segundo os interesses do agronegócio. É o espaço requalificado em conformidade com o poder hegemônico sob o impulso de novos sistemas técnicos (SANTOS, 2006 [1996]).

Cabe ressaltar que a primeira aproximação conceitual de agronegócio (agrobusiness) foi formulada pelos norte-americanos John Davis e Ray Goldberg em 1957, apesar do mesmo ser utilizado por outros autores, de maneira correlata, a longa data. Goldberg (1968), citado por Batalha (1997), descreveu o conceito de *Commodity System Approach* ou Enfoque Sistêmico do Produto, que tem como princípio a orientação sistêmica estabelecida pela inter-relação entre as atividades de produção, processamento e distribuição de alimentos. Engloba todos os envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema incluiu o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo dos insumos ao consumidor final. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio.

Batalha (1997) destacou que uma cadeia de produção pode ser entendida como um encadeamento técnico, econômico ou comercial, entre as etapas de produção. Segundo o autor, as etapas de uma cadeia produtiva agroindustrial são: produção de matérias primas, industrialização e comercialização. Um conjunto

constituído pela sucessão de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades como a geração de produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; o financiamento, a pesquisa, a tecnologia e a assistência técnica (MÜLLER, 1989, p. 45). Complexos agroindustriais (CAI) foram formados.

Complexo agroindustrial é a designação dada às relações entre a indústria e a agricultura na fase em que a agricultura representa intensas conexões com a indústria para a agricultura e com as agroindústrias. O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. Também é uma unidade de análise na qual as atividades (agricultura, pecuária) se vinculam com as atividades industriais de uma dupla maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento; com o comércio atacadista e varejista internos; e com o comércio externo, tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura (MÜLLER, 1989, p. 149).

Entretanto, conforme Mazzali (1995), o conceito de CAI perdeu seu poder explicativo devido a um conjunto de transformações estruturais desdobradas a partir da década de 1990, sinalizando novas dinâmicas das articulações entre os agentes econômicos. Falamos do esgotamento do modelo de desenvolvimento agroindustrial inaugurado na década de 1960. Mudanças na ordem econômica mundial se expressaram em manifestações aparentemente contraditórias. Por um lado, forças poderosas introduziram a globalização da economia. De outro, verificou-se uma tendente regionalização das relações econômicas com a politização crescente da competição. Vieram as transformações em âmbito tecnológico, corporificadas em uma privatização cada vez maior dos fluxos internacionais de tecnologia, com o predomínio de alianças oligopólicas que restringem o acesso ao conhecimento científico, aos projetos de produto e às técnicas de produção. E, no âmbito nacional, como já colocado, uma crise fiscal atrelada à desarticulação ao tipo de aparato de regulação estatal tradicional.

Perante esse quadro, o autor supracitado propôs um novo instrumento explicativo para compreender as mudanças ocorridas. Tratou do “modo de organização em rede”, que, proposto como novo referencial teórico pelo autor, caracterizou-se pela reformulação das formas de organização intra e

interempresariais em direção à obtenção de maior “flexibilidade” por meio da subcontratação de serviços diversos ou da realocização de unidades industriais, além de novos mecanismos de financiamento e comercialização da safra, que reconfiguraram as relações com produtores rurais. O que o autor denominou cadeia soja/óleo/carnes é o processo de reorganização de segmentos agroindustriais, que analisamos, estando o nosso olhar voltado especificamente para os grãos e as carnes. Os principais agentes de mudança compõem o segmento da agroindústria processadora e são suas estratégias que redefinem as relações de produção (MAZZALI, 1995; ARACRI, 2012).

A análise do processo de reorganização dos segmentos agroindustriais evidencia a reestruturação das articulações entre as empresas e os agentes econômicos dentro e fora da empresa. As transformações nas interações entre as empresas são consequência da busca por maior coerência entre as mesmas e do estabelecimento ou estreitamento dos vínculos com fornecedores, distribuidores, clientes e concorrentes (MAZZALI, 1995). Requisitadas pelos agentes privados do agronegócio, pela pesquisa pública e pelas empresas agrícolas, as inovações na forma de produzir e nos produtos contribuíram para aprimorar as eficiências técnicas, a simplificação das tarefas do cultivo, a normatização do trabalho.

Tais inovações estão por trás das alterações na organização das empresas agrícolas, intentando a homogeneização dos itinerários técnicos e o declínio dos conhecimentos locais. Mais caminhos foram abertos para a precarização, para a divisão e para a terceirização do trabalho. Os produtores capazes de combinar recursos, informações e *know-how* providenciaram a expansão espacial do cultivo de *commodities*. Os que enfrentaram dificuldades desistiram ou arrendaram a sua fazenda (BUHLER et al, 2016).

A recessão e o absenteísmo do Estado na política agrícola fundamentada no neoliberalismo dificultaram a construção de uma política inclusiva de desenvolvimento rural em que o papel do Estado teria que ser mais relevante. De acordo com Delgado (2012), o que ficou evidente nos anos 2000 foi o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, viabilizando um projeto de acumulação de capital para o qual a captura da renda da terra foi essencial, assim como a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados em um processo de reestruturação da economia

do agronegócio. A citação abaixo nos trouxe a dimensão temporal exata desse período no Brasil, sinalizando as principais mudanças implementadas.

O segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2003) iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram: 1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; 2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa) (...); 3) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas (...); 4) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; 5) reativa-se a provisão do crédito rural nos planos safra, iniciada com o programa Moderfrota, e retomada com vigor no período 2003/2010 (...) (DELGADO, 2012, p. 94).

Nesse período, empresários do ramo passaram a se interessar em atrair indústrias de carnes para a região concentrada de soja, que antes dos anos 2000, mantinha-se econômica e produtivamente mais voltada para os grãos. Essa área foi assim definida a partir de análises realizadas por Júlia Adão Bernardes e pelo NUCLAMB (Núcleo de Estudos Geoambientais), grupo de estudos da UFRJ coordenado pela última. Corresponde à área sob influência da BR-163 mato-grossense que se revela mais dinâmica. Com forte concentração de soja, é a área cuja fronteira interna ainda permite algum nível de expansão. É a área produtora de soja mais antiga, onde os processos de expansão dos anos 1980 já se encontram relativamente consolidados (BERNARDES, 2007).

A metodologia utilizada para distinguir a área concentrada incluiu o levantamento dos dados de produção de soja. Hoje, cinco são os municípios que compõem essa área: Sorriso, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Diamantino e Lucas do Rio Verde. Em 2013, os municípios da área concentrada apresentaram produção entre 690 mil e 1.930 milhões de toneladas de soja. A soma da produção dos municípios que se encontram na área concentrada respondeu por 49% da produção de toda a área de influência da BR-163 mato-grossense (COSTA, 2016, p. 47). Havia desconforto, instabilidade e insegurança com o fato da região se apoiar apenas na produção de grãos, uma vez que se refere a um mercado de *commodities* com fortes variações na bolsa (VIEIRA, 2009; COSTA, 2016).

Na área concentrada, a partir de 2000, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum formaram o que denominamos municípios-sede da cadeia carne/grãos. Tornaram-se receptores da implantação da cadeia de carnes. Com o intuito de agregar maior valor à produção, a criação de aves e de suínos foi incorporada de modo que essa passou a fornecer ração para a cadeia de carnes. Com a soma dos três municípios, em 2015, essa área produziu 5.956.915 toneladas, 12,11% do total da produção de Mato Grosso. Com uma área plantada de 1.527.100 hectares e rendimento médio de 3.038 Kg/ha para a soja e 5.538 Kg/ha para o milho.

Passando por significativas mudanças, um dos aspectos mais marcantes da flexibilidade da agricultura brasileira é a capacidade de mudar a distribuição espacial de suas produções: os deslocamentos ou a expansão, por centenas de quilômetros, das principais regiões produtoras de café, de arroz, de açúcar, de algodão e de soja são um exemplo da mobilidade do mapa agrícola brasileiro, quando analisado sob uma perspectiva espaço-temporal. O processo de implementação da cadeia de carnes na BR-163 mato-grossense a partir de 2000 colocou-se sob essa perspectiva. Discriminamos a inserção de Lucas do Rio Verde com a entrada da BRF. Mediante a atuação associada do capital e do Estado na agricultura moderna, o deslocamento da cadeia produtiva de carnes do Sul do país para o Centro-Oeste ocorreu por meio de inovadoras ações, que passaram a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as práticas dos novos agentes.

Combinando incentivos públicos com interesses privados que visavam a superar a denominada “crise” do preço das *commodities*, indústrias do ramo de carnes foram atraídas e passaram a diversificar e agregar valor à produção de grãos. A instalação da cadeia de carnes demandou aumento na produção de soja e milho, repercutindo em Lucas do Rio Verde bem como em municípios e/ou regiões envolvidas direta ou indiretamente neste processo produtivo (COSTA, 2016).

Conforme entrevistas de campo, com capacidade de abate de 500 mil frangos/dia e de 10 mil suínos/dia, o projeto de instalação da Sadia, atual BRF, foi iniciado em 2006 e, em 2008, quando a primeira etapa do Complexo Industrial Senador Atílio Fontana foi concluída, as atividades de abate e a gradativa industrialização começaram a ser realizadas, constituindo-se em um marco singular para o município de Lucas do Rio Verde. Toda a planta da BRF custou 800 milhões

de reais. O complexo abrigou grandes indústrias do setor de alimentação, processamento de soja e industrialização de biodiesel.

Junto à BRF, chegaram muitas outras empresas como as de esmagamento de soja, que, produzindo cerca de 3000t de soja, transformam-na em óleo para o consumo e para o biodiesel. Essa cadeia agroindustrial de carnes (aves e suínos)²³ foi inserida no município com alto padrão técnico, organizada e integrada à grande produção de grãos que, por sua vez, passaram a ser industrializados e transformados em ração para os animais, constituindo, assim, a cadeia carne/grãos (VIEIRA, 2009; BERNARDES, 2011).

Em termos de Brasil, no governo Lula I (2003 a 2006), o agronegócio seguiu com significativos resultados macroeconômicos. Contudo, no governo Lula II (2007 a 2011), conforme Delgado (2012, p. 98-99), houve recrudescimento do desequilíbrio externo, motivo original da forçada opção por exportações primárias como espécie de solução conjuntural/estrutural para o comércio exterior. Vale ressaltar que, no que tange à valorização fundiária, os anos 2000 carregaram forte diferença em relação à década anterior. A formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas sempre se constituíram nos ciclos fortes de expansão agrícola sob a associação dos grandes proprietários com as agências de Estado, encarregadas da política fundiária. Esses processos se repetiram na década 2000 sob novas roupagens. Viabilizada pelo boom das commodities e pela frouxidão da política fundiária, isso configurou ao setor de agronegócio um campo peculiar de valorização da sua riqueza.

No Brasil, embora aumente o número de propriedades rurais, devido a políticas de apoio à agricultura familiar, a produção permaneceu extremamente concentrada. Com base em dados do Censo Agropecuário de 2006, Alves e Rocha (2010) sinalizaram que 423.689, 8% dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas geraram 85% do valor bruto da produção e, desse grupo, 0,4% promoveram 51% do valor total. Portanto, a concentração fundiária teve como referência a concentração da produção em um número restrito de atores, grupos favorecidos, refletindo o alto peso dos maiores estabelecimentos que trabalham, neste caso, em terras próprias.

²³ Quando nos referimos ao termo cadeia carne/grãos no município de Lucas do Rio Verde e na área concentrada como um todo, referimo-nos, sobretudo, aos frangos e aos suínos, pois ali, hoje, a bovinocultura não é predominante. Na atualidade, quando há bovinos na região, são poucos e, geralmente, estão no confinamento. Júlia Adão Bernardes inferiu que, por ocuparem grandes áreas, a região estudada tornou-se inadequada, uma vez que as áreas são para a soja.

Em termos comparativos, Buhler et al (2016) diferenciaram o Brasil da Argentina, que segue a tendência histórica de terceirizar o trabalho agrícola e arrendar terras, enquanto no Brasil, o que predomina é a aquisição da terra e de maquinário.

Ao deixar de se fundamentar apenas na monocultura da produção de soja, embasadas na implementação da cadeia carne/grãos, ocorreram significativas mudanças na atividade produtiva da Região Centro-Oeste. A maior parte das colheitas passou a não mais ser exportada *in natura*, a preços baixos. Os agricultores passaram a agregar cada vez mais valor aos grãos, transformando-os em ração para suínos e aves ou em produtos industrializados, que geraram mais divisas ao País quando exportados. Instituições privadas e públicas se empenharam em intervir nessa região, criando condições para a difusão e para o aprofundamento do sistema de mercado autorregulável, procurando remover obstáculos ao funcionamento do sistema competitivo.

É impossível negar que os negócios foram prejudicados pelas oscilações dos preços das *commodities* no mercado internacional e pelo aumento dos custos dos insumos, situação agravada pelas dificuldades da logística de transportes de Mato Grosso. Quem está na região, procura encurtar distâncias, situando as atividades em um raio próximo aos elos da cadeia produtiva (FREDERICO, 2008). É o que fazem as gigantes do agronegócio como Amaggi, Bunge, Cargill e ADM, cujos silos ou unidades esmagadoras estão concentrados nos municípios cortados pela BR-163, a espinha dorsal da produção de grãos no estado. Dessa forma, ao tempo trazido para os cerrados com a difusão dos fronts agrícolas, houve a imposição do tempo do *front* da cadeia carne/grãos na agricultura moderna da BR-163, o que se fez com a difusão de objetos técnicos mais especializados que possibilitaram ações mais racionais e velozes.

A política viária de Mato Grosso veio se direcionando no sentido Sul-Norte, o que ocorreu por meio da valorização do transporte intermodal, envolvendo a rodovia, a hidrovia e a ferrovia em direção a Santarém (PA), no caso da BR-163, e para Porto Velho (RO), via BR-364. Ainda, por meio da ligação das rodovias federais 163 e 158 em direção ao Pará ou ao Tocantins, como também em direção aos portos do Sul e do Sudeste do país, como já vem ocorrendo. As atividades que vêm sendo implantadas em função dessa logística significam novas possibilidades de

revitalização de espaços, implicando na criação de infraestruturas e de processos produtivos inovadores (BERNARDES et al, 2016).

Os resultados produtivos enfrentaram e ainda enfrentam fatores limitantes. No Centro-Oeste brasileiro, as ajudas do governo permitiriam aos produtores investir mais, porém, as instalações continuam insuficientes. Os insumos são importados em sua imensa maioria, o que encarece os custos de produção. Os terminais portuários, afastados dos espaços agrícolas associados às infraestruturas de transporte precárias ou de difícil manutenção, constituem significativos gargalos. Os altos custos do frete repercutem no custo de produção, o transporte por caminhão é pouco conectado à malha ferroviária quase inexistente e o transporte fluvial segue marginal. Em relação à estocagem, os silos existentes não conseguem absorver o acréscimo dos volumes colhidos e ficam concentrados à jusante da produção (BUHLER et al, 2016).

O desenho espacial da cadeia produtiva de grãos no cerrado foi alterado. Novas proporções do capital levaram à instauração de formas de relações entre empresas e de interações entre lugares capazes de produzir hierarquias entre os distintos capitais e espaços. Baseado no processo de modernização, novas relações campo/cidade foram estabelecidas em uma vinculação entre reorganização espacial e coordenação de novos processos, procedimentos e ações capazes de organizar e otimizar o funcionamento de setores produtivos e o movimento de seus produtos no âmbito da cadeia carne/grãos. Entre a competitividade, o domínio da ciência e do mercado, o cerrado do Centro-Oeste tornou-se um espaço possível e adequado para as atuais necessidades de escala de produção das empresas globais em um processo capaz de articular as diversas escalas de ação e de poder.

As novas proporções do capital produtor de carnes passaram a demandar garantia da produção de grãos em níveis quantitativos e qualitativos em um contexto em que a seletividade espacial e o controle do espaço são efetivados. Novos caminhos às regiões foram impostos, culminando no processo de concentração da terra, que implica em redução e/ou exclusão de pequenos²⁴ e médios produtores. É o modelo técnico-produtivo das novas cadeias produtivas, que produz novos espaços não apenas eliminando o bioma cerrado, mas consumindo mais natureza,

²⁴ Devido ao alto valor do módulo fiscal, que varia entre 80 e 100 ha, na realidade mato-grossense, de acordo com Costa (2016, p. 50), podemos considerar como pequeno produtor aquele que possui até 500 ha. Esse valor do módulo fiscal é um dos maiores do país, uma vez, segundo critérios do Incra, tais números variam de 5 a 110 ha em todo o Brasil.

maiores volumes de água, de energia e de matéria-prima ao produzir, em contrapartida, grandes volumes de dejetos com significativas repercussões negativas sobre o meio ambiente (BERNARDES, 2015).

Ficou clara a disputa político-econômica para que a instalação da Sadia, hoje BRF²⁵, fosse realizada em Lucas do Rio Verde. O município está localizado em uma das regiões que mais cresceram no Brasil, sendo um dos municípios que se destacaram na cadeia carne/grãos da BR-163, compõe o centro produtor de grãos de Mato Grosso. Em entrevista realizada em 2010 Luciane Bertinatto Copetti, então secretária de Agricultura e Meio Ambiente, afirmou que, antes de 2000, o governo desse município só pensava na agricultura. Em torno de 1 milhão e 600 mil toneladas de grãos eram produzidos, onde se incluiu a soja e o milho. Pelos gráficos (2, 3 e 4) a seguir, é possível avaliar o crescimento da produção acompanhado dos acréscimos em termos de área plantada e de rendimento médio da produção entre 2000 e 2015. Além de mostrar a produção, os gráficos revelaram o alto nível técnico utilizado na produção expresso, sobretudo, no rendimento médio alcançado. Nesse sentido, em 2015, totalizou 1.578.525 kg de produção, 398.450 ha de área plantada e 4.195 kg/ha de produtividade.

De fato, o grande volume de produção de grãos na região foi um importante fator de atração por parte da cadeia de carnes, porém, a decisão de implantar uma

²⁵ Em 2009, Perdigão e Sadia anunciaram o início do processo de fusão para unificar as operações das duas companhias, associação que foi firmada em maio de 2009. Porém, foi em 2011 que a fusão da Sadia com a Perdigão foi oficializada, tornando-as uma só empresa, a BRF- Brasil *Food*s, resultado de uma longa negociação com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (ISTO É, 2011). Tratou-se de uma união operacional, intentando sanar problemas financeiros. A BRF surgiu com os apostos de décima maior empresa de alimentos das Américas, segunda maior indústria alimentícia do Brasil, maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira. Mesmo com a pressão exercida pelo cenário de retração da economia brasileira e variação cambial, mantiveram o crescimento de vendas no Brasil, obtendo uma *performance* acima do esperado nos mercados internacionais, além de terem lançado novos produtos. Mantem um ciclo de inovações estruturado para os diferentes mercados com mais de 300 inovações e renovações no ano associadas a parcerias e aquisições estratégicas. Com faturamento líquido médio anual de R\$ 32 bilhões e o lucro líquido de R\$ 3 bilhões em 2015, a BRF ocupa a terceira posição mundial no abate de aves segundo a *Watt Global Media*, sendo, ainda uma das maiores companhias globais de alimentos em valor de mercado. Produz alimentos que chegam a mais de 150 países nos cinco continentes com marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Perdigão e Paty. Nos últimos anos, a estratégia da empresa foi direcionada para a internacionalização da Companhia, que, hoje, atende à Europa, à Ásia, à América Latina, ao Oriente Médio e à África. No Brasil, está entre as principais empregadoras privadas, com 105.733 pessoas com mais de 97 mil postos diretos e mais de 8 mil indiretos, mantendo uma cadeia de valor com mais de 16 mil produtores agropecuários integrados e mais de 2 mil outros fornecedores logísticos, de suprimentos, grãos, farelos e óleos. A empresa possui 35 fábricas e mais de 20 centros logísticos no Brasil até 2015 e, em 2016, iniciou a 36ª planta industrial construída em Seropédica, no Rio de Janeiro. No exterior, são 13 unidades industriais, incluindo a de Abu Dhabi nos Emirados Árabes, inaugurada em 2014 (BRF - RELATÓRIO ANUAL, 2015).

unidade fabril com proporções como as da BRF em um município como Lucas do Rio Verde foi feita por um conjunto de fatores, passando por disputas municipais e acirrando a competitividade regional. Houve a imposição de uma guerra dos lugares e, conforme a entrevistada, 2005 e 2006 podem ser considerados os anos marco para a implementação do processo de verticalização da produção, uma vez que a BRF começou a ser instalada em 2006.

A guerra dos lugares, assim denominada por Santos (1985, 2006 [1996], 2007 [2000]), refere-se a uma guerra global relacionada ao uso do espaço tido como território, onde as maiores empresas elegem pontos de interesse em um país. São as especialidades destacadas pelos municípios ao venderem seu território como mercadoria às grandes empresas multinacionais, que evidenciam a importância dos espaços e de suas particularidades, apontando para contradições no interior do processo de globalização. Cada vez mais precisa a seleção dos espaços para o exercício de atividades tornou os lugares competitivos. Os lugares passaram a se adaptar às condições técnicas e políticas para a instalação de empresas mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais e trabalhistas dentre outros.

O solo, o clima e as políticas públicas de incentivo para a ocupação da região, aliadas ao posterior significativo investimento em tecnologia, foram alguns dos elementos que transformaram esse município. Segundo informações obtidas em trabalhos de campo, Lucas do Rio Verde cedeu à indústria de carnes 12 anos de exoneração fiscal, colocando em prática a política de estímulos às grandes

empresas por meio da concessão de terras para a implantação dos fixos e isenção de impostos. Outros fatores decisivos foram a presença de rede de telecomunicação acessível e a disponibilidade hídrica e energética (BERNARDES, 2015).

No âmbito do governo estadual, além da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi dada ênfase à melhoria das vias. Em âmbito federal, dominaram os subsídios governamentais por meio das formas de financiamento, as quais também filtraram e selecionaram os espaços e os grupos a serem financiados, além das obras viárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma política visando ao incremento da produção e da produtividade. O novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase envolveu, portanto, uma forte atuação do Estado no estabelecimento de regras, instrumentos e definição legal de papéis (BERNARDES, 2015).

Fábricas diretamente vinculadas à produção de frangos e suínos surgiram, além de indústrias de outros setores começarem a se instaurar. O surgimento de novas demandas e necessidades geradas a partir do estabelecimento da cadeia de carnes e grãos permitiu que a cidade agregasse novas funções, exigindo a reorganização não só do espaço rural, mas, também, do espaço urbano. Portanto, o município vem passando por um processo de transformação de seus espaços para se ajustar às novas exigências, o que altera a sua organização (VIEIRA, 2009, 2016). A BRF instalou-se em Lucas do Rio Verde devido ao arrefecimento do modelo implementado no Sul do Brasil. Essa instalação impactou a dinâmica produtiva, econômica e social de outros municípios. Como exemplo, citamos o caso de Sinop²⁶, que perdeu dinamismo, passando por problemas ligados à perda de mão de obra como constatamos nos trabalhos de campo realizados desde 2006.

Em Lucas do Rio Verde, a história do novo tempo do capital está associada ao movimento de fusões, de centralização e de concentração do capital e de poder, inclusive do poder político. No contexto, pensando em projetos que têm impactado a região, Bernardes (2015) citou a fusão do Grupo Vanguarda do Brasil com a Brasil Ecodiesel, da Perdigão com a Gale Industrial e o Grupo Paraíso, além da própria fusão da Sadia com a Perdigão (BRF). No processo de cooperação/competição do encadeamento produtivo, o nível de interdependência entre os agentes fez com que as estratégias, desdobradas em concentração e centralização do capital,

²⁶ Enquanto município, Sinop sempre foi conhecido como Capital do Nortão de Mato Grosso, sendo polo de referência em todo o norte do estado.

provocassem efeitos em todos os que passaram a compor a cadeia. Substanciais níveis de investimento foram evidenciados, centralizando-se a economia em um menor número de empresas. É o aumento do monopólio, que promovendo as novas proporções do capital na instauração de inovadoras formas de relações entre empresas e lugares, entre o rural e o urbano, significaram disputa de todos os espaços e parcelas do mercado a partir da submissão e/ou exclusão de produtores menores (BERNARDES, 2015).

Forte é a presença de *tradings* como: Bunge (NL), Cargil (EUA), ADM (EUA) e Amaggi (BR), dentre outras. São empresas globais, intermediadoras do produtor com o mercado, que, responsáveis pela venda de pacotes técnicos e pela comercialização do produto final para o mercado de consumo, detêm forte domínio no comércio global de *commodities*. A distância dos grandes centros e a necessidade de maior tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Cerrado explicam por que é determinante a proximidade de grandes empresas na região, ocupando e dinamizando cada vez mais a cidade. Além de comercializarem e produzirem elementos importantes para a agroindústria, as empresas e as *tradings* podem financiar a produção, fornecer pacotes agrícolas e comercializar o produto final. Por outro aspecto, a presença dos bancos públicos e privados no espaço intraurbano é fundamental, uma vez que possuem papel ímpar no custeio e na aquisição de crédito para investimentos (DELGADO, 2012).

Lucas do Rio Verde tem forte presença nos âmbitos regional e nacional. O desenvolvimento da agricultura e os incentivos à expansão do setor industrial têm sido referência e estimularam a diversificação da economia não só no município, mas em toda a região. A base da economia é a agroindústria, que trabalha em conformidade com a evolução da produtividade agrícola. O complexo industrial permitiu a transformação do que se produz no entorno. Houve uma geração desigual de emprego e renda, que alcançou a alguns e excluiu outros. Adequando os produtos às demandas dos distintos mercados e dos diferentes destinos, a BRF vem alcançando números cada vez mais surpreendentes com base na verticalização da economia. Houve a instrumentalização do trabalho na busca por criar um suporte necessário para estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias. Os produtores passaram a industrializar pensando em maiores lucros e aproveitamento da demanda por alimentos, que apresentou perspectivas de crescimento.

O município de Lucas do Rio Verde foi projetado para grandes negócios e reorganizado para receber empreendimentos capazes de ser agregados ao complexo industrial. Uma infraestrutura inicial foi criada para a instauração de novos projetos. Em campo, foi possível observar esta infraestrutura pelo facilitado acesso aos demais municípios da região e portos de exportação. O município conta, inclusive, com o Aeroporto Bom Futuro com capacidade para pousos e decolagens de aviões de pequeno, médio e grande portes. Um município que foi ocupado por diversas famílias de agricultores oriundas do Sul do Brasil, em pouco mais de dez anos, Lucas do Rio Verde começou a se destacar e passou a ocupar os primeiros lugares no *ranking* dos maiores produtores de grãos do Brasil. A diversificação da economia e o estabelecimento de cadeias produtivas impulsionaram o estabelecimento de novas ondas de migração, diversificando a origem da população. Transformou-se em um polo de atração de mão de obra e de novos empreendedores (SCHUMANN et al, 2015).

As obras de abertura da rodovia BR-163, ligando Cuiabá à Santarém na segunda metade da década de 1970, mobilizaram os primeiros colonizadores para esta região. Contudo, a implantação do projeto de assentamento em Lucas do Rio Verde²⁷ só começou a partir do início da década de 1980 com 203 famílias de agricultores sem-terra oriundas de Encruzilhada Natalino no interior do município de Ronda Alta (RS). Na época, cerca de 85 posseiros, que já habitavam o local, e uma média de 50 colonos provenientes do interior de São Paulo também foram assentados nos lotes que dividiram uma gleba de 197.991 hectares (SCHUMANN et al, 2015; PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE).

Na entrevista realizada em 2010, Luciane Bertinatto Copetti nos informou que, nas décadas de 1980 e 1990, as pessoas foram assentadas em terras de 200 ha. Pressionadas pelas inúmeras dificuldades daquele período, muitas famílias desistiram e outras perderam terreno para a agricultura extensiva, que começava a ocupar o cerrado. Em 17 de março de 1986, o núcleo urbano foi elevado à condição de Distrito e no dia 04 de julho de 1988, quando conquistou sua emancipação político-administrativa, já contava com 5.500 habitantes conforme dados da

²⁷ O nome do município foi dado em homenagem a Francisco Lucas de Barros e ao Rio Verde, curso d'água que corta o município, assim denominado por sua cor esverdeada. Francisco Lucas de Barros foi um seringalista visto como desbravador e profundo conhecedor da região (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE).

prefeitura. Segundo dados informados pela prefeitura no campo de agosto de 2016, sua população atingiu 59.436 habitantes nesse ano.

O sucesso da agricultura na região dos cerrados sempre foi sustentada por um grande número de informações que possibilitaram traçar as melhores estratégias para o desenvolvimento, visando o aumento da eficiência, a redução do custo de produção e o incremento de produtividade. O processamento de pesquisas se ampliou com a instalação de novas unidades de estudos e avaliação, com tecnologia, gestão de cultivos e *marketing* das cadeias produtivas. A Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Rio Verde (Fundação Rio Verde) tornou-se um dos pilares no desenvolvimento da agricultura do município desde 1992, quando foi criada por iniciativa das Prefeituras e Cooperativas de Produção da Região do Médio Norte de Mato Grosso. Responsável pela pesquisa genética de cultivares, a Fundação também desenvolveu e avaliou a eficiência de agroquímicos, a patologia de sementes, a fertilização de solos e plantas, os sistemas de cobertura de solos, as tecnologias de manejo de culturas e validação de novas culturas para o cerrado (FUNDAÇÃO RIO VERDE).

Conforme houve o aumento produtivo na indústria e na agricultura, a cidade incrementou sua rede logística de escoamento de mercadorias²⁸. Apesar da logística de transportes constituir uma das grandes barreiras a serem ultrapassadas, em termos do conjunto de competências, a região apresentou outros tipos de logística infraestruturais como armazéns ou institucionais como normas, parcerias público-privadas, agências reguladoras, instituições, além da logística estratégica operacional, que remeteu ao conhecimento técnico dos prestadores de serviços e operadores logísticos. Todos esses aspectos foram fundamentais para conferir maior competitividade à região, que já era dotada de sistemas técnicos e normativos voltados para a viabilização da produção, de firmas transnacionais e de áreas especializadas (CASTILLO, 2007).

Com suas particularidades, a agropecuária de Lucas do Rio Verde se inscreveu na globalização, imbricando ainda mais os espaços desde a produção até o consumo sobre um pano de fundo de generalização das lógicas do capital

²⁸ Buscando a fluidez do tráfego da BR-163 no trecho que atravessa o perímetro urbano, Lucas do Rio Verde investiu na construção de um viaduto de aproximadamente 3.200.000 m de extensão. Com valor inicial estipulado em R\$ 6,4 milhões, financiada pelas verbas públicas federais, de acordo com informações recolhidas em campo, a obra foi feita tendo em vista o complexo agroindustrial da BRF.

financeiro. A pressão para captar melhor, valorizar os recursos necessários à produção e para integrar mais receitas, participou da expansão das produções de cereais e de grãos como sinalizaram BÜHLER et al (2016). Os autores nos lembraram de que, além da reformulação das estratégias para captar os recursos localizados, a globalização esteve presente na organização das empresas agrícolas, que, possuindo unidades em diversos locais e atuando entre meios urbanos e rurais, operaram em distintas escalas. As dinâmicas agrícolas desdobraram-se sob a influência de sua inserção nos fluxos internacionais e dos fatores nacionais de diferenciação no contexto da globalização.

A instalação da BRF e de toda a cadeia produtiva de carnes em Lucas do Rio Verde, em termos de reorganização espacial e de mudanças nas relações sociais e de trabalho, foi um divisor de águas. Em linhas gerais, o desenvolvimento da nova cadeia produtiva significou investimentos em infraestrutura, intensificação do processo de industrialização e maior dinamismo da economia regional. A adoção de novas técnicas de produção exigiu a ocupação de novos espaços, causando e/ou exacerbando problemáticas sociais e novas relações de trabalho. Considerando os circuitos espaciais de produção e os seus círculos de cooperação em Lucas do Rio Verde, dissecaremos a cadeia carne/grãos no município em seu pleno processo produtivo. A cadeia carne/grãos foi reconstruída em sua organização espacial mediante a análise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, que a formam.

1.3. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da cadeia carne/grãos

O capitalismo permanece em uma busca constante pela eliminação de barreiras espaciais, tentando aniquilar o espaço pelo tempo por meio da construção de fixos e da intensificação dos fluxos (HARVEY, 2004, 2011 [1996]; SANTOS, 2006 [1996]). Produz o espaço geográfico por meio de relações e de contínua reorganização. Com base em racionalidades pré-determinadas, resulta da combinação de distintas variáveis, como: diferentes níveis tecnológicos, relações de produção, taxas de lucro e de incidência das lutas de classe, além de particulares níveis de inversão de capital e infraestrutura.

Estratificada como é, na sociedade capitalista contemporânea, tais transformações se dão no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos dirigidos por uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico. O sistema produtivo instituído, a tecnologia e as adaptações ambientais são orientados para responder aos fins da acumulação (BERNARDES, 2006, 2007). Contradições sociais emergem em uma conjuntura em que o modo de vida de alguns prejudica a existência de muitos (VIEIRA PINTO, 2005).

Os fixos e os fluxos intensificam-se, multiplicam-se, diversificam-se e renovam-se sob um arranjo espacial em que os lugares são valorizados e especializados e a circulação é acelerada. A divisão do trabalho, o trabalho e o trabalhador em si são transformados em função da extensão do mercado, iluminando a necessária busca de entendimento da inovação, que, em determinado momento, permitiu a mudança de rumo. Um horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, em um entendimento do presente como o entrelaçamento entre a continuação da tradição e a inovação (BERNARDES, 2007). Encarados como um sistema de complementariedades, tradição e inovação não se encerram em si e não são vistas como pares opostos.

(...) pode-se afirmar que a novíssima fronteira do capital no cerrado brasileiro inclui a combinação de diferentes temporalidades e espacialidades, as chamadas “rugosidades” por Milton Santos (...), sob a influência de pactos sociais. A ocupação do cerrado na atual fase tecnológica leva a uma interpretação ativa do território, em que o crescimento da produtividade não se descola dos custos sociais, não só abrindo circuitos produtivos como também fechando alguns, ao desenraizar culturas.

Dotada de qualidades e quantidades da última modernidade, a fronteira do capital no cerrado é reconstruída através de conceitos reveladores dos projetos dos agentes hegemônicos e também como espaço dos que lutam nos interstícios da ordem dominante, pois (...) a fronteira da técnica só pode ser compreendida quando a pesquisa não oculta as perdas sociais absorvidas na produção da riqueza.

O tema em pauta trata de uma problemática relevante, a fronteira da última modernidade, que inclui o atual movimento de expansão da cadeia de grãos e carnes no cerrado brasileiro, onde o Centro-Oeste emerge com seu imenso cenário de formação de um novo parque industrial, montado em novas tecnologias, numa região cuja centralidade é de fundamental relevância para o projeto de país, assim como para a dinâmica do mercado mundial. Aborda um conjunto de processos que permite trabalhar a técnica no sentido da produção da vida, analisando a acumulação de condições que define o destino dessa região (BERNARDES, 2014, p. 10-11).

A partir do trecho reproduzido acima, resumimos a trama espacial instaurada na área de estudo. Ademais, a instalação de cadeias agroindustriais em sistemas de suínos, aves e/ou bovinos exige uma nova organização espacial e dos processos produtivos, passando ao estabelecimento de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação. Podemos afirmar que a cadeia carne/grãos é formada por uma cadeia geral e subdividida em diversas outras menores, que, com suas respectivas particularidades, se estabelecem a partir de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação específicos. Assim, nesse subcapítulo, explicitamos o sistema geral de funcionamento da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense ao destacar o processo em Lucas do Rio Verde.

É fundamental reconstruir a lógica espacial dos processos produtivos. Para tanto, muito nos auxiliaram as categorias circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Em conformidade com Milton Santos (1988, 1994, 2006 [1996]) os circuitos constituem as gamas e fases correspondentes aos processos produtivos, que se apresentam diversas e distintas. Os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, em um dado momento, da respectiva fração de um determinado lugar em função da divisão territorial do trabalho do setor considerado para a análise.

Para avaliar os circuitos espaciais de uma determinada produção é necessário considerar o envolvimento de relações técnicas e econômicas em suas interações. Os fluxos imateriais também devem ser concebidos como parte das investigações, uma vez que são capazes de revelar o caminho dos fluxos financeiros e de informação. Mostram, assim, não apenas as horizontalidades²⁹, mas também as verticalidades³⁰ (SANTOS, 2006 [1996]).

Existem circuitos espaciais da produção extremadamente dispersos e outros altamente concentrados espacialmente. Há circuitos extrovertidos, vinculados ao mercado externo e, portanto, muito influenciados por uma lógica mundial, enquanto

²⁹ As horizontalidades são extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade semelhante à definição tradicional de região. É um tecido espacial conformado por relações de proximidade, de vizinhanças, de um acontecer homólogo, onde é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política. As horizontalidades se conformam por meio de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem em escalas locais e regionais em que é possível convergir solidariedades locais (SANTOS, 2006).

³⁰ As verticalidades, segundo Santos (2006), são pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Ações que hierarquizam os espaços, onde dominam as racionalidades de origem distante, portadoras de ordens estranhas ao lugar. São relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem entre lugares e entre regiões, alcançando um espaço mundializado de relações.

outros começam e terminam em um único subespaço, que vai desde a produção até o consumo no distrito de uma mesma cidade. A escala geográfica de ação dos diferentes circuitos constitui um princípio de organização espacial, criando um tecido cuja forma, extensão e complexidade estão mudando permanentemente. Mesmo que as fases ou momentos produtivos se desenvolvam de forma geograficamente dispersa, inclusive para além das fronteiras nacionais, sempre haverá certa unidade do movimento, indicando o quanto são interdependentes entre si. Os circuitos espaciais de produção acabam por revelar o quanto o trabalho é solidário e circular (ARROYO, 2008).

No caso da cadeia carne/grãos da BR-163, os vínculos mais intensos vêm sendo estabelecidos entre as cidades de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, podendo ser interpretado o menor dinamismo das relações dessas com as cidades de Diamantino e Nova Uiratã como adaptação progressiva às necessidades e interesses do capital hegemônico de maneira diferenciada. Tais diferenciações estão associadas ao crescimento econômico dessa região especializada, que se revela cada vez mais desigual, gerando desequilíbrios e exclusão, o que pode ser explicado em parte pela manutenção de determinadas estruturas econômicas, sociais e políticas menos adequadas às atuais formas de acumulação.

Na cadeia carne/grãos, os circuitos espaciais de produção constituem as diversas fases e relações dos processos produtivos, definindo a respectiva fração em função da divisão territorial do trabalho. É a análise do espaço por meio da cadeia logística de circulação dos fixos e dos fluxos, onde esse espaço é visto como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, de fixos e fluxos, que se faz e refaz de forma contraditória e solidária (SANTOS, 2006 [1996]). Os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, da distribuição, da troca e do consumo no contexto dessa cadeia produtiva.

Os círculos de cooperação, por sua vez, tratam dos fluxos imateriais da cadeia carne/grãos, da comunicação, da transferência de capitais, ordens e informações, garantindo os níveis de organização necessários para articular os agentes desse processo produtivo em Lucas do Rio Verde com os demais agentes

dispersos geograficamente. As diversas etapas da cadeia produtiva, espacialmente segmentadas, são unificadas por meio de comandos centralizados (CASTILLO, 2002). Seguindo essa linha de raciocínio, a citação abaixo sintetiza as ideias que fundamentam nossa visão conceitual de circuito espacial da produção e de círculo de cooperação.

O que chamamos de circuitos espaciais da produção são as diversas etapas pelas quais passa um produto, no caso, é o próprio circuito de produção que compõe a cadeia carne/grãos, sendo observada em todos os momentos de seu processo produtivo, desde a produção de grãos até o consumo da proteína animal ou de seus derivados. Já os círculos de cooperação se referem ao comando das instâncias organizacionais. Assim, podemos dizer que os circuitos espaciais de produção se baseiam nos fluxos materiais, ao passo que, os círculos de cooperação tratam da comunicação, da transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente (VIEIRA, 2009, p. 115).

Evidencia-se o meio técnico-científico-informacional, base técnica da produção atual. O desenvolvimento das atividades econômicas e produtivas na cadeia carne/grãos na BR-163 contou com o envolvimento de diversas escalas, empresas e cidades de diferentes portes, que são inseridas em um circuito espacial de produção e consumo muito mais complexo do que o que embasava a monocultura da soja da região. Houve uma nova conformação dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação.

A identificação do espaço e das localidades em suas singularidades possibilita avançar na compreensão da dinâmica das cadeias produtivas e dos circuitos espaciais da produção enquanto redes de poder territorial, uma vez que o espaço constitui uma construção social e política, onde, coletivamente e/ou individualmente, os agentes trocam recursos e articulam interesses, configurando estruturas de oportunidades díspares (BERNARDES, 2015).

A logística de transportes foi um fator que promoveu a acentuação das diferenças espaciais em Mato Grosso e, particularmente, na área sob influência da BR-163, tornando-se um dos principais gargalos da produção. De maneira geral, a região sempre foi muito afetada por problemas relacionados a esse tipo de logística por possuir infraestrutura precária e com pouca extensão entre si, resultando em impasses sociais e econômicos. Entendida como a movimentação dos produtos do capital, a logística é de grande importância como elo de fluidez na integração entre

os espaços produtivos e os centros consumidores nacionais e internacionais ligados à área. A movimentação se realiza em uma esfera de contínua reconfiguração dos espaços geográficos, onde a fluidez material e imaterial torna-se fundamental para a manutenção e a ampliação da competitividade entre os agentes produtivos (SILVA, 2016).

De acordo com Barat (2011), articulados entre si, os serviços de logística incorporaram os serviços de gerenciamento de cadeias de suprimento e de compras associados aos serviços de armazenagem, de transporte e de distribuição envolvidos em processos de alto grau de informatização e racionalização. A logística viabiliza o aumento do movimento circulatório do capital pelo espaço por meio de estratégias de planejamento, gestão de transportes, armazenamento e de comunicações (SILVEIRA, 2011). Nesse sentido, o Centro-Oeste brasileiro como um todo se tornou um desafio em termos logísticos. O longo trajeto percorrido por rodovia e, em alguns casos, por ferrovia até os portos de Santos, São Paulo, e de Paranaguá no Paraná, encarece o produto final, tendo em vista o alto custo de frete, que acarreta perda de competitividade (COSTA, 2017).

Não podemos esquecer que a rodovia BR-163 integra o Sul do Brasil ao Centro-Oeste e Norte. Liga os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. Em se tratando do estado de Mato Grosso, com cerca de 1.780 km, liga a capital do estado, Cuiabá, a Santarém, no Pará. Contudo, nos trabalhos de campo realizados, verificamos que a BR-163 não é mais vista como a única alternativa de solução logística de transporte, pois, além da busca por redução de custos, acredita-se que não suportará todos os carregamentos, mesmo com sua duplicação. Visando à diminuição e à extinção dos gargalos de transporte no processo de escoamento da produção agrícola mato-grossense, duas grandes obras de infraestrutura têm recebido maior destaque pelas alterações que poderão provocar na atual dinâmica espacial do escoamento das safras (SILVA, 2016). De acordo com o autor, são elas:

A conclusão da pavimentação do trecho paraense da BR-163 até Santarém (PA), ou pelo menos até o acesso a Miritituba (PA).
A construção da Ferrovia da Integração do Centro Oeste (Fico), que ligará Lucas do Rio Verde (MT) a Campinorte (GO), fazendo a integração ferroviária com a ferrovia Norte-Sul, com acesso aos portos de Itaquí (MA) e Barcarena (PA) e ao porto de Ilhéus (BA) por meio da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol) (SILVA, 2016, p. 135).

Mapa 4 – Nova rota de escoamento da produção de soja na Área de Influência da BR-163

Fonte: COSTA, 2017, p. 92.

Silva (2016) sinalizou que, a partir dos novos fixos formados na hidrovía Tapajós-Amazonas, no porto de Miritituba, no estado do Pará, mudanças na direção do movimento dos fluxos de escoamento da produção mato-grossense foram identificadas. Os fluxos que eram direcionados apenas para o Sul, nos últimos anos, mesmo que em menor quantidade, começaram a se dirigir, também, para o Norte.

Com o término do asfaltamento da BR-163 com conclusão prevista para 2017, após vários adiamentos, foi possível vislumbrar esse redirecionamento logístico.

Vale ressaltar que, desde 2014, a Bunge, uma das principais *tradings* do agronegócio, começou a escoar a produção de soja pelo porto de Miritituba no município de Itaituba. Para isso, foi necessário que a empresa investisse na implantação de fluxos, empregando cerca de R\$ 700 milhões na viabilização de suas exportações por esse corredor intermodal (COSTA, 2017). No mapa 4 podemos visualizar a nova rota embasada, portanto, no escoamento pela BR-163 e pela hidrovía Tapajós-Amazonas. Especificidades do processo em pauta estão descritas na citação abaixo:

Todo esse percurso terá um caráter intermodal com o transporte por caminhões pela rodovia BR-163, sendo transferida para barcas no porto de Miritituba. A partir daí, todo o percurso será feito por hidrovía. De acordo com a logística de cada empresa, o transbordo das barcas para os navios graneleiros poderá ser realizado em diferentes portos: o de Santarém, Vila do Conde e Outeiro no Pará, sendo estes últimos localizados na região metropolitana de Belém. Outro porto que será utilizado é o de Santana, município limítrofe de Macapá, capital do estado do Amapá (COSTA, 2017, p. 91).

Enquanto um caminhão, que carrega soja de Mato Grosso para o porto de Santos, percorre mais de 2 mil quilômetros pelo asfalto, as cargas rumo ao norte fazem metade do trajeto por hidrovias, elevando a competitividade do produto exportado e proporcionando maior ganho à cadeia produtora até os exportadores. Formado por entidades representantes dos produtores de grãos e pecuaristas, o Movimento Pró-Logística calcula que o frete entre a lavoura e o navio cairá 34% quando o novo corredor estiver operando à plena carga (SNA, 2015). No processo de constituição desse novo corredor, mesmo agindo individualmente, associados ao Estado, os diferentes atores envolvidos articulam interesses e se organizam localmente de forma corporativa e em rede, o que repercute significativamente na organização do espaço. A geração de diferentes tipos de novas infraestruturas é exigida.

Em termos de infraestruturas e de fixos, a instalação da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde demandou, inclusive, a criação da Central Hidrelétrica PCH

Canoa Quebrada inaugurada pela Atiaia Energia³¹ (fotografias 1 e 2). De acordo com informações de campo, com capacidade inicial de 28 megawatts (MW), a instalação dessa Central Hidrelétrica acelerou o crescimento agroindustrial no município e contribuiu para a chegada de novas plantas industriais. Ao mesmo tempo, foi construída para dar conta do aumento de consumo de energia, principalmente nos aviários e nas moradias construídas para os funcionários e suas famílias no bairro Tessele Júnior, assim como das escolas e dos hospitais necessários, bem como dos demais projetos de construção civil elencados no Plano Diretor da cidade (VIEIRA, 2009).

Fotografia 1 – Vista aérea da PCH Canoa Quebrada

Fonte: Atiaia Energia.

Disponível em: <http://www.atiaiaenergia.com.br/pchs/canoaQuebrada.php>.

Acesso em agosto de 2017.

³¹ Além da PCH Canoa Quebrada, em Campo Novo do Parecis, a Atiaia Energia inaugurou a Usina Garganta da Jararaca com potência de 29,3 MW. Os investimentos para os dois empreendimentos somaram R\$ 265 milhões, sendo que 75% do valor foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SÓ NOTÍCIAS, 2007; JORNAL PORTAL DA NOTÍCIA, 2012).

Fotografia 2 – Vertedouro da PCH Canoa Quebrada

Fonte: Atiaia Energia.

Disponível em: <http://www.atiaiaenergia.com.br/pchs/canoaQuebrada.php>.

Acesso em agosto de 2017.

Em campo, em entrevista realizada em 2010 com o, até então, prefeito da cidade, Marino José Franz, este afirmou que os moradores e os empresários passaram a ter mais segurança quanto à qualidade do serviço com a instalação da usina em questão já que reduziu oscilações no fornecimento. Marino José Franz disse: _ É a oportunidade de passarmos de produtores de grãos para industriais. Já estamos sentindo o efeito do investimento desde a construção dela, entre 2005 e 2006, quando 600 empregos diretos e 1.000 indiretos foram ofertados na cidade, no momento que o setor do agronegócio enfrentava a crise. Para o diretor-presidente da BRF em 2010, Gilberto Tomazoni, a instalação da PCH Canoa Quebrada foi responsável pela ida de outras indústrias para a região, congregando toda a cadeia de criação e de abate de aves e de suínos. Entre as indústrias atraídas em decorrência da BRF estavam a Dânica, multinacional do segmento de telhas e painéis termoisolantes, e a Amaggi (fotografias 3 e 4), grande empresa de capital nacional referência na produção de farelo de soja.

Fotografia 3 – Fábrica da Amaggi em Lucas do Rio Verde, 2009
Fotografia 4 – Primeira carga de soja na Fábrica da Amaggi, 2008

Fonte 3: AMAGGI. Disponível em: <https://goo.gl/BVmTcd>. Acesso em agosto de 2017.

Fonte 4: AMAGGI. Disponível em: <https://goo.gl/CMLqso>. Acesso em agosto de 2017.

A Área de Influência da BR-163 atravessa um processo de ocupação gerador de significativa corrida pela terra, que ocorre a partir de práticas espaciais que, na área, passam, destacadamente, pela seletividade e pela antecipação espacial. No que tange à seletividade, o homem decide sobre um lugar de acordo com as atribuições apresentadas por este, considerando projetos pré-estabelecidos racionalmente. São considerados fatores como fertilidade do solo, proximidade da matéria-prima, acesso ao mercado consumidor, presença de um porto ou de força de trabalho adequada, dentre outros. Por outro aspecto, a antecipação espacial significa reserva de território, garantia de controle de uma dada organização espacial para um futuro próximo, assegurando as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições produtivas (CORRÊA, 2007 [1996], p. 36, 39).

No contexto, a cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde representa a diversificação da produção em uma região em que a significativa produção de grãos atraiu grandes produtores e empresas do ramo. Novos agentes econômicos e regiões produtivas se inseriram em uma diversidade de equipamentos industriais e sistemas de objetos ligados aos complexos agroindustriais e ao tipo de vida estabelecido na cidade. Para citar alguns exemplos vistos em Lucas do Rio Verde, embasados em Elias (2007), destacamos: sistemas de objetos associados aos transportes; ligados às telecomunicações; na armazenagem agrícola (armazéns e

silos); na eletrificação; equipamentos de hospedagem como hotéis, pousadas e albergues; espaços para a realização de eventos ligados à agropecuária e sistemas de objetos associados à irrigação.

Indústria de alimentos (BRF), de insumos químicos, de máquinas agrícolas, de máquinas para agroindústrias, de produtos farmacêuticos e veterinários. Cursos de graduação e de pós-graduação voltados para as demandas do agronegócio (engenharia genética, gestão do agronegócio, engenharia de alimentos, irrigação, recursos hídricos, veterinária, agronomia); empresas comerciais associadas ao agronegócio (máquinas e implementos agrícolas, sementes melhoradas, produtos veterinários, agrotóxicos); empresas de serviços ligados ao agronegócio (pesquisa agropecuária, análise de solos, aviação agrícola, consultoria, telefonia rural, manutenção de máquinas agrícolas, informática, empresas de gestão de recursos humanos, de transporte de cargas); empresas provedoras de internet; serviços inerentes ao novo nexos financeiro e à monetarização da vida social e da difusão do crédito rural (agências bancárias, especialmente de bancos privados, caixas eletrônicos, escritório da Bolsa de Valores e Mercadorias, corretores) (ELIAS, 2007, p. 127).

Fotografia 5 – Cb Agrícola, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Ilustramos essa configuração espacial por meio da apresentação de fotos de empresas e instituições, que, direta ou indiretamente, estão ligadas às demandas da

cadeia carne/grãos e ao crescimento da cidade e de sua população. Tiradas em Lucas do Rio Verde, as fotografias (5 a 11) são apenas exemplos dos inúmeros fixos e dos distintos serviços demandados na totalidade do processo produtivo analisado.

Fotografia 6 – Mercado Agrícola, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 7 – Agriterra, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 8 – Inquima, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 9 – Sicred (instituição financeira cooperativa), 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 10 – Bancos Santander e Itaú, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 11 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) de Lucas do Rio Verde

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde.
Disponível em: <https://goo.gl/u9xLjM>. Acesso em agosto de 2017.

Fotografia 12 – Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 13 – Laboratório de Pesquisa da Faculdade La Salle, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Tais variáveis revelaram a nova composição técnica e orgânica do espaço analisado e de sua capacidade de fluidez, além de nos auxiliarem na compreensão da unicidade técnica (ELIAS, 2007) em um sistema de comunicação mútua entre as técnicas (SANTOS, 2006 [1996]). A seguir, apresentamos outras fotografias de Lucas do Rio Verde, que ilustram parte dos fixos ligados ao funcionamento da cadeia carne/grãos no município. Na figura 1 e nas fotografias de 14 a 17, o destaque foi dado à planta da BRF e à localização da Amaggi, onde se observa a proximidade entre as duas empresas, revelando a lógica de sua localização espacial em termos de fluxos e, sobretudo, de fixos.

Figura 1 – Planta Baixa da BRF, 2008

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde (VIEIRA, 2009, p. 122).

Fotografia 14 – BRF, 2017

Autora: Wiliana Mendes dos Santos.

Fotografia 15 – Silos de armazenagem da BRF, 2008

Fonte: VIEIRA (2009, p. 118).

Fotografia 16 – Fábrica de ração da BRF, 2008

Fonte: VIEIRA (2009, p. 119).

Fotografia 17 – Esmagadora AMAGGI e BRF localizadas uma ao lado da outra, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Enquanto os fixos, os fluxos, os transportes e as comunicações difundem-se em conformidade com o avanço e a complexificação da expansão capitalista, condições são criadas para que os lugares se especializem sem a necessária produção de tudo para a sua reprodução. É a circulação, uma das bases da diferenciação geográfica e alicerce para a análise e compreensão dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação (ARROYO, 2008). Com base na autora, concluímos que, fundamentada na incorporação de novas técnicas, a intensificação dos intercâmbios vem ocorrendo com a ampliação da dimensão e da espessura dos contextos em Lucas do Rio Verde.

As fases do processo geral de produção, a saber, a produção, a distribuição, a troca e o consumo desenvolveram-se de forma articulada, mas desagregada, no espaço. A dissociação geográfica das atividades, a especialização produtiva dos lugares, a divisão territorial do trabalho são as noções que expressam essa divisibilidade, onde nada é absoluto, tendo em vista o fato das instâncias produtivas estarem associadas e intermediadas pela circulação (ARROYO, 2008). Assim, para estudar o trabalho e o trabalhador, também é necessário procurar compreender o caráter unitário desse movimento e as multifacetadas relações gerais entre lugares, que ele origina, tendo em vista a significativa inserção de técnica e a multiescalaridade de tais processos. Afinal, como salientou Harvey (2004), não é possível entender o que ocorre em uma dada escala desconsiderando a existência de relações que atravessam as demais.

Fundamento da diferenciação geográfica, a circulação não acarreta homogeneização, mas sim, dissociação geográfica de atividades, divisão territorial do trabalho, especialização produtiva dos lugares acompanhada de um processo de valorização/desvalorização, que muda de acordo com o espaço e o tempo analisados. Tal processo ocorre a partir das possibilidades de retenção de uma parte do excedente e de sua redistribuição, que são maiores em certos pontos do espaço em detrimento de outros (SANTOS, 2004 [1979]).

A circulação, inclusive, cria uma hierarquia entre lugares, que está em permanente mudança. Nesse contexto, ter informações acerca da ampliação da produção e da expansão do consumo, especialmente, do consumo produtivo e de suas formas, da intensidade, da qualidade e da natureza dos fluxos, de matéria e de informação, é importante para indicar o leque de novas relações no campo e na

cidade e entre ambos, explicitando formas de organização interna dos espaços e as novas relações entre os diferentes elos das redes agroindustriais (ELIAS, 2007). Fazer a leitura do espaço do ponto de vista do desenvolvimento das atividades econômicas no período da globalização é uma tarefa complexa. Novas dinâmicas estão postas no esteio de distintas configurações.

É preciso identificar agentes, entender processos e interpretar relações que influenciem nas decisões por estruturarem a organização espacial. Com base no conjunto de transformações, o recente desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação vem comprimindo as distâncias e acelerando as velocidades, ao mesmo tempo em que proporciona importantes transformações na leitura da organização do espaço. A identificação do espaço (global e uno) e das localidades (singulares e específicas) possibilita avançar na compreensão da dinâmica das cadeias produtivas e dos circuitos espaciais da produção enquanto redes de poder, tendo em vista que o espaço constitui uma construção social e política territorial. No processo, os atores coletivos e individuais articulam interesses, configurando distintas estruturas e oportunidades (PAULILLO, 2000).

Tais mudanças, de acordo com Santos (2006 [1996]), estão inseridas em um contexto de transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, onde a informação passou a ser a chave da produção e da extração de uma mais-valia tornada global. Na área de estudo, o processo resultou em expressiva reestruturação espacial que se manifestou, entre outros, na forma desigual com que alguns espaços se inseriram nos circuitos produtivos da economia capitalista da produção agroindustrial.

A expansão dos investimentos, sobretudo, de grandes conglomerados empresariais e a instalação de novos equipamentos vinculados à economia mundo, redefine o papel desempenhado pelos espaços na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Por meio das interações espaciais, conseguimos entender as dinâmicas e os movimentos materiais e imateriais do presente, podemos analisar o uso do espaço. É possível multiplicar as nossas escalas de análise. Afinal, os circuitos e seus respectivos círculos integram espaços que nem sempre são contíguos e, sendo formados a partir de uma configuração de redes organizacionais, materializam-se enquanto unidade.

Outro ponto importante a ser ressaltado com a emergência do meio técnico-científico-informacional é que o desenvolvimento das atividades econômicas e

produtivas na cadeia carne/grãos contam com o envolvimento de diversas escalas, empresas e cidades de diferentes portes, que são inseridas em um circuito espacial de produção e consumo. Uma nova conformação dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação. A aceleração das velocidades e o imperativo da competitividade, características da globalização da economia, imprimem o conceito de tempo rápido nas relações entre os sujeitos e as instituições. Esses são cada vez mais induzidos ao cumprimento de ritmos e normas que alteram as formas de produção e consumo no contexto da produção do espaço, o que só é possível por meio de uma alteração nos padrões de organização do espaço e na articulação entre os lugares (SANTOS, 2007 [2000]).

Em conformidade com o autor, o conhecimento instantâneo do acontecer do outro se tornou real ao materializar uma convergência de momentos. No entanto, por motivos diversos como posição social e classe, hierarquia, desconhecimento, poder e acesso, nem todos são capazes de utilizar essa solidariedade em seu favor. Quem tem essa possibilidade, pode usufruir de inúmeros lugares a partir de um só momento de forma concatenada e eficaz.

No âmbito da produção e da circulação de mercadorias, o processo de globalização fez emergir outra organização econômica ligada à capacidade de criação de novos sistemas espaciais, que repercutem no grau de concentração das empresas, na velocidade dos deslocamentos e no alcance espacial dos processos produtivos (BOMTEMPO; SAVÉRIO, 2012). Novos circuitos de redes tendem a ser criados, alterando a funcionalidade das cidades, das regiões, das relações cidade-campo, que são modificadas em razão de novas imposições competitivas da racionalidade tecnológica.

Para permanecer no mercado, não só a cadeia carne/grãos e o segmento avícola em específico, mas cada ramo produtivo segue padrões gerais no que concerne aos processos de reestruturação das linhas de produção e, simultaneamente, possui padrões de concorrência definidos por um conjunto de formas, que se revelam dominantes no espaço de competição (BOMTEMPO; SAVÉRIO, 2012).

As formas concorrenciais são reconhecidas pelos processos de fusão e aquisição, inovação tecnológica, novos padrões de contratação da força de trabalho, investimentos em propaganda e publicidade, ampliação e inovação das linhas de

produtos, articulação com os investimentos financeiros, e novas lógicas de integração territorial para citar alguns. Além disso, as empresas estão usando certas estratégias territoriais de distribuição da produção com maior desenvoltura, abandonando grandes centros produtores tradicionais nas grandes metrópoles capitalistas ao transferir suas fábricas para lugares onde os ritmos da produção são recentes ou tinham pouca importância há algumas décadas (MARTINELLI JR., 1999) a exemplo da própria instalação da BRF em Lucas do Rio Verde e o particular deslocamento da cadeia carne/grãos do Sul do País para a Região Centro-Oeste.

São mudanças que passam pela reorganização interna das empresas ligadas à cadeia produtiva, principalmente no que concerne à gestão, à criação, às inovações tecnológicas e às formas de contratação da força de trabalho. Além disso, as empresas articulam novas tecnologias de produção ao uso fragmentado do espaço sobre o qual se montam arranjos estabelecidos em rede, capazes de aproveitar as muitas vantagens das verticalidades do espaço.

Sob a perspectiva dessas medidas de reestruturação, é preciso destacar mudanças no processo de produção mediante a gestão e a utilização de novas tecnologias, a subcontratação da força de trabalho, a geração de novos produtos com tecnologia renovada, além do cumprimento de normatizações estabelecidas por órgãos de fiscalização dos produtos de influência internacional. São as maiores empresas que detêm a tecnologia mais avançada, enquanto as menos expressivas compram máquinas usadas ou negociam equipamentos cujo aparato técnico não é considerado renovado.

O atual processo repercute em uma nova divisão do trabalho caracterizada pela entrada de empresas especializadas na criação, no abate e na industrialização, na pesquisa e em outras atividades importantes para a realização da cadeia produtiva. Cada segmento da cadeia é estabelecido a partir de fixos como aviários e frigoríficos, no caso das aves, e fluxos que são criados a partir de ações, adquirem significados e papéis distintos nesse sistema produtivo dotado de redes de informações. Tais redes de informações movimentam e estabelecem o funcionamento de cada segmento da cadeia, organizando, simultaneamente, as partes e a totalidade do sistema produtivo (BERNARDES, 2006).

Segundo Santos e Silveira (2001) e Santos (2006 [1996]), à medida que se intensifica a produção do meio técnico-científico-informacional, há a geração de fluxos complexos mais intensos, extensos e seletivos, em um comportamento em

que a circulação comanda a produção, revelando o uso diferenciado do espaço e uma nova hierarquia de lugares. Foi assinalado que entender a dinâmica de funcionamento do espaço significa apreender o movimento, apontando para a importância da circulação. De acordo com Bernardes (2006), para que as empresas agropecuárias se mantenham no mercado, é indispensável profissionalizar-se, dominando as ferramentas das novas tecnologias, especialmente as de informação, para controle da produção em todas as suas etapas, da colheita ao plantio, assim como nos demais segmentos da cadeia carne/grãos.

Orientados e submetidos aos padrões internacionais, para atingir aos mercados, prezam pela excelência e gerenciamento contínuo da qualidade dos produtos. Em princípio, os padrões servem para garantir a segurança do alimento e objetivam controlar e garantir a qualidade em todas as etapas da cadeia produtiva, mantendo o controle sobre as operações de alto risco em relação à segurança do alimento. Tudo isso é possível por meio do gerenciamento total do processo produtivo e dos controles sanitários da criação à comercialização.

Portanto, em suma, compreender a dinâmica de funcionamento do espaço significa apreender o movimento, que se realiza no espaço e no tempo. Na atual fase do desenvolvimento capitalista, o movimento é comandado por fluxos de várias ordens, incluindo fluxos de capital, informações e ordens próximas e distantes (LÉFÈBVRE, 1994 e 2008). O capital reúne o que o processo direto da produção, outrora, separou, onde os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação acabam por revelar o uso diferenciado do espaço (SANTOS, 2006 [1996]; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O que pode ser dividido no tempo também pode ser decomposto no espaço. Uma característica marcante do capitalismo é o seu desenvolvimento desigual e combinado no tempo e sua distinta concretização no espaço. Esses aspectos constituem elementos inseparáveis da dinâmica do desenvolvimento desse sistema econômico. Com o estabelecimento do princípio de divisão como fundamento do desenvolvimento capitalista se instituem as bases para a expansão da divisão espacial do trabalho e da produção e, com elas, o novo modelo de acumulação do capital (SÁNCHEZ, 1992). A seguir, traduzimos um trecho das palavras do autor:

As possibilidades de divisão, e sua combinação, levam à manipulação do espaço de tal forma que este assume o papel de uma variável a ser

considerada na organização do processo produtivo, aproveitando os aspectos homogêneos e os aspectos heterogêneos, que se apresentam como mais favoráveis à estratégia empresarial de acordo com cada circunstância³² (SÁNCHEZ, 1992, p. 8, tradução nossa).

Analisados de forma completa ou incompleta, os circuitos produtivos estão associados às novas relações gerais de produção instauradas no esteio do desenvolvimento geograficamente desigual, estabelecendo estreita correspondência com o nível das forças produtivas e com o domínio das técnicas de produção. Ainda, como destacou Bernardes (2014), os circuitos podem ser identificados em relação à noção de cooperação, revelando a importância das complementaridades no novo meio técnico-científico-informacional em suas inúmeras escalas de inserção, que vão desde o nível do processo produtivo no interior da empresa até o mercado internacional.

Em suma, o capitalismo busca eliminar todas as barreiras espaciais com a intenção de suprimir o espaço pelo tempo (HARVEY, 2004, 2011[1996]) em um processo de reafirmação da importância do espaço (SOJA, 1993). Fixos são construídos e fluxos são estabelecidos fundados no uso de modernas tecnologias. É o capitalismo produzindo espaços e distintas paisagens geográficas com práticas voltadas para alcançar determinados fins em momentos particulares da história em um contexto em que é fundamental considerar as diferenciações espaciais a partir de distintas variáveis. Destacamos a inovação em termos de técnica, as relações de trabalho e o possível desenvolvimento de ações de resistência e/ou luta de classes no processo. É nesse esteio que buscamos compreender as relações entre trabalho, mudanças técnicas e reorganização espacial na área de estudo.

Em uma caracterização da cadeia produtiva, no próximo subcapítulo, tratamos de especificidades do segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde, iluminando a atuação da BRF no município. A empresa atua com a adoção de estratégias para obter ganhos de competitividade e ampliar sua capacidade concorrencial nos mercados interno e externo. A partir da incorporação de novas tecnologias de processo e da capacitação dos trabalhadores, busca

³² *Las posibilidades de división, y su combinatoria, llevan a manipular el espacio-territorio de forma tal que éste asuma el papel de una variable más a tener en cuenta en la organización del proceso productivo, aprovechando los aspectos homogéneos o los aspectos diferenciales, según cada circunstancia, que se presenten como más favorables a la estrategia empresarial* (SÁNCHEZ, 1992, p. 8).

atender às demandas do mercado no que tange à qualidade e à diversificação exigidas.

1.4. Caracterização da cadeia produtiva

É fundamental analisar o circuito espacial da produção da cadeia de carnes no setor avícola, intentando compreender as suas particularidades, exemplificar e esclarecer a função de agentes envolvidos nesse processo. Afinal, na busca pela redução dos custos e de serem mais competitivos, os produtores passaram a dispor de novos agentes na região, empresas atraídas pelas possibilidades da escala de produção e pelas vantagens da proximidade das matérias-primas, da soja e do milho, para produzir ração a baixo custo, aproveitando, o substancial nível de concentração técnica já existente.

No processo, o campo brasileiro vem tornando-se cada vez mais vulnerável ao grande capital, passando o espaço feito território a ser abrigo para as grandes empresas. Ao estimular políticas para a incorporação dos cerrados à produção de carnes, no contexto da lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, o Estado assumiu a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, promovendo ações diretas e indiretas para estimular as novas formas de ocupação do espaço, tornando-o mais atraente em suas vantagens comparativas (CASTILLO, 2002).

Até a década de 1950, a avicultura brasileira estava voltada apenas para a subsistência, apresentando-se como uma atividade agropecuária sem expressão econômica. O período de 1960 a 1980 marcou a integração avícola entre os criadores de frango e as agroindústrias. No contexto, a década de 1970 foi assinalada por profundas transformações no aparato produtivo da economia brasileira. Na década de 1980 houve o aumento da produção e a venda dos excedentes, expandindo-se para o Sudeste e para o Sul do Brasil. No processo, a exportação do frango inteiro e em cortes foi iniciada. No trecho abaixo, Vasconcelos, Bassi e Silva (2016) detalharam melhor o processo em voga:

Ao longo da história no Brasil praticou-se uma avicultura tradicional e familiar, em que nas pequenas propriedades a produção era para o consumo próprio e se vendiam os excedentes. Na década de 1960 houve a integração entre os criadores de frangos, e as agroindústrias passaram a ter maior investimento em tecnologias ao longo de toda a cadeia produtiva do

frango, desde criação e alimentação até o abatedouro. A partir de 1975 as empresas começaram a exportar frango inteiro e também em cortes. Com a industrialização o foco principal do setor transferiu-se para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (...) (VASCONCELOS; BASSI; SILVA, 2016, p. 251-252).

Na década de 1970 a agricultura passou por várias transformações, tal como um processo de modernização que não só induziu mudanças na base técnica da produção, mas também, e paralelamente, estreitou os vínculos produtivos com as indústrias a montante e a jusante.

Nesse contexto a indústria de carnes passou por profundas alterações, com a instalação de aviários fornecedores de matéria-prima, de frigoríficos e abatedouros de aves.

No ano 1990, a agroindústria passou para a era da competitividade, onde a reestruturação tecnológica, a eficiência, a diminuição dos custos e a reestruturação administrativa das empresas transformaram-se nas estratégias de sobrevivência. Neste período a avicultura foi em busca da conquista de novos mercados oferecendo produtos de maior valor agregado (cortes, *nuggets*, pizzas, etc.).

Mais tarde, as grandes quantidades de matrizes de aves passaram a estar alojadas nas granjas do país, configurando um segmento dinâmico, altamente competitivo, no qual leva vantagem o produto de melhor rendimento na cadeia sistêmica, que engloba desde os insumos até a produção nas granjas e o processamento na indústria (VASCONCELOS; BASSI; SILVA, 2016, p. 257).

Intensificada nos anos 2000, a cadeia carne/grãos já vinha participando da organização do território mato-grossense há alguns anos. Houve incrementos na produtividade das principais matérias-primas para a avicultura, como o milho e a soja, o aumento das áreas produzidas e a abertura de novas fronteiras de produção. A transferência da concentração da avicultura do Sul do País para a Região Centro-Oeste ocorreu em Lucas do Rio Verde, mais especificamente, desde 2006 com o início da implantação da BRF. A nova organização produtiva, induzida pelo mercado, fator determinante das transformações, implicou no desenvolvimento de novas atividades no campo, a exemplo da implantação dos aviários, do criatório de suínos e do confinamento de bovinos.

Em Lucas do Rio Verde, empresas especializadas entraram na criação, no abate e na industrialização, na pesquisa e em outras atividades importantes para a realização dessa cadeia produtiva. Redes de informações que movimentaram e estabeleceram o funcionamento das partes e da totalidade do sistema produtivo passaram a compor o processo. De forma progressiva e intensa, os circuitos espaciais da produção, assim como os círculos de cooperação da agricultura científica extrapolaram os limites do lugar, de um município, de uma região ou de um

país, reforçando a presença no circuito superior da economia³³ (SANTOS, 2004 [1979]).

A avicultura vem concentrando esforços em pesquisas nas áreas de genética, nutrição, sanidade e manejo há décadas. Os avanços obtidos tornaram a carne de aves uma das mais importantes fontes de proteína animal para o homem. Os altos volumes atingidos pela produção em larga escala colaboraram para a redução gradativa do preço do frango e para o acirramento da competitividade entre as empresas produtoras (SEBRAE, 2008).

O mundo vem demonstrando capacidade de ampliação da produção em um cenário em que a redução da produção em países asiáticos abriu a oportunidade para o crescimento em países não afetados pelo surto da gripe aviária. O surto da Influenza Aviária (a gripe aviária)³⁴ afetou o desempenho da avicultura mundial nos últimos anos, não atingindo, porém, a avicultura brasileira, o que fortaleceu ainda mais o setor e sua visibilidade no mercado externo (ABPA, 2015).

Dentro da avicultura brasileira, a cadeia produtiva de frangos em suas especialidades, desenvolveu-se e transformou o país em um dos maiores produtores mundiais e negociante internacional do produto. Na cadeia produtiva do frango, a

³³ Milton Santos desenvolveu a teoria dos circuitos da economia urbana de forma sistematizada no livro *"L'espace partagé: Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développé"*. Paris, M-Th Génin. *Librairies Techniques*, 1975. "O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos" foi publicado no Brasil mais de três anos depois. Por meio da teoria dos dois circuitos da economia urbana (circuito superior e circuito inferior), Milton Santos explicou o funcionamento da cidade a partir da relação entre os grupos sociais privilegiados e os menos abastados em sua relação de interdependência dentro da sociedade de classes. Interpretou a economia política da cidade sob a magnitude dos capitais e o emprego de tecnologia, além do nível organizacional nas atividades produtivas, evidenciando nexos estruturais entre pobreza e riqueza. O subsistema superior é formado por grandes empresas, instituições financeiras e serviços associados ao ramo da alta tecnologia. O subsistema inferior, por outro aspecto, é composto por atividades de pequena dimensão a partir do uso intensivo de mão de obra e pouco capital. Os dois circuitos são complementares e se relacionam dialeticamente em um contexto em que o circuito inferior subordina-se ao circuito moderno das grandes empresas porque este último controla variáveis determinantes. Destarte, a base da diferenciação entre os dois subsistemas é o modo de organização e o uso de capital e de tecnologia. Os dois subsistemas urbanos são formas de produzir, distribuir, comercializar e consumir geradoras de distintas materialidades, que se concretizam no espaço (SANTOS, 2004 [1979]; GRIMM, 2010, 2011; SILVA, 2012).

³⁴ Gripe aviária é o nome dado à doença provocada por uma das variedades do Vírus Influenza (H5N1), que, hospedado por aves, é capaz de infectar mamíferos. A Influenza A pode infectar humanos e outros animais, a exemplo de pássaros e porcos (RIBEIRO, 2016; ABPA). No ano de 1997, em Hong Kong, na China, centenas de pessoas se infectaram com o vírus da Gripe Aviária A de alta patogenicidade (subtipo H5N1). Pela primeira vez, o vírus foi transmitido diretamente de aves domésticas para o ser humano. Em dezesseis países, houve o registro de casos esporádicos de infecções em seres humanos pelo vírus. O vírus de origem asiática, atualmente, circula entre as aves domésticas, na Ásia e no Oriente Médio, causando, geralmente, pneumonia grave em seres humanos com mortalidade de 16%. De 2003 a 2016, a Organização Mundial da Saúde notificou 856 casos confirmados de Influenza A (H5N1) e 452 óbitos. Todos os casos foram considerados esporádicos, sem evidência atual de transmissão em nível comunitário (RIBEIRO, 2017, p. 2).

estrutura organizacional que energiza a indústria das aves domésticas tem como fator principal a relação contratual entre o processador e os produtores (FREITAS, 2008). Baseando-se na estratégia de parceria ou integração entre agroindústria e produtores, as empresas da produção avícola de corte fizeram investimentos na modernização ao longo da cadeia produtiva, aperfeiçoando a logística ao otimizar desde a distribuição de pintos de um dia e das rações aos produtores até a entrega do produto no varejo ou nos portos para exportação (GIROTTI; MIELI, 2004 apud FREITAS, 2008).

De acordo com os autores, tais avanços técnicos provocaram melhoras nos principais índices técnicos produtivos como a idade de abate e a mortalidade das aves, além de aperfeiçoamentos do sistema de defesa sanitária animal. O conjunto de fatores apontados culminou em significativas vantagens competitivas no mercado internacional e em importante habilidade em atender às mudanças nos hábitos dos consumidores dentro e fora do País. Hoje, a avicultura brasileira oferece grande diversidade de produtos aos consumidores pertencentes a uma ampla faixa de renda, o que atende às necessidades de praticidade e conveniência, visto que o consumo de cortes e produtos elaborados vem crescendo em detrimento do consumo do frango inteiro (VASCONCELOS; SILVA, 2015).

Cada vez mais presente nas refeições dos brasileiros, na avicultura, a carne de frango apresentou grande expansão produtiva, difundindo-se em todas as classes ao tornar-se mais acessível. Importa ressaltar que a carne de frango já ocupou o lugar da carne bovina. Era o segundo tipo de carne mais consumido mundialmente. O baixo preço diante das outras carnes; a imagem de produto saudável diante do consumidor; a aceitação pela maior parte das culturas e das religiões; e a variedade de produtos à base de frango foram alguns dos fatores que colocaram a carne de frango na posição em que se encontra (IPARDES, 2002, p. 22).

As modificações no sistema de produção avícola provocaram consideráveis transformações nos hábitos de consumo popular, a exemplo, o consumo do frango industrial ultrapassou o do tradicional frango caipira, antes, preferido pelo consumidor. Destacamos ainda que, apesar da demanda por carne de frango no Brasil não ser influenciada pelo preço da carne suína e da carne bovina, ela induz a fortes mudanças na demanda por esses outros tipos de carne, tornando-se um importante fator no ajustamento do mercado de carnes (FREITAS, 2008).

O segmento avícola brasileiro como um todo e o mato-grossense em particular têm se desenvolvido fundamentado no desenvolvimento tecnológico com processos que, ultrapassando a produção, passaram por instalações e equipamentos, além de inovadores métodos organizacionais e divulgação visando atender aos mercados interno e externo. Específicos circuitos espaciais e círculos de cooperação foram estabelecidos, onde:

Fatores como qualidade, sanidade e preço contribuíram para aperfeiçoar a produtividade no setor. O Brasil buscou modernização e empregou instrumentos como o manejo adequado do aviário, sanidade, alimentação balanceada, melhoramento genético e produção integrada. Em um sistema produtivo é importante que o primeiro elo da cadeia desenvolva os produtos considerando todos os elos subsequentes, culminando com as demandas do consumidor final (VASCONCELOS; BASSI; SILVA, 2016, p. 251-252).

Figura 2 – Fluxograma das grandes fases do segmento avícola

Autora: Nivea Muniz Vieira. Adaptado de Vieira (2009, p. 117).

Na figura 2, vemos o fluxograma das grandes fases do segmento avícola, envolvendo a produção de grãos (soja e milho) e o esmagamento da soja, que, depois de processada, transformar-se-á em óleo ou farelo. O óleo poderá ser utilizado como alimento ou, com o uso das novas tecnologias, ser transformado em biodiesel, uma alternativa aos combustíveis derivados do petróleo. Por outro aspecto, por meio do farelo, teremos a produção da ração, que alimentará as aves.

A cadeia produtiva em análise foi apreendida como uma malha de relações e interações de atividades e segmentos produtivos, que trabalham na convergência da produção de bens e serviços. Intermedia a relação do sistema produtivo com o mercado consumidor em um contexto em que a competitividade não só do produto final, mas de cada uma das fases, depende do conjunto dos seus elos, assim como da capacidade e da eficiência produtiva de cada um deles (SEBRAE, 2008).

Na figura 3 apresentamos o fluxograma da cadeia produtiva da carne de frango. A partir de sua análise, foi possível compreender a cadeia produtiva de aves de corte por meio de três grandes etapas principais: produção; industrialização; distribuição e consumo (VASCONCELOS; SILVA, 2015). Fundamentados nessa lógica, Vasconcelos, Bassi e Silva (2016, p. 259), nos forneceram importantes elementos para compreender e detalhar o processo descrito no fluxograma apresentado na figura 3. Em conformidade com os autores:

A etapa de produção inicia-se com a importação de avós, já que a linhagem genética ainda é pouco desenvolvida no Brasil. Essas avós irão estruturar o avozeiro, que servirá de base para desenvolvimento de matrizes. Essas matrizes entrarão em processo de procriação e desenvolvimento do feto em incubadoras. Quando formado, o pinto de 1 dia será enviado ao criador de frangos. Neste processo de criação e incubação dos fetos há um conjunto de insumos químicos, farmacêuticos e equipamentos adequados ao processo. A criação de frangos envolve o processo de seu crescimento utilizando-se de rações elaboradas com base em soja e milho. Após criado (...), o frango será abatido na fase de industrialização.

A industrialização inicia-se com o abate do frango. A linha de fabricação está estruturada de forma contínua com o intuito de permitir o abate. O frango abatido pode ser direcionado para venda, após ser embalado, ou ser separado em partes (cortes de frango) nobres. Depois de ser separado, o frango é embalado e encaminhado para comercialização. Outra possibilidade é o frango em pedaços ser encaminhado para mais um processamento. Esse processamento pode ser para preparar pratos rápidos ou embutidos.

Na etapa de distribuição e consumo, há duas formas de comercialização: no mercado interno ou no mercado externo. Cada um engloba as seguintes possibilidades de venda: direto para o atacado e este para a pequena revenda, feira e açougue; por meio do distribuidor que canaliza para supermercados e pequenas revendas; venda direta para grandes clientes (supermercados). No caso das exportações, antes de o produto chegar ao

atacado, distribuidor ou grandes varejistas (supermercados), pode ser negociado por meio de *traders* (comercializadores do mercado internacional) ou diretamente. Salienta-se, contudo, que não há significativa exportação de produtos processados, apenas de frangos inteiros ou de corte.

Figura 3 – Fluxograma da cadeia produtiva da carne de frango

Autora: Nivea Muniz Vieira. Adaptado de Vieira (2009, p. 120).

Da produção à comercialização final, todo o circuito produtivo agrega tecnologias e inovação, registrando a presença de setores geradores e fornecedores de tecnologias em cada uma de suas etapas. Sinergicamente ligados, os elos da cadeia são interdependentes e capazes de influenciar um ao outro. Nesse sentido, Vasconcelos e Silva (2015) sinalizaram que em um sistema produtivo, é importante que o primeiro elo da cadeia desenvolva os produtos, culminando com as demandas do consumidor final ao considerar todos os elos subsequentes.

A BRF tem investido na área de inovação de produto, serviço, *marketing* e organização. Inovadora, a empresa tem tomado decisões de acordo com estratégias pré-estabelecidas e elaboradas visando não só manter, mas elevar ainda mais a sua posição de destaque e liderança no mercado avícola (BRF, 2015). Com a incorporação de novas tecnologias e a capacitação dos trabalhadores, a BRF está atuando em Lucas do Rio Verde com a adoção de tais estratégias para obter ganhos de competitividade e ampliar sua capacidade concorrencial nos mercados interno e externo.

Referenciando Vieira (2009, p. 116-121), desvelamos o processo e suas particularidades no caso da BRF de Lucas do Rio Verde, associando as etapas descritas no fluxograma das grandes fases do segmento avícola (figura 2) e o fluxograma da cadeia produtiva da carne de frango (figura 3). Para isso, destacamos que na citação, a BRF³⁵ ainda era Sadia:

A primeira etapa da cadeia produtiva se concentra na produção dos grãos, (soja e milho), que, após a colheita, serão industrializados e transformados em ração animal (...).

O milho, necessário à produção de ração, é obtido pela Sadia diretamente dos produtores, ou mesmo das *tradings* que atuam na região, a exemplo da BUNGE, da ADM, da CARGILL (...). A soja é transformada em óleo na indústria esmagadora, que abastece os mercados interno e externo, seja em óleo comestível ou na produção de biodiesel e farelo, que (...) tem sido muito utilizado pela indústria para a fabricação de ração para aves e suínos. Quando os grãos chegam à Sadia, (...) máquinas analisam suas condições a partir de amostras, verificando a temperatura, o peso, a qualidade (...).

(...) as atividades do circuito produtivo a montante da produção de aves consistem no plantio de soja e milho. Há a utilização de elevado nível tecnológico, seja mecânico, físico-químico ou biológico, implicando na existência de fixos, a exemplo dos armazéns graneleiros, e fluxos, em termos de vendedores de sementes, insumos e máquinas, representações de empresas, consultorias (...). No que se refere à soja, o destino poderá ser a comercialização do grão, do farelo ou do óleo de soja e, em se tratando da cadeia carne/grãos, a soja deverá ser transportada para uma esmagadora, onde será transformada em farelo destinando-se à fábrica de rações para ser transformada em proteína animal (...).

(...) na planta da Sadia há uma fábrica de rações com capacidade de 800.000 ton/ano, a maior da América Latina. (...) a Sadia terá um consumo médio anual de 400 mil toneladas de soja em farelo e de 900 mil toneladas de milho, para produzir cerca de 1,5 milhões de toneladas de ração por ano a fim de abastecer aves e suínos (...).

³⁵ A empresa possui uma rede em que alcança consumidores em 95% do território brasileiro. No mercado externo, mantém 9 unidades industriais na Argentina e 2 na Europa (Inglaterra e Holanda), além de 19 escritórios comerciais para atendimento a diversos países nos distintos continentes. Empregando mais de 100 mil funcionários, a empresa alcançou o título de maior produtora mundial de aves no ano de 2013. De acordo com o relatório elaborado pela *Watt Global Media*, nesse período a BRF forneceu 1,88 bilhão de aves (BRF, 2015).

A fábrica esmagadora é da AMAGGI, que (...) está localizada próximo da fábrica de rações, tendo a intenção de produzir farelo de soja, óleo degomado de soja e biodiesel. Essa esmagadora foi construída com o objetivo de aproveitar a proximidade da fábrica de rações da Sadia (...).

Para a produção de rações, o farelo será misturado ao milho e a outros minerais dentro da fábrica da Sadia. (...) as rações serão distribuídas pela empresa aos produtores integrados para o processo criatório (...).

(...) a criação das aves provém de matrizes de unidades da Sadia localizadas em Lucas do Rio Verde, Uberlândia, Minas Gerais, ou Faxinal dos Guedes, Santa Catarina. Antes desta etapa, porém, encontram-se os avozeiros, onde há desde a pesquisa de linhagens até a postura dos ovos que originam as matrizes. A pesquisa é fundamental nos avozeiros e nos matrizeiros, mantendo a alta tecnologia exigida pelo setor.

No matrizeiro, as matrizes são cruzadas para gerarem os ovos a serem enviados aos incubatórios, passando 22 semanas nos núcleos de recria da empresa. Após esse período, (...) produzem os ovos por um intervalo de 44 semanas. Os ovos são levados para incubação, onde ficam por aproximadamente 21 dias, nascendo, em média, 240 pintos/dia, quando começará a engorda dos pintinhos. O processo de engorda dura cerca de 44 dias, período necessário para os animais atingirem o peso ideal para o abate, aproximadamente 2,2 kg. Os incubatórios da Sadia apresentam capacidade de 12 milhões de ovos/mês e utilizam, em sua maioria, o trabalho feminino.

Com financiamento do Banco do Brasil e do BNDES, os integrados da Sadia são responsáveis pela montagem da infraestrutura necessária para a oficialização da integração. Com a construção dos aviários, os integrados podem ser apenas produtores de ovos ou apenas produtores de frangos para o abate, havendo aqueles que realizam as duas atividades (...). A Sadia se responsabiliza totalmente pela prestação de assistência técnica aos aviários dos integrados, determinando também como devem ser construídos. (...) é responsável pela parte técnica, pela fiscalização das etapas do processo de engorda (...).

(...) a Sadia conta com um total de 72 integrados entre aves e suínos. Como a maioria também planta soja e milho, acabam por fornecer as matérias-primas para a transformação da proteína vegetal em proteína animal. Após a fabricação da ração, terceirizando o transporte, a Sadia se responsabiliza pela entrega da ração, dos pintinhos e pela busca das aves para o abate. (...) A fábrica de industrialização tem capacidade estimada em 55.000 ton de carne/dia. (...)

(...) o integrado pode diversificar sua produção em quanto quiser, ganhando na agregação de valor. O preço pago pela Sadia aos integrados leva em consideração a relação volume/qualidade/peso. Há produtores no município que possuem cerca de 80 aviários (VIEIRA, 2009, p. 116-121).

No processo, a fase de cria é a mais sensível da cadeia principal. Vai do primeiro dia de vida do pintainho até a sexta semana de vida. Por outro aspecto, a fase de recria estende-se da 7ª a 18ª semana, momento em que ocorre grande desenvolvimento das aves. A temperatura do ambiente é fundamental para o sucesso do processo criatório. Nos primeiros dias, o principal inimigo da criação é a

falta ou o excesso de calor, fator que pode até exterminá-la. Inclusive, o frango ganha mais peso no clima frio. Outro ponto é o necessário cuidado com as vacinações a serem feitas no 1º, 10º, 21º, 35º e 63º dia e, depois, de quatro em quatro meses (SEBRAE, 2008, p. 13).

Os frangos ficam no aviário e todo o encaminhamento do processo produtivo dependerá da quantidade que se quer abater. Pelo fato do calor excessivo ser ruim, existem exaustores nos aviários, mas, ainda assim, há perdas. Feita a engorda, como vimos, os frangos são encaminhados para abatedouros/frigoríficos. Depois de abatidos, são conduzidos para a comercialização como frangos inteiros ou como cortes (coxas, peitos, carcaças, asas, miúdos). O produto final pode ser comercializado fresco, resfriado ou congelado, podendo ser destinado como matéria-prima para as indústrias de processamento e alimentos (SEBRAE, 2008, p. 12-13).

De acordo com informações de campo, em Lucas do Rio Verde, a água é reaproveitada e os dejetos são aproveitados no processo produtivo. Os aviários produzem grande quantidade de resíduos orgânicos e, do abate, resultam refugos como penas e carcaças em um contexto em que, atualmente, ambos ganharam destinação econômica. Unhas, vísceras, tripas e as cabeças podem ser utilizadas na ração. Menos aproveitadas, as penas podem ser vendidas para outra fábrica de ração. Além do ganho em agregação de valor e redução de custos, os aspectos apontados são importantes quando se considera a problemática ambiental.

O processo é complementado pela armazenagem, pela distribuição e pela comercialização nos mercados local, nacional e internacional. Passa pela embalagem e pelo tratamento técnico de conservação viabilizadores da longevidade dos produtos. Como os produtos também podem ser comercializados nos mercados atacadista e varejista em açougues e supermercados, viabiliza-se a participação de grandes, médias e pequenas empresas nessa fase da cadeia (SEBRAE, 2008, p. 13-14).

Com caminhões com frigoríficos, apesar das novas propostas logísticas de transporte, em sua imensa maioria, a produção é escoada pela BR-163 para os portos de Paranaguá e de Santos, sendo a BRF responsável pela distribuição da produção final em distintos mercados com destaque para o mercado internacional. De acordo com informações obtidas no campo de 2016, 60% da produção da BRF de Lucas do Rio Verde se destina ao suprimento da demanda do mercado interno,

enquanto 40% da produção está voltada para o mercado externo. É a maior planta da América Latina em tamanho e terceira maior em produção, tendo chances de crescer ainda mais futuramente.

Apenas para citar alguns, exportam para a Rússia, para o Japão, para Hong Kong, para a Venezuela, além do continente africano e da Europa. No contexto, a Rússia importa mais suínos e o Japão, frangos. No campo realizado em 2016, ainda fomos informados sobre a previsão de início de exportação para a China até o final do mesmo ano. À época, a empresa já havia passado por diversas auditorias feitas por representantes chineses. Para a concretização do processo, foi necessário que a empresa seguisse os padrões internacionais e as especificidades exigidas pelo alto nível de cobrança e fiscalização imposto pelo mercado chinês, incluindo a preocupação com a Segurança Alimentar³⁶.

Em Lucas do Rio Verde, o processo passou pelo necessário envolvimento de outros municípios na distribuição de incubatórios, aviários, abate e frigoríficos, industrialização da carne, distribuição e comercialização. Situados no eixo da BR-163 mato-grossense, Nova Mutum, Sorriso, Tapurah, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Ipiranga do Norte e Sinop foram alguns dos municípios envolvidos no processo.

No que tange à amplitude da produção e à demanda por trabalho, segundo Vieira (2009), o abate da BRF de Lucas do Rio Verde utilizava cerca de 4.000 trabalhadores em 2009. Já em 2016, de acordo com o Gerente Geral da fábrica da BRF no período, a empresa empregava 4.700 pessoas diretamente e 200 integrados, que empregavam cerca de 2.000 pessoas nas granjas, além de gerar 15.000 empregos indiretos, perfazendo uma longa cadeia, que vai até o consumidor final. Envolvidos no processo, os integrados são do próprio município de Lucas do Rio Verde, de Sorriso e de Tapurah.

³⁶ Em construção, o conceito de Segurança Alimentar considera três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos, ultrapassando a simplória ideia de disponibilidade como garantia. Iluminado a partir do final da Primeira Guerra Mundial e início da Segunda Guerra, com mais de metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento, hoje, esse conceito envolve a noção de soberania e sustentabilidade alimentar (BELIK, 2003. p. 14), onde a Segurança Alimentar e a Segurança Nutricional são duas faces da mesma moeda. Inclui o direito à informação e à valorização das opções culturais em termos de tradições e hábitos alimentares das pessoas e populações como um todo. Igualmente, perpassa por questões éticas e compromissos entre as gerações, devendo ser ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (MONTAÑA, 2009).

Com abate diurno e noturno, só a cadeia de aves contava com uma média de 2.000 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 200 trabalhadores no abate; 50 na depenagem (escaldagem); 300 na evisceração; 1.000 trabalhadores na sala de corte; e os demais no resfriamento das carcaças (congelamento), na estocagem³⁷ e na distribuição. No período, a produção média mensal totalizava 23.000 toneladas entre frangos, suínos e industrializados. Individualizados, 13.000 toneladas de frango, 5.000 toneladas de suínos e cerca de 5.000 toneladas de industrializados. Por dia, em média, 5.000 suínos e 350.000 aves. Cada ave pesa em torno de 2,3 kg.

Ao ser questionado sobre a evolução da produção e metas, o gerente nos informou ainda que, em termos de aves, ao invés de 350.000 por dia, a fábrica produzia 200.000, o que comprova o quanto as médias produtivas têm sido ampliadas, apontando para transformações no processo produtivo em termos de inserção de novos trabalhadores, mudanças no perfil exigido e, sobretudo, inovação em termos de técnica nos distintos setores da empresa.

Cabe ressaltar que verificamos a existência de alto nível de sigilo na passagem de quaisquer informações pela BRF, o que pensávamos que existisse mais em relação à técnica e estratégias internas da empresa. Inclusive, no campo de 2012, as unidades da BRF em Lucas do Rio Verde e em Nova Mutum não permitiram que visitássemos suas fábricas, cancelando entrevistas já marcadas. Em 2016, conseguimos essa entrevista com o diretor geral da fábrica de Lucas do Rio Verde à época, que nos atendeu em uma sala de reuniões. Contudo, apenas no trabalho de campo de 2008, realizado durante a redação da Dissertação de Mestrado, nos foi permitido entrar na fábrica e ver o processo produtivo em seus desdobramentos.

Tais dificuldades reforçam a importância da pesquisa e o seu nível de dificuldade, apontando, simultaneamente, para barreiras, limitações e desafios. São dificuldades que incluem o entrave no acesso às informações, além do próprio dinamismo do processo, que, em constante movimento, transforma-se continuamente e em conformidade com as mudanças na conjuntura atual.

Referindo-se à situação do setor em 2015 e em 2016, na citação a seguir, Francisco Turra, ex-ministro da Agricultura, atual presidente-executivo da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), descreveu a conjuntura brasileira,

³⁷ O gerente da empresa destacou que o produto fica estocado de 2 a 3 dias.

apontando para superações e impasses vivenciados no segmento avícola nesses anos. Nas palavras de Francisco Turra:

(...) a crise econômica acertou em cheio o Brasil em 2015. Em meio a este complexo cenário, a avicultura e a suinocultura foram impactadas em diversos momentos ao longo do ano.

(...) custos de produção apresentaram elevação (...) com a alta dos preços de milho e de soja. (...) greves dos caminhoneiros e dos fiscais federais agropecuários reduziram, momentaneamente, o fluxo das exportações. (...). Apesar disto, a avicultura e a suinocultura encerraram 2015 com diversos recordes: na produção e nas exportações de frangos (...). A carne de frango (...) alcançou em 2015 os três melhores resultados mensais da história das exportações do setor.

Novos mercados abriram as portas para aves (...). (...) grandes importadores (como China e México) ampliaram os números de plantas habilitadas (...).

(...) as exportações totais da avicultura e da suinocultura atingiram, em 2015, US\$ 8,7 bilhões, ou R\$ 25 bilhões. A produção de frango superou 13,1 milhões de toneladas – assumindo o segundo lugar mundial, que antes era da China (...).

O consumo interno segue elevado e as três proteínas (frango, ovo e suíno) foram beneficiadas pela alta da carne bovina. (ABPA, 2016, p. 5. Francisco Turra – presidente da ABPA).

(...) Superação foi a palavra de ordem em 2016. (...)

Por um lado, custo do milho atingiu índices históricos de alta, superando em 100% a cotação máxima de anos anteriores. Com a alta das exportações dos grãos e a quebra de safra em determinados polos, faltou insumos para abastecer diversos polos de produção.

(...) A retração econômica impactou negativamente os níveis de consumo de proteína animal do Brasil. Com a elevação do desemprego e o menor poder de compra, o mercado interno pagou o preço de uma economia desaquecida. Ao mesmo tempo, a variação cambial valorizou o Real, reduzindo nossa competitividade internacional.

(...) as exportações viveram um momento histórico, com a alta das exportações de carne de frango e de carne suína (...) (ABPA, 2017, p. 2. Francisco Turra – presidente da ABPA).

Em meio à crise política e econômica vivenciadas no País, ainda cabe destacar a ocorrência da “Operação Carne Fraca”. Deflagrada pela Polícia Federal no dia 17 de março de 2017, levou à suspensão da licença de exportação de 21 frigoríficos no Brasil. Em andamento, a operação objetiva investigar um grupo de fiscais e executivos suspeitos de negociar propinas para liberar produtos fora das especificações sanitárias (EXAME, 2017).

No caso da BRF, o Gerente de Relações Institucionais da empresa foi um dos denunciados na operação. Roney Nogueira dos Santos foi acusado de oferecer suborno a fiscais para evitar suspensão de fábrica em Mineiros (GO), que teve carne

impedida de entrar na Europa por conter uma das espécies de *Salmonella*³⁸, além de ter, supostamente, permitido a inserção de papelão na produção de carnes. O executivo da BRF, André Luiz Baldissera, foi preso preventivamente nessa operação e realizou o pagamento de fiança no valor de R\$ 300 mil, além de ter sofrido medidas cautelares (ESTADÃO, 2017). Depois do escândalo, a empresa se fechou ainda mais em termos de acesso a informações para pesquisa.

Ademais, comprovada ou não, uma acusação como essa é capaz de alterar a imagem da empresa enquanto marca e do País enquanto exportador de carnes, deixando dúvidas quanto à postura ética da empresa e a qualidade de todos os seus produtos, o que inclui o segmento avícola. Diante do cenário descrito, ainda assim, a BRF continuou ocupando lugar de destaque na produção e na exportação da carne de frango brasileira. Mesmo com a relativa rápida recuperação após a denúncia, não sabemos os possíveis desdobramentos e impactos futuros.

Atualmente, a ABPA é a maior entidade representativa da avicultura e da suinocultura nacional. Maior entidade representativa do setor de proteína animal do Brasil, nasceu a partir da junção da União Brasileira de Avicultura (UBABEF) e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS). Criada em 2014, com a meta de atingir 150 associados, hoje, reúne cerca de 132 membros entre empresas e entidades das cadeias agroindustriais de aves, ovos e suínos do Brasil (ABPA).

De acordo com ABPA, com um PIB (Produto Interno Bruto) total de R\$ 80 bilhões, associadas, as cadeias produtivas avícolas e suinícolas geram em torno de 1,756 milhão de empregos diretos. Mais de 400 mil deles nas plantas frigoríficas, totalizando 4,155 milhões de postos de trabalho (entre diretos e indiretos). Somadas, as exportações de aves, ovos e suínos totalizaram quase US\$ 10 bilhões em 2013, ou 4,1% das exportações totais do Brasil e 10% das exportações do agronegócio brasileiro.

No quadro 1, apresentamos apenas os dez maiores exportadores de carne de frango associados à ABPA em 2016 bem como a posição destes em 2015. E constatamos que, mesmo com a crise vivenciada no Brasil, a empresa ocupou o

³⁸ As doenças causadas por *Salmonella* e transmitidas por alimentos são consideradas um dos problemas de Saúde Pública mundial. *Salmonella* é um gênero de bactéria. Amplamente difundida na natureza, é capaz de infectar o homem e os animais. As aves podem desenvolver a doença clinicamente ou de forma assintomática, tornando-se fonte em potencial de salmonelose para seres humanos. Os casos de toxinfecções alimentares causadas por *Salmonella* ampliaram-se a partir da década de 1980 (SANTOS et al, 2000, p. 39).

primeiro lugar no *ranking* dos associados da ABPA de Exportação de carne de frango no Brasil nos anos de 2015 e 2016. A importância da BRF fica ainda mais clara, ao mesmo tempo em que iluminamos outras empresas com significativa força de atuação nesse mercado.

Quadro 1 - Ranking dos Associados da ABPA de Exportação de Carne de Frango (2015 e 2016)		
Empresa	Ranking 2015	Ranking 2016
BRF	1º	1º
JBS	2º	2º
Cooperativa Central Aurora Alimentos	3º	3º
C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	5º	4º
COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata	4º	5º
GTB	7º	6º
Lar Cooperativa Agroindustrial	6º	7º
Vibra Agroindustrial S/A	8º	8º
Coopavel Cooperativa Agroindustrial	11º	9º
São Salvador Alimentos S/A	17º	10º

Fonte: Adaptado de ABPA, 2017, p. 22-23.

Disponível em: http://abpa-br.com.br/storage/files/3678c_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web_reduzido.pdf. Acesso em agosto de 2017.

Elaboração: Vieira, Nivea Muniz.

Em suma, da montante à jusante, o segmento avícola passa pela indústria de produtos químicos e farmacêuticos. Fornecedora de vacinas, antibióticos e materiais para higienização de galpões utilizados no tratamento das aves e na conservação do ambiente, são fundamentais para o processamento genético das aves, que compõem as bisavós. Passa pela produção e pelo fornecimento de máquinas e

equipamentos para o criatório e o abate de aves nas variadas fases do processo (SEBRAE, 2008).

Ademais, responsável por uma parcela considerável dos custos de produção de aves, a produção e o suprimento de milho, soja e ração são a base da alimentação das aves. Tais processos ainda incluem o aproveitamento de resíduos resultantes do criatório e do abate de aves. Por fim, temos a indústria de embalagens, um importante elo da cadeia, permitindo o armazenamento e a conservação (tanto da carne como dos ovos) para a entrega final no mercado consumidor.

Segundo o SEBRAE (2008), uma tendência para o mercado avícola mundial é a produção orgânica, principalmente para consumidores dos Países Centrais com alto padrão de exigência em segurança alimentar. É um modelo que, precisando de significativos ajustes para a sua viabilidade comercial, vem crescendo em termos de demanda, principalmente na União Europeia.

A avicultura brasileira tem boas perspectivas de mercado pela ampliação da demanda interna e pela expansão do consumo mundial de proteína animal. Contudo, como qualquer outro, o setor convive com dificuldades. Em escala internacional, a problemática perpassa pela persistência de restrições alfandegárias, incluindo barreiras não tarifárias e fitossanitárias para as quais muitos produtores não estão preparados. Em escala nacional, os principais problemas, geralmente, estão ligados à defesa agropecuária e ao controle de sanidade animal, bem como possíveis restrições na oferta mundial de milho³⁹. O quadro pode ser agravado no caso de epidemias globais como a Influenza Aviária, que mesmo sem registro no Brasil, é capaz de prejudicar o comércio internacional. Por fim, destacamos problemáticas ligadas à infraestrutura e à logística de transporte para o comércio interno e externo (SEBRAE, 2008; ABPA, 2015).

Sob a compreensão dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, o que vimos foram fixos e fluxos multiplicados e intensificados em um contexto em que a circulação foi acelerada e a divisão do trabalho alterada em função da extensão do mercado e do perfil de trabalhador exigido. A gestão das novas necessidades da produção, da comercialização e da circulação levou à

³⁹ Especialistas consideram que a utilização do milho para a produção de etanol por parte dos Estados Unidos pode ser capaz de reduzir a oferta mundial do produto, elevando o preço do insumo (SEBRAE, 2008).

reformulação dos espaços em um contexto em que sofisticados sistemas de comunicação e de informação foram introduzidos (CASTILLO, 2002). A redução do tempo e a redefinição da espacialidade dos circuitos de produção emergiram em um espaço organizado em rede, diluindo a rigidez dos limites entre municípios na viabilização da fluidez e maior mobilidade do capital. Para avaliar esse processo em termos de resultados, passamos a apresentar e analisar dados ligados ao setor em distintas escalas de atuação.

1.5. O segmento avícola no contexto da produção de carnes em distintas escalas

A agricultura ocorre em intervalos discretos⁴⁰. Diante do caráter contínuo do consumo de produtos agrícolas, o setor agrícola elabora condições específicas para a circulação mercantil de produtos. Vale destacar o papel das bolsas de mercadorias e do comércio em termos de *comodities*, as formas capitalistas de transportar no tempo as mercadorias ou de tornar as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil continuamente reversíveis (DELGADO, 2012).

Com base no autor, sinalizamos que há grandes distinções entre a agricultura, a avicultura, a suinocultura e a pecuária em termos de produção, circulação e de trabalho. A situação da pecuária é distinta porque há mercados intermediários e finais para a negociação de animais de diferentes portes e idades, o que dá a essa atividade um caráter distinto quanto às necessidades de capital e de trabalho. Além do mais, as necessidades de capital de longo prazo da pecuária serão distintas da agricultura.

No contexto de expansão da agropecuária tecnificada e cientificada, o conhecimento e a análise da dinâmica de produção e reprodução presentes nos espaços produtivos do cerrado mato-grossense, onde Lucas do Rio Verde está inserido, são privilegiados em seus distintos desdobramentos escalares, elevando a

⁴⁰ Delgado (2012) identificou especificidades do período de produção agrícola, caracterizando descontinuidades, que influenciam na rotação mais lenta dos capitais empregados na agricultura, quando comparado aos capitais aplicados em processos produtivos mais contínuos. Uma das descontinuidades está ligada à necessária interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção o que implica em rotação mais lenta do capital. Denota maior necessidade de imobilização no tempo do capital de giro financiador das operações produtivas, indo do preparo inicial do solo até o final da colheita e venda da produção. A outra descontinuidade é a dos períodos de produção. Mesmo quando concluído o período de produção de um processo, de maneira geral, a renovação só ocorre em datas preestabelecidas no calendário agrícola anual.

importância do conceito de espaço na interpretação das estratégias modernizantes dos processos econômicos (BERNARDES, 2016).

A expansão da cadeia de grãos, que se expressa principalmente no crescimento da produção de soja e milho, está associada à expansão da cadeia de carnes, sobretudo, à produção de frangos e suínos. No contexto, é fundamental analisar as tendências mundiais no segmento de carnes, envolvendo frangos, bovinos e suínos. A partir da avaliação da produção de carnes em sua totalidade, analisamos especificidades do segmento avícola em distintas escalas de inserção de Lucas do Rio Verde.

Afinal, sob uma perspectiva multiescalar, Lucas do Rio Verde está inserido em uma totalidade, que, inclui a produção e o consumo dentro do grande circuito produtivo avícola dos municípios-sede da cadeia carne/grãos na área de influência da BR-163, do estado de Mato Grosso, da Região Centro-Oeste, do Brasil e do mundo. Buscamos compreender essa realidade, observando-a em seu conjunto para, além de aprofundar a análise do recorte espacial específico da pesquisa, ressaltar a sua importância em algumas de suas articulações e encaixes no contexto da cadeia composta por circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação específicos.

Em conformidade com a mais recente Perspectiva Alimentar (*Food Outlook*) da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apresentados nos gráficos 5 e 6, com predominância da carne de frango, as carnes avícolas vêm liderando a produção mundial de carnes.

O avanço desse crescimento fica ainda mais claro quando comparamos as previsões atuais com os dados consolidados de 2007, dez anos atrás. No período, a produção avícola passou de 34% para 39% em um quadro em que foram previstas reduções do crescimento da carne bovina e da carne suína, passando respectivamente, de 26% para 23% e de 40% para 38%.

Mantidos nos próximos 10 anos os mesmos níveis de incremento registrados entre 2007 e 2017 (...) em 2027 a carne avícola responderá por mais de 44% da produção mundial, a suína por cerca de 36% e a bovina por pouco mais de 20%. É provável, no entanto, que até lá a participação das aves seja ainda maior (AVISITE, 2017, p. 11).

Gráfico 5 - Produção Mundial de Carnes 2007 (%)

Fonte: FAO/AVISITE, 2017, p. 11.

Adaptado de: http://www.revistadoavisite.com.br/web/temp_site/edicao-43d762ca733a839226415450b0dbf9d2.pdf

Acesso em 17 de agosto de 2017.

Autora: Vieira, Nivea M.

Gráfico 6 - Produção Mundial de Carnes 2017 (%)

Fonte: FAO/AVISITE, 2017, p. 11.

Adaptado de: http://www.revistadoavisite.com.br/web/temp_site/edicao-43d762ca733a839226415450b0dbf9d2.pdf

Acesso em 17 de agosto de 2017.

Autora: Vieira, Nivea M.

Na tabela 1, apresentamos os dados publicados pela FAO acerca da produção, do comércio e do consumo mundial de carnes nos anos 2015 e 2016, além de uma previsão para 2017. Foi possível verificar que a maior parte dos países tende a registrar incremento no volume produzido, porém, a redução prevista para a China⁴¹ deve neutralizar parte dessa expansão (AVISITE, 2017).

De acordo com a fonte supracitada, a FAO estimou que, pelo terceiro ano consecutivo, em 2017, considerando os distintos tipos de carnes, a produção mundial permanecerá na faixa dos 320 milhões de toneladas. Isso não ocorrerá indiscriminadamente em todos os países. Inclusive, desconsiderada a produção chinesa, a produção mundial tende a um crescimento próximo de 2%.

Em expansão, o comércio deve experimentar aumento em torno de 2,5% em relação a 2016 e mais de 7% quando comparado a 2015. Com um consumo per capita de 42,7 kg previsto para 2017, tal expansão deve ser alimentada, principalmente, pelas importações chinesas e será suprida pelas exportações dos Estados Unidos e do Brasil, sobretudo. Importa destacar, ainda, que a análise dos dados mundiais da FAO sinalizaram a liderança das carnes avícolas na produção mundial de carnes desde 2015 (AVISITE, 2017).

Anualmente, a OCDE e a FAO lançam um documento sobre as perspectivas agrícolas no mundo com projeções que abarcam um período de dez anos. Na edição de 2015, um capítulo do relatório foi dedicado à análise das perspectivas agrícolas no Brasil, indo do desempenho do setor ao fornecimento de projeções quantitativas de médio prazo de 2015 a 2024 ao apontar, inclusive, para riscos e incertezas nesse mercado. Extraído do relatório em voga, o gráfico 7 nos mostrou essa projeção.

⁴¹ Como forma de contribuir para o processo de diminuição global de emissões de gases de efeito estufa, a China, grande consumidora da carne do planeta, em 2016, anunciou o objetivo de cortar 50% de seu consumo de carne bovina na busca por reduzir os impactos no clima. Dirigida por um novo guia de alimentação saudável, a campanha chinesa incentiva as pessoas a diminuir pela metade a carne nas refeições. A corrida pela diminuição global de emissões está em andamento e se intensificou em dezembro de 2015 durante a Conferência Quadro das Partes sobre Mudanças Climáticas - COP de Paris, quando 196 países assumiram publicamente o compromisso de manter o aumento da temperatura global em no máximo 2° C (com esforços para limitar em 1,5° C) em relação aos níveis pré-industriais (WWF - BRASIL, 2016).

Tabela 1 - Produção, Comércio e Consumo Mundial anual em milhões de toneladas por tipo de carne (2015-2017)

Tipo de Carne	2015	2016*	2017**
Produção Mundial (Milhões/T)			
Bovina	67,6	68,3	69,6
Avícola	116,9	117,2	117,7
Suína	116,1	115,6	114,7
Ovina	14,4	14,4	14,5
Comércio Mundial (Milhões/T)			
Bovina	9,2	8,9	9,0
Avícola	12,2	12,8	13,2
Suína	7,2	8,3	8,6
Ovina	1,0	0,9	0,9
Consumo per capita (Kg)			
Total	43,5	43,1	42,7

* 2016 (preliminar). ** 2017 (previsão).

Fonte: FAO/AVISITE (2017).

Adaptado de <http://avisite.com.br/index.php?page=noticias&id=18033>

Autora: Vieira, Nivea M.

Gráfico 7 – Produção de carne bovina, suína e de aves no Brasil (2000-2024)⁴²

Fonte: OECD/FAO (2015), p. 83.

Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4738e.pdf>

Acesso em: 17 de agosto de 2017.

De acordo com a OECD/FAO (2015), dentre os desafios que o Brasil deve enfrentar está manter a produtividade e o crescimento da produção e, simultaneamente, garantir que os avanços estejam alinhados à redução da pobreza e da desigualdade, pontos que, a nosso ver, estão sendo cada vez mais negligenciados. Os principais riscos dessas projeções estão ligados ao desempenho macroeconômico do Brasil ao ritmo das reformas estruturais e fatores externos, incluindo a demanda de importações da China. O trecho traduzido a seguir trata da realidade sinalizada, avaliando os dados apresentados no gráfico 7:

O Brasil está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de carne: aves, bovinos, vitelas e suínos. A produção brasileira de carne deve continuar seguindo um rápido crescimento na próxima década. A desvalorização do real brasileiro em relação ao dólar, os baixos custos projetados de alimentação e a genética animal melhorada associada às melhorias na saúde e na nutrição, combinadas com uma crescente demanda interna e internacional devem sustentar a expansão projetada da produção brasileira de carne. A produção de carnes de ave será responsável por mais da metade do aumento projetado na produção de carne impulsionada tanto pela demanda interna como pela demanda

⁴² Título original: *Beef, pigmeat and poultry production in Brazil (2000-2024)*.

internacional. A expansão restante do setor de carne será compartilhada entre carne bovina e suína (OECD-FAO, 2015, p. 82, tradução nossa)⁴³.

Por outro aspecto, para avaliar o segmento avícola e suas especificidades na produção mundial, apresentamos os dados de produção e de consumo de carnes avícolas em 2001 e 2016, além de projeções para 2026 (tabela 2). Na tabela 2 compilamos não só as informações relativas à produção e ao consumo mundial, mas, também, os dados dos três maiores produtores globais (EUA, China e Brasil). A partir dos números apresentados, vimos uma tendência geral de aumento da produção e do consumo.

Cabe destacar que, embora, a carne de frango seja o produto preponderante, os valores registrados referem-se às carnes avícolas em sua totalidade. A China, por exemplo, aparece na tabela como segunda produtora mundial com volumes próximos aos registrados nos EUA por sua intensa criação de palmípedes (AVISITE, 2017).

É possível considerar que a fase áurea da expansão da avicultura brasileira esteja ficando para trás (AVISITE, 2017). Nesse sentido, o que se prevê é que a produção e o consumo brasileiros de carne de frango sejam incrementados, porém, com aumentos mais sutis quando comparados ao início dos anos 2000. Em outras palavras:

Refletindo a crescente diversificação da dieta mundial em desenvolvimento no que tange ao consumo de proteína animal, a demanda de carne de ave deve continuar aumentando, inclusive no Brasil, onde a carne de aves mantém posição dominante na alimentação dos consumidores (...). O consumo interno também deve aumentar, porém, de forma mais lenta, o que elevará o excedente exportável. O setor avícola brasileiro deverá ser capaz de atender a demanda mundial crescente fornecendo exportação sustentada. (OECD-FAO, 2015, p. 83)⁴⁴.

⁴³ *Brazil is among the world's largest producers and exporters of poultry, beef and veal, and pigmeat. Brazilian meat production is expected to continue its fast growth in the coming decade. The depreciation of the Brazilian real relative to the US dollar, lower projected feed costs, improved animal genetics and international demand should sustain the projected expansion of Brazilian meat production. Production of poultry meat will be responsible for more than half of the projected increase in meat production fuelled by both domestic and international demand. The remaining expansion of the meat sector will be shared between beef and pigmeat (...)* (OECD-FAO, 2015, p. 82).

⁴⁴ *Reflecting the increasing diversification of the developing world diet towards animal protein, demand for poultry meat is expected to continue increasing in Brazil where poultry maintains its position as the dominant meat in consumer's diet. (...) Domestic consumption is also poised to increase, but at a slower rate raising the exportable surplus. Brazilian poultry sector is geared to supply to the expected increased world demand leading to sustained export supply. (...)* (OECD-FAO, 2015, p. 83).

Tabela 2 - Produção e consumo de aves* no total mundial e por países selecionados em milhões de toneladas (2001, 2016 e 2026)

Mundo e Países	Produção e Consumo	2001	2016**	2026***
Total Mundial	Produção	71,216	116,845	131,609
	Consumo	70,742	116,164	131,607
EUA	Produção	16,757	20,967	22,999
	Consumo	13,981	17,79	19,047
China	Produção	11,761	18,88	22,115
	Consumo	11,879	19,075	22,21
Brasil	Produção	6,901	13,866	15,122
	Consumo	5,566	9,431	10,147

*Inclui outras carnes avícolas, mas a predominância absoluta é da carne de frango.

** 2016 (preliminar). *** 2026 (projeção).

Adaptado de <http://www.avisite.com.br/index.php?page=noticias&id=18146>

Fonte: OECD-FAO/AVISITE (2017). Autora: Vieira, Nivea M.

Dentre outros fatores, o crescimento da produção e da exportação de frangos no Brasil pode ser justificado pelo desenvolvimento de um avançado sistema de integração por parte das agroindústrias. Difundido nas áreas de produção no país, esse sistema técnico-produtivo conciliou a eficiência produtiva de avicultores à

capacidade de produção em escala e distribuição dos processadores de carnes (ABEF, 2004; VIEIRA, 2009).

O desempenho dos produtores e da agroindústria tem apoio no reforço da engenharia genética que, eficazmente, faz do frango o seu laboratório mais relevante. Deste modo, é possível programar o tipo de frango desejado, objetivando render maiores porções de partes nobres a exemplo do peito, coxas e sobrecoxas. As indústrias brasileiras contam com tecnologia de ponta, que viabiliza o controle automático de temperatura, umidade, fornecimento de água e ração, otimizando o coeficiente alimentar do frango. Além disto, incubadoras e nascedouros equipados eletronicamente permitem o controle na totalidade do desenvolvimento da ave. Os abatedouros são altamente tecnificados e as condições de higiene estão de acordo com as normas internacionais de qualidade e sanidade animal (ABEF, 2004). (VIEIRA, 2009, p. 101-102)

No mapa 5 apresentamos os dados de rebanho e de abate de aves em número de cabeças por unidade federativa brasileira em 2015. Coletados pelo Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE, os dados de 2015 são os mais recentes disponibilizados pelo IBGE no que tange ao rebanho e ao abate. Nesse mapa, tais dados foram espacializados de maneira que, a partir das distintas cores, identificamos a escala produtiva dos estados em termos de rebanho de aves e, a partir dos diferentes tamanhos e cores dos círculos, identificamos os valores de abate registrados em cada estado.

A partir do mapa, é possível observar que, apesar da elevação da importância da Região Centro-Oeste no segmento avícola, os estados da Região Sul do Brasil ainda representam a maior participação na produção de carne de frango brasileira, dominando este segmento do mercado. Em 2015, a Região Sul somada aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás⁴⁵, em 2015, situou-se no intervalo de mais de 60 milhões a mais de 300 milhões de cabeças produzidas. Nessa classe, Paraná foi

⁴⁵ A importância de Goiás, maior produtor de frangos da Região Centro-Oeste, pode ser justificada pela implementação do Projeto Buriti realizado pela Perdigão, atual BRF, desde 1998 no município de Rio Verde. A região se apresenta como uma das maiores produtoras de soja e milho do estado de Goiás, contando com uma base técnica avançada no processo produtivo das unidades agropecuárias produtoras de grãos. O Projeto Buriti alavancou a avicultura de corte no estado fundamentado na proximidade com as áreas fornecedoras de matérias-primas a baixo custo (milho e soja, sobretudo) para a ração, tendência seguida pela BRF. O projeto consistiu na implantação de um sistema completo de integração da cadeia de aves e suínos na região de Rio Verde, incluindo frigorífico, granjas de matrizes e incubatório de aves, por exemplo. Iniciado em 1998, o Projeto Buriti inscreveu-se na marcha das empresas avícolas e suinícolas para o Cerrado. Apresentou números surpreendentes no estado de Goiás com investimentos realizados pela BRF, pelo BNDES, produtores e pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste, via Banco do Brasil (FAVERET FILHO; PAULA, 1998; QUEIROZ; CAMPOS; SILVA, 2013; VIEIRA, 2009, p. 103).

o estado de maior destaque com um total de 324.034.053 milhões de cabeças, maior valor dentre os estados brasileiros.

Mapa 5 – Rebanho e Abate de aves por Unidade Federativa Brasileira (2015)

Em segundo lugar tivemos os estados de Mato Grosso e Bahia, localizados no estrato entre 30 milhões e 60 milhões. Mato Grosso totalizou 50.488.548, enquanto a Bahia somou 42.141.497 de cabeças. A presença de Mato Grosso nessa categoria revelou o ganho de expressividade do Centro-Oeste no setor avícola. Em se tratando de Centro-Oeste ainda cabe destacar que Mato Grosso do Sul apresentou o total de 25.539.719 cabeças, classificando-se na terceira faixa compreendida entre os valores acima de 10 milhões, indo até 30 milhões. Não podemos esquecer que o Centro-Oeste passou a ocupar essa posição devido à integração entre as cadeias de carne e de grãos expandida do Sul para o Centro-Oeste devido à vantajosa possibilidade de produção em grande escala, apesar da distância dos principais centros de produção e de consumo (BERNARDES, 2008).

Ainda no mapa 5 avaliamos os valores referentes ao abate de aves. A partir da espacialização dos círculos em suas distintas cores e tamanhos, novamente a importância da Região Sul saltou aos olhos. O maior destaque na região e diante de todas as unidades federativas foi o estado do Paraná com um total de mais de 1 bilhão de cabeças abatidas, mais especificamente, 1.773.635.522 de cabeças. Todos os demais estados da Região Sul somados aos estados de São Paulo (618.907.997), Minas Gerais (444.164.736) e Goiás (373.965.280) ficaram na faixa de 250 milhões e um a 1 bilhão de cabeças.

E, em terceiro lugar, na faixa de 100 milhões e um a 250 milhões ficaram os estados de Mato Grosso, Bahia e Pernambuco com, respectivamente, 242.495.460, 96.026.984 e 63.075.334. Os demais estados totalizaram o abate até 9 milhões ou de 9 milhões e um a 100 milhões. Ademais, cabe destacar que os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins e Rio Grande do Norte não apresentaram valores para o abate, apesar de terem apresentado produções, mesmo que em pequeno número comparado aos demais estados.

A lógica produtiva da cadeia carne/grãos em análise reúne espacialmente a produção de grãos em termos de soja e milho e de aves de maneira que uma favoreça à outra. O mapa 6 explicita bem essa lógica produtiva. Expressão da produção de soja e de milho por unidade federativa brasileira no de 2015, no mapa 6, a presença de pontos, bem como a concentração e a densidade destes, representa os valores de produção por unidade federativa no Brasil, onde cada um (1) ponto corresponde a 100.000 toneladas.

Mapa 6 – Produção de Soja e de Milho por Unidade Federativa Brasileira (2015)

Nesse sentido, visivelmente, no mapa 6, uma grande quantidade de pontos concentrou-se na Região Centro-Oeste e na Região Sul do País. Representando o Centro-Oeste, em todo o território brasileiro, Mato Grosso foi o estado que mais

produziu grãos, totalizando 49.204.249 toneladas entre soja e milho. O segundo e o terceiro colocados em produção foram os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Localizados no Sul do País, nesta ordem, produziram 33.006.787 toneladas e 21.263.819 toneladas.

Observando o mapa 6 e comparando-o com o mapa 5, é possível, inclusive, ver o quanto as áreas com maiores números de rebanho e abate coincidem com as áreas com maior intensidade de produção de grãos. Tanto o mapa 5 quanto o mapa 6 apresentam dados de 2015 e, sob uma mesma dimensão temporal e espacial, os dois mapas acabam se complementando, além de levantar aspectos capazes de nos esclarecer melhor acerca da unidade da cadeia carne/grãos em meio à força e ao crescimento do segmento avícola que se expande na Região Centro-Oeste em sua totalidade e em Lucas do Rio Verde em suas particularidades.

Em suma, o Centro-Oeste tem reunido condições favoráveis não só para as lavouras de soja e de milho, mas, também, para o processo criatório de aves, abate e industrialização da carne. O estado de Mato Grosso recebeu maior atenção na medida em que o nosso recorte espacial está centrado na área concentrada da BR-163 mato-grossense, especificamente nos municípios-sede da cadeia recentemente instaurada em um contexto em que focamos no município de Lucas do Rio Verde, nosso objeto nos próximos parágrafos.

A distribuição da produção de milho no estado do Mato Grosso está estreitamente ligada à criação de frangos. A produção de frangos por meio da Sadia (BRF) remonta aos anos 1990. Depois de a empresa ter instalado uma base no município de Campo Verde, próximo a sua indústria de esmagamento de soja em Rondonópolis, na segunda metade dos anos 2000, essa produção se intensificou no estado de Mato Grosso (BERNARDES, 2014, p. 43), elevando o Centro-Oeste a uma posição de destaque, além de criar sua própria organização espacial nos municípios-sede da cadeia carne/grãos da BR-163.

Por meio da tabela 3, foi possível observar a representatividade da Região Centro-Oeste na produção dos distintos tipos de carnes e, nela, o estado de Mato Grosso e os municípios-sede da cadeia carne/grãos no ano de 2015. Em termos de Brasil, a Região Centro-Oeste apresentou produção em todos os tipos de carne. Porém, a produção de aves foi a que mais se destacou em números, atingindo 151.297.558 de cabeças, isto é, 65,69% da produção de carnes da região e 11,36%

da produção de aves brasileira no período. Em seguida, os bovinos registraram 72.705.736 cabeças (31,57%) e os suínos, 6.320.813 cabeças (2,74%) em relação à produção de carnes do Centro-Oeste.

Tabela 3 - Efetivo do rebanho de Bovinos, Suínos e Aves por cabeça por Brasil, Região Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia carne/grãos (2015)

Rebanhos	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso	Municípios-sede da cadeia carne/grãos*
Bovinos	215.199.488	72.705.736	29.364.042	195.178
Suínos	40.332.553	6.320.813	2.849.158	647.371
Aves**	1.332.078.050	151.297.558	50.488.548	11.972.803
Total da cadeia de carnes	1.587.610.091	230.324.107	82.701.748	12.815.352

* Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Nova Uiratã.

**Inclui outras carnes avícolas, mas a predominância absoluta é da carne de frango.

Fonte: IBGE/SIDRA - Pesquisa Pecuária Municipal: 2015. Autora: Vieira, Nivea M.

Por ser o segmento avícola o nosso ponto focal, destacamos outros números registrados neste setor a partir da análise da tabela. Do total regional de produção de aves do Centro-Oeste, sozinho, o estado de Mato Grosso produziu 33,37% (50.488.548). Em destaque no estado, compostos por apenas três municípios, os municípios-sede da cadeia carne/grão totalizaram uma significativa produção de 11.972.803, 23,71% da produção total de Mato Grosso.

O segmento avícola da cadeia carne/grãos em Mato Grosso tem incorporado tecnologia de ponta, incluindo alimentação automática e controles climáticos,

contando não só com os baixos custos com ração, mas com a oportunidade de captar economias de escala na produção e redução dos custos. Como ocorreu com a entrada da BRF em Lucas do Rio Verde, as empresas promovem um processo de articulação fundamentado em grandes produtores, já que os aviários aclimatizados e automatizados custam caro. Majoritariamente, esses projetos são financiados por agências de fomento ou bancos estatais. Dá-se uma nova divisão do trabalho caracterizada pela entrada de empresas especializadas na criação, no abate, na industrialização e na pesquisa apenas para citar alguns (VIEIRA, 2009, p. 106-109).

O segmento avícola é estabelecido a partir de fixos como aviários e frigoríficos e fluxos que, criados, adquirem diferentes funções no sistema produtivo, formando redes de informação em que as partes e o todo se articulam a todo tempo. As empresas prezam pela excelência e pelo gerenciamento contínuo do nível qualitativo dos produtos. Aprimoram suas técnicas em um sistema de integração feito por intermédio de parcerias com os produtores rurais em que:

(...) Em linhas gerais, no regime de integração adotado cabe à empresa fornecer os pintos de um dia, a ração e a assistência técnica. Em contrapartida, os produtores comprometem-se com a construção dos aviários e com a mão-de-obra necessária à criação das aves até o abate (VIEIRA, 2009, p. 108).

Analisando a tabela 4, essa evolução produtiva do segmento avícola fica ainda mais clara. Apresentando dados dos anos 2000, em uma curva crescente, o rebanho de aves foi incrementado em todas as escalas apresentadas. Ao compararmos os valores dos anos 2000 e 2015, ou seja, os dados mais antigos mostrados na tabela com os mais recentes, alcançamos significativos valores de variação.

Assim, de 2000 para 2015, em termos de Brasil, houve o registro de um acréscimo de 58,06% com uma variação absoluta de 489.337.877 cabeças, enquanto a Região Centro-Oeste cresceu em 126,41%, o que em valores absolutos, correspondeu a um aumento de 84.471.997 cabeças.

Outrossim, o estado de Mato Grosso também revelou incremento, que, em percentual, correspondeu a 216,60%, significando um acréscimo absoluto de 34.541.618. Por fim, no mesmo período, ainda constatamos um crescimento relativo surpreendente nos municípios-sede da cadeia carne/grãos, classe que registrou

uma variação positiva de 12.952, 80%, um total absoluto de 11.881.077 cabeças no mesmo período.

Tabela 4 - Efetivo do rebanho de aves* por cabeça no Brasil, na Região Centro-Oeste, em Mato Grosso e nos Municípios-sede da cadeia carne/grãos por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)

Anos	Brasil	Região Centro-Oeste	Mato Grosso	Municípios-sede da cadeia carne/grãos**
2000	842.740.173	66.825.561	15.946.930	91.726
2005	999.041.234	100.560.152	21.115.447	977.303
2010	1.238.912.537	128.778.757	41.021.664	11.759.399
2015	1.332.078.050	151.297.558	50.488.548	11.972.803

* Inclui outras carnes avícolas, mas a predominância absoluta é da carne de frango.

** Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Nova Ubiratã.

Fonte: IBGE/SIDRA - Pesquisa Pecuária Municipal: 2000, 2005, 2010 e 2015.
 Autora: Vieira, Nivea M.

Com base na tabela 4, vimos que, em 2015, a produção de Lucas do Rio Verde correspondeu a 32,59% do total produzido pelos três municípios-sede da cadeia carne/grãos (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso). Sinalizada a sua importância, no gráfico 8 avaliamos a evolução da produção de aves por cabeças em Lucas do Rio Verde de 2000 para 2015 em uma análise quinquenal.

Compondo o grupo dos municípios-sede da cadeia carne/grãos da BR-163, de 2000 para 2015, individualizado. Lucas do Rio Verde apresentou um significativo crescimento no rebanho de aves de 5.465,06%. Em valores absolutos, esse percentual correspondeu a um acréscimo de 3.872.703 cabeças em quinze anos, uma vez que passou de 70.863 (2000) para 3.943.566 (2015) como demonstrado no gráfico 8. O grande salto nesse crescimento ocorreu de 2005 para 2010 e foi marcado pela implantação da BRF e pelo início do funcionamento de sua fábrica.

Gráfico 8 - Efetivo do rebanho de Aves por cabeças em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)

*Inclui outras carnes avícolas, mas a predominância absoluta é da carne de frango.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (SIDRA): 2000, 2005, 2010 e 2015. Autora: Vieira, Nivea M.

O que se vê é a intensificação da produção agrícola e de carnes, onde a natureza é colocada a serviço do capital. A produção em si e a produtividade do trabalho, aumentadas artificialmente, dependem da busca de ferramentas de controle capazes de tornar as produções mais intensivas e menos dependentes das condições naturais (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 24). As implicações de ordem socioespacial da expansão do agronegócio e seus determinantes tornaram-se mais transparentes em um cenário em que surgiu um novo padrão de acumulação, que, embasado no atual período técnico-científico-informacional, vem criando novos arranjos espaciais dentro de estruturas que fomentam a produção de formas, funções e processos específicos (SANTOS, 2006 [1996]).

O progresso técnico da ciência no capitalismo viabilizou o fortalecimento da dominação do capital sobre o processo de trabalho. A tecnologia está a favor do capital. O seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega, considerado individualmente, seja do sistema econômico como um todo. Para isso, a adequação da mão de obra é fundamental.

Passando por investimentos em maquinário, modificações genéticas e biológicas, (...) no contexto de tais inovações no setor, seja mundialmente, nacionalmente ou no recorte espacial específico da área (...) a renovação da mão de obra é de caráter essencial. Afinal, em cada etapa de realização do processo produtivo no contexto da produção de frango, bem como das demais etapas da totalidade da cadeia carne/grãos, só há efetivação da produção a partir da adequação do trabalho, isto é, do trabalhador. (...) proporcionalmente, em número, há redução da demanda por trabalhadores decorrente do uso de tais tecnologias, mas, simultaneamente, há a potencialização da importância do trabalho e, com isto, do trabalhador, que agora, precisa se adaptar a uma nova realidade, que exige certas especializações. Inferimos nesta análise a centralidade do trabalho (...) (VIEIRA, 2009, p. 102).

Assim, da mesma maneira que se expressa pelo crescimento da composição orgânica e pelo aumento da produtividade social do trabalho, o progresso técnico atua como um meio do capital contrapor-se à tendência declinante da taxa de lucro (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 26). No contexto, defendida por autores como Antunes (2000, 2004, 2005, 2007, 2011 [1999]) e Castel (1998), a centralidade do trabalho é reafirmada como expressou Vieira (2009, 2016).

CAPÍTULO 2. O TRABALHO NA CADEIA CARNE/GRÃOS DE LUCAS DO RIO VERDE

O trabalho é visto pelas convenções internacionais de direitos humanos como direito fundamental que deve ser exercido com dignidade e protegido de abusos. O direito do trabalho tem como órgão legislador de âmbito internacional a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁶. As normas desse órgão são internalizadas pela legislação brasileira e necessitam de fiscalização para sua efetividade. O acesso ao trabalho e sua realização de maneira digna não são somente um meio de sobrevivência, o trabalho tem componentes imateriais que conferem dignidade aos trabalhadores.

De acordo com Araújo (2017), a OIT tem duas funções fundamentais, sendo uma de cunho social e a outra de cunho econômico. Social porque visa garantir dignidade ao trabalho como a restrição da jornada de trabalho, a garantia de um salário, a proteção ao trabalho da mulher, o repúdio ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, para citar alguns. Por outro aspecto, economicamente falando, equilibra as relações econômicas internacionais relativas a custos de produção, sendo os custos com a valorização da força de trabalho um dos seus principais componentes.

No Brasil e no mundo atravessamos um período em que os direitos trabalhistas são muito questionados. Os direitos humanos e, especialmente, os direitos trabalhistas vêm sendo ameaçados. Em um contexto de globalização, a intensificação da concorrência em todos os mercados serviu para legitimar quase tudo: o desmantelamento das proteções sociais, o desemprego, a intensificação da precarização dos empregos, a deterioração das condições de trabalho, a diminuição dos salários reais (GORZ, 2004). Araújo (2017) vai ao encontro dessa visão ao afirmar que, no Brasil, correntes mais liberais vêm defendendo uma desregulamentação baseada em economias como a chinesa em que o alto índice

⁴⁶ A Declaração Universal do Homem aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em seu artigo 23 enumerou quatro itens relacionados ao direito do homem ao trabalho. O primeiro afirma que “todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. O segundo defende que “todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho”. O terceiro trata da remuneração e declara que “todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social”. E, por fim, o quarto que reconhece que “todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948; UNICEF – BRASIL).

populacional e as relações de trabalho extremamente flexíveis levaram a altíssimos níveis de produção com baixo custo a partir da exploração do trabalho.

Mediante a conjuntura apresentada, no presente capítulo, o nosso objetivo foi esboçar o perfil dos trabalhadores empregados como assalariados nas atividades produtivas de Lucas do Rio Verde. Analisamos o perfil do trabalhador formal em termos de carne, especificamente, no setor avícola, buscando, indiretamente, adentrar em sua condição enquanto trabalhador. Dividimos esse capítulo em cinco partes. Na primeira parte ou primeiro subcapítulo, traçamos um panorama sobre as mudanças técnicas no setor avícola, configurando um quadro geral de transformações no âmbito do trabalho no setor.

Na segunda parte, avaliamos a formação do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde, apreendendo a dinâmica demográfica do município e a caracterização geral de seu mercado de trabalho. Para isso, privilegiamos o levantamento geral de dados sobre a população residente em termos de números, composição por idade e sexo, região e estado de origem, bem como, no que tange ao tempo de moradia no município. Em um segundo momento, levantamos dados da população economicamente ativa e dos trabalhadores com carteira assinada, buscando caracterizar a mão de obra empregada nos grandes setores da economia.

Adentramos nas especificidades dos trabalhadores empregados na produção avícola no terceiro subcapítulo. Analisamos as mudanças no trabalho e estabelecemos o perfil do trabalhador formal empregado no setor avícola, explicitando dados acerca do número de trabalhadores, da escolaridade, do salário recebido e do tipo de vínculo empregatício, dentre outros. A principal fonte de dados foi a RAIS e as variáveis analisadas no segmento avícola foram criação e abate. Na quarta parte do capítulo, avaliamos o trabalho a partir do olhar do trabalhador, onde não só o trabalho em si, mas as relações de trabalho e a vida em Lucas do Rio Verde foram reveladas a partir do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Na quinta e última parte do capítulo, desvendamos mais aspectos das condições e relações de trabalho estabelecidas no processo produtivo em voga, reafirmando a intensificação da precarização e a degradação do trabalho e do trabalhador.

2.1. Mudanças técnicas no setor avícola e mutações no trabalho

Sob um panorama geral, mundialmente, a base técnica de produção fordista, vem sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico fundamentado na microeletrônica e que tem a flexibilidade como sua principal característica. É uma resposta às novas exigências de competitividade, que marcaram o mercado globalizado ao exigir cada vez mais qualidade com menor custo. Identificado por alguns autores como pós-fordista, o período atual:

(...) corresponde ao aprofundamento da integração econômica, política, social e cultural intensificado a partir da década de 70, está embasado no modelo de produção pós-fordista ou de acumulação flexível e apresenta especificidades que atingem os espaços de formas distintas e em tempos diferenciados, tornando-os ainda mais heterogêneos, apesar de globalizados. Tais processos de mudança ocorrem no contexto da globalização/mundialização, fenômeno que ressalta as particularidades de cada espaço ao promover a crescente integração das diversas partes do mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação, sendo o resultado de ações e interações entre diferentes atores locais, nacionais e supranacionais (VIEIRA, 2009, p. 28).

Hoje, os conceitos políticos, sociais e valores éticos estão sendo afetados, substituídos e modificados. Na era da automação, eficácia, rapidez e padronização tornaram-se palavras de ordem. Quanto mais racionalizados e mecanizados, melhor será o trabalho. Tais mudanças criaram e eliminaram empregos. Os novos sistemas tecnológicos e de padrões de organização do trabalho têm elevado a produtividade sobremodo (SILVA, 2010). A referida produtividade cresceu sob uma imposição, que nos incitou a refletir acerca do trabalho e do lugar que passou a ocupar na vida das pessoas. Transformações diversas que nos fizeram pensar sobre o lugar que o homem passou a ocupar nesse mundo do trabalho tecnificado, que, de forma geral, tornou-se alienante e desumano, especialmente, em sua prática e busca insana por produtividade. O trabalho em si, o trabalho em suas relações, o trabalho e a técnica, o trabalhador diante do seu trabalho.

Entretanto, o trabalho parcelar, fragmentado, estruturado na decomposição crescente das tarefas, reduzido a ações mecânicas e repetitivas, nos moldes do trabalho fundado pelo taylorismo-fordismo ainda é traço marcante na seção de abate e corte das indústrias de processamento de aves no Brasil (NELI; NAVARRO, 2013, p. 287). Os autores salientaram que, apesar do processo produtivo dessa

agroindústria ter sido alvo de constantes inovações tecnológicas desde a década de 1970, nem todas as etapas de sua produção industrial foram mecanizadas. A atividade de cortes específicos, por exemplo, continua a apresentar pequena incorporação tecnológica e boa parte do processo de trabalho é realizada manualmente.

No contexto mundial, houve o que Silva (2010) chamou de crise do trabalho convencional. As máquinas produzem muito mais com menos trabalhadores. Ademais, apesar de caras, as máquinas só são compradas uma vez, enquanto os trabalhadores têm de ser pagos mensalmente. Tendo como referência os números e o lucro, falando friamente, o custo com as máquinas é amortizado relativamente rápido, quando comparado ao custo total e contínuo com o trabalhador. Como bem colocou o autor, as máquinas não ficam doentes, não se acidentam, não precisam descansar, não reclamam do que fazem e é nisto que se pensa prioritariamente.

As empresas procuram formas de manter e aumentar os seus lucros sem assumir os custos sociais devidos aos trabalhadores. Entre essas, é possível destacar a terceirização com a contratação de outras empresas para realizar certos serviços com trabalhadores temporários, ganhando salários baixos e sem garantias sindicais. Geradora de inegável ampliação da produtividade, a automação, simultaneamente, fomentou o desemprego estrutural⁴⁷ ou tecnológico. Geralmente mais demorado, esse tipo de desemprego é provocado por falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Cabe interpretar essas transformações em escala mundial no âmbito da área de estudo e mais, especificamente, na agropecuária, desvendando particularidades de tais processos no segmento avícola da cadeia carne/grãos, o que faremos mais adiante. Os movimentos apontados fizeram parte da intensificação do processo histórico de internacionalização da economia e, assentados em significativas

⁴⁷ Diante desse cenário, Silva (2010) nos impôs questionamentos e importantes reflexões sobre como assegurar a manutenção de um exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços. Mesmo sem a pretensão de responder a essa complexa reflexão, pensamos sobre a fragilidade e o quadro de precarização em que o trabalhador tem sido colocado. Sem dúvidas, é um quadro insustentável em que alternativas deverão ser criadas. Em suma, na busca exclusiva por incremento da produção e melhora da qualidade dos produtos, diversificação da produção e a redução dos custos, o processo de inovação tecnológica deixou os trabalhadores desempregados e ainda mais à margem. Centenas de milhões de pessoas foram desempregadas em todo o mundo por tal motivo. Tais processos não ocorreram de modo isolado, mas a partir da existência entre as instituições políticas e as sociais, bem como entre a organização social e as atividades econômicas (CASTEL, 1998; SILVA, 2010).

mudanças na base técnica, alcançaram a agricultura, revestindo-se de novas características. Novos materiais e novas formas de organização e gestão da técnica, do trabalho e do espaço foram desdobrados. Nesse sentido, não podemos esquecer da estreita ligação da agroindústria avícola nacional com as culturas da soja e de milho e às empresas processadoras destes grãos, fatores ressaltados no capítulo anterior.

Com o avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores passaram a alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização⁴⁸ permitiu ampliar as áreas cultivadas e, sobretudo, a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, almejando uma venda cada vez maior. Entretanto, o que, realmente, impulsionou a transformação da base técnica da produção agrícola foi o incentivo governamental por meio de políticas como a do crédito rural viabilizado, principalmente, a partir de meados da década de 1960 como sinalizamos no capítulo 1. Nesse processo, vimos que a industrialização da agricultura submeteu a agricultura à indústria na busca por subordinar cada vez mais a natureza (TEIXEIRA, 2005).

O uso de tecnologia⁴⁹, portanto, tem sido fator fundamental para o êxito do produtor brasileiro, especialmente nos anos de crise. Na agricultura, por exemplo, podemos fazer referência à combinação de manipulações genéticas com a adoção de adequação das práticas de manejo. Na área da cadeia carne/grãos, a produção

⁴⁸ Graziano da Silva (1981) nos trouxe elementos importantes para refletir acerca da relação entre mecanização e redução relativa na geração de empregos. No caso de culturas como o milho, o trigo e a soja, na década de 1980, a mecanização da colheita já representava significativa redução nas exigências de mão de obra. Basta dizer que a colheita manual do milho empregava 8 pessoas por hectare e a mecanizada apenas uma. Para a soja e o trigo, a redução foi de 11 para 1. Na prática, a redução foi ainda maior, considerando-se todo o ciclo produtivo, uma vez que houve uma associação entre a mecanização da colheita e a utilização de outras técnicas poupadoras de mão de obra, como por exemplo, o plantio mecanizado e o uso de herbicidas, dentre outros. O autor ressaltou também que a simples presença física da colhedeira de uma determinada cultura em uma região contribuiu para depreciar os salários pagos aos trabalhadores temporários. Além de reduzir os custos, explicitamente, fixou-se um teto acima do qual os salários não deveriam subir.

⁴⁹ Importa ressaltar a presença das instituições de pesquisa públicas e privadas como a EMBRAPA e a Fundação Mato Grosso, evidenciando, no caso desta última, a eficiência da iniciativa privada, com capacidade de alto nível de manipulação racional do meio ambiente. Com frequência, percebeu-se que as práticas de significativa parcela dos produtores mato-grossenses revelaram visão empresarial, estabelecendo um diferencial importante com outros estados, grandes produtores de soja, competindo no arranjo das forças econômicas, na pesquisa, na logística e no âmbito político. Do ponto de vista da técnica, é possível afirmar que a soja produzida no cerrado de Mato Grosso compete no mesmo nível de igualdade com o mercado mundial, o que amplia a inserção do local no processo de globalização (BERNARDES, 2007). E isso é realidade em Lucas do Rio Verde, um dos municípios destacados nos estudos da autora.

de grãos, especialmente, o cultivo de soja, tem se destacado pelo alto nível de informatização marcado pela utilização da agricultura de precisão (VIEIRA, 2009). A agricultura de precisão⁵⁰ é uma prática agrícola, que utiliza tecnologia de informação baseada no princípio da variabilidade do solo e do clima (ARACRI, 2006, 2012). Destarte, a partir de dados específicos de áreas geograficamente referenciadas, o processo de automação agrícola passou a ser implantado com a dosagem de adubos e defensivos, diferenciando-se muito da noção de sistema produtivo e de tempo construídas até então:

(...) Historicamente, cada sistema de produção tinha como estrutura norteadora um conceito específico de tempo. Na sociedade agrária, a tarefa e o trabalho eram adaptados ao ritmo das estações e das condições climáticas. Qualquer ideia de um dia de trabalho normal de 10 ou 8 horas teria sido absurda. Não havia sentido em tentar arar a terra ou fazer a colheita sob uma chuva torrencial. O tempo podia não esperar pelo homem, mas o homem respeitava seus ritmos e variações espasmódicas. (...) (STANDING, 2013, p. 177).

Opera-se dentro do conceito de custo unitário (custo por saco produzido) e, conseqüentemente, margem, isto é, diferença entre preço de venda e custo por unidade produzida (PIONEER, 2009). Esse processo de modernização na agricultura, intensificador da diferenciação entre as regiões, claramente, permitiu a inserção e promoveu a exclusão de grupos sociais⁵¹ sob um processo altamente concentrador. O campo brasileiro, caracterizado por uma estrutura fundiária pautada na concentração de terras, voltou a sua produção para a exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias. Passou-se a uma crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno, significando, também, a marginalização de pequenos produtores (TEIXEIRA, 2005). A situação seguiu semelhante à descrita por Prado Júnior (1979, p. 20), quando afirmou que:

⁵⁰ Os microprocessadores e os aparelhos de posicionamento global por satélite (GPS), acoplados a colheitadeiras e semeadeiras, viabilizam o levantamento de dados, a tabulação cumulativa e a aplicação dosada e localizada de insumos. Reduz custos e otimiza o processo produtivo agrícola, além de diminuir a contaminação da natureza pelos defensivos utilizados, resultando em aumento da produção e implicando na redução da demanda por trabalho na atividade (VIEIRA, 2009).

⁵¹ A exclusão ou a pequena inserção dos menos capitalizados tem se dado principalmente porque com a modernização, a produção no âmbito da agricultura se tornou cara, pois, à medida que se industrializa, os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não agrícolas foram substituídos. O avanço da tecnologia reestruturou o sistema produtivo, mas o acesso ao pacote tecnológico é seletivo. As formas dinâmicas e modernas de produzir se tornaram dominantes e, na maioria das vezes, são exigidas pelos mercados consumidores, além de serem princípios determinantes para a inserção do produtor no mercado produtor, dando-lhe real capacidade para competir.

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições.

A descoberta de novos princípios científicos viabilizou a criação de novos materiais e equipamentos, os processos de trabalho de base rígida foram substituídos ou mesclaram-se aos de base flexível. A eletromecânica, com suas alternativas de solução bem definidas, foi cedendo lugar à microeletrônica. Os sistemas de comunicação interligaram o mundo da produção. Tais processos não se restringiram à indústria, não foram incorporados apenas nas cidades. Com suas especificidades, chegaram ao campo e aos trabalhadores empregados na agropecuária, estreitando as relações entre a cidade e o campo, bem como entre a indústria e a agricultura no estabelecimento das agroindústrias, o que ficou muito claro no caso da cadeia carne/grãos.

Novas relações entre trabalho, ciência e cultura foram construídas. Em termos de trabalho, condutas de antecipação foram estabelecidas para prever e explorar o presente e o futuro, tendo como referência a previsão de mudanças neste âmbito. Articulada a esse processo, em outras escalas, a automação e a adoção de novos equipamentos no segmento avícola da cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde têm colaborado para que a atividade obtenha elevados coeficientes de produção. Esse avanço tecnológico de uso prático e viável para o produtor foi, certamente, um passo a frente no que tange à competitividade do frango brasileiro em relação aos demais concorrentes mundiais. Apesar de grandes barreiras como as logísticas e o momento de crise vivido no Brasil, a cadeia produtiva brasileira evoluiu com base na tecnologia de produção.

Levantado o quadro geral de mudanças, identificamos o modelo técnico-produtivo implementado no segmento avícola da cadeia carne/grãos em suas especificidades, principalmente, no setor de abates e frigoríficos na busca por compreender de que forma o meio técnico-científico-informacional vem se expressando na área de estudo a partir da entrada da BRF. Nesse processo, concordamos com Castel (1998, p. 409) que a precarização do trabalho tem assumido papel central no processo. Nas últimas décadas, notadamente, observou-

se a intensificação crescente do ritmo de trabalho na atividade avícola, tendo como foco o cumprimento de metas diárias de produção:

(...) O trabalho na seção de abate e corte é realizado em ambiente altamente insalubre (temperatura ambiente em torno de 10° C, ruído ensurdecedor, muita umidade, odor desagradável, trabalho em pé, em turnos e noturno etc.). Em virtude da repetição dos movimentos e do ritmo intenso da produção, que oscila de acordo com a necessidade do mercado consumidor interno e externo, a atividade de abate e corte das aves apresenta altos índices de acidentes de trabalho (NELI; NAVARRO, 2013, p. 288).

Em consonância com Santos (2006 [1996]), vimos a técnica a partir de sua dimensão socioespacial expressa por intermédio do meio técnico-científico-informacional, que esboça profunda interação da ciência e da técnica. A técnica pode ser entendida como a união da máquina e do método, e quando concretizada em um objeto ou aparelho atuante sobre os corpos, é reveladora da união da forma e do conceito (VIEIRA PINTO, 2005). A técnica foi reproduzida e aplicada por e a partir de uma razão técnica carregada de intencionalidade.

Harvey (2011 [1996]) e Chesnais (1999) assinalaram que um dos níveis de análise do período atual é o regime de acumulação, enquanto cerne do sistema capitalista, estando intimamente ligado à concentração de novas técnicas em um contexto de expressivas mudanças sob uma totalidade sistêmica (VIEIRA, 2009). A produção do espaço vem se alicerçando em uma solidariedade de interesses, aglutinando os da esfera estatal, de setores nacionais e das grandes empresas internacionais, permitindo a criação de uma nova base material produtiva (FREDERICO, 2008; BERNARDES, 2010).

No contexto de instauração do novo modelo técnico-produtivo, a inovação tornou-se essencial, resultando da transformação do velho em um processo simultâneo de rompimento e de continuidade, onde, apesar da sobreposição do novo, constatou-se a coexistência de ambos. Surgiu como uma novidade para o mercado e para a empresa que a compra enquanto projeto e produto. Transformou-se em prática produtiva que, quando aplicada, traz resultados econômicos para a empresa, altera a sua própria organização interna e a demanda por trabalho. Sob essa perspectiva, o relatório de 2016 da BRF tratou da inovação em embalagens e da inovação em processos (*footprint* fabril).

No que tange ao primeiro ponto, sinalizaram a existência de uma equipe para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em embalagens, que trabalha em diálogo com o

P&D em produtos. O foco é otimizar o uso de matéria-prima associado à segurança alimentar e à preocupação com expectativas em termos de *marketing* e de vendas. Sobre a inovação em processos, a empresa ressaltou a meta de atingir maiores ganhos em rentabilidade por meio da eficiência, apontando para a maior automação e para a redução de postos de trabalho na busca por acréscimos em termos de produtividade e, conseqüentemente, aumento do lucro. Para ser mais clara, abaixo, como exemplo, reproduzimos as informações acerca da inovação em processos (*footprint* fabril) expressas no relatório:

Desde 2014, contamos com um projeto multiáreas que busca aumentar a produtividade, a velocidade de execução, a manutenção da presença operacional e a eliminação de ociosidade nos ativos da BRF via inovação em processos. Intitulada *footprint fabril*, a força-tarefa mobiliza equipes das diferentes regiões e estuda formas de melhorar o racional de vendas, distribuição e produção da empresa a partir da identificação de unidades fabris-chave e de linhas com maior oportunidade também em função de ociosidade, corrigindo problemas que podem impactar nos custos de operação.

Em 2016, demos continuidade à iniciativa, com avanços substanciais na automação industrial. Foram investidos cerca de R\$ 115 milhões nesse quesito, com foco em unidades do Brasil e Argentina. (...) Como reflexo, houve redução de postos de trabalho diretos em algumas linhas de produção (...). A expectativa é ter ganhos de produtividade de 15% a 16% em um ano.

Em função do cenário de mercado desafiador, também revisamos nossa estrutura de operação, paralisando algumas linhas de fabricação de produtos que perderam competitividade ou vivem cenário de excesso de oferta no Brasil e no exterior. (...)

As iniciativas abrangem não apenas a operação fabril, mas também os processos logísticos. Entre os investimentos importantes de 2016 estão a finalização da otimização da planta de Toledo, no Paraná; a ampliação do centro de distribuição de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco; e a otimização e expansão das plantas de Rio Cuarto (Argentina), Lucas do Rio Verde (MT) e Toledo (BRF – RELATÓRIO ANUAL, 2016, p. 94).

Segundo Crary (2014), demandando conexão e atualização permanentes, o paradigma, que vigora, criou um novo modelo de normalidade, que demanda temporalidade do tipo 24/7. Isso vem ocorrendo em meio à dissolução de fronteiras entre tempo privado e profissional, entre trabalho e consumo em que, paulatinamente, o regime 24/7 vem minando as distinções entre dia e noite, claro e escuro, ação e repouso (CRARY, 2014, p. 26). Ainda em concordância com o autor, o 24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou

identificável. Composto de operações incessantes e automáticas, vem transformando a vida em um objeto da técnica. Neste sentido, a consciência e a resistência, bem como, o conhecimento acerca desse movimento nos ajudam a ser menos submissos.

Esse fenômeno contemporâneo de aceleração não é uma mera sucessão linear de inovações, onde os itens obsoletos são substituídos por novos. Trata-se de um processo contínuo e permanente de expansão, que vem ocorrendo em distintos níveis e diferentes lugares, onde as áreas de tempo e experiência anexadas a novas tarefas e demandas envolvem máquinas. Para Crary (2014, p. 52), toda novidade tecnológica acaba sendo uma dilatação qualitativa de acomodação e dependência a rotinas 24/7 acompanhada de uma proliferação de aspectos capazes de transformar um indivíduo em uma aplicação de novos sistemas e esquemas de controle. Somos obrigados a nos modelarmos em uma contínua reinvenção de nós mesmos sob um quadro que sinaliza que não temos a opção de recusar tais mudanças. Somos colocados diante de um trabalho interminável (CRARY, 2014, p. 82).

Como bem colocaram Neli e Navarro (2013, p. 293-295), o controle do tempo de trabalho na indústria avícola é realizado por relógio de ponto, ritmo das esteiras, das máquinas e de mecanismos, com o estabelecimento de metas a serem cumpridas. Somam-se a tais mecanismos o controle exercido pelos supervisores em cada etapa da produção. Ademais, esse controle não se restringe às atividades ligadas à produção no interior da indústria já que também atinge as atividades destinadas à organização da vida diária na esfera da reprodução da força de trabalho, realidade identificada junto aos trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde.

A separação entre o trabalho e a vida privada vem se tornando cada vez mais tênue. O trabalho noturno e em turnos desagrega o tempo dos trabalhadores, imbricando a organização de sua vida privada com a organização de sua atividade laboral ao formar um contínuo entre tempo de trabalho e tempo fora do trabalho. Além do mais, importa destacar que as cobranças dentro desse processo produtivo não vêm somente dos superiores imediatos dos operários, mas também de seus próprios colegas, que acabam tendo que trabalhar mais rápido e mais duro, caso algum funcionário da seção não consiga atingir as metas de produção individual ditadas pelas esteiras rolantes (NELI; NAVARRO, 2013, p. 297).

Em linhas gerais, de acordo com Freitas, Bertoglio e Nunes (2002), a primeira grande mudança da avicultura tradicional para a avicultura industrial foi na forma de organização, hoje, realizada nos sistemas de integração⁵². O cerne da produção avícola industrial, que definiu o conjunto de processos posteriores de alimentação e cuidados, está no domínio genético (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008). Para os autores, a avicultura se fundamentou na criação de raças capazes de alcançar a máxima capacidade de transformação de cereais em carne no mínimo de tempo. As aves que atingem estes níveis de produtividade são geradas a partir de linhagens puras, controladas a partir de bancos genéticos. Em torno do frango geneticamente controlado desenvolveram-se as pesquisas de alimentação e patologia avícola.

Freitas, Bertoglio e Nunes (2002) ressaltaram a importância da introdução da técnica de sistemas de aclimatização, que, possibilitando melhor controle sanitário, aumentaram a densidade de aves, diminuíram a mortalidade e ampliaram a produtividade. Modernas tecnologias substituíram antigos abatedouros, dando maior rapidez e produtividade ao processo. Outro ponto a ser destacado foi a introdução de linhas de evisceração⁵³ automática e seus periféricos, um conjunto compacto de máquinas, que aliou alta velocidade de processamento, qualidade no trabalho e menor exigência de mão de obra.

Uma das primeiras operações, que foram automatizadas depois da escaldagem⁵⁴ e da depenagem⁵⁵, foi o corte das pernas, seguido pelo corte automático do rabo e do pescoço das aves. Como já dito, a evisceração, antes realizada manualmente, passou a ser feita em equipamento automático. O uso de equipamentos, que combinam diversas operações em uma mesma máquina, possibilitou o aumento da capacidade produtiva sem que fosse necessário contratar novos empregados. Nesse sentido, a evisceração automática foi considerada a mais significativa inovação desse processo de produção (NELI; NAVARRO, 2013).

⁵² Com base em Neli e Navarro (2013, p. 289), lembramos que os integrados, ou agregados, são pequenos e médios produtores que fornecem aves, suínos e cereais para as indústrias processadoras. Para isso, firmam contratos de produção e exclusividades, recebendo insumos selecionados pela indústria.

⁵³ Retirada das vísceras das carcaças (NELI; NAVARRO, 2013).

⁵⁴ Imersão das carcaças em água a temperatura de 55-60 ° C de 90 a 120 minutos (NELI; NAVARRO, 2013, p. 289).

⁵⁵ Retirada das penas das aves em cilindros cônicos de borracha, que giram em sentido contrário (NELI; NAVARRO, 2013, p. 289).

Novos programas de pesquisa foram desenvolvidos associados a elevados investimentos, o que deu continuidade ao processo de modernização (FREITAS; BERTOGLIO; NUNES, 2002). Aliado ao novo perfil do consumidor, o mercado de cortes elaborados apareceu como uma opção mais rentável comparado ao de frangos inteiros. Diversos tipos de cortes foram processados em função das exigências do mercado consumidor. No contexto, a desossa da carne foi outro ponto fundamental. Inicialmente, o processo era automatizado, porém, com o passar dos tempos, as tarefas manuais ganharam espaço. O processo mais manual diferenciou o produto brasileiro dos demais. A consolidação da indústria avícola brasileira no mercado internacional levou ao surgimento de novas exigências, indo desde especificações físicas dos produtos ao controle das datas de produção e expiração do produto, rótulos e caixas, teor de hidratação, checagem de temperatura, além de especificações da qualidade microbiológica (FREITAS; BERTOGLIO; NUNES, 2002, p. 7).

Empresas que visam a produção de aves inteiras para o mercado consumidor de massa possuem etapas de produção menos automatizadas que aquelas voltadas para a produção de produtos específicos e diferenciados (NELI; NAVARRO, 2013). Segundo os autores, em setores como a sangria⁵⁶ ou a pendura⁵⁷, os processos ainda são vinculados ao trabalho manual. A automatização das etapas na agroindústria nacional está mais concentrada na eliminação de algumas etapas da produção, como a evisceração e a produção de produtos transformados. Assim, na agroindústria avícola brasileira as atividades automatizadas coexistem com as manuais.

No segmento avícola, a inovação tecnológica implicou em aprimoramento nas características físicas dos ingredientes e rações, além das próprias técnicas utilizadas no processo de fabricação em um contexto em que a qualidade no ponto de vista da segurança alimentar envolveu a redução/eliminação de substâncias e microrganismos nocivos à saúde dos animais, ao ambiente e aos consumidores. No setor, empresas como a BRF têm seus sistemas de controle da qualidade, onde são

⁵⁶ Corte feito no pescoço da ave para retirar a maior quantidade de sangue possível (NELI; NAVARRO, 2013, p. 290).

⁵⁷ Ato de pendurar a ave na correia transportadora (NELI; NAVARRO, 2013).

emitidos certificados⁵⁸ como: a certificação de frigorífico sob Inspeção Federal; a certificação pela série ISO 9000⁵⁹; a certificação de rastreabilidade⁶⁰, de HACCP⁶¹, de produto de qualidade, dentre outras exigidas na cadeia de carnes. O Ministério da Saúde é responsável pela fiscalização dos produtos industrializados, tendo em vista o controle de segurança da qualidade. O controle dos produtos avícolas é de responsabilidade do DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) e deve seguir a legislação brasileira relacionada às indústrias exportadoras (NETO, 2012).

No setor, o processo de trabalho pode apresentar pequenas diferenças de uma empresa para outra, o que dependerá, inclusive, dos níveis de automação adotados. Partindo dessa perspectiva, a seguir apresentamos as etapas gerais referentes ao funcionamento da indústria no segmento analisado (NELI; NAVARRO, 2013, p. 292-293):

Independentemente do produto final requerido, o processo inicia-se com a retirada das aves das gaiolas e as pendura (pelos pés) nas correias transportadoras. As aves recebem então um choque elétrico, através de um dispositivo automático, que as “anestesia”. Em seguida, realiza-se a sangria, feita manualmente, com um corte no pescoço do animal. O sangue é aproveitado, entre outras coisas, para o fabrico de ração.

Já morta e sangrada, a ave segue pendurada na correia para a escaldagem e, em seguida, para a depenagem. Esses dois processos são mecânicos. O próximo passo é a evisceração, tarefa também realizada mecanicamente: a cloaca e o abdome são cortados e abertos, os órgãos internos são expostos (nesse momento, o Serviço de Inspeção Federal [SIF] faz a inspeção da qualidade do produto) e os miúdos são retirados. Os comestíveis como fígado, coração e moela, são separados. A ave é pendurada novamente na correia transportadora.

As aves são pesadas e separadas: aquelas destinadas à comercialização sem cortes são embaladas e resfriadas ou congeladas; as destinadas à comercialização em cortes ou industrializadas são encaixadas em cones metálicos dispostos sobre esteiras rolantes e seguem para o esposteamento. Nessa etapa, a carcaça é cortada ao meio e a musculatura do peito e das asas, coxas e sobrecoxas, e o excesso de pele são retirados.

⁵⁸ A certificação faz parte da garantia da qualidade e formaliza a existência de um sistema em uso, indicando que a empresa atende às especificações exigidas. Neste sentido, muitas vezes há, inclusive, a emissão de selos de qualidade (SIF).

⁵⁹ Normas que formam um modelo de gestão da qualidade para organizações que podem certificar seus sistemas de gestão por intermédio de organismos de certificação. Identifica as disciplinas básicas e especifica os procedimentos e critérios no sistema de qualidade a fim de garantir a qualidade do produto que chegará ao cliente (NETO, 2012).

⁶⁰ Capacidade de detectar a origem e seguir o rastro de um gênero alimentício ao longo de suas fases, indo da produção à distribuição (NETO, 2012).

⁶¹ HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points*): sigla inglesa para a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo (APPCC) (NETO, 2012).

Para a realização dessas tarefas, trabalham lado a lado, em cada uma das esteiras, (...) funcionários munidos de facas. Cada um tem uma função específica: um faz um corte no meio da ave, outro retira a asa, o seguinte retira a sobrecoxa com a coxa, os pés, o peito e o excesso de pele. No fim da esteira, cada uma das partes é encaminhada para outras esteiras, nas quais ocorre o esposteamento em partes específicas (...).

Trabalhadores uniformizados seguem como uma massa homogênea. Uma grande quantidade de pessoas com roupas iguais e toucas, que deixam apenas o rosto de fora (NELI; NAVARRO, 2013). Tamanha a frieza, uniformização e a repetição rápida de movimentos mecânicos, mais parecem robôs do que pessoas. A partir das imagens a seguir, foi possível refletir um pouco mais sobre os pontos destacados (figuras 4-13). Em uma análise subjetivada, as imagens mostram o quanto os trabalhadores se perdem em suas individualidades em quadros que os apresentam de uniformes e iguais. De longe, formam um exército sem rosto, que produz sem parar, sem limites: sem sensibilidades, sem individualidades e sem alma. Ali, parecem pessoas travestidas de máquinas.

Figura 4 – Esteiras de produção e trabalhadores

Fonte: Recorte do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

Figuras 5, 6 e 7 – Frangos na correia transportadora

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

Figuras 8 e 9 – Outras fases do processo produtivo no segmento avícola

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

Figuras 10, 11, 12 e 13 – Empacotamento e empilhamento

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

Ressaltamos que as imagens apresentadas foram recortadas de um vídeo feito para uma reportagem, que tratou da entrada da BRF e do desenvolvimento econômico alavancado em Lucas do Rio Verde. Encontramos nessa estratégia uma saída para apresentar aqui essa produção de forma mais concreta, tendo em vista que nos trabalhos de campo realizados, a BRF não viabilizou a entrada em tais setores da empresa.

As mudanças organizacionais e técnicas exigiram alterações no espaço, que ultrapassaram a necessária instauração de inovados arranjos de fixos e novos fluxos em Lucas do Rio Verde. Alcançaram as regras regentes do espaço urbano no intuito de viabilizar que a BRF atingisse o seu melhor desempenho. Um exemplo foi a necessidade do isolamento da unidade feita por um cordão sanitário e a proibição de qualquer outro tipo de criação de aves no perímetro urbano de Lucas do Rio Verde. O objetivo foi evitar contaminação da produção em uma eventual epidemia aviária.

O mundo da produção, portanto, está sempre em vias de organização e desorganização. Com base em leituras de Santos (2006 [1996]) e de Bernardes (2007), entendemos que a realidade de Lucas do Rio Verde deve ser vista em um movimento conjunto, onde várias lógicas e racionalidades se superpõem, presididas pelo mercado, pelo poder público e pela própria estrutura socioespacial. O uso de técnicas modernas constituiu a base da produção espacial do município. A fluidez e a velocidade das técnicas da informação, que articularam as demais técnicas, tornaram-se produtoras de lugares com novos conteúdos em que tem ocorrido o processo de reestruturação com a participação de ações políticas, que contribuíram para alterar a dinâmica local/regional (BERNARDES, 2005, 2007).

Os novos arranjos espaciais e as novas formas urbanas instaladas em Lucas do Rio Verde surgiram a partir de atividades agrícolas altamente tecnificadas. Foram dotadas de novas funções e constituídas pela implantação de serviços destinados a atender às necessidades da produção, da comercialização e da circulação, do sistema de comunicações e dos fluxos de informações da agropecuária. Estes possibilitaram a redução do tempo e a redefinição da espacialidade dos circuitos de produção, o que permitiu que o município e os municípios-sede da cadeia carne/grãos da BR-163 acompanhassem a velocidade das mudanças e incorporassem os elementos, que viabilizaram a sua competitividade no mercado internacional (BERNARDES, 2007).

Decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva, um novo padrão de acumulação vivido pelo capitalismo passou a configurar um inovado projeto para os trabalhadores com particularidades ligadas à área, às atribuições ou ao nível hierárquico de atuação dos mesmos. O fenômeno da globalização alterou fortemente não só as relações econômicas dos países, mas os aspectos sociais, as relações de trabalho e o próprio cotidiano da população. O perfil do mercado de trabalho vem sendo profundamente modificado com o fenômeno da integração global, integração esta que, simultaneamente, uniu e fragmentou. Os efeitos da globalização redefiniram as relações no mercado de trabalho. Recaindo sobre a vida do homem, transformaram, e continuam transmutando, comportamentos e personalidades (SILVA, 2010).

Estreita é a vinculação entre a relação de trabalho e o nível de tecnologia utilizado. A produtividade depende diretamente do nível de investimentos produtivos realizados no processo produtivo. E, não é diferente na produtividade do trabalhador. Ela também depende da dotação de certos investimentos produtivos por pessoa ocupada. É mister olhar tais impactos em termos sociais e, sobretudo, trabalhistas. Houve adequação da força de trabalho ao processo de modernização. Houve reflexos das alterações da base técnica da produção agrícola sobre as relações de trabalho no campo. Afinal, o desenvolvimento capitalista no campo promoveu a adequação da força de trabalho no rural (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Portanto, um dos aspectos fundamentais na compreensão da expansão da fronteira do capital no atual tempo histórico é o reconhecimento da importância do trabalho em suas atuais transformações, fortemente associado ao processo migratório e ao modelo técnico produtivo aplicado (BERNARDES, 2007). Houve a formação de um mercado de trabalho específico que, no caso de Lucas do Rio Verde, se fez a partir de diferentes fluxos migratórios conforme nos alertou Betty Nogueira Rocha (2010) em sua Tese sobre a trama da fronteira e o drama dos migrantes no desenvolvimento do município:

A construção da BR 163 tornou-se emblemática atraindo um grande contingente de migrantes. Nos primeiros tempos os fluxos migratórios para a região cortada pela rodovia se caracterizam por: (1) migrantes que se deslocaram para a região por motivações diversas e estimulados pela intensa propaganda governamental; (2) migrantes em busca de oportunidades de acesso a grandes extensões de terras ou (3) migrantes inseridos nos projetos de colonização executados ao longo da rodovia (ROCHA, 2010, p. 77).

A autora também identificou um quarto movimento migratório, que, em curso, está relacionado à estratégia de desenvolvimento adotada pelo município de Lucas do Rio Verde a partir da implantação da BRF nos anos 2000. Tratamos de um grande fluxo migrante de “nordestinos” que, apesar de virem de distintos estados do Nordeste, localmente, são chamados de “maranhenses” pela maioria. Porém, em um processo ainda mais recente, em campo, identificamos, ainda, o fluxo de “nortistas”, que têm se deslocado em busca de emprego de carteira assinada na BRF. Seguindo a classificação de Rocha (2010), podemos sinalizar a possível instauração do poderíamos chamar de quinto grande movimento migratório de Lucas do Rio Verde. Este quinto movimento seria o segundo diretamente relacionado à demanda por trabalho na BRF.

A busca por trabalho apareceu como justificativa principal para o deslocamento. Deu sentido ao movimento migratório em um contexto em que uma das metas principais foi mudar de vida. Sob esta lógica, de maneira geral, a esperança dos trabalhadores foi construída com base na busca por acesso ao mercado de trabalho formal (ROCHA, 2010). Portanto, para entender o contexto, foi necessário reconstruir não só parte da história de Lucas do Rio Verde, mas, sobretudo, de sua população a partir da análise geral da dinâmica populacional ali instaurada a partir dos anos 2000, sem esquecer, entretanto, que se trata de um presente formado por uma história anterior, um passado, que antecede e muito o nosso recorte temporal de análise. Sob tal perspectiva, no próximo subcapítulo, avaliamos a formação do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde, o que inclui a avaliação da dinâmica demográfica atual do município, bem como a caracterização dos trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia.

2.2. Formação do mercado de trabalho

Com dados de 2015, um levantamento feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) nos trouxe um panorama geral do mercado de trabalho no agronegócio. Fundamentada em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e da RAIS, a pesquisa⁶² revelou que o agronegócio brasileiro contava

⁶² Os números não incluem os trabalhadores que produzem exclusivamente para próprio consumo.

com cerca de 19,1 milhões de pessoas ocupadas ao longo das cadeias produtivas em 2015. Destes, o maior número de pessoas, 9,09 milhões trabalhava no segmento primário. 5,67 milhões no setor de serviços e 4,12 milhões na agroindústria. No que tange à formalidade/informalidade, considerando todos os segmentos do agronegócio, a pesquisa indicou que apenas 36% dos empregados têm carteira assinada, 33% atuam por conta própria, 15% estão empregados sem carteira assinada e 4% são empregadores. Os demais 12% se distribuem entre as categorias de trabalhadores domésticos, familiares auxiliares ou militares.

Em termos de grãos, observamos que no segmento primário agrícola do agronegócio, 16,7% pessoas estavam ocupadas nesta produção, segundo lugar em um conjunto em que o maior destaque ficou no somatório do grupo “outras lavouras”⁶³ (49,8%). Por outro aspecto, no que se refere às carnes, no segmento primário relacionado à criação de animais, as aves alcançaram 7,0% de pessoas ocupadas, ficando acima dos suínos (3,2%), mas atrás dos bovinos (64,6%), da pesca e da aquicultura (16,4%) e outros animais (8,8%). Destacamos, ainda, o segmento industrial da pecuária, onde o maior destaque ficou com o abate de animais (48,0%), sendo os demais couro e calçados e laticínios, 31,5% e 20,5%, respectivamente (CEPEA, 2017).

Como vimos, apesar do grande número de pessoas ocupadas no segmento primário do agronegócio, neste, ainda é elevada a parcela sem carteira assinada e, quando relacionada aos altos níveis produtivos alcançados, proporcionalmente, este número torna-se ainda menor. Em termos de escolaridade no agronegócio, o estudo do Cepea (2017) sinalizou que, em 2015, ainda havia grande concentração de pessoas que não iniciaram o Ensino Médio, quase 60% do total de pessoas ocupadas. O percentual de pessoas com Ensino Superior completo limitou-se a 8,5% frente a uma taxa de quase 17% para o mercado de trabalho brasileiro como um todo. No segmento primário, mais de 80% das pessoas ocupadas não iniciaram o Ensino Médio. A média salarial dos empregados⁶⁴ do agronegócio brasileiro ficou

⁶³ O grupo “outras lavouras” inclui o cultivo de mandioca, de banana, de algumas lavouras temporárias, de algumas plantas e frutas de lavoura permanente, uva, cacau, sementes e mudas certificadas, fumo e parcela da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) de atividades mistas da agropecuária (CEPEA, 2017).

⁶⁴ Em empregados, consideraram-se os empregados no setor público ou privado, com ou sem carteira assinada, os trabalhadores domésticos com ou sem carteira assinada, os militares e servidores estatutários e trabalhadores familiares. Os trabalhadores por conta própria e os empregadores foram excluídos (CEPEA, 2017).

em R\$ 1.499 mensais. O segmento primário apresentou uma média de pagamento de R\$ 998 mensais na pecuária e R\$ 891 na agricultura, correspondendo aos menores salários entre os segmentos do agronegócio⁶⁵. Os empregados na área de serviços recebiam R\$ 2.019 por mês. Já para os trabalhadores da indústria agrícola e pecuária, os salários foram de R\$ 1.663 e R\$ 1.397, respectivamente.

Em Lucas do Rio Verde, a instalação da BRF criou perspectivas iniciais de geração de 24.000 empregos, sendo 6.000 empregos diretos e 18.000 indiretos com investimentos totais iniciais estimados em R\$ 1,2 bilhão por parte da empresa. O processo se expressou em termos de reorganização do trabalho, do espaço e da técnica. Dotado de novas formas-conteúdo, a partir da associada instauração de funções, estruturas e processos, o espaço transformado, também, gera transformações, estabelecendo novas dinâmicas para o município. Baseados em leituras de Santos (1985, 1988, 2006 [1996]), entendemos que estamos tratando do desenvolvimento de um meio técnico-científico-informacional específico voltado para o atendimento das demandas do modelo técnico-produtivo adotado no âmbito da cadeia carne/grãos do município.

Associando os que procuram e os que oferecem emprego, o mercado de trabalho funciona sob um sistema em que claro é o estabelecimento de regras em termos de valores de remuneração, quantidade de horas trabalhadas e tipo de vínculo empregatício, dentre outros fatores (VIEIRA, 2009). As distintas transformações ocorridas na sociedade e no modo de produção, com modernas técnicas de produção e de gerenciamento, ligadas ao crescimento econômico e ao papel estratégico que o Brasil tem adquirido no contexto mundial de produção de alimentos, vem provocando significativas transformações na população e na ocupação no meio rural do país. Assim, conhecer o mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde é revelar parte de um mosaico de relações sociais que permeiam o campo brasileiro e que se apresentam como desafios para a construção de uma agenda política pública para superá-los (DIEESE, 2014).

⁶⁵ O segmento que mais remunerou em 2015 foi o de insumos com rendimento médio mensal habitual de R\$ 2.331,00. Este segmento inclui a produção de fertilizantes, defensivos, rações, produtos veterinários e máquinas, além de equipamentos agrícolas.

2.2.1. Dinâmica demográfica atual

Mudanças no perfil da população implicaram em transformações no mercado de trabalho. Inicialmente, iluminamos a formação do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde a partir do levantamento de dados de censos demográficos, de informações repassadas pela prefeitura de Lucas do Rio Verde e por informações de campo. Apreendemos características da dinâmica demográfica do município em termos de dados quantitativos e qualitativos. Tais dados sinalizaram a composição, o fluxo da força de trabalho, a origem, bem como, a sua rotatividade ou fixação no município. O estudo de seu mercado de trabalho se realizou no sentido de perceber fenômenos relacionados à interação entre os que procuram e os que oferecem emprego, onde a conjuntura social e econômica da região estudada está inclusa. Respeitando o recorte temporal de análise da tese, nos detivemos, sobretudo, à apresentação e à análise de dados a partir dos anos 2000.

Avaliamos variáveis como a evolução da população total e da população por situação e localização (população rural e urbana). A composição por idade, sexo, região e estado de origem da população, que forma o mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde, além do próprio tempo de residência no município. Esses foram alguns dos dados, que coletamos e analisamos, apresentando-os por meio de tabelas, gráficos e um mapa de migração. Cabe ressaltar que os estudos sobre mercado de trabalho e trabalhadores perpassam por uma série de dificuldades. Como bem destacou Graziano da Silva (1982), de um lado, há a própria complexidade das relações de produção existentes na agricultura brasileira e, de outro lado, a precariedade dos dados disponíveis. As estatísticas agrícolas brasileiras são mais detalhadas no que diz respeito à produção e preços do que no que se refere a dados sociais. Contraditoriamente, são as informações relacionadas à população existente no campo brasileiro que denotam a realidade em que vivem. Em outras palavras, a organização e a produção das estatísticas agrícolas deixam entrever uma postura ideológica pouco comprometida com a transformação de uma realidade, que, deixada em segundo plano, apresenta significativas precariedades. Pautamos a nossa análise em uma visão crítica e consciente de tais limitações.

A apresentação da população brasileira, da Região Centro-Oeste, de Mato Grosso e dos municípios-sede da cadeia carne/grãos como um todo (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso), além da dinâmica populacional de Lucas do Rio

Verde mais profundamente, indiretamente, viabilizaram a apreensão do movimento das atividades econômicas e do mercado de trabalho da região estudada. Afinal, os projetos agroindustriais na região e seu perfil urbano geraram demandas específicas de mão de obra (BERNARDES, 2006), formando um mercado de trabalho particular. Os municípios foram reorganizados em um contexto em que novos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação foram estabelecidos, alterando a dinâmica demográfica dos envolvidos, bem como, a formação do mercado de trabalho. Para avaliar os dados de população, utilizamos os dois últimos censos demográficos realizados no Brasil, 2000 e 2010⁶⁶, e dados mais recentes fornecidos pela prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Tabela 5 - População residente por Brasil, Região Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)

Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia	População residente		Variação (%)
	2000	2010	2000/2010
Brasil	169.872.856	190.755.799	12,29%
Centro-Oeste	11.638.658	14.058.094	20,79%
Mato Grosso	2.505.245	3.035.122	21,15%
Municípios-sede da cadeia	69.739	143.726	106,09%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

⁶⁶ Vale ressaltar que, com a crise econômica e política vivenciada no Brasil nos últimos anos, a contagem da população para 2016 foi cancelada devido aos cortes realizados pelo Ministério do Planejamento no orçamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em razão da contenção orçamentária para o ano 2015, foi impossível realizar a Contagem da População em 2016 (GLOBO, 2015).

Tabela 6 - População sob a situação e localização por municípios-sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2000 e 2010)

Municípios-sede da cadeia	Situação e localização	População		Variação (%)
		2000	2010	2000/2010
Lucas do Rio Verde - MT	TOTAL	19.316	45.556	135,84%
	Urbana	16.145	42.455	162,96%
	Rural	3.171	3.101	-2,21%
Nova Mutum - MT	TOTAL	14.818	31.649	113,58%
	Urbana	10.376	25.865	149,28%
	Rural	4.442	5.784	30,21%
Sorriso - MT	TOTAL	35.605	66.521	86,83%
	Urbana	31.529	58.364	85,11%
	Rural	4.076	8.157	100,12%
Total	TOTAL	69.739	143.726	106,09%
	Urbana	58.050	126.684	118,23%
	Rural	11.689	17.042	45,79%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

A tabela 5 nos trouxe um panorama geral do crescimento da população em diferentes escalas. Na escala nacional, regional, no estado de Mato Grosso e nos municípios-sede da cadeia carne/grãos. Comparativamente, o conjunto de municípios-sede da cadeia carne/grãos apresentou um aumento populacional infimamente maior que os demais, alcançando a variação de 106,09%. Mato Grosso foi o segundo destaque da

tabela com variação de 21,15%; a Região Centro-Oeste em terceiro com 20,79% e o Brasil com 12,29%. Em percentual, em 2010, a população da Região Centro-Oeste correspondeu a 7,37% da população brasileira. Para o mesmo período, com 3.035.122 habitantes, o estado de Mato Grosso tinha 21,59% da população total da Região Centro-Oeste. Por fim, a soma da população dos municípios-sede da cadeia carne/grãos, totalizando 143.126 habitantes, correspondeu a 4,73% da população de Mato Grosso. Portanto, a população cresceu nas distintas escalas analisadas comparativamente e isoladamente, respeitando os seus diferentes valores absolutos e percentuais.

A partir da tabela 6, apresentamos a dinâmica demográfica dos municípios-sede da cadeia carne/grãos. Com a análise da tabela, observamos que houve a duplicação da população residente nesses municípios, número que variou em 106,09%, totalizando 143.726 pessoas em 2010. Nesse quadro, a população urbana foi a que mais cresceu e correspondeu a 88% da população total em 2010. Sorriso foi o município que apresentou o maior número populacional total (66.521), em segundo, tivemos Lucas do Rio Verde (45.556) e em último Nova Mutum (31.649). Já no que tange à variação da população de 2000 para 2010, Lucas do Rio Verde foi o município que apresentou o maior crescimento com uma variação total de 135,84%, onde a população urbana variou em 162,96%. Assim, de um total de 45.556 habitantes em Lucas do Rio Verde, 93% residiam na área urbana.

Tendo como base dados do IBGE e da prefeitura de Lucas do Rio Verde, voltamos o nosso olhar para o município ao analisar o número de habitantes nos três anos anteriores a 2000, bem como, de 2000 até 2016. Em 1997, o município tinha 13.692 habitantes, em 1998, 14.573 habitantes e, em 1999, 15.455 habitantes. De 1999 para 2000, o número populacional aumentou em 3.861 pessoas. Passando de 15.455 para 19.316, sofreu o acréscimo de 24,98% em apenas um ano. A partir do gráfico 9, tendo como referência os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, vimos que de 2000 para 2005, a população cresceu em 7.908, de 2005 para 2010, em 18.332 e, de 2010 para 2015, em 11.729.

Em termos de variação, tais valores corresponderam a 40,94%, 35,76% e 25,75%, respectivamente. Ademais, é possível averiguar o crescimento populacional contínuo de 2000 a 2016. Sob esta perspectiva, a população variou em 207,70% de 2000 para 2016, passando de 19.316, em 2000, para 59.436 em 2016. No conjunto, analisando o crescimento populacional ano a ano, verificamos que foi superior a 3,70%, chegando a 35,76% de 2009 para 2010. Os últimos três anos (2014, 2015 e 2016) apontaram para um crescimento mais moderado, revelando as menores variações do conjunto, a saber, 4,26%, 3,98% e 3,75%, nesta ordem.

Tais números estão relacionados à implantação e ao atual processo de consolidação das atividades da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde, que se tornou um polo de atração de pessoas com grandes demandas por mão de obra, sobretudo, a partir da entrada da BRF no município. Entendemos que a atual relativa redução da entrada de pessoas no município evidenciada nos três últimos anos

(2014, 2015 e 2016) está relacionada à consolidação e estabilização das atividades no município, além do trabalho voltado para a redução da rotatividade de trabalhadores e sua maior fixação. Em 2016, essa preocupação foi pautada nas entrevistas realizadas com membros da prefeitura como Luciane Copetti, Secretária de Meio Ambiente e Agricultura, e na entrevista com Fábio Loch, Gerente Geral da BRF à época. Essa visão teve forte rebatimento na política de contratação da BRF, que teve que começar a se adequar às novas exigências da prefeitura.

Em seu processo de implantação inicial, a BRF precisou de um grande contingente de mão de obra, que arregimentou no Nordeste do País, sobretudo. Os trabalhadores, contratados em seus municípios de origem, foram levados de ônibus pela própria empresa para Lucas do Rio Verde. Entretanto, pelo que conversamos em detalhes com alguns trabalhadores em entrevistas, poucos foram os esclarecimentos acerca das condições de vida e de trabalho, o que configurou um quadro de insatisfação nos trabalhadores, levando-os a não fixação. Outro aspecto levantado pela prefeitura foi o fato da BRF não ter sido criteriosa no processo seletivo. Em linhas gerais, faltou traçar melhor o perfil de trabalhador que se demandava e considerar os impactos negativos da oscilação, da baixa taxa de fixação de trabalhadores. Tais esclarecimentos resultaram em perdas para a BRF, para o município e, principalmente, para os trabalhadores.

Nesses termos, também se fez importante o levantamento da composição da população no que tange à idade, o que fizemos a partir da tabela 7. Analisando os dois últimos censos, observamos que, em 2000, a maior parte da população era formada por 21,95% de crianças de 0 a 9 anos; 20,94% (4.405) com idade entre 10 e 19 anos e 20,34% (3.929) com idade de 20 a 29 anos.

Destacamos também a faixa de 30 a 39 anos com 17,84% (3.447) e a de 40 a 49 com 10,79% (2.084). Já em 2010, diferente do censo de 2000, a faixa etária de maior destaque foi a de 20 a 29 anos com 25,57% (11.651); em seguida, a de 30 a 39 anos com 18,23% (8.306) e a de 10 a 19 anos com 17,45% (7.951). E, ainda, a de 0 a 9 anos, totalizando 16,78% (7.644) e a de 40 a 49 anos, com 12,08% (5.505). A população idosa também vem aumentando, sinalizando melhora na expectativa de vida. As faixas de 60 a 69 anos e de 70 anos ou mais variaram positivamente em 170,04% e 204,52%, respectivamente.

Tabela 7 - População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto e percentual por grupos de idade (2000 e 2010)

Grupo de Idade	Anos			
	2000	Percentual (%)	2010	Percentual (%)
0 a 9 anos	4.241	21,95%	7.644	16,78%
10 a 19 anos	4.045	20,94%	7.951	17,45%
20 a 29 anos	3.929	20,34%	11.651	25,57%
30 a 39 anos	3.447	17,84%	8.306	18,23%
40 a 49 anos	2.084	10,79%	5.505	12,08%
50 a 59 anos	957	4,95%	2.775	6,09%
60 a 69 anos	414	2,14%	1.118	2,45%
70 anos ou mais	199	1,03%	606	1,33%
Total	19.316	100,00%	45.556	100,00%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

O que vimos, em suma, foi a presença de um grande número de jovens e de adultos na base da composição da população de Lucas do Rio Verde, além do significativo número de crianças, apontando para o crescimento populacional e para possíveis novas perspectivas em termos de mercado de trabalho. Vale lembrar que a maior dificuldade da BRF ao se instalar no município foi conseguir o número e o perfil de trabalhadores necessários para alcançar as suas metas produtivas, o que, desde o início, tornou-se um gargalo. Esta é uma problemática que, mesmo que em menor proporção, ainda ronda a BRF e outras grandes empresas do município.

Tabela 8 - População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto e percentual por sexo (2000 e 2010)

Sexo	Anos			
	2.000		2.010	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Homens	10.175	52,68%	24.016	52,72%
Mulheres	9.141	47,32%	21.540	47,28%
Total	19.316	100,00%	45.556	100,00%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

Majoritariamente urbana, a população de Lucas do Rio Verde é formada por mais homens do que mulheres, apesar dos números serem bastante equilibrados como é possível avaliar na tabela 8. Em 2000, a população era formada por 52,68% de homens e 47,32% de mulheres. Esses percentuais tiveram poucas alterações em 2010, registrando 52,72% de homens e 47,28% de mulheres, em números absolutos, 24.016 de homens e 21.540 mulheres. Analisando tais dados, é possível afirmar que o município atrai tanto homens quanto mulheres para o seu mercado de trabalho. Homens e mulheres que, advindos de diversas regiões do país, se empregaram nos grandes setores da economia cada vez mais dinamizados pelo desenvolvimento da cadeia carne/grãos.

Tabela 9 - Sexo da População de Lucas do Rio Verde por grupo de idade (2010)

Grupo de Idade	2010		
	Total	Homens	Mulheres
0 a 9 anos	7.644	3.941	3.703
10 a 19 anos	7.951	4.023	3.928
20 a 29 anos	11.651	6.409	5.242
30 a 39 anos	8.306	4.415	3.891
40 a 49 anos	5.505	2.911	2.594
50 a 59 anos	2.775	1.484	1.291
60 a 69 anos	1.118	548	570
70 anos ou mais	606	285	321
TOTAL	45.556	24.016	21.540

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Autora: Vieira, Nivea M.

Para o ano de 2010, a tabela 9 ainda nos permitiu correlacionar a estrutura etária ao sexo da população. Constatamos que o maior número de homens e de mulheres, que correspondeu à população de 20 a 29 anos, totalizou 6.409 homens e 5.242 mulheres. Nesta ordem, em percentual, tais números representaram 26,69% do grupo total de homens e 24,34% do grupo de mulheres. Para os homens, a faixa etária de 30 a 39 anos com o registro de 4.415 pessoas sobressaiu em segundo

lugar, isto é, 18,38% do total de homens. No caso das mulheres, a faixa destacada em segundo lugar foi a de 10 a 19 anos, apresentando 3.928 pessoas, ou seja, 18,24%. No sexo masculino a faixa de 10 a 19 anos se destacou em terceiro lugar com 4.023, 16,75%. Diferentemente, no sexo feminino, nesta posição, o maior destaque ficou com os que possuíam de 30 a 39 anos, valor equivalente a 18,06%.

Em outras palavras, podemos afirmar que, bem distribuída entre homens e mulheres, a maior parte da população de Lucas do Rio Verde é composta por jovens e adultos. É uma população caracterizada por um grande número de pessoas com idade para plena atividade no mercado de trabalho, além de jovens com idade para inserção inicial no mesmo. A imigração é um fator de importância ímpar na composição da população e na formação do mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde. Nesse sentido, típica estrutura etária de áreas de imigração, os dados nos permitiram concluir, também, que a entrada de migrantes em Lucas do Rio Verde foi realizada, sobretudo, por jovens e adultos. Adiante, veremos com maior detalhamento quais são as principais origens desses trabalhadores migrantes.

A migração está presente na história do município. Os fluxos migratórios registraram saldo positivo no município e na área de influência da BR-163 como um todo, fator ligado ao fato de comporem uma região de fronteira agrícola e, mais do que isto, uma fronteira do capital (BRASIL, 2004). A população de Lucas do Rio Verde é formada por um grande número de pessoas vindas das distintas regiões do país e até estrangeiros, o que podemos avaliar ao analisar a tabela 10 e o gráfico 10. Em 2000, a metade da população era composta por pessoas advindas do Sul do Brasil (9.705) e 36,94% (7.136) da Região Centro-Oeste. Em menores percentuais, 6,15% (1.189) da Região Sudeste, 4,37% (845) da Região Nordeste e 1,94% (375) da Região Norte, além de estrangeiros em um total de 57 pessoas, isto é, 0,29% da população do município.

Tabela 10 - População de Lucas do Rio Verde em valor absoluto, percentual e variação por região de nascimento (2000 e 2010)

Região de nascimento	Anos				
	2000		2010		2000/2010
	Nº absoluto	Percentual (%)	Nº absoluto	Percentual (%)	Variação (%)
Norte	375	1,94%	744	1,63%	98,40%
Nordeste	845	4,37%	6.982	15,33%	726,27%
Sudeste	1.189	6,15%	2.224	4,88%	87,05%
Sul	9.705	50,24%	15.438	33,89%	59,07%
Centro-Oeste	7.136	36,94%	19.671	43,18%	175,66%
Brasil sem especificação	9	0,05%	408	0,90%	4433,33%
País estrangeiro	57	0,29%	89	0,19%	56,14%
Exterior	_____	_____	_____	_____	_____
Exterior naturalizados brasileiros	_____	_____	_____	_____	_____
Estrangeiros	_____	_____	_____	_____	_____
Total	19.316	100,00%	45.556	100,00%	135,84%

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico - Migração (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

Em 2010, esse quadro mudou e a maior parte da população passou a ser composta por pessoas da própria Região Centro-Oeste, correspondendo a 43,18% (19.671) e 33,89% da Região Sul (15.438), sinalizando uma pequena queda na presença de sulistas, única região que apresentou redução de 2000 para 2010. O terceiro maior percentual foi verificado na Região Nordeste, correspondendo a 15,33%, ou seja, 6.982 pessoas. Os demais percentuais dividiram-se entre a Região Sudeste e a Região Norte, tendo ainda a presença de estrangeiros. Tais valores totalizaram, respectivamente, 4,88% (2.224), 1,63% (744) e 0,19% (89). Ademais, houve a não identificação do lugar de origem de grupos de pessoas, “Brasil sem especificação”. Em 2000, 9 pessoas foram alocadas nesta classe e, em 2010, 408 pessoas, revelando percentuais de 0,05% e 0,90%, nesta ordem. A referida

categoria representou o número de pessoas, que, advindas de distintas regiões do País, por motivos não esclarecidos pelo IBGE, não tiveram a origem identificada.

Em termos de variação de 2000 para 2010, representando os dados em valores absolutos, o gráfico 10 nos deu a dimensão visual dos dados, enquanto a tabela 10 nos revelou a variação em seus valores específicos. Na categoria “Brasil sem especificação”, em 10 anos, houve o acréscimo de 399 pessoas, maior variação do grupo, equivalendo a 4.433,33%. Por outro aspecto, em termos de região de origem identificada, a maior entrada adveio da Região Nordeste, que variou em 726,27%, o que, em números absolutos, correspondeu à entrada de mais 6.137 nordestinos. Passou de 845 para 6.982 nordestinos de 2000 para 2010. Neste conjunto, na Região Nordeste, a maior parte das pessoas migrou dos estados do Maranhão, de Pernambuco e do Piauí.

Em números absolutos, para 2010, correspondeu a um total de 3.385 maranhenses, 1.478 pernambucanos e 718 piauienses no que tange aos estados destacados na Região Nordeste. A segunda maior entrada adveio da Região Norte, que, praticamente dobrou o número, passando de 375 pessoas para 744, a saber, 98,40% de aumento. No período, a maioria dos migrantes da Região Norte adveio do Pará, de Rondônia e de Roraima, totalizando 389 paraenses, 108 pessoas de Rondônia e 88 de Roraima.

Sobre as demais regiões, ainda importa ressaltar os estados em que os valores de emigração para Lucas do Rio Verde foram maiores em 2010. Da Região Centro-Oeste, os maiores valores advieram do próprio estado de Mato Grosso (17.137; 37,62%) e do Mato Grosso do Sul (2.050; 4,50%). Na Região Sul, os destaques foram os estados do Paraná (8.037; 17,64%) e do Rio Grande do Sul (4.632; 10,17%). Por fim, na Região Sudeste, a maior parte é de São Paulo (1.385; 3,04%) e de Minas Gerais (586; 1,29%). Ademais, ainda houve a constatação dos, já referenciados, 89 estrangeiros, isto é, 0,19% da população total.

Em conformidade com esse censo (2010), de acordo com informações, que nos foram repassadas pela própria prefeitura, 7.947 pessoas eram naturais de Lucas do Rio Verde e 37.609 de outros municípios de Mato Grosso e de municípios dos diversos estados do Brasil. As pessoas naturais do estado de Mato Grosso totalizaram 16.998, enquanto as pessoas não naturais totalizaram 28.558.

Mapa 7 – Imigração para Lucas do Rio Verde por estado (2010)

Imigração para Lucas do Rio Verde por estado (2010)*

Em percentual, por meio do mapa 7, ilustramos essa imigração por estado em 2010, último censo demográfico. As setas, em suas diferentes espessuras e cores, indicam os dados dos estados brasileiros cujos percentuais de imigração para Lucas do Rio Verde alcançaram valores a partir de 2%. Nesse sentido, o estado de Mato Grosso foi o que mais se destacou, registrando 37,62% do total de imigrantes para Lucas do Rio Verde, valor que o colocou na faixa acima de 20%. Em seguida, na faixa percentual de 10,01% a 20%, ficaram os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, 17,64% e 10,17%, nesta ordem. Com 5,01% a 10%, Maranhão e Santa Catarina apresentaram percentuais exatos de 7,43% e 6,08%, respectivamente. Na faixa de 2% a 5%, Mato Grosso do Sul ficou com 4,50%; Pernambuco com 3,24% e São Paulo com 3,04%. Vale ressaltar que todos os demais estados, exceto Amapá, também, apresentaram valores de imigração, porém, inferiores a 2% e, por isso, não estão representados por setas no mapa.

Lucas do Rio Verde, hoje, é a “cidade mais brasileira do Brasil”. No último trabalho de campo realizado em agosto de 2016, esta foi uma das frases que mais ouvimos na cidade. A frase representou a percepção popular e governamental de uma realidade vivenciada no seu dia a dia e sinalizada pelos dados oficiais. Faz parte da realidade cotidiana nas escolas, pode ser vista em uma observação mais atenta nas ruas e nos demais espaços públicos do município, em hospitais, restaurantes e em empresas, por exemplo. Referencia o fato de se ter uma população composta por significativos contingentes de pessoas de diversas partes do Brasil.

A população oriunda do Sul foi pioneira em Lucas do Rio Verde. Geralmente, são os proprietários das grandes empresas e de terras, além de serem maioria no serviço público e ocuparem cargos de importância nas grandes empresas. Compõem a mão de obra mais especializada e que recebe os melhores salários, ou seja, a população que ocupa o maior poder político, econômico e social. Em linhas gerais, a população advinda da Região Sudeste também compõe a mão de obra especializada e, geralmente, se desloca para ocupar cargos que exigem nível superior com ou sem pós-graduação. Por vezes, permanece no município apenas durante o período de uma obra ou de implantação de um setor produtivo, o que, como vimos em campo, ocorre com frequência com engenheiros, por exemplo. Já os migrantes da própria Região Centro-Oeste são encontrados nos mais diversos

cargos e funções. Muitos em empregos precários e que exigem menor especialização e, outros, em empregos com maior exigência de especialização e melhores salários.

Por outro aspecto, o mais recente fluxo migratório impulsionado pela grande demanda por força de trabalho gerada pela implantação da BRF caracterizou-se por ser uma mão de obra menos especializada e quase sempre originada das Regiões Nordeste e Norte. Cabe destacar que a emigração da Região Norte para Lucas do Rio Verde é ainda mais recente que a do Nordeste. Em anos anteriores, a grande massa deste tipo de migrante tinha como origem a Região Nordeste. A ampla oferta de empregos atraiu trabalhadores, que, em seus municípios de origem, viam-se sem emprego, em empregos precários e/ou inseridos na informalidade, além da própria falta de perspectiva de crescimento onde trabalhavam.

Muitos sonhos e planos impulsionaram esses processos migratórios, inclusive a busca por maior acesso à Educação. Em contatos realizados no Instituto Federal de Lucas do Rio Verde, alunos do Instituto de origem nordestina e nortista, nos disseram que a saída de seus municípios de origem foi impulsionada, também, pela busca por melhores oportunidades de estudo, melhores instituições de ensino e mais vagas. Esse fator muito nos chamou a atenção e nos trouxe informações mais claras para caracterizar e especificar mais elementos sociais ligados ao funcionamento da cadeia carne/grãos em sua organização espacial, já que, simultaneamente, nos falam sobre o tempo, sobre a economia, a política, o trabalho e sobre problemáticas sociais. São informações que os olhos não veem e os números não nos revelam.

No gráfico 11, apresentamos o percentual de pessoas que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência em Lucas do Rio Verde segundo o tempo ininterrupto de residência no município. Esses dados foram disponibilizados pelo IBGE para 2010 e trouxeram informações importantes para a avaliação da entrada de pessoas em Lucas do Rio Verde, bem como, sua permanência ou não no município. Indiretamente, expressaram a rotatividade e a fixação de pessoas, associando-se à dinâmica do mercado de trabalho e às atividades econômicas desenvolvidas em Lucas do Rio Verde. O total de pessoas nessa condição foi de 26.241, que correspondeu a mais da metade da população, exatamente 58% da população total para esse ano. O gráfico nos mostrou que a maior parte da população contabilizada no grupo é muito recente no município. Morando de 1 a 2

anos, em percentual, correspondeu a 37,93% (9.954) do total do conjunto. A segunda classe com maior destaque foi a que representou a população residente de 3 a 5 anos, isto é, 23,07% (6.055). Depois, respectivamente, os que moravam de 6 a 9 anos e os que moravam há menos de 1 ano, equivalendo à 20,32% (5.331) e 18,68% (4.901) da população nesta condição.

Os números reafirmaram a transformação da dinâmica demográfica e da formação de mercado de trabalho, além do próprio processo de reorganização espacial do município. Estão relacionados ao processo de implementação e consolidação da cadeia carne/grãos, o que incluiu o *boom* populacional associado à implantação da BRF no município com marco temporal nos anos 2006 e 2008, informação explicitada no capítulo 1. Ademais, quando relacionados ao total geral da população para o período, ou seja, 45.556 habitantes, tais percentuais continuaram assumindo relevância, porém, sob outros valores. Mediante esse total, a faixa de 1 a 2 anos correspondeu a 21,85% e a de 3 a 5 anos, 13,29%. De 6 a 9 anos e menos de 1 ano, 11,70% e 10,76% da população total.

Em se tratando da totalidade da área de influência da BR-163, na maioria dos municípios a parcela de assalariados com carteira de trabalho assinada é pequena proporcionalmente, o que sinalizou um baixo dinamismo do setor privado na geração de emprego formal. De acordo com o Ministério da Integração (2004, p. 21), apenas cinco municípios do Mato Grosso (Sinop, Sorriso, Vera, Santa Carmem e Feliz Natal) estiveram acima da média nacional nesse ano. A agricultura e o extrativismo dominaram a economia na área de influência da BR-163, onde assalariados sem carteira assinada e autônomos superaram a média nacional. Em síntese, o mercado de trabalho dos municípios em questão apresentou-se pouco estruturado, com baixo peso do setor privado na geração de empregos regulamentados e com forte presença de formas de inserção associadas à auto-ocupação. No contexto, vale ressaltar que Lucas do Rio Verde passou a se destacar na geração de empregos com carteira assinada a partir de 2006 e, sobretudo, em 2008, transformações associadas ao processo de implantação e ao efetivo início da produção da BRF no município.

Em um mercado de trabalho, o trabalho formal e o trabalho informal são faces de uma mesma moeda (OFFE, 1994). Trabalhador formal é todo trabalhador que possui carteira de trabalho assinada com direitos trabalhistas garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pela Constituição Federal. Na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) são registradas todas as informações da vida profissional do trabalhador, servindo de base para que ele tenha acesso aos direitos trabalhistas, à proteção social como: férias, décimo terceiro, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e aposentadoria, apenas para citar alguns. Em outras palavras, trabalho formal é aquele em que o trabalho é exercido com carteira assinada em conformidade com a legislação trabalhista vigente, o que assegura ao trabalhador os direitos a que faz jus.

No mercado de trabalho Informal, diferente do que ocorre no formal, o trabalhador não tem carteira assinada. Trabalha sob a supressão de uma série de direitos. Contribuição à seguridade social, que poderia garantir aposentadoria por tempo de contribuição em época oportuna; recolhimentos para o FGTS; recebimento de abono de férias e, até mesmo, possibilidade de comprovação de renda para a obtenção de crédito, dentre outros direitos e vantagens. O trabalho informal está assentado no subemprego e é formado por trabalhadores, que apresentam um perfil distinto dos trabalhadores formais. Em geral, com baixa ou nenhuma escolaridade,

têm jornadas de trabalho inadequadas, não contam com proteção social e não costumam ter habilidade com técnicas avançadas. Podendo receber até valores inferiores a um salário mínimo, têm dificuldades para se fixarem nas regiões para as quais se deslocaram para trabalhar. As atividades realizadas no mercado informal estão presentes no setor terciário da economia, sobretudo.

Em linhas gerais, o trabalho se resume ao comércio nas ruas, pequenos negócios e prestação de serviços. Trabalhadores autônomos e microempreendedores sem registro: vendedores ambulantes, feirantes, pedreiros, encanadores e eletricitas são alguns exemplos (MOURÃO et al, 2013). O trabalho informal acaba sendo aceito por muitos dos trabalhadores residentes em áreas rurais. Muitas vezes, moram no local de trabalho, sendo comum a existência de trabalhos de curta duração sem formalização. As culturas têm seus períodos de plantio, colheita e trato diferenciados, o que eleva o número de contratos de trabalhadores para distintas etapas desse processo, tornando as contratações temporárias ou de curta duração algo comum no mercado de trabalho rural. Os trabalhadores com carteira têm tarefa permanente; os sem carteira são sazonais.

Imposta pelo agronegócio, a dinâmica de contratar por meio de terceiros e dispensá-los depois faz com que os trabalhadores informais fiquem de fora de qualquer sindicato, o que os torna ainda mais vulneráveis em um contexto em que, por vezes, se constata até trabalho escravo. Em sua grande maioria, os empregos oferecidos são de baixa complexidade e escolaridade como a catação de raízes e o trabalho na sala de corte dos frigoríficos. Os empregos de maior escolaridade, como o uso de máquinas, são oferecidos em menor número (DIEESE, 2014; COUTINHO JÚNIOR, 2014).

Em geral, o trabalhador informal⁶⁷ apresenta o perfil descrito acima. Contudo, sabe-se que esse processo é cheio de meandros, exceções e distinções. A parcela mais escolarizada dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, não se adéqua à referida descrição. Ademais, a conceituação de informalidade não alcançou consenso entre os acadêmicos, tampouco na sociedade, sendo, ainda, bastante imprecisa. Diante de um quadro de instabilidades de um mundo novo com realidades cada vez mais complexas e adversas, as dicotomias entre formal e

⁶⁷ Evidente que há uma enorme área de interseção entre empresas, trabalhadores autônomos e informais haja vista que a sua condição de atuação à margem da legislação, submete os trabalhadores que contratam a essa mesma condição de informalidade (MOURÃO et al, 2013).

informal vêm perdendo sustentação (MOURÃO et al, 2013). Como os autores, acreditamos que os esforços devem se concentrar cada vez mais na busca de proteção para todos em um contexto em que a proteção social deve estar atrelada às pessoas e não à condição de ocupação.

Sem negar a existência e o grau de importância da informalidade, a partir dos subcapítulos a seguir, nos detivemos ao estudo do mercado de trabalho formal. Este estudo no âmbito da cadeia carne/grãos nos auxiliou na melhor compreensão do processo de mudanças nas relações sociais de produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo reflete-se no modo de organizar e gerir o trabalho. Diante do novo quadro configurado no mundo do trabalho, tornou-se imprescindível compreender as transformações no mercado de trabalho formal no setor da agropecuária e, mais profundamente, na cadeia carne/grãos, pois os trabalhadores assalariados no campo representam uma das facetas da materialização do movimento do capital (ELIAS; PEQUENO, 2007). A expansão do mercado de trabalho agropecuário promoveu a migração ascendente e a migração descendente (SANTOS, 2005 [1993]) em um processo de racionalização do espaço baseado na difusão do agronegócio a partir da formação de redes de produção agropecuárias globalizadas (ELIAS, 2008).

De acordo com Elias e Pequeno (2007), o âmago da formação de um mercado de trabalho agropecuário encontra-se nas novas relações sociais de produção difundidas com o agronegócio. Tais relações baseiam-se na expropriação dos pequenos proprietários e na expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, promovendo o êxodo rural (migração ascendente – do campo para a cidade) e aumentando o contingente de trabalhadores agrícolas não rurais, que passaram a ser temporários. Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão de obra especializada, em todos os arranjos espaciais produtivos agrícolas, é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho.

A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária vem aumentando a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, alterações qualitativas e quantitativas de antigas funções foram processadas com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola. Hierarquizado, em uma de suas pontas, apresenta o trabalhador especializado no agronegócio, resultado de novas dinâmicas populacionais advindas da migração descendente (da cidade maior para a cidade menor). Referimo-nos aos

profissionais de origem e vivência urbanas, que passaram a ser assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola e agrônomo, por exemplo) dos setores associados ao agronegócio. Como já vimos, a maior parte dos funcionários mais qualificados empregados veio do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e, em menor percentual, da Região Sudeste, de São Paulo principalmente.

Nos trabalhos de campo, nas leituras e na análise de dados percebemos que o marco dessas transformações fundamentou-se nas alterações do sistema produtivo decorrentes das inovações tecnológicas, que, simultaneamente acarretaram novas exigências de trabalho em termos de quantidade e qualidade. Segundo empresários da região, a mão de obra especializada é escassa, tendo em vista o aumento da oferta de vagas de trabalho com a implementação da cadeia carne/grãos. Houve a demanda por distintos tipos de trabalhadores com qualificações diferenciadas, os quais são submetidos a cursos de capacitação oferecidos pelas empresas, podendo ser realizados por meio de intercâmbio entre unidades. Os que participam de tais capacitações passam a ser multiplicadores do que aprenderam. Geralmente, os trabalhadores com menor grau de instrução ocupam cargos operacionais, atuando em abatedouros e frigoríficos de frango e de suínos e no setor de industrializados.

Desenvolvida com base na técnica, na ciência e na informação, a cadeia carne/grãos em seus segmentos demanda por trabalho específico em cada fase de seu processo produtivo. Tendo em vista a otimização das fases da produção, buscou ampliar o domínio do tempo e o controle do espaço, produzindo um arranjo espacial capaz de viabilizar e tornar esse processo possível e eficiente. A técnica, portanto, transformou e está sendo transformada pelo trabalho, promovendo a reprodução do espaço, reorganizando-o de forma racional para atender aos objetivos propostos. Conflitos e formas de resistência, desequilíbrios e exclusão são gerados em uma região que se revela cada vez mais desigual, o que pode ser explicado, em parte, pela manutenção de determinadas estruturas econômicas, sociais e políticas.

Entendemos como Silva (2005), embora em contextos distintos, que as mudanças no trabalho têm transparecido no surgimento de novas profissões, na demanda por mão de obra mais escolarizada, nas inovações de tarefas, nas

multifunções, na atualização no uso da tecnologia, processos que, hoje, respeitadas as diferenças em termos de volume e complexidade, se estendem do urbano ao rural. O processo integra e fragmenta, simultaneamente, já que modernizando, segrega ou inclui precariamente a massa de trabalhadores com baixa especialização profissional, trabalhadores precariamente incluídos por dificuldades de se adequarem às novas demandas por trabalho, sendo suas ocupações reduzidas ou quase extintas. Novas profissões ou antigas, reformuladas, compõem a mão de obra especializada utilizada na cadeia carne/grãos.

2.2.2. Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia

Caracterizada a dinâmica demográfica da área de estudo, aqui, traçamos um panorama do mercado de trabalho em termos de ocupação. O nosso objetivo é explanar sobre o mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde em suas generalidades, apontando para a existência de inter-relações no total da força de trabalho formal empregada nos setores da economia na área de estudo. A estruturação e a consolidação da cadeia carne/grãos no município estão no pano de fundo desta análise, que, realizada em um contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no País, vêm atingindo o trabalhador de forma direta.

Para tratar da população ativa e não ativa economicamente e dos trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia no município de Lucas do Rio Verde, optamos pelo levantamento geral de dados do IBGE⁶⁸ sobre o trabalho e de dados da RAIS. Cabe ressaltar que denominamos população empregada/ocupada nos grandes setores a soma do número de trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia do IBGE coletados na RAIS, a saber: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Administração Pública e Agropecuária. Primeiramente, dimensionamos a população ativa e não ativa economicamente. Ademais, apresentamos dados do Brasil, da Região Centro-Oeste, de Mato Grosso e dos municípios-sede da cadeia carne/grãos a fim de destacar a importância de Lucas do Rio Verde no contexto.

⁶⁸ A escolha por fazer uma análise sobre o trabalho baseada na articulação de dados do IBGE e da RAIS tornou a pesquisa mais rica ao mesmo tempo em que foi um desafio. Afinal, o IBGE e a RAIS, muitas vezes, trabalham sob perspectivas díspares, realizam a coleta de dados de forma distinta e partem de visões conceituais diferentes. Sendo assim, buscamos trazer informações que nos permitissem contribuir com a análise, traçando uma linha de coerência e de aprofundamento no uso de dados das duas fontes.

Respeitando o nosso recorte temporal, nos detivemos à apresentação e à análise de dados a partir de 2000, destacando, por vezes, os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, dependendo da disponibilidade de dados do IBGE e, sobretudo, da RAIS⁶⁹. Cabe destacar que a RAIS agrega informações sobre trabalhadores formalmente contratados em atividade em 31 de dezembro de cada ano. Como bem esclareceu Ferreira da Silva (2014), por sua resolução temporal, tais dados demonstram as variações mais consistentes no mercado de trabalho quanto ao estoque de trabalhadores e ao perfil do trabalho e do trabalhador no recorte espacial e temporal avaliados.

O gráfico 12 apresenta o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência, a saber, os economicamente ativos e os não economicamente ativos segundo os Censos de 2000 e de 2010 do IBGE. Estamos considerando como ativa parte da população com a qual o setor produtivo pode contar, isto é, a mão de obra em potencial, incluindo os ocupados e os desocupados. Por outro aspecto, os não ativos economicamente correspondem ao grupo que não possui idade, interesse ou condições de exercer algum ofício, não sendo empregados e/ou desempregados. Sob esta perspectiva, no gráfico, é possível verificar que, em 2000, os economicamente ativos somados aos não economicamente ativos totalizaram 15.075 pessoas. Deste total, 9.703 pessoas formaram o grupo dos economicamente ativos, enquanto 5.372 pessoas estavam alocadas nos não economicamente ativos.

Em 2010, um total de 37.912 ficou distribuído entre ativos e não ativos economicamente, perfazendo 25.967 e 11.945, respectivamente, o que configurou uma taxa de atividade⁷⁰ de 68,49%. A estrutura etária tem grande influência sobre o mercado de trabalho e a dinâmica demográfica influencia a ampliação ou a diminuição da proporção entre “produtores” e “consumidores” (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010). Nesse sentido, ressaltamos que o número de trabalhadores idosos tem alcançado cada vez maior representatividade na população economicamente ativa de Lucas do Rio Verde. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003) decreta-se idoso no artigo 1º da

⁶⁹ A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é um importante instrumento de coleta de dados voltado para a gestão governamental do setor do trabalho. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 (RAIS).

⁷⁰ De acordo com o IBGE, a taxa de atividade é a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade.

Lei, toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos)⁷¹ (VANZELLA; NETO; SILVA, 2011).

Como podemos ver na tabela 11, de 2000 para 2010, o número de pessoas economicamente ativas com 60 anos ou mais de idade mais do que dobrou em Lucas do Rio Verde, passando de 276 pessoas para 575 em uma variação de 108,33%. Em 2010, o idoso correspondeu a 2,21% do total de pessoas economicamente ativas em um grupo em que os homens totalizaram 394 e as mulheres 181. Os homens foram maioria em 2000 e em 2010, porém, nos chamou a atenção o fato do número de mulheres ter aumentado em 285,11% ao passar de 47

⁷¹ Contudo, estudiosos argumentam que a velhice não se limita a uma questão cronológica, contemplando o ponto de vista biológico, social e econômico, além de abarcar elementos ambientais, científicos e culturais (VANZELLA; NETO; SILVA, 2011).

para 181 pessoas em 10 anos ao passo que o número de homens aumentou relativamente pouco mais de 70%.

Tabela 11 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade residentes em Lucas do Rio Verde segundo a condição de atividade na semana de referência por sexo (2000 e 2010)

Sexo	Pessoas de 60 anos ou mais de idade segundo a condição de atividade na semana de referência					
	2000			2010		
	Econ. Ativos	Não Econ. Ativos	Total	Econ. Ativos	Não Econ. Ativos	Total
Homens	229	112	341	394	438	832
Mulheres	47	225	272	181	711	892
Total	276	337	613	575	1149	1724

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

Quanto aos não economicamente ativos, os idosos passaram de 337 pessoas para 1.149 de 2000 para 2010, perfazendo uma variação positiva de 240,95% com maior destaque para o número de homens, que variou em 291,07% enquanto o número de mulheres aumentou em 216%. Com uma esperança de vida em torno de 75 anos em 2010, o município ficou acima da média do estado de Mato Grosso e da média brasileira, que foram de 74,3 e 73,9 para o mesmo ano (CNM, 2013). O município está seguindo uma tendência evidenciada no País. Segundo o IBGE, nos últimos anos, o envelhecimento da população brasileira tem sido acompanhado pelo aumento da população potencialmente ativa (AGOSTINO, 2012).

Em um artigo em que tratam da “Terceira idade e o Mercado de Trabalho”, Vanzella, Neto e Silva (2011) sinalizaram que a ampliação do número de pessoas com mais de 60 anos na população economicamente ativa brasileira é inevitável. Os idosos estão gradativamente mais ativos economicamente, permanecendo cada vez

mais no mercado de trabalho. E, dentre as diversas consequências do aumento da proporção de idosos na população brasileira, uma delas, é a participação na força de trabalho em um contexto em que a sua renda é fundamental na composição da renda pessoal e da renda familiar (WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004).

Por outro aspecto, os gráficos 13 e 14 nos revelaram a distribuição por gênero no total do conjunto dos economicamente ativos e dos não economicamente ativos. Quanto aos economicamente ativos, a partir do gráfico 13 foi possível avaliar que, em 2000, 66,78% eram homens e 33,23% eram mulheres. Os números apresentaram pequena alteração em 2010, quando o percentual de homens passou para 60,48% e o de mulheres teve um pequeno aumento, registrando 39,51%.

Analisando o grupo dos não ativos a partir do gráfico 14, o maior destaque em 2000 e 2010 ficou com as mulheres. A partir da avaliação do gráfico, concluímos que, em 2000, em percentual, o número de homens totalizou 28,20% contra um percentual de 71,78% de mulheres. Já em 2010, tais números sofreram alterações e o percentual de homens ficou em 36,58% mediante 63,42% de mulheres. Na análise por gênero, ficou evidente que a inserção das mulheres no grupo dos

economicamente ativos ainda é muito pequena quando comparada à participação masculina.

Entendemos que as pequenas alterações evidenciadas no censo de 2010 relacionaram-se à conquista de espaço das mulheres no mercado de trabalho em um cenário de mudanças em sua atuação geral em Lucas do Rio Verde e na sociedade brasileira como um todo. De acordo com Wajnman e Rios-Neto (1994), o perfil de participação feminina na população economicamente ativa tem variado bastante na experiência brasileira, impactando a sociedade de diferentes formas. Um dos reflexos é a contração da taxa de fecundidade, isto é, a redução do número médio de filhos que uma mulher teria até o final do seu período produtivo.

No caso de Lucas do Rio Verde, de 2000 para 2010, essa taxa foi reduzida de 2.7 para 2.0 (CNM, 2013). Em termos de Brasil, os autores supracitados sinalizaram, ainda, que a taxa de fecundidade caiu em ambas as classes, economicamente e não economicamente ativas, enquanto a participação na população economicamente ativa foi ampliada entre as mulheres de alta e de baixa fecundidades, indicando,

assim, que este quadro de mudanças é mais complexo do que imaginamos e que conta com a operação de fatores independentes atuando sobre estas duas variáveis.

Apresentando-se diferente entre homens e mulheres, o rendimento é outro fator de fundamental importância nessa análise. A tabela 12 nos trouxe informações sobre o rendimento nominal médio mensal e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento em Lucas do Rio Verde em 2010. Em uma média de R\$ 1.500,44, entre economicamente ativos e não economicamente ativos, os homens recebiam R\$ 1.779,69 ao passo que as mulheres recebiam R\$ 1.106,11.

Tabela 12 - Valor do Rendimento nominal médio mensal e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento residentes em Lucas do Rio Verde segundo o sexo pela condição de atividade na semana de referência (2010)

Condição de atividade na semana de referência e Idade	Valor do Rendimento (Reais) das pessoas de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres
Economicamente ativas	R\$ 1.601,20	R\$ 1.846,67	R\$ 1.218,44
Não economicamente ativas	R\$ 526,16	R\$ 667,82	R\$ 448,23
Total	R\$ 1.500,44	R\$ 1.779,69	R\$ 1.106,11

Fonte: IBGE/SIDRA/ Censo Demográfico (2010). Autora: Vieira, Nivea M.

As diferenças entre homens e mulheres ficaram ainda mais claras quando analisamos o rendimento dos economicamente ativos e dos não economicamente ativos. Para os economicamente ativos, o rendimento médio mensal total ficou em R\$ 1.601,20, que, estratificados entre homens e mulheres resultaram em uma diferença de R\$ 628,23. Em outras palavras, os homens recebiam, em média, R\$ 628,23 a mais que as mulheres, sendo o salário médio dos homens R\$ 1.846,67 e o

das mulheres R\$ 1.218,44. Mesmo no grupo dos não economicamente ativos, a diferença continuou presente. Com uma média geral de R\$ 526,16, os homens recebiam R\$ 667,82 e as mulheres, R\$ 448,23, perfazendo uma diferença de R\$ 219,59.

Os dados reafirmaram a desigualdade de gênero no mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde, reprodução de uma realidade evidenciada não só no Brasil, mas no mundo de forma geral, respeitadas as diferenças em números e proporcionalidade. Em suma, em Lucas do Rio Verde, os homens recebem maiores salários que as mulheres e estão em maior número no grupo de pessoas economicamente ativas. Diversos são os elementos que podem estar ligados à desigualdade de renda entre homens e mulheres: faixa etária, grau de instrução e tempo de experiência no mercado de trabalho (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005). Entretanto, de acordo com os autores, de forma geral, a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho é o fator de maior relevância. Este ponto de vista coloca a mulher como incapaz e inferior ao homem, partindo desta premissa para validar a redução de seus direitos como um todo e de seu rendimento em particular.

Estabelecido o perfil geral dos ativos e dos não ativos economicamente, buscamos adentrar nas especificidades dos trabalhadores com carteira assinada em Lucas do Rio Verde. Para isso, trouxemos uma avaliação escalar com elementos que nos permitiram olhar Lucas do Rio Verde a partir de sua inserção nacional, regional, estadual e intermunicipal. Remontando aos dados de população apresentados no subcapítulo anterior, correlacionamos a população residente total ao somatório do número de trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia.

Assim, na tabela 13, reapresentamos a evolução da população, relacionando-a ao número de trabalhadores nos grandes setores da economia em valores absolutos e em variação no Brasil, na Região Centro-Oeste, em Mato Grosso e em municípios-sede da cadeia carne/grãos, grupo do qual Lucas do Rio Verde faz parte. Em termos de valores absolutos, por meio da tabela, vimos que houve crescimento da população residente já analisada no subcapítulo anterior, e, sobretudo, do número de trabalhadores nos grandes setores, que se destacou em todas as escalas analisadas nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 13 - População residente e Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia por Brasil, Região Centro-Oeste, Mato Grosso e municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)

Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios-sede da cadeia	População residente e Trabalhadores nos Grandes Setores				Variação Pop. residente 2000/2010 (%)	Variação Trab. Grandes Setores 2000/2010 (%)
	2000		2010			
	Pop. Total	Trab. Grandes setores	Pop. Total	Trab. Grandes Setores		
Brasil	169.872.856	26.228.629	190.755.799	44.068.355	12,29%	68,02%
Região Centro-Oeste	11.638.658	2.091.439	14.058.094	3.630.804	20,79%	73,60%
Mato Grosso	2.505.245	315.547	3.035.122	656.542	21,15%	108,06%
Municípios-sede da cadeia	69.739	9.628	143.726	44.312	106,09%	360,24%

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico e RAIS-MTE (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

No que tange aos trabalhadores empregados nos grandes setores, iluminando os dados de 2010, o Brasil registrou 44.068.355 pessoas, a Região Centro-Oeste totalizou 3.630.804 e Mato Grosso registrou 656.542 pessoas. Por fim, os municípios-sede da cadeia (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso) registraram 44.312 pessoas, três municípios de um conjunto de 141 municípios do estado, que, sozinhos, corresponderam a 6,75% do total de Mato Grosso e 1,22% da Região Centro-Oeste.

O crescimento em voga foi evidenciado de forma contundente por meio do cálculo da variação, que nos mostrou que a população residente e a população

empregada nos setores nos municípios-sede da cadeia carne/grãos apresentaram o maior aumento relativo, registrando, respectivamente, 106,09% e 360,24% de variação positiva em dez anos. Em ordem decrescente de valores, Mato Grosso ficou em segundo lugar com 21,15% e 108,06%, que, de modo respectivo, corresponderam à variação da população residente e dos trabalhadores empregados nos setores. Em seguida, a Região Centro-Oeste com 20,79% e 73,60% e, por fim, o Brasil com 12,29% e 68,02% de crescimento da população residente e dos trabalhadores empregados nos setores.

Comparando os dados em suas diversas escalas, ficou evidente o grau de importância dos municípios-sede da cadeia carne/grãos em termos de ocupação de parcela da população e, indiretamente, do desenvolvimento dos grandes setores da economia não só para Mato Grosso e para a Região Centro-Oeste, mas para o País. Tratamos da relevante geração de empregos advinda do desenvolvimento econômico da área que, por outro aspecto, não, necessariamente surgiu acompanhada de uma preocupação com o social.

Em outra escala, a tabela 14 nos trouxe a dimensão dos dados da população residente e dos trabalhadores empregados nos grandes setores nos três municípios-sede da cadeia carne/grãos, o que nos permitiu ressaltar a importância de Lucas do Rio Verde neste grupo. Em valores absolutos, Sorriso foi o município que apresentou o maior número em termos de população residente e de empregados nos setores, totalizando 66.521 e 18.085, respectivamente, em 2010. Tais valores corresponderam a um acréscimo de 30.916 pessoas na população residente total e 12.778 no número de trabalhadores empregados nos setores de 2000 para 2010. Lucas do Rio Verde ficou em segundo lugar, registrando 14.734 no total de empregados e 45.556 na população residente, isto é, 32,34% da população total.

Quando comparados aos valores dos anos 2000, percebemos que houve um acréscimo de 12.479 pessoas em termos de ocupação em uma população que recebeu um acréscimo de 26.240 pessoas em dez anos. Ainda cabe destacar os dados referentes à Nova Mutum, que, em 2010, com um total de 11.493 pessoas com carteira assinada nos setores, tinha uma população total de 31.649 pessoas. Sob tais números, relativamente, Nova Mutum foi o município que alcançou o maior percentual em termos de ocupação com carteira assinada nesse ano, ou seja,

36,31%, enquanto, em 2000, tinha 13,94% de empregados nos grandes setores em uma população total de 14.818 pessoas.

Tabela 14 - População residente e Trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia por municípios-sede da cadeia carne/grãos (2000 e 2010)

Municípios-sede da cadeia carne-grãos	População residente e Trabalhadores nos Grandes Setores				Variação Pop. residente 2000/2010 (%)	Variação Trab. Grandes Setores 2000/2010 (%)
	2000		2010			
	Pop. Total	Trab. Grandes Setores	Pop. Total	Trab. Grandes Setores		
Lucas do Rio Verde	19.316	2.255	45.556	14.734	135,84%	553,39%
Nova Mutum	14.818	2.066	31.649	11.493	113,58%	456,29%
Sorriso	35.605	5.307	66.521	18.085	86,83%	240,78%
Total	69.739	9.628	143.726	44.312	106,09%	360,24%

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico e RAIS-MTE (2000 e 2010). Autora: Vieira, Nivea M.

Os valores da variação dos trabalhadores nos grandes setores assumiram posição de suma importância nessa análise e, quando foram postos lado a lado com a variação da população residente, trouxeram a dimensão da dinâmica econômica da área expressa a partir do desenvolvimento dos grandes setores da economia nos dez anos analisados. Nestes termos, Lucas do Rio Verde foi o município que mais se destacou com uma ocupação nos setores que variou em 553,39% e uma população total residente que foi acrescida em 135,84%. Nova Mutum ficou em

segundo lugar e o número dos seus trabalhadores nos setores foi aumentado em 456,29% contra 113,58% de variação na população total. E, por fim, o município Sorriso, que registrou a menor variação no que se refere à ocupação do grupo, isto é, 240,78% e 86,83% em termos de população residente total.

No total desse arranjo produtivo, analisando o número de trabalhadores nos grandes setores em valores relativos, concluímos que Lucas do Rio Verde mais uma vez se destacou, passando de 23,42% para 33,25% de participação de 2000 para 2010. Nova Mutum também registrou um discreto aumento de 4,48%, indo de 21,46% para 25,94% de 2000 para 2010. Por outro aspecto, Sorriso apresentou uma redução relativa, já que, em 2000, seus trabalhadores em setores correspondiam a 55,12% do total do arranjo produtivo, percentual que, em dez anos, passou para 40,81%, uma redução relativa de 14,31%.

O desenvolvimento dos setores econômicos de Lucas do Rio Verde e dos demais municípios destacados está ligado a uma atuação econômica focada no agronegócio e na cadeia carne/grãos em particular. Nesses municípios diversos foram os fatores favoráveis à “agroindustrialização” com destaque para o potencial do mercado consumidor de produtos agroalimentares e da elevada capacidade de armazenagem, dentre outros (BECKMANN; OLIVEIRA, 2010). Além do mais, com investimentos em capitais físicos e humanos, precisamos lembrar que o desenvolvimento da região passou pela dotação de melhorias nas condições estruturais e institucionais com a inserção de instituições de apoio e suporte a trabalhadores e empresários, sobretudo.

Como ressaltamos no primeiro capítulo, as condições competitivas foram ampliadas na região e, destacadamente, em Lucas do Rio Verde, em um contexto em que o espaço foi reorganizado na busca por maior eficiência produtiva e competitiva. Beckmann e Oliveira (2010) ressaltaram ainda que, associados, estes elementos formaram a base sob a qual a vantagem competitiva agroindustrial da região foi criada e sustentada a partir da especialização produtiva e do nível técnico implementado, envolvendo investimentos públicos e privados em uma conjuntura que abrangeu inúmeras considerações políticas e de planejamento.

Com maior nível de detalhamento, a tabela 15 nos trouxe a possibilidade de correlacionar a população residente total no município de Lucas do Rio Verde com o número de trabalhadores com carteira assinada empregados nos grandes setores

da economia de 2000 a 2015. Uma análise quinquenal foi realizada com base nos dados de população passados pela prefeitura e pelo IBGE, sendo o ano de 2015 o mais recente quanto à disponibilização de dados da RAIS até o dia em que este levantamento foi realizado.

Tabela 15 - População residente e Trabalhadores nos grandes setores em Lucas do Rio Verde por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)

Lucas do Rio Verde	Anos				Variação Pop. residente 2000/2015 (%)	Variação Trab. Grandes Setores 2000/2015 (%)
	2000	2005	2010	2015		
População Total	19.316	27.224	45.556	57.285	196,57%	790,91%
Trab. Grandes Setores	2.255	5.395	14.734	20.090		
Trab. Grandes Setores (%)	11,67%	19,82%	32,34%	35,07%		

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico e RAIS-MTE (2000, 2005, 2010 e 2015).

Autora: Vieira, Nivea M.

Analisando a tabela, verificamos que, assim como a população residente, o número de trabalhadores nos setores foi incrementado em todos os anos averiguados. De 2000 para 2005, a ocupação nos grandes setores mais do que dobrou ao passar de 2.255 para 5.395, 19,82% da população total de 2005. Chegando a 32,24% da população total em 2010, quase triplicou de 2005 para 2010, uma vez que, em 2005, registrou 5.395 trabalhadores, enquanto em 2010 chegou a totalizar 14.734 trabalhadores. Por fim, de 2010 para 2015 foi acrescida em 5.356 trabalhadores, passando de 14.734 para 20.090, ou seja, 35,07% da população total de Lucas do Rio Verde em 2015.

Tais dados representaram uma significativa variação de 790,91% de 2000 para 2015, enquanto a população total, que somou os economicamente ativos, os

não economicamente ativos, além das crianças e todos os idosos, aumentou em 196,57%. Os dados apontaram para o aumento da capacidade de absorção de mão de obra do mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde. É o incremento da demanda por trabalho advinda do desenvolvimento de atividades nos distintos setores da economia. Como vimos no estudo da dinâmica demográfica, pela oferta de empregos associada a sua atividade econômica, o município tornou-se um polo de atração de imigrantes de diferentes regiões do país, que abandonaram suas localidades de origem para ocupar vagas de trabalho acertadas ou não, o que fez da migração um dos principais componentes de seu crescimento populacional (VIEIRA, 2009).

Entretanto, uma análise direta baseada apenas em tais percentuais poderia nos levar a uma avaliação simplória no que tange à relação entre população residente e ocupação. Os dados de população residente quando apresentados em sua totalidade advêm do somatório de todas as faixas etárias, incluindo assim, crianças e adolescentes, isto é, pessoas que ainda não têm idade para trabalhar e/ou para assinar a carteira de trabalho. Assim, a partir da tabela 16, relacionamos o número de trabalhadores com carteira assinada nos grandes setores da economia com a população residente maior de 16 anos, dados disponíveis apenas para 2000 e 2010. A partir dessa tabela, concluímos que o número de trabalhadores nos grandes setores correspondeu a 17,67% da população com idade para assinar carteira em 2000. Já em 2010, este número passou a representar 44,26% da população na faixa etária analisada, sinalizando que esta participação quase triplicou.

Apesar de investigarmos apenas os trabalhadores com carteira assinada e, neste capítulo, os trabalhadores sob esta condição, que estão empregados nos grandes setores da economia, não podemos esquecer que o mercado de trabalho não é composto apenas por esta tipologia de trabalhador. Complexo, multifacetado e formado pela formalidade e pela informalidade (OFFE, 1994), no mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde temos os trabalhadores sem carteira assinada, os que trabalham por conta própria e os próprios empregadores, dentre tantos outros, que são de extrema importância, apesar de não serem o foco da pesquisa em voga.

Ressaltamos que, de acordo com o art.7º, XXXIII da Constituição Federal, é proibido qualquer trabalho aos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (BRASIL, 1988). Por outro aspecto, com a autorização

dos pais, a partir dos 16 anos há a possibilidade do jovem ter a sua carteira de trabalho assinada, não havendo limitação quanto à idade máxima para ter a carteira assinada desde que observada a legislação especial, que trata do idoso. O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) dedicou o capítulo VI à profissionalização e ao trabalho, destacando que o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional desde que suas condições físicas, intelectuais e psíquicas sejam respeitadas (Artigo 26).

O Estatuto também abordou a questão da idade limite e do serviço público, afirmando que na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. Além disso, a Constituição Federal do Brasil nos artigos 203 e 229 faz referência à velhice, definindo os direitos dos idosos, assim como, a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994) (BRASIL, 1994).

Tabela 16 - População residente de 16 anos ou mais e Trabalhadores nos grandes setores em Lucas do Rio Verde por ano (2000 e 2010)

Lucas do Rio Verde	Anos	
	2000	2010
População com 16 anos ou mais	12.760	33.289
Trab. nos Grandes Setores	2.255	14.734
Trab. nos Grandes Setores (%)	17,67%	44,26%

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico e RAIS-MTE (2000 e 2010).
 Autora: Vieira, Nivea M.

A tendência atual é que, gradualmente, as pessoas trabalhem cada vez mais anos. Conforme Vanzella, Neto e Silva (2011), muitos idosos permanecem no mercado de trabalho ou retornam a ele após a aposentadoria por variados motivos, entre eles: necessidade de uma renda adicional, ocupação do tempo ocioso, gosto pelo trabalho desenvolvido. Entre os principais motivos estão a vontade de permanecer ativo e, acima de tudo, a necessidade de uma remuneração extra.

Hoje, devido ao aumento do desemprego, à perda crescente do poder de compra das pessoas mais pobres, à incompatibilidade dos salários com o custo de vida e às mudanças na própria estrutura familiar brasileira, os idosos são peças fundamentais na composição da renda familiar, complementando-a e até sendo os principais provedores da família. Por muitas vezes, sustentam a casa e ainda são participantes ativos no sustento e na criação de netos, assumindo, não raramente, esta responsabilidade em sua totalidade, isto é, assumem o papel de “pais” dos netos, além de ajudarem aos próprios filhos. Por outro aspecto, enquanto redijo esta tese, em meio a uma grave crise econômica e política, mudanças estão sendo mais impostas do que discutidas e, se aprovadas, alterarão por completo as regras para a aposentadoria, deixando o trabalhador ainda mais desprotegido e desamparado.

Até hoje, a aposentadoria por idade era um benefício devido ao trabalhador que comprove o mínimo de 180 meses de trabalho, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Para o “segurado especial” (agricultor familiar e pescador artesanal, por exemplo), a idade mínima é reduzida em cinco anos (BRASIL, 2016a). Entretanto, a atual Reforma da Previdência prevê idade mínima de 65 anos para a aposentadoria.

A proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal estabelece uma idade mínima de 65 anos para aposentadoria, com 25 anos de contribuição. Tais regras entrarão em rigor caso haja a aprovação e a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo Congresso. Proposta pelo governo de Michel Temer, presidente que, após o questionável e polêmico *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, chegou ao cargo sem ter sido eleito diretamente. A PEC 287/2016 prevê, ainda, a elevação da idade mínima de aposentadoria se a sobrevida do brasileiro, medida pelo IBGE, aumentar. Atualmente, a expectativa de vida de um brasileiro aos 65 anos está em torno de 18 anos. Caso esse índice seja incrementado, a idade mínima poderá aumentar um

ano, sem que seja necessário aprovar uma nova emenda constitucional (BRASIL, 2016a; 2016c).

De acordo com o Dieese (2017), a PEC da previdência reduzirá a proteção e tornará a aposentadoria integral uma “utopia”. Na prática, haverá o impedimento de acesso a benefícios ou uma enorme procrastinação no alcance dos mesmos, retardando o recebimento e reduzindo o valor. Articulada ao enfraquecimento das políticas públicas, a proposta deixará a previdência totalmente fragilizada. Portanto, a progressiva participação dos idosos no mercado de trabalho poderá passar de tendência a uma obrigação para os trabalhadores conseguirem se aposentar. Não podemos ignorar tais fatos, que, apontando para um caminho ainda obscuro, impõem elementos fundamentais para a análise de um cenário em transformação, trazendo novos fatores para refletirmos acerca do futuro do mercado de trabalho e das relações de trabalho no Brasil.

Por fim, apresentamos o gráfico 15 e a tabela 17. Por meio deles, ilustramos e avaliamos o crescimento dos grandes setores da economia em Lucas do Rio Verde de 2000 a 2015. O crescimento em voga foi expresso pelo aumento na absorção de mão de obra revelado a partir do número de trabalhadores em cada um dos grandes setores da economia. Sob um panorama geral, todos os setores da economia cresceram, recebendo acréscimos no número de trabalhadores. Em 2000, o setor de Serviços e Administração Pública era o que mais empregava seguido pelo Comércio, o que em valores relativos, correspondeu a 34,37% e 33,97%, isto é, 775 e 766 trabalhadores. No grupo, a Agropecuária representou 24,12% dos trabalhadores, a Indústria 6,87% e a Construção Civil 0,67%, sendo o setor menos representativo em termos de número de trabalhadores.

Em 2005, totalizando 5.395 trabalhadores, os maiores valores permaneceram nos Serviços e Administração Pública e no Comércio, porém, com outros valores absolutos e em percentuais, que, nesta ordem, somaram 2.088 (38,70%) e 1.708 (31,66%) trabalhadores. A Agropecuária sofreu uma pequena redução, passando a representar 19,89% dos trabalhadores, a Indústria, 7,14% e a Construção Civil apresentou aumento, passando de 15 (0,67%) em 2000 para 141 (2,61%) em 2005.

Distinguindo-se dos anos analisados anteriormente, 2010 sinalizou novas dinâmicas capazes de nos trazer informações não só acerca das transformações provocadas pela implantação da BRF em Lucas do Rio Verde, mas sobre o processo de consolidação da cadeia carne/grãos em sua totalidade. Destarte, o que vimos foi um significativo crescimento da Indústria, que, mudando de 385 para 4.563 trabalhadores em 5 anos, passou a representar 30,97% do total de trabalhadores nos grandes setores em 2010. O Comércio passou a ocupar o segundo lugar, registrando, 3.853 trabalhadores, isto é, 26,15%. Na ordem, Serviços e Administração Pública, Agropecuária e Construção Civil registraram 3.717 trabalhadores (25,23%), 1.501 (10,19%) e 1.100 (7,47%). Por fim, destacamos o número de trabalhadores em 2015, que, seguindo a lógica de crescimento de 2010, empregou mais trabalhadores na Indústria, no Comércio e nos Serviços e Administração Pública. De um total de 20.090 trabalhadores empregados, 30,39% estavam na Indústria, 27,75% no Comércio e 27,36% nos Serviços e Administração Pública. E, ainda, a Agropecuária e a Construção Civil com 9,63% e 4,87%.

Tabela 17 - Trabalhadores nos grandes setores da economia em Lucas do Rio Verde segundo percentual e variação por ano (2000, 2005, 2010 e 2015)

Grandes Setores	Lucas do Rio Verde				Variação 2000/2015 (%)
	2000	2005	2010	2015	
Indústria	6,87%	7,14%	30,97%	30,39%	3.838,71%
Construção Civil	0,67%	2,61%	7,47%	4,87%	6.420,00%
Comércio	33,97%	31,66%	26,15%	27,75%	627,94%
Serviços e Administração Pública	34,37%	38,70%	25,23%	27,36%	609,16%
Agropecuária	24,12%	19,89%	10,19%	9,63%	255,70%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	790,91%

Fonte: RAIS (2000, 2005, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

A tabela 17 nos permitiu concluir, ainda, que, em termos de variação, o setor que mais se destacou foi o a Construção Civil. De 2000 para 2015, este setor variou em 6.420,00%, percentual que correspondeu a um acréscimo de 963 trabalhadores em 15 anos. Isoladamente e em número absoluto esse valor não é tão representativo, porém, ganhou importância quando calculamos a variação e quando o comparamos com o crescimento dos demais setores no período. Em Lucas do Rio Verde, o pico de crescimento da Construção Civil esteve intimamente associado ao crescimento populacional e à chegada da BRF, empresa de grande porte, que acelerou e muito as atividades econômicas do município.

Muitos trabalhadores foram empregados na construção da unidade da BRF em Lucas do Rio Verde, na construção de estradas, de aviários e demais infraestruturas necessárias, na edificação do Bairro Tessele Júnior para a moradia dos trabalhadores da BRF, na ampliação da cidade, que, hoje, tem a área central e a periférica expandidas com a presença de diversos conjuntos habitacionais com casas populares da prefeitura e do “Projeto Minha Casa, Minha Vida”, além de moradias de classes média e alta. De mais a mais, o próprio estabelecimento da cadeia carne/grãos foi possível pela reorganização espacial, que, simultaneamente, o precedeu e o sucedeu, contando com a chegada de distintos tipos de empresas ligadas aos mais diversos serviços requisitados para o desenvolvimento desse processo produtivo com a construção de empresas de todo tipo, escolas, postos de saúde e lojas, apenas para citar alguns. Igualmente, o aumento do emprego formal no setor nos contou uma história e legitimou um processo, sinalizando o estabelecimento e a consolidação da cadeia carne/grãos refletida na criação de novos postos de trabalho no setor.

A tabela também nos mostrou a ampliação no setor da indústria. Este setor apresentou o segundo maior percentual de variação, isto é, 3.838,71%, tendo passado de 155 trabalhadores em 2000 para 6.105 trabalhadores em 2015. Muitas pessoas migraram para Lucas do Rio Verde a fim de trabalhar na BRF, a maioria em troca de salários incompatíveis com o custo de vida local. Instalada em Lucas do Rio Verde nos anos 2000, uma das maiores companhias de alimento do mundo, uma multinacional do setor de alimentos, a BRF foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do setor no município. Com grandes marcas em seu portfólio - Sadia, Perdigão, Qualy, Paty, Dánica, Bocatti e Confidence -, a BRF impactou significativamente a indústria de alimentos e as atividades econômicas do município como um todo.

Atuando na indústria de carnes, implicou no surgimento de novos cargos, fomentando os diversos setores do mercado de trabalho e ampliando o emprego de força de trabalho. Para a ocupação de cargos de alto nível como de gerência ou de baixo nível como de abate de animais, a BRF buscou força de trabalho fora do estado de Mato Grosso como vimos no mapa de Imigração para Lucas do Rio Verde retratado no subcapítulo anterior. Esse tipo de indústria apresenta dependência de numerosa força de trabalho para o abate e para embalar os animais. Vimos em

campo que, ainda que exista tecnologia adequada para que o abate se torne mecânico, mercados como o árabe exigem que este processo seja manual⁷².

Com a globalização, a cada vez maior inserção das empresas no mercado internacional faz com que crenças e valores de uma sociedade interfiram em negociações e em acordos comerciais (MENDES, 2014). Associado ao processo, constatou-se também a chegada de grandes empresas integradoras de aves e suínos, sinalizando o crescimento das indústrias de transformação, além do próprio fortalecimento da interdependência entre a agricultura e a indústria, que assinalamos em nossa Dissertação de Mestrado, conforme trecho reproduzido abaixo:

A agregação de valor e a diversificação da produção foram apresentadas como alternativa à “crise” dos anos 2000 vivenciada pelo agronegócio. Entendemos que a “crise”, identificada pelos grandes produtores, abriu espaço para uma nova fase do processo de modernização da agricultura que, expressando-se na cadeia carne/grãos, favorece, ainda mais, a interdependência entre a agricultura e a indústria, realizando-se a partir da correlação entre antigas e novas relações de produção e de trabalho (VIEIRA, 2009, p. 165).

Mediante o cenário descrito, o impacto sobre o emprego foi, sem dúvida, muito relevante, favorecendo todos os setores, apesar do dinamismo maior de uns em relação a outros. Assim, na tabela 17 constatamos, ainda, o desempenho positivo do Comércio, do setor de Serviços e Administração Pública e da Agropecuária. Nesta ordem, tais setores registraram variação positiva de 627,94%, 609,16% e 255,70% de 2000 para 2015, respectivamente. Complexo, o desenvolvimento da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde gerou crescimento no Comércio nacional e internacional.

As exportações são o motor do agronegócio em Lucas do Rio Verde e no Brasil de forma geral, exercendo papel de destaque na economia ao contribuir significativamente para a balança de pagamentos do País. Tal dinâmica exige

⁷² Em uma visita à BRF nos foi informado que, por questões religiosas, o mercado árabe exige que todo o processo de abate seja manual, havendo a exigência de que, no momento do abate, a frente do animal seja direcionada para Meca, processo acompanhado por um fiscal mulçumano, que controla o cumprimento das normas. O ritual é denominado Abate *Halal*, Abate Legal em árabe. Para os mulçumanos, apenas alimentos *Halal* podem ser consumidos, onde princípios do Alcorão Sagrado deverão ser seguidos (CDIAL, 2013; MENDES, 2014). Em detalhes, conforme Mendes (2014, p. 29): “(...) Os animais a serem abatidos devem estar saudáveis e serem aprovados pelas autoridades sanitárias; devem ser abatidos por mulçumano que já tenha atingido a puberdade, que irá pronunciar o nome de Alá ou recitar orações que contenham seu nome; durante o abate o animal deve estar voltado para Meca (cidade na Arábia Saudita considerada a mais sagrada do mundo para o povo mulçumano) e não deve estar com sede na hora do abate”.

constante inovação tecnológica, além da necessária adaptação às exigências dos distintos mercados consumidores (CONTINI et al., 2012), o que, por vezes, abrange subjetividades ligadas a aspectos ideológicos, religiosos e culturais a depender das exigências do país com o qual se negocia.

Ademais, seguindo a disposição de dados da RAIS, temos também o setor de Serviços e Administração Pública, que, bastante heterogêneo, engloba atividades muito distintas entre si. Basta lembrar que a gama de segmentos que compõe o setor vai desde serviços domésticos até a transmissão de dados pela internet, por exemplo. Tem características intangíveis, que dificultam a quantificação de sua produção, uma de suas distinções em relação aos setores agropecuário e industrial. O dinamismo do setor de serviços foi destaque na economia brasileira nas últimas décadas, sendo relevante na geração de empregos e no crescimento econômico do País. Fundamental na inovação da produção, é importante fornecedor de insumos tanto para a indústria e para o comércio quanto para outros serviços (NEGRI; KUBOTA, 2006).

Por fim, iluminamos o setor Agropecuário, que como descrito no parágrafo anterior, de 2000 para 2015, variou positivamente em 255,70%. Dos trabalhadores que chegaram a Lucas do Rio Verde, muitos se inseriram nas atividades agropecuárias, trabalhando nas fazendas. O setor Agropecuário fundamenta a economia do município de Lucas do Rio Verde, porém, apresentou crescimento no número de trabalhadores menor que o dos demais setores, o que sinalizou o alto nível técnico utilizado no setor. Tornando-se cada vez mais seletivo, tem gerado gradual demanda qualitativa com redução progressiva do número de trabalhadores, alterando significativamente o perfil de mão de obra exigido. Diferencia-se bastante da indústria de carnes, que, a exemplo da BRF, de uma forma geral, demanda grande quantidade de mão de obra com um grande número de trabalhadores na função de operador de produção.

O crescimento do número de pessoas empregadas nos grandes setores da economia ainda é ínfimo quando comparado com o aumento da produção. Partimos da proposição que o grande uso de tecnologia em todos os setores e, destacadamente, na Indústria e na Agropecuária, elevaram a produção sem que houvesse um proporcional aumento da força de trabalho. Em outras palavras, apesar dos acréscimos na quantidade de trabalhadores nos setores, tais valores não

justificam o aumento na produção, o que é possível devido à nova base técnico-produtiva, isto é, o inovador meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006 [1996]). Não sendo formado apenas por máquinas, este meio técnico-científico-informacional é marcado pela maior presença das descobertas científicas e das tecnologias da informação. Em um sentido de complementariedade e de extensão de uma em relação à outra, articula a ciência, a técnica e a informação sob os auspícios das exigências de um mercado consumidor específico, fundamentando a fase atual de produção no mercado de trabalho analisado ao demandar um novo perfil de trabalhador.

As alterações no emprego formal nos grandes setores da economia reflete a reestruturação técnico-produtiva de Lucas do Rio Verde, que se dá em um cenário de significativa reorganização espacial. De um lado, novos processos produtivos foram adotados por meio da aquisição de modernas máquinas e equipamentos capazes de incorporar as novas tecnologias já adotadas em nível internacional. Por outro lado, houve a incorporação de novas formas de organização, de gestão ou administração das empresas em suas várias dimensões: recursos humanos, material, logística, leque de produtos, formas de controle. No contexto, problemas sociais já encontrados em Lucas do Rio Verde, paulatinamente, agravam-se em virtude das baixas remunerações, da falta de moradia, da elevação do preço dos alimentos e do incremento de pessoas desempregadas ou com empregos precários, quadro que se configura mais crítico quando se refere aos trabalhadores migrantes.

2.3. Trabalhadores com carteira assinada no segmento avícola

Apoiada por intervenções governamentais, na contemporaneidade, o desenvolvimento rural brasileiro está marcado pelo modelo agrícola conduzido pelo agronegócio empresarial, produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial (DIEESE, 2012, 2014). A agroindústria brasileira, referência nos mercados nacional e internacional, utiliza-se de tecnologia nacional e, principalmente, internacional, focando em estratégias de inovação e custo. Na conjuntura, ao longo dos anos, o setor avícola vem avançando intimamente associado ao desenvolvimento tecnológico. Passou a incorporar melhoramentos genéticos e nutricionais, novos processos, tecnologias e inovações

no que tange à produção, às instalações e aos equipamentos, além de novos métodos organizacionais e estratégias produtivas (VASCONCELOS; SILVA, 2015).

O segmento avícola brasileiro foi um dos setores da economia contemporânea que passou por profundas mudanças em todos os âmbitos, transformando-se estruturalmente. A atividade deixou de ser tradicional e artesanal para tornar-se um dos setores de ponta em tecnologia, produção e produtividade nos mercados interno e externo. Essa transformação foi lenta e exigiu um longo aprendizado, passando a uma produção de larga escala. Além das transformações técnicas, foi necessário introduzir mudanças nos distintos instrumentos de trabalho. Nos aviários e nos abatedouros, automatizados, os procedimentos são controlados por computador, o que diminuiu o tempo de trabalho necessário e a demanda por trabalho na criação de aves e no abate com mudanças, que ocorreram tanto na tecnologia como na própria organização do trabalho (COSTA; SHIMA, 2007).

Em linhas gerais, três são as categorias que compõem a ocupação no meio rural brasileiro: empregados, empregadores⁷³ e agricultores familiares⁷⁴ (DIEESE, 2014). Os empregados formais são o nosso enfoque nesta tese. No subcapítulo anterior, caracterizamos a formação do mercado de trabalho formal de Lucas do Rio Verde em sua totalidade a fim de levantar elementos para compreender o seu dinamismo e adentrar nas especificidades do setor avícola da cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde em termos de trabalho formal. Admitidos por um empregador (pessoa física ou jurídica), tais trabalhadores são contratados condicionados ao cumprimento de uma jornada de trabalho, recebendo, em contrapartida, remuneração em dinheiro e benefícios como moradia, por vezes. No contexto apontado, passamos à análise dos trabalhadores formais empregados na criação e no abate de aves.

Nesse circuito espacial de produção, cabe lembrar que a criação de aves refere-se à produção de alimentos, especialmente, de carne e ovos. Por outro aspecto, os abatedouros, matadouros ou frigoríficos correspondem à instalação industrial destinada ao abate, processamento e armazenamento de produtos de

⁷³ Os empregadores são as pessoas que trabalham explorando o próprio empreendimento, com, pelo menos, um empregado (IBGE).

⁷⁴ Os agricultores familiares têm relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia, sendo a diversidade produtiva uma característica marcante. Feito por pequenos proprietários rurais, o cultivo da terra é realizado pelo núcleo familiar. A gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (DIEESE, 2014; BRASIL, 2016d).

origem animal. A localização, a operação e os processos utilizados respondem a uma variedade de conceitos, como proximidade do produtor, questões de saúde, logística e até preceitos religiosos, por vezes. Importa destacar, ainda, que um mesmo abatedouro pode abater mais de um tipo de animal como o que ocorre na BRF de Lucas do Rio Verde, que realiza o abate de aves e suínos.

Portanto, o nosso objetivo geral no presente subcapítulo é definir o perfil do trabalhador formal no setor avícola da cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde, tendo como referência a criação de aves e o abate. Por meio dos dados da RAIS e do CAGED, apresentamos esse mercado de trabalho em números ao caracterizá-lo em termos de mão de obra empregada e de rotatividade. Em um segundo momento, sob uma análise mais aprofundada, adentrarmos nas especificidades do trabalhador do setor avícola por meio de dados como: distribuição por gênero, idade, tipos de vínculo empregatício, faixa horária de trabalho, escolaridade e renda.

2.3.1. Número de trabalhadores e rotatividade

Primeiramente, fizemos um rápido compêndio do mercado de trabalho e suas atuais tendências em termos de ocupação no campo. Depois, adentramos em uma avaliação mais detalhada do setor avícola em sua estruturação geral em termos de número de trabalhadores, nacionalidade, tamanho dos estabelecimentos e rotatividade. Para tal, utilizamos, sobretudo, dados da RAIS e do CAGED interpretados à luz da elaboração e análise de tabelas e gráficos, além da articulação com informações de campo.

Em um panorama do mercado de trabalho em termos de ocupação no campo brasileiro, segundo dados do Dieese (2014), entre 1960 e 1985, o número de ocupados (com 10 anos ou mais de idade) no meio rural brasileiro passou de 15,6 milhões para 23,4 milhões de trabalhadores. Porém, a partir de 1985, houve contínua redução. Em 1995, a população rural ocupada, que era de 17,9 milhões de trabalhadores, diminuiu para 15,2 milhões em 2013, o que representou redução de 2,7 milhões de ocupados em 18 anos, uma queda de 15,1%. O mesmo estudo ainda projetou um contingente de apenas 8,2 milhões de ocupados rurais para 2050⁷⁵. Foi

⁷⁵ Fator de destaque, em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), cerca de 59,4% (2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada. A maior parte dos

marcante a maior intensificação da mecanização nos processos produtivos, em muitos setores de atividade. Tais diminuições, portanto, estão ligadas à redução dos postos de trabalho e ao intenso uso de tecnologia nos processos produtivos do campo.

Nesse contexto, grandes são os números da indústria avícola no Brasil em termos de produção. Movimenta uma série de atividades industriais correlatas, como: atividades de intermediação na comercialização, no beneficiamento e na prestação de serviços de seus produtos, incluindo, por exemplo, as indústrias de rações e equipamentos para granjas, incubatórios, matadouros e frigoríficos, equipamentos de classificação, beneficiamento e transformação de produtos avícolas, de laboratórios para a produção de vacinas, drogas, antibióticos e desinfetantes, além da produção de matérias-primas para rações e vitaminas.

Em empresas de porte e de grande importância no setor avícola como a BRF, a inovação se destaca como ferramenta primordial para a busca e manutenção da competitividade. A inovação se estabelece com base em um conjunto de novas funções capazes de alterar os métodos de produção a partir da criação de novas formas de organização do trabalho e da introdução de novos produtos em mercados variados (SCHUMPETER, 1982). E, quanto mais se conhecem as especificidades da geração e difusão da inovação, mais se sabe sobre a importância de empresas e países reforçarem sua competitividade na economia mundial. As empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento têm maiores chances de gerar inovação e obter vantagens competitivas sobre as demais do mesmo setor (LEMOS, 2000; VASCONCELOS; SILVA, 2015).

Tendo como referência a instalação da BRF em Lucas do Rio Verde – antes, Sadia –, aqui, voltamos o enfoque da análise aos anos 2006, 2010 e 2015 no que tange aos dados da RAIS Vínculos e 2007, 2010 e 2015 no que se refere à RAIS Estabelecimentos. Nos dados CAGED, a análise foi feita a partir de 2007, indo até o primeiro trimestre de 2017. Em conformidade com a Classificação Nacional de

trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal). Essa taxa de ilegalidade ou informalidade está bem acima da taxa geral do país, em torno dos 50,0%. Por outro aspecto, o emprego formal assalariado rural saiu de 1,55 milhão, em 2004, para 1,64 milhão, em 2013, ao passo que 800 mil postos de trabalho foram extintos no mesmo período. A redução da taxa de informalidade/ilegalidade é positiva, entretanto, quando ocorre, a diminuição da informalidade tende a associar-se mais à extinção dos postos de trabalho ou à migração para outros setores do que ao avanço da formalização dos postos existentes. Na verdade, a informalidade no interior das ocupações tende a aumentar em razão da ausência de um sistema universal de garantia de renda a todos os desempregados (POCHMANN, 2009; DIEESE, 2014).

Atividades Econômicas (CNAE), gestado pelo IBGE, na RAIS e no CAGED, trabalhamos a partir da CNAE 2.0 Classe com as seguintes variáveis: Criação de Aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Para selecionar tais variáveis, especialmente, em termos de Abate, buscamos conhecer a natureza da atividade da BRF registrada em sua fábrica filial localizada em Lucas do Rio Verde de acordo com o seu CNPJ (Apêndice A, p. 422). A nossa referência foi a descrição da atividade econômica principal e das atividades secundárias da empresa, que passam pelo Frigorífico - Abate de suínos e pelo Abate de Carnes apenas para exemplificar os que destacamos como principais.

A partir da tabela 18, foi possível configurar um panorama geral na criação e no abate de aves, suínos e outros pequenos animais em nível nacional, na Região Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso e nos municípios-sede da cadeia carne/grãos. Observando os valores nos anos 2006, 2010 e 2015, percebemos a ampliação do número de trabalhadores em todas as escalas destacadas. Entre a criação e o abate, em 2015, o Brasil totalizou 393.943 trabalhadores, a Região Centro-Oeste, 55.060 trabalhadores, o estado de Mato Grosso, 13.657 trabalhadores, e os municípios-sede da cadeia carne/grãos, 9.527 trabalhadores. Municípios-sede da cadeia carne/grãos, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, sozinhos, corresponderam a 69,76% dos trabalhadores do estado de Mato Grosso, fato que sinalizou a sua recente inegável importância na cadeia de carnes.

Em termos de variação, a tabela 18 nos mostrou o quanto o setor cresceu nos anos 2000. De 2006 para 2015, considerando a soma da criação com o abate, o maior aumento foi identificado nos municípios-sede da cadeia carne/grãos da BR-163 mato-grossense, que apresentaram um crescimento de 768,46%. Em números absolutos, em 2006, na criação, os três municípios passaram de 6 trabalhadores para 787 trabalhadores em 2015. No abate, passou de 1.091 trabalhadores para 8.740. Entre 2006 e 2015, com variações bem menos significativas, Mato Grosso ampliou em 148,35% o número de trabalhadores na criação somada ao abate. A Região Centro-Oeste variou em 84,04% e o Brasil em 44,06%. Identificada a importância da atividade avícola para os municípios-sede da cadeia carne/grãos, também foi possível ver o quanto os anos 2000 marcaram o crescimento dessa produção e o incremento dessa atividade.

Tabela 18 - Número de Trabalhadores com carteira assinada segundo o ano na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por Brasil, Região Centro-Oeste, Mato Grosso e municípios-sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2006, 2010 e 2015)

Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e Municípios- sede da cadeia	Ano								
	2006			2010			2015		
	Criação de Aves	Abate	Total	Criação de Aves	Abate	Total	Criação de Aves	Abate	Total
Brasil	80.431	193.028	273.459	95.139	236.371	331.510	114.953	278.990	393.943
Região Centro-Oeste	6.038	23.880	29.918	8.982	34.448	43.430	10.536	44.524	55.060
Mato Grosso	664	4.835	5.499	1.945	9.153	11.098	2.703	10.954	13.657
Municípios- sede da cadeia	6	1.091	1.097	157	6.514	6.671	787	8.740	9.527

Fonte: RAIS Vínculo – MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Desde a instalação da BRF, Lucas do Rio Verde passou a se destacar na produção de carnes. De forma clara, o gráfico 16 exibiu o crescimento do município na criação e no abate no setor avícola a partir do incremento do número de trabalhadores com carteira assinada. Apresentamos os dados a partir de 2006, importando ressaltar que, tendo como referência os anos 2000, nos anos anteriores, não houve o registro de trabalhadores com vínculo nesses setores.

Gráfico 16 - Número de Trabalhadores com carteira assinada em Lucas do Rio Verde na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por ano (2006, 2010 e 2015)

Fonte: RAIS - Vínculo MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Lucas do Rio Verde que, em 2006, não registrou trabalhadores com carteira assinada na criação de aves, empregou 11 trabalhadores em 2010, passando a empregar 200 trabalhadores em 2015. Em conformidade com os dados da RAIS, no que tange ao abate, esse número foi ainda mais expressivo, passando de 235 trabalhadores, em 2006, para 4.700 em 2015, números reveladores de uma variação de 1.900% em apenas nove (9) anos.

Sob tais valores, segundo dados de 2015, ao totalizar 4.900 trabalhadores entre a criação e o abate, Lucas do Rio Verde correspondeu a 51,43% do número de trabalhadores empregados na criação e no abate do setor avícola dos municípios-sede da cadeia carne/grãos, equivalendo a 35,88% de todo o estado de Mato Grosso. Os valores expressaram o crescimento em números e em direcionamento em termos de mercado de trabalho na busca por agregação de valor, diversificação e aumento do lucro. Tais mudanças não ocorreram apenas no setor avícola como

uma via de mão única. Como vimos, houve significativas mudanças em todos os setores da economia, que se inter-relacionam, funcionando a partir de movimentos de interdependência. Nesse sentido, houve geração de novos empregos na indústria, no comércio, no setor de serviços, na construção civil e na agropecuária, isto é, em toda a economia.

Tabela 19 - Nacionalidade dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Ano	Nacionalidade		
	Brasileiro	Haitiano	Outros
2006	235	0	0
2010	3.706	0	0
2015	4.896	3	1

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

A imensa maioria dos trabalhadores é de brasileiros das diversas regiões do país como demonstrado nos dados de população e de composição geral do mercado de trabalho do município de Lucas do Rio Verde, informações explicitadas no capítulo 2.2. A partir da tabela 19, foi possível refinar essas informações com dados de nacionalidade fornecidos pela RAIS. Com esses dados, vimos que nos anos iniciais, isto é, 2006 e 2010, houve o emprego apenas de mão de obra brasileira. Por outro aspecto, em 2015, identificamos a presença de 3 haitianos, 2 trabalhadores na criação e 1 no abate, além de 1 trabalhador no abate de nacionalidade não declarada em 2015. Os dados de 2015 podem estar apontando

para uma nova tendência nessa atividade e, mais uma vez, trouxe elementos fundamentais acerca do poder de atração de mão de obra no setor, extrapolando as diversas regiões do país ao registrar a presença de pessoas nascidas em outros países, mesmo que em pequeno número.

Sob um panorama do mercado de trabalho em termos de ocupação no campo brasileiro, em conformidade com a pesquisa do Dieese (2014), o número de estabelecimentos agropecuários tem se mantido em torno de cinco milhões de unidades ao longo das últimas décadas, enquanto o número de ocupados por estabelecimento tem sido reduzido acentuadamente. Em 1985, por exemplo, havia aproximadamente 4,0 ocupados por estabelecimento, número que reduziu para 3,2, em 2006, e chegou a 2,7 em 2013. Mantida a tendência, a projeção é de que, em 2050, haja uma média de menos de dois (1,7) ocupados por estabelecimento. Apesar da diminuição da ocupação rural, tanto no assalariamento quanto nas demais formas de inserção, importa ressaltar que o setor ainda se destaca em termos de geração de empregos na economia brasileira⁷⁶.

Apresentada essa visão geral, a partir da tabela 20, foi possível dimensionar a quantidade de estabelecimentos e o respectivo porte destes por meio do número de trabalhadores empregados tanto na criação quanto no abate. Ademais, indiretamente, a tabela revelou informações acerca da capacidade produtiva das empresas envolvidas no setor. Coletados na RAIS estabelecimentos, tais dados estão divididos em faixas, que vão de 0 e 1 a 4 até 500 a 999 e 1000 ou mais, estando tais faixas relacionadas ao número de trabalhadores que cada estabelecimento possui. Os dados em voga informam-nos acerca do grau de relevância da empresa para a produção avícola de Lucas do Rio Verde, bem como, sua posição de importância em termos econômicos e sociais gerais e no que tange à geração de empregos em particular.

Em se tratando da criação, os primeiros 3 estabelecimentos foram registrados a partir de 2007, estando 2 na faixa de 1 a 4 empregados e 1 estabelecimento com cerca de 10 a 19 empregados. Tais números aumentaram paulatinamente no decorrer dos anos 2000, perfazendo um total de 19 estabelecimentos em 2015, sendo 2 estabelecimentos sem registro de empregados com carteira assinada, 9

⁷⁶ No conjunto desses trabalhadores, em conformidade com o estudo, em 2013, 48,8% dos assalariados rurais viviam em áreas exclusivamente rurais (zona rural, exclusive aglomerado) em 2013. Esse número caiu para 41,1% ao se considerar apenas os formais e atingiu 54,1% entre os informais (DIEESE, 2014).

estabelecimentos na faixa de 1 a 4 empregados, 3 na faixa de 5 a 9, 3 com 10 a 19 empregados, 1 com 20 a 49 empregados e 1 com de 50 a 99 empregados, somando o total de 200 empregados. Quanto à tipologia, ainda de acordo com dados da RAIS, os estabelecimentos ligados à criação foram registrados como CEI (Cadastro Específico do INSS), cadastro que as pessoas físicas equiparadas à empresa têm.

No que tange ao abate, nos anos 2000 houve o registro inicial de estabelecimentos em Lucas do Rio Verde a partir de 2006, contabilizando 1 estabelecimento com de 100 a 249 empregados. Na tabela 20, porém, só apresentamos os dados a partir de 2007. Analisando os dados e conhecendo a história do município, podemos afirmar que estamos falando do mesmo estabelecimento, que, progressivamente, aumentou o seu número de empregados, passando para a faixa de 500 a 999 empregados em apenas um ano (2007) e para a faixa de 1000 ou mais empregados a partir de 2008, o que, como já evidenciado, totalizou 4.700 trabalhadores em 2015.

Associada ao reconhecimento da data de implantação da BRF no município, essa informação nos permitiu concluir que os dados referem-se à atividade dessa empresa em seu processo de implantação e acréscimo gradativo de sua produção em um contexto de busca por alcançar suas metas produtivas na fábrica de Lucas do Rio Verde. Movimentando o mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde a partir da geração de novos empregos, até o momento, a BRF é a maior empresa do segmento na área de estudo. Vale destacar que é uma empresa registrada por CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), distinguindo-se em sua natureza dos estabelecimentos ligados à criação.

Por outro aspecto, a coleta de dados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) viabilizou a análise das entradas e saídas de trabalhadores no segmento avícola de Lucas do Rio Verde. O CAGED⁷⁷ fornece dados do registro permanente de admissões e dispensa de empregados sob o regime da CLT. No CAGED, os trabalhadores admitidos e desligados são registrados em conformidade com o mês e o ano de movimentação. Esse cadastro serve, ainda, como base para a elaboração de estudos e pesquisas ligados ao mercado de trabalho, além de, simultaneamente, subsidiar a tomada de decisões para ações governamentais (CAGED, 2016).

⁷⁷ Além de outros programas sociais, o CAGED é utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas (CAGED, 2016).

Tabela 20 - Tamanho dos estabelecimentos na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por número de empregados (2007, 2010 e 2015)

Ano	Tamanho dos estabelecimentos								
	Criação			Abate			Total		
	2007	2010	2015	2007	2010	2015	2007	2010	2015
0 Empregado	0	2	2	0	0	0	0	2	2
De 1 a 4	2	6	9	0	0	0	2	6	9
De 5 a 9	0	2	3	0	0	0	0	2	3
De 10 a 19	1	2	3	0	0	0	1	2	3
De 20 a 49	0	2	1	0	0	0	0	2	1
De 50 a 99	0	0	1	0	0	0	0	0	1
De 100 a 249	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 500 a 999	0	0	0	1	0	0	1	0	0
1000 ou mais	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Total	3	14	19	1	1	1	4	15	20

Fonte: RAIS Estabelecimentos - MTE (2007, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Tabela 21 - Admitidos e Desligados na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde pelo ano da movimentação nas declarações dentro do prazo (2007-2017*)

Ano	Criação de Aves			Abate		
	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total
2007	42	14	56	—	—	—
2008	180	131	311	3.163	443	3.606
2009	154	128	282	1.819	1.641	3.460
2010	186	164	350	1456	1298	2754
2011	120	100	220	2.147	1.823	3.970
2012	117	112	229	3.438	2.785	6.223
2013	157	156	313	2.992	3.106	6.098
2014	111	91	202	2.083	2.044	4.127
2015	97	102	199	1.137	1.133	2.270
2016	114	84	198	1.156	1.033	2.189
2017	88	37	125	656	440	1.096
Total	1.366	1.119	2.485	20.047	15.746	35.793

* Os dados de 2017 correspondem ao primeiro trimestre deste ano.

Fonte: CAGED - MTE (2007 - 2017). Autora: Vieira, Nivea M.

Em nossa análise do segmento avícola, coletamos os dados CAGED da criação e do abate declarados pelas empresas dentro do prazo determinado pelo Governo. Em maio de 2017, período em que redigimos a versão final deste capítulo da tese, foi possível coletar tais dados de 2007 até o mês de março de 2017. Essa análise nos trouxe elementos para avaliarmos o nível de rotatividade dos trabalhadores no setor avícola, assim como, os principais motivos registrados para justificar essa dinâmica. Além disso, são dados que configuram o mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde em sua atividade, demanda por trabalho e capacidade de fixação de trabalhadores, fator de suma importância para uma empresa de grande porte como a BRF, que precisou buscar seus trabalhadores fora do município. Ademais, indiretamente, essa movimentação mexe com toda a estrutura econômica e social do município em termos de políticas de governo e estratégias voltadas para o atendimento na área da Saúde, da Educação e da Segurança, apenas para citar alguns.

Nesse sentido, a tabela 21 e o gráfico 17 mostraram que, entre 2007 e 2017, tivemos uma significativa movimentação de 2.485 trabalhadores na criação, de um total em que 1.366 foram admitidos e 1.119 desligados. No conjunto, o ano de 2010 foi o período que apresentou o maior número de admitidos e desligados, 186 e 164, respectivamente, totalizando 350 trabalhadores. No abate, os números foram muito maiores, totalizando uma movimentação de 35.793 trabalhadores entre admitidos e desligados, nesta ordem, 20.047 e 15.746 trabalhadores. No abate, o ano de 2012 foi o de maior rotatividade de trabalhadores, contabilizando 3.438 admitidos e 2.785 desligados ao somar mais de 6.000 trabalhadores (6.223).

Somando os trabalhadores da criação e do abate, 38.278 trabalhadores foram movimentados entre 2007 e 2017, onde 55,94% foram admitidos e 44,06% demitidos, detalhes melhor ilustrados no gráfico 17. Neste sentido, não podemos esquecer que, diferente dos demais anos, os dados de 2017 corresponderam apenas ao primeiro trimestre do ano em voga. De qualquer forma, ficou claro que o fluxo está seguindo uma tendência de redução. O fato está ligado à maior preocupação da prefeitura e da BRF com a intensa rotatividade, passando a realizar maior controle desse fluxo.

Para tal, criaram novos critérios para contratar os trabalhadores, além de terem passado a esclarecer um pouco melhor os trabalhadores quanto ao tipo de trabalho e benefícios. Antes, o trabalho na BRF de Lucas do Rio Verde era “vendido”

como um “eldorado” para os migrantes dos municípios em que os trabalhadores eram arregimentados. Hoje, pelas histórias e experiências dos que desistiram e voltaram para os seus municípios de origem, bem como, pelas mudanças no processo de contratação, os trabalhadores migram um pouco mais conscientes, o que, porém, não os exime de passar por frustrações, pelas mesmas dificuldades dos seus antecessores e/ou por obstáculos ainda maiores.

Em conformidade com Pochmann (2009), intensa, a rotatividade da mão de obra pode associar-se ao rebaixamento da remuneração e das condições de trabalho dos empregados com carteira assinada. Por vezes, demite-se o trabalhador com maior remuneração para os contratos de novos empregados em condições inferiores de salário. No Brasil, a rotatividade apresenta-se demasiadamente elevada, fator agravado em momentos de crise como o que se evidencia na

atualidade. Há importantes diferenças em relação ao perfil do trabalhador exposto à rotatividade. No segmento avícola, a rotatividade atinge mais os postos de trabalho com empregados de menor remuneração e menor escolaridade. Há o predomínio da rotatividade entre os mais jovens e, sobretudo, nos primeiros meses e/ou no primeiro ano de contratação.

Sobre o deslocamento dos trabalhadores, o CAGED ainda nos forneceu os principais tipos de movimentação no segmento avícola, isto é, os porquês das admissões e dos desligamentos. Em percentual, os gráficos 18 e 19 ilustraram os tipos de movimentação de 2007 a março de 2017 na criação e no abate nas declarações dentro do prazo. Na soma da admissão no período, na criação e no abate, o maior destaque ficou com os trabalhadores admitidos por reemprego (83,18%). No mais, 16,79% dos trabalhadores foram admitidos por primeiro emprego e 0,03% por reintegração, dados representados no gráfico 18.

Gráfico 18 - Percentual (%) dos Tipos de Admissão na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por total de anos declarados (2007-2017*)

* Os dados de 2017 correspondem ao primeiro trimestre deste ano.

Fonte: CAGED - MTE (2007-2017). Autora: Vieira, Nivea M.

Por outro aspecto, as demissões ocorreram, em sua maioria, a pedido e por demissão sem justa causa como observamos no gráfico 19. Apresentando um percentual de 56,11%, pouco mais da metade dos trabalhadores foi desligada a pedido nos setores estudados. 27,61% foram demitidos sem justa causa e 9,44% por justa causa. 5,25% dos trabalhadores foram desligados por término de contrato e 1,21% trabalhadores pelo encerramento de contrato de trabalho por tempo determinado. Dentre estes, ainda houve o registro de 0,37% por morte.

Gráfico 19 - Percentual (%) dos Tipos de Desligamento na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por total de anos declarados (2007-2017*)

* Os dados de 2017 correspondem ao primeiro trimestre deste ano.

Fonte: CAGED - MTE (2007-2017). Autora: Vieira, Nivea M.

Nas entrevistas realizadas com pessoas de altos cargos na BRF e funcionários da prefeitura de Lucas do Rio Verde, a questão do reemprego foi apontada como recorrente. Ao entrevistar os trabalhadores, percebemos que grande parte dos que migraram para trabalhar no setor avícola de Lucas do Rio Verde, teve dificuldades para se adaptar ao trabalho e à vida no município. Muitas vezes, pedem demissão na empresa e, enquanto recebem o seguro-desemprego, retornam para os seus municípios de origem ou sobrevivem empregados no mercado informal.

Apesar das dificuldades, a volta para Lucas do Rio Verde e a busca pelo reemprego na mesma empresa da qual saíram, surgiram como a melhor ou até como a única opção para grande parte dos trabalhadores pelo alto índice de desemprego no País e por menores oportunidades em seus municípios de origem.

Portanto, os números de admitidos e desligados e, sobretudo, os tipos de admissões e de desligamentos trouxeram informações preciosas para desvendarmos mais aspectos da dinâmica do mercado de trabalho no segmento avícola da cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde. Permitiram esclarecer os motivos oficiais da rotatividade, que, articulados à interpretação e à análise das informações de campo sinalizaram as justificativas reais do trabalhador para pedir desligamento da empresa, bem como, sua posterior procura pelo reemprego, informações cujas subjetividades só percebemos melhor em campo.

Não podemos esquecer que todas as mudanças em termos de número de trabalhadores aqui explicitadas vêm ocorrendo no esteio das contemporâneas transformações do modelo técnico-produtivo do segmento avícola, que demanda mais ou menos trabalhadores de acordo com a produção e o pacote técnico implementados. Não restam dúvidas que o crescimento do número de trabalhadores formais nos anos 2000 em Lucas do Rio Verde foi considerável. Contudo, tais números precisam ser relacionados aos fatores qualitativos, que nos remontarão ao perfil dos trabalhadores demandados tanto na criação de aves quanto no abate.

Ademais, quando relacionamos tais números aos altos índices de produção analisados no capítulo 1, vemos que o número de trabalhadores torna-se ínfimo e que a potencialização da força de trabalho, bem como a produtividade alcançada advêm de uma íntima associação entre técnica e trabalho, além da própria reorganização contínua do espaço. Nessa linha de raciocínio, adentramos mais profundamente na caracterização dos trabalhadores em análise, tratando de especificidades, que o qualificam, definindo ainda melhor o seu perfil.

2.3.2. O perfil do trabalhador

Nos anos 2000, praticamente alheia às flutuações da atividade econômica, a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando (LAVINAS; LEÓN, 2002). A alteração do desenho dos arranjos familiares foi, simultaneamente, fator propulsor e uma das consequências da inclusão da mulher no mercado de trabalho.

Na atualidade, as mulheres estão mais qualificadas para o trabalho e mais independentes economicamente. A mulher moderna está preocupada com a sua posição no mercado e com o seu nível educacional, princípios que interferem em sua decisão reprodutiva (PEREIRA et al, 2008).

Em um contexto de busca por uma sistêmica e ampla qualidade em forma de melhoria técnica, tem havido o crescimento da população economicamente ativa feminina, tornando relevante a inclusão da mulher no mercado de trabalho do agronegócio (PEREIRA et al, 2008) e no segmento avícola de forma particular. Tem havido redução relativa da desigualdade entre homens e mulheres. Não obstante, contudo, ainda não se obteve um equilíbrio entre os gêneros, principalmente em cargos, que têm maior *status* e maiores salários, como os de gerência.

Em 2013, 88,9% do total de trabalhadores assalariados rurais brasileiros eram do sexo masculino e 11,1% do sexo feminino. Considerados somente os assalariados formais, esta composição foi alterada com maior participação relativa de mulheres (13,1%). Ao observar todas as posições na ocupação rural e, não somente os assalariados, a presença da mulher representou 29,8% do total, sendo, em linhas gerais, majoritária em atividades características da agricultura familiar. A destacada menor presença feminina na ocupação rural decorre tanto da predominância da família tradicional com chefia masculina, no caso da agricultura familiar, quanto da exigência de maior força física (mormente associada aos homens), em várias atividades cuja remuneração do trabalho é feita por produção (DIEESE, 2014).

Em Lucas do Rio Verde, o emprego de maior número de trabalhadores do sexo masculino preponderou em todos os anos analisados na criação e no abate no setor avícola, informação representada no gráfico 20. Ficou claro, porém, que mudanças significativas vêm ocorrendo nos critérios de admissão em termos de gênero, o que distribuiu os trabalhadores de forma pouco mais equilibrada entre homens e mulheres no decorrer dos anos 2000. Neste sentido, em 2006, 82,98% (195) dos trabalhadores eram do sexo masculino e apenas 17,02% (40) do sexo feminino. Em 2010, 61,74% (2.288) eram homens e 38,26% (1.418) eram mulheres. Diferentemente, em 2015, muito mais bem divididos, 56,67% (2.777) eram homens e 43,33% mulheres (2.123).

Em variação, como pudemos observar no gráfico 21, tal mudança ficou ainda mais clara, registrando um aumento de 5.207,50%, isto é, um acréscimo de 2.083 trabalhadores no sexo feminino, enquanto a variação no número de trabalhadores do sexo masculino foi de 1.324,10%, o que, em número absoluto, correspondeu a um acréscimo de 2.582 trabalhadores. Contexto explicitado no início do capítulo 2, o quadro descrito reafirma o aumento da participação da mulher na população economicamente ativa de Lucas do Rio Verde em suas especificidades no segmento avícola.

Gráfico 20 - Sexo dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Gráfico 21 - Variação (%) no Sexo dos Trabalhadores com carteira assinada empregados no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde (2006/2015)

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006 /2015). Autora: Vieira, Nivea M.

De maneira geral, especialistas têm observado que os postos de trabalho rurais têm sido mais ocupados por trabalhadores jovens. De acordo com o Dieese (2014), a maioria dos trabalhadores do campo, cerca de 58%, tinham até 39 anos de idade em 2013. O trabalho no segmento avícola de Lucas do Rio Verde também tem seguido essa tendência. Neste sentido, apresentamos a faixa etária dos trabalhadores formais no segmento avícola por meio do gráfico 22.

Como ilustrado no gráfico, nos anos 2006, 2010 e 2015, as faixas etárias de maior relevância ficaram entre os trabalhadores de 18 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 39 anos no total da criação e do abate. Em números, destacamos os dados de 2015 por serem os mais atuais. Neste ano, tivemos a seguinte distribuição em

ordem de importância: 1.617 (33%) trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos; 1.287 (26,26%) na faixa de 25 a 29 anos e 1.193 (24,35%) trabalhadores na faixa de 18 a 24 anos. 613 (12,51%) trabalhadores com 40 a 49 anos; 162 (3,31%) na faixa de 50 a 64 anos; 27 (0,55%) de trabalhadores de 15 a 17 anos e 0,02%, isto é, apenas 1 trabalhador com 65 anos ou mais, identificado no abate. Vale ressaltar que por ter apresentado valor apenas em 2015, optamos por não representar a última faixa etária (65 anos ou mais) no gráfico 22.

Analisando os dados, concluímos que o trabalho no setor avícola de Lucas do Rio Verde tem sido composto, sobretudo, por mão de obra jovem e adulta entre 18 e 39 anos, somando 83,61% do total de trabalhadores, 4.097 em número absoluto. A presença maciça de jovens e adultos, principalmente, nos abatedouros/frigoríficos tem relação com o tipo de trabalho realizado, que exige muito dinamismo, repetição

e rapidez por parte dos trabalhadores, além de certa intimidade com a base técnica utilizada. Contudo, importa ressaltar que, em termos comparativos, de 2006 para 2015, as faixas etárias cresceram com destaque para a faixa de 50 a 64 anos. Com uma variação significativa de 3.950%, esta faixa etária passou de 4 trabalhadores para 162 na soma da criação e do abate.

As mudanças no perfil da ocupação rural resultaram da articulação de fatores como o êxodo rural e as mudanças tecnológicas. Um aspecto singular do mercado de trabalho assalariado no meio rural é dado pela sazonalidade das produções agrícolas. Diferenciadas entre si, as culturas têm seu período específico de plantio, trato e colheita. As contratações temporárias ou de curta duração tornaram-se comuns no mercado de trabalho rural. Os trabalhadores passaram a ser contratados para distintas etapas do processo produtivo (DIEESE, 2014).

Pelo estudo, notou-se que 31,9% dos assalariados estavam em empregos temporários, sendo que, nesta situação, estavam 47,2% dos empregados sem carteira assinada, contra 9,5% dos com carteira.

O maior percentual de empregados temporários (47,2%) entre os trabalhadores informais parece estar diretamente ligado aos prazos dos contratos: quanto mais curtos, mais informais. É como se pudesse haver - o que não é verdade - uma associação entre o tempo de duração do trabalho e a necessidade ou não de assinar a carteira do empregado, o que contribui para o elevado grau de informalidade no país. Como a sazonalidade da produção é algo inerente ao processo produtivo rural, é necessária uma forte atuação fiscalizatória dos órgãos competentes, concomitante a processos simplificados e ágeis, sem perda de direitos, para o cumprimento das obrigações trabalhistas (DIEESE, 2014, p. 24).

A modernização ampliou as exigências e reduziu a demanda por trabalhadores menos qualificados bem como o período de ocupação destes em uma dada propriedade agrícola. Em 1982, Graziano da Silva (p.30) já sinalizou que a solução mais econômica para o proprietário, que moderniza, passou a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante (temporário) com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.

Distinguindo-se da agricultura, o setor avícola não é influenciado por esse tipo de sazonalidade. De maneira geral, sua produção é contínua e intensa. O que pode impedi-la ou reduzi-la em termos de produção e de venda são doenças nas aves e mudanças no mercado consumidor, além de crises ligadas a escândalos e irregularidades com repercussões no mercado interno e externo a exemplo do que

ocorreu com a deflagração da “operação carne fraca” em que a Polícia Federal Brasileira encontrou indícios de adulteração da carne bovina vendida para o mercado interno e externo brasileiro por parte de grandes empresas do ramo como a BRF e a JBS. O fato trouxe impactos não só na venda de carne, mas na imagem das empresas no mercado e, conseqüentemente, na venda do seu portfólio de produtos, configurando uma quebra de confiança junto ao seu mercado consumidor.

Os trabalhadores formais do segmento avícola foram contratados sob diferentes tipos de vínculo empregatício. Em conformidade com as informações da RAIS Estabelecimentos sobre os tipos de estabelecimentos no setor avícola de Lucas do Rio Verde, cabe ressaltar que as empresas ligadas à criação estão registradas como CEI (Cadastro Específico do INSS), pessoas físicas, enquanto no que tange ao abate, a BRF é uma empresa, pessoa jurídica, registrada pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas com o número de CNPJ explicitado no subcapítulo anterior. Estas duas distintas naturezas de registro definiram os tipos de vínculos dos seus respectivos trabalhadores, estando a criação ligada aos vínculos realizados por pessoa física e o abate relacionado aos vínculos por pessoa jurídica.

No gráfico 23 é possível verificar os tipos de vínculos sob os quais esses trabalhadores foram registrados nos anos de 2006, 2010 e 2015. Com o registro de trabalhadores apenas no abate, em 2006, todos foram contratados como CLT U/PJ Ind. (Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Jurídica da Indústria). No ano de 2010, dos 3.706 trabalhadores somados na criação e no abate, 98,41% (3.647) foram contratados como Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Jurídica da Indústria (CLT U/PJ Ind.). Os demais ficaram distribuídos entre CLT R/PF Ind. (Celetistas Rurais empregados por Pessoa Física da Indústria) e Aprendizes, 0,30% (11) e 1,29% (48), respectivamente.

Por outro aspecto, em 2015, com o aumento da produção e a inserção de mais trabalhadores na criação e no abate, houve mudanças nos tipos de contratantes e de contratação dos trabalhadores, bem como, o acréscimo de tais números, apresentando maior distribuição entre os tipos de vínculos. Assim, foi possível caracterizar e distinguir bem os tipos de admissão realizados nas duas atividades no contexto do segmento avícola.

Na criação, os trabalhadores foram contratados por Pessoa Física da Indústria, distribuindo-se entre Celetistas Urbanos e Rurais. Em números, 16 trabalhadores foram registrados como CLT U/PF Ind (Celetistas Urbanos

empregados por Pessoa Física da Indústria), enquanto a imensa maioria, isto é, 183 trabalhadores foram registrados como CLT R/PF Ind (Celetistas Rurais empregados por Pessoa Física da Indústria) e, ainda, 1 trabalhador como CLT R/PF Determinado (Celetista Rural empregado por Pessoa Física por tempo Determinado).

Já no abate, 4.664 trabalhadores foram registrados como CLT U/PJ Ind. (Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Jurídica da Indústria) e 36 trabalhadores como Aprendizes. Conhecendo o município, a sua capacidade produtiva e o porte da BRF em Lucas do Rio Verde, a importância desta empresa na geração de tais empregos mais uma vez é destacada, ligando tais números e tipos de contratação a sua atividade. Afinal, no que tange ao abate, até o momento, não há outra empresa com tal nível de mobilização de capital e de pessoas no município.

Gráfico 23 - Vínculo empregatício dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Em percentuais, no total da soma de trabalhadores, tivemos o seguinte quadro para 2015: 95,18% dos trabalhadores foram registrados com carteira assinada como CLT U/PJ Ind. (Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Jurídica da Indústria); 3,73% como CLT R/PF Ind. (Celetistas Rurais empregados por Pessoa Física da Indústria); 0,73% como Aprendiz; 0,33% CLT U/PF Ind. (Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Física da Indústria) e apenas, 0,02%, ou seja, 1 trabalhador na criação como CLT R/PF Determinado (Celetista Rural empregado por Pessoa Física por tempo Determinado).

Em tempo, até o momento, entre as várias garantias do vínculo formal estão carteira de trabalho assinada desde o primeiro dia de serviço, o que garante, entre outros direitos, a comprovação imediata do tempo de serviço para aposentadoria; exames médicos de admissão e demissão; repouso semanal remunerado na forma de uma folga por semana; licença maternidade; 13º salário; férias remuneradas de 30 dias, acrescidas de um terço (1/3) do salário; vale-transporte com desconto máximo de 6% do salário; doença comprovada por atestado médico; horas extras pagas com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal; adicional noturno; aviso prévio proporcional de, pelo menos, 30 dias em caso de demissão e seguro-desemprego, dentre outros (BRASIL, 1943; DIEESE, 2014, p. 11).

Pela Constituição Federal, a jornada de trabalho deve ser de 8 horas por dia e de, no máximo, 44 horas semanais. O que passar disto é considerado hora extra (BRASIL, 1943). Teoricamente, esta hora extra não é obrigatória. Aceitar ou não fica a critério do trabalhador, entretanto, na prática, muitas vezes, o trabalhador é pressionado para realizá-la seja para ficar bem com o seu chefe e, conseqüentemente, com a empresa ou pela sua própria necessidade financeira. Na criação e no abate, como podemos ver na tabela 22, a maior parte da mão de obra foi contratada na faixa horária de 41 a 44 horas, cerca de 8 horas por dia em todos os anos analisados. A segunda faixa destacada foi a dos trabalhadores de 31 a 40 horas semanais. Em 2015, foram 4.863 (99,24%) trabalhadores contratados na faixa horária de 41 a 44 horas no total da criação e do abate e apenas 37 (0,75%) trabalhadores de 31 a 40 horas no abate.

Tabela 22 - Faixa Horária Contratada dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Ano	Faixa Horária Contratada			
	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas
2006	0	0	0	235
2010	1	1	49	3.655
2015	0	0	37	4.863

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Quanto ao nível de instrução, segundo o Ministério da Integração (2004), na totalidade da área de influência da BR-163, a proporção da população sem instrução é menor em Mato Grosso (27%), apresentando maiores percentuais no Amazonas (38%) e no Pará (35%). Contudo, em termos regionais, a área de influência estava em melhores condições do que a Pré-Amazônia (Maranhão) e a parte mais extrema da Amazônia Ocidental, onde o analfabetismo atingia de 40% a 70% da população no período. Em termos de Brasil, em conformidade com o Dieese (2014, p. 18), no conjunto dos trabalhadores rurais, a grande maioria tinha baixa escolaridade em 2013. No total, 1,6 milhão de assalariados encontrava-se em situação de analfabetismo ou com baixíssima escolaridade. No grupo, 72,3% possuíam até sete anos de estudo, percentual que subiu para 79,4% entre os informais. Nesse contexto, a baixa instrução acaba por inviabilizar o processo de qualificação, impedindo a conquista de melhores postos de trabalho e salários.

A partir da tabela 23, analisamos o grau de instrução dos trabalhadores do segmento avícola em Lucas do Rio Verde. Em 2006, a maior parte dos trabalhadores estava localizada na faixa dos que haviam cursado o Ensino Médio incompleto/completo, Superior incompleto/completo e do 6º ao 9º ano do Ensino

Fundamental. Em números, 82, 64 e 56 trabalhadores, respectivamente. Ademais, houve o registro de 23 trabalhadores com o Ensino Fundamental Completo, 10 trabalhadores com nível de instrução até o 5º ano fundamental e nenhum trabalhador analfabeto e com o Mestrado. Todos os trabalhadores analisados são do abate, uma vez que não houve registro de trabalhadores com carteira assinada na criação de aves nesse ano.

Diferente de 2006, em 2010, tivemos o registro de trabalhadores analfabetos, totalizando 21 pessoas no abate e nenhum trabalhador na criação. Entretanto, como em 2006, o maior número foi contabilizado no Ensino Médio, um total de 2.597 trabalhadores, todos registrados no abate. Deste total, 2.043 trabalhadores tinham o Ensino Médio completo, enquanto 554 pessoas cursaram o Ensino Médio de forma incompleta. Na soma da criação e do abate, em segundo e terceiro lugares ficaram os trabalhadores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os trabalhadores que tinham o Ensino Fundamental Completo, 376 e 357, nesta ordem. Por fim, foram registrados 262 trabalhadores com Ensino Superior incompleto/completo, 92 trabalhadores que estudaram até o 5º ano, tendo, ainda, o registro de 1 trabalhador com Mestrado no Abate.

Repetindo a mesma tendência dos anos analisados anteriormente, observando os dados de 2015, concluímos que a maior parte dos trabalhadores possui Ensino Médio tanto na criação quanto no abate. Uma soma de 2.928 trabalhadores, 59,75% do número total de trabalhadores na junção da criação com o abate. Deste total, 2.193 apresentaram Ensino Médio completo e 735 trabalhadores o Ensino Médio incompleto. Em segundo lugar, ficaram os trabalhadores que cursaram do 6º ao 9º ano, totalizando 627 trabalhadores, isto é, 12,79% do total de trabalhadores.

Em ordem decrescente, os outros valores foram de 579 (11,82%), 414 (8,45%), 348 (7,10%) e 4 (0,02%), tendo sido registrados, respectivamente, na faixa até o 5º ano do Ensino Fundamental, Ensino Fundamental Completo, Ensino Superior e Analfabetos, importando destacar a inexistência de trabalhadores com Mestrado. Cabe ressaltar ainda que, de 2006 para 2015, as maiores variações foram registradas nas faixas de escolaridade até o 5º ano Fundamental e no Ensino Médio. Respectivamente, totalizaram significativas variações de 5.690%, e 3.470,73%.

Tabela 23 - Escolaridade dos Trabalhadores com carteira assinada na Criação de aves e no Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Ano	CNAE Classe	Escolaridade							
		Analfabeto	Fundamental			Ensino Médio	Superior	Mestrado*	TOTAL
			Até 5º ano	6º ao 9º ano	Fund. Completo				
2006	Criação de Aves	—	—	—	—	—	—	—	—
	Abate	0	10	56	23	82	64	0	235
	Total	0	10	56	23	82	64	0	235
2010	Criação de Aves	0	8	3	0	0	0	0	11
	Abate	21	84	373	357	2.597	262	1	3.695
	Total	21	92	376	357	2.597	262	1	3.706
2015	Criação de Aves	4	44	38	27	82	5	0	200
	Abate	0	535	589	387	2.846	343	0	4.700
	Total	4	579	627	414	2.928	348	0	4.900

* Nos anos analisados, não houve o registro de trabalhadores com escolaridade superior ao Mestrado.

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Em suma, a maior parte dos trabalhadores do setor avícola cursou o Ensino Médio tanto na criação quanto no abate e, de forma geral, o que se constatou foi um ciclo de aumento de escolaridade e a contratação cada vez mais rara de pessoas analfabetas. O tendente aumento da escolaridade formal está ligado aos novos

níveis técnicos implementados e à inserção de diversas e distintas etapas no processo produtivo. Afinal, funcionando a partir da associação de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação, uma empresa como a BRF de Lucas do Rio Verde, trabalha tendo em vista o alcance de diversidade e cada vez maiores níveis produtivos na busca por ganhos a partir da agregação de valor.

Tais mudanças foram estabelecidas em um contexto de exigências de adaptação por parte do trabalhador no saber lidar com a técnica, na leitura de sua lógica de funcionamento e de seu uso. Ainda sobre esse ponto, nos trabalhos de campo realizados, nas entrevistas com os trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde, percebemos que alguns se preocuparam com a formação, com o retorno ou a continuidade dos estudos, vendo aí possibilidades de crescimento dentro da empresa. Por vezes, somada à oportunidade de inserção no mercado de trabalho, a existência de boas escolas chegou a ser apontada como uma das principais causas da imigração para Lucas do Rio Verde.

Segundo o Cepea (2017), em 2015, a renda média do trabalhador do agronegócio chegou a R\$ 1.499 por mês. O segmento que mais remunerou foi o de insumos, com rendimento médio mensal habitual de R\$ 2.331. Já para o segmento primário, a renda média foi de R\$ 998 mensais na pecuária e R\$ 891 por mês na agricultura, o que correspondeu aos menores salários entre os segmentos do agronegócio. Baixa escolaridade costuma traduzir-se em baixa remuneração e, consequentemente, em pobreza, fator com maior complicador, quando associado à situação de informalidade⁷⁸.

⁷⁸ De acordo com o Dieese (2014), em 2013, entre os trabalhadores assalariados informais, 30,5% tinham rendimento de zero a meio salário mínimo (SM), enquanto 72,3% recebiam rendimento médio mensal de até 1 SM. No caso dos trabalhadores com carteira, a situação era melhor, mas, ainda assim, 26,7% recebiam até 1 SM mensal. A formalidade garante ao trabalhador rural melhores rendimentos. O fato de estar na formalidade já garante ao trabalhador o salário mínimo como base do rendimento para uma jornada de 44 horas semanais. Em 2013, por exemplo, o salário mínimo era de R\$ 678,00, enquanto o trabalhador rural formal recebia salário médio mensal de R\$ 1.120,79, o que estava na informalidade ganhava apenas R\$ 579,20 (51,7% do salário médio dos formais). Quando comparado com o trabalhador assalariado não agrícola, com rendimento médio mensal do trabalho principal de R\$ 1.472,97, o assalariado rural recebia, em média, 54,2% (R\$ 797,87) do rendimento daquele. As estatísticas são ainda mais contundentes, quando se analisa o rendimento dos assalariados rurais em seus domicílios, visto que é neste espaço que a remuneração auferida traduz-se em melhor ou pior qualidade de vida do trabalhador, pois será dividida por todos que ali residem. Enquanto o rendimento médio dos empregados rurais, em 2013, era de R\$ 797,87, o rendimento médio domiciliar *per capita* era de R\$ 550,65. O valor ainda é mais reduzido quando o trabalhador está na informalidade, situação em que o rendimento médio domiciliar *per capita* era de R\$ 469,83 ou 30,0% menos que o rendimento médio domiciliar *per capita* de um trabalhador rural com carteira de trabalho assinada (R\$ 671,11). Assim, um rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 469,83 representa menos de 70% do salário mínimo. A metade (49,9%) dos trabalhadores sem carteira assinada estava inserida em domicílios com rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (R\$

Apesar da diminuição da pobreza no Brasil nos últimos anos, a Nota Técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, mostrou que o contingente de pessoas em situação de extrema pobreza (renda de até R\$ 70,00 *per capita* ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo da época) totalizava 16,27 milhões de pessoas, 46,7%, isto é, pouco menos da metade. Segundo a nota, “de um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, praticamente um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas” (BRASIL, 2011, p.4).

Tratar do rendimento dos trabalhadores é primordial, pois nos traz importantes informações sobre a subsistência, o *status* social e o modo de vida dos trabalhadores. É o trabalho como fonte de renda que, em meio aos seus diversos processos de alienação, restringe o ato do trabalho apenas à sobrevivência. O trabalho distancia-se cada vez mais da ideia de prazer, da satisfação e da própria mobilidade social atrelada à possibilidade de crescer dentro da empresa. Os planos de carreira e/ou oportunidades de mudanças de cargos e de salários são cada vez mais raros até mesmo quando há avanços no estudo, ou seja, quando o trabalhador amplia os seus conhecimentos a partir do retorno ao estudo formal, técnico e da realização de cursos.

Tais fatores foram reforçados pelo alto custo de vida de Lucas do Rio Verde resultante da supervalorização do solo no município e dos elevados gastos com a sobrevivência cotidiana. Referimo-nos às despesas com aluguel e demais contas como água, luz, telefone e compra de botijão de gás, além dos gastos com a alimentação diária e com o vestuário, por exemplo. Afinal, o município está distante da capital e, a partir dos anos 2000, passou por processos de transformação intensificadores de práticas espaciais e econômicas a exemplo da especulação imobiliária. Um quadro, que se configura ainda mais grave quando o trabalhador é migrante. Sem família no local e mesmo quando entra no município com parte da família, o não ser do local infere em diversas outras dificuldades e enfrentamentos, que vão desde a adaptação ao lugar e uma moradia para viver à falta de apoio e proximidade de familiares ou quaisquer outros subterfúgios. Esses foram pontos colocados por grande parte dos trabalhadores migrantes nas entrevistas de campo.

339,00), rendimento este que colocaria boa parte dos trabalhadores em situação de pobreza, e os milhares que estão abaixo desta média, em situação de pobreza extrema (DIEESE, 2014).

Partindo de tais pressupostos, ao analisamos a tabela 24, entre criação e abate, em 2006, vimos que, de um total de 235 trabalhadores, a maioria, ou seja, 39,15% recebiam de 1,01 a 2,0 salários-mínimos (SM). A segunda faixa salarial de maior destaque foi a dos trabalhadores que recebiam de 2,01 a 3,0 SM (28,51%). Em ordem decrescente, as demais faixas salariais representadas foram: 3,01 a 5,0 SM com 8,94%; 5,01 a 7,0 SM com 7,66%; 10,01 a 15,0 SM com 5,96%; 7,01 a 10,0 SM com 5,53% e, por fim, o menor percentual, 4,25% apresentado na faixa salarial acima de 15,01 SM.

Tabela 24 - Rendimento Médio Mensal (SM) dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e Abate de suínos, aves e outros pequenos animais em Lucas do Rio Verde por ano (2006, 2010 e 2015)

Ano	Rendimento Médio Mensal (SM)								
	Até 1,0	1,01 a 2,0	2,01 a 3,00	3,01 a 5,0	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	Mais de 15,01	Não classificados
2006	—	39,15%	28,51%	8,94%	7,66%	5,53%	5,96%	4,25%	—
2010	1,43%	62,33%	23,93%	5,72%	2,78%	2,21%	0,92%	0,46%	0,22%
2015	0,82%	59,92%	26,20%	5,94%	2,71%	2,16%	0,75%	0,22%	1,26%

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010 e 2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Esse quadro teve significativa alteração em sua disposição. De uma distribuição equilibrada observada no ano de 2006, em 2010, mais da metade dos trabalhadores, isto é, 62,33% de um total de 3.706 entre criação e abate, recebiam de 1,01 a 2,0 SM. Em segundo lugar, tivemos o percentual de 23,93% na faixa de 2,01 a 3 SM. Todas as demais faixas salariais ficaram abaixo de 6%. Em 2015, seguindo a mesma tendência, a maior parte dos trabalhadores recebeu de 1,01 a 2,0 SM, configurando um percentual de 59,92% de um total de 4.900 trabalhadores, 200 da criação e 4.700 do abate. Mais uma vez, o segundo maior destaque ficou no recebimento de 2,01 a 3,0 SM: 1.284 trabalhadores, 26,20% em percentual. Como

em 2010, as outras faixas salariais também totalizaram em percentuais abaixo de 6%, onde o maior percentual ficou em 5,94% na faixa salarial de 3,01 a 5,0 e o menor em 0,22%, correspondendo à faixa de mais de 15,01 SM.

Girando em torno de 1 ou 2 salários mínimos (SM), concluímos, portanto, que os trabalhadores do setor avícola, em sua imensa maioria, recebem baixas remunerações para o custo de vida em Lucas do Rio Verde. Constatamos que, quanto menor o rendimento médio mensal, maior o número de trabalhadores por rendimento médio mensal em SM. Inversamente, quanto maior o rendimento médio mensal em SM, menor o número de trabalhadores. Ademais, os trabalhadores cujos salários são mais elevados, geralmente, possuem maiores níveis de instrução.

Nesse sentido, na tabela 25, apresentamos a relação do rendimento médio mensal dos trabalhadores com o grau de instrução que possuem. Buscando retratar um quadro mais recente, nessa tabela, considerando a soma da criação e do abate, exibimos apenas os dados de 2015 em percentual. Em linhas gerais, ao analisarmos esses dados, verificamos que do analfabeto ao trabalhador com o Ensino Médio, a maior parte recebia de 1,01 a 2,0 SM. Com 100%, 77,19%, 76,36%, 67,15% e 57,48%, em ordem decrescente, tais percentuais foram registrados nos trabalhadores Analfabetos, do 6º ao 9º ano, até o 5º ano, Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio. Exceção em relação aos demais níveis de instrução, a maior parte (20,11%) dos trabalhadores com o Ensino Superior recebia de 2,01 a 3,0 SM.

Na tabela, a progressiva ampliação da escolaridade significou maior distribuição em termos de salários, o que podemos analisar em uma observação atenta dos percentuais linha a linha, isto é, em cada nível de instrução. Destacando os dois extremos em termos de escolaridade, o teto dos trabalhadores Analfabetos foi de 1,01 a 2,0 SM (100%). Inversamente, no caso dos trabalhadores do Ensino Superior, distribuídos por todas as faixas salariais, constatamos a presença de trabalhadores com salários de mais de 15,01 SM (3,16%). Contudo, mesmo que em pequeno percentual de 0,29%, chamou-nos a atenção o fato de haver a presença de trabalhadores com Ensino Superior recebendo até 1,0 SM. Fato cada vez mais comum, hoje, o nível de instrução não garante imediata e certa conquista de melhores salários e cargos dentro de uma empresa. O quadro tem sido agravado pela crescente exploração da força de trabalho em prol da ampliação dos lucros,

além da própria conjuntura atual de crise política, econômica e social vivenciada no Brasil, que eleva o número de desempregados e reduz as oportunidades no mercado de trabalho.

Tabela 25 - Rendimento Médio Mensal (SM) dos Trabalhadores com carteira assinada no total da Criação de aves e do Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por Escolaridade em Lucas do Rio Verde (2015)

Escolaridade		Rendimento Médio Mensal (SM)								
		Até 1,0	1,01 a 2,0	2,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 7,0	7,01 a 10,0	10,01 a 15,0	Mais de 15,01	Não classificados
Analfabeto		—	100,00%	—	—	—	—	—	—	—
E.F.	Até 5º ano	—	76,34%	20,21%	1,04%	—	—	—	—	2,42%
	6º ao 9º ano	—	77,19%	18,98%	1,91%	0,48%	—	—	—	1,43%
	E.F. Completo	—	67,15%	25,12%	4,83%	0,72%	0,48%	0,24%	—	1,45%
Ensino Médio		1,33%	57,48%	29,85%	6,28%	2,25%	1,54%	0,20%	—	1,06%
Superior*		0,29%	12,93%	20,11%	19,83%	17,53%	16,95%	8,62%	3,16%	0,57%
Total		0,82%	59,92%	26,20%	5,94%	2,71%	2,16%	0,75%	0,22%	1,26%

* Em 2015, não houve o registro de trabalhadores com escolaridade acima do nível Superior.

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2015). Autora: Vieira, Nivea M.

Há diferenças nos rendimentos recebidos por homens e mulheres. Estas diferenças poderiam ser explicadas pelas distinções entre as características médias dos dois grupos, como: experiência, idade, educação e setor de trabalho. Contudo,

debate mencionado na análise dos trabalhadores empregados nos grandes setores da economia em Lucas do Rio Verde, essas características, geralmente, explicam apenas parte dessas diferenças, sendo o restante atribuído à discriminação (GIUBERTI e MENEZES-FILHO, 2005). Por muitos anos, as mulheres só foram identificadas por sua dedicação exclusiva às tarefas domésticas e às tarefas capazes de garantir a manutenção da estrutura familiar⁷⁹.

⁷⁹ A partir do século XX, os movimentos feministas alteraram essa perspectiva e a mulher passou a trabalhar fora da esfera doméstica. Passível de exploração, o trabalho feminino chegou a ser considerado um fenômeno passageiro, pois às mulheres cabiam as tarefas consideradas “mais leves” e “femininas”. A posição ocupada e a remuneração eram desvantajosas em relação aos homens (HOLZMANN, 2000; PEREIRA et al, 2008).

Por meio do gráfico 24, apresentamos os dados de 2015 referentes ao percentual do rendimento médio mensal (SM) dos trabalhadores do segmento avícola de Lucas do Rio Verde por sexo. Entre homens e mulheres, vimos que a maior parte recebia de 1,01 a 2,0 SM. Em percentual, 48,50% dos homens e 74,85% das mulheres. No mais, analisando as outras faixas salariais, concluímos que, no setor avícola, as mulheres recebem menos do que os homens. De maneira geral, quanto maior a faixa salarial, menor o percentual de mulheres.

Por fim, relacionando o grau de instrução com o gênero, ao destacarmos os maiores níveis de escolaridade, depreendemos que, no setor avícola de Lucas do Rio Verde, em 2015, mais da metade dos homens (58,44%) e das mulheres (61,47%) cursaram o Ensino Médio, segundo os dados da RAIS. No que tange ao Ensino Superior, constatamos 7,42% de homens e 6,69% de mulheres. Nesse sentido, podemos afirmar que, mesmo com graus de instrução semelhantes, no setor avícola de Lucas do Rio Verde, homens e mulheres têm sido remunerados de forma díspar.

A desigualdade entre sexos predomina, principalmente quando analisamos o percentual de altos salários e cargos de chefia ocupados por mulheres. O fato reforça a recente, instável e maior dificuldade de ascensão profissional da mulher. Portanto, concordamos com Lavinhas e León (2002) e Pereira et al (2008) que, mesmo registrando uma evolução importante, ainda não se obteve um equilíbrio entre os gêneros no ramo do agronegócio e no setor avícola em particular.

As análises aqui realizadas forneceram informações fundamentais para estabelecermos o perfil dos trabalhadores e conhecermos de forma mais aprofundada a mão de obra empregada no setor avícola. São elementos essenciais para desvendarmos o trabalho em parte do circuito espacial da produção avícola em Lucas do Rio Verde. Afinal, o capital humano, gerador de números e fator crítico para bons resultados, é o principal ativo de empresas como a BRF, apesar das tentativas de relativizá-lo frente à, também importante, intensiva implementação de tecnologia em um quadro de supervalorização da técnica. Ao ver tais números e descrições, perguntamo-nos, ainda, quem são esses trabalhadores a partir de sua própria fala em uma busca por ver o trabalhador enquanto o ser humano que é. Para tentar alcançar tamanha subjetividade, os trabalhos de campo e as entrevistas realizadas com alguns trabalhadores viabilizaram uma aproximação ainda mais qualitativa e particular, pontos que analisaremos a partir do próximo subcapítulo.

2.4. O trabalho e a vida segundo os trabalhadores

Em suas particularidades, as relações de trabalho constituem a forma de relacionamento entre os agentes sociais, que, no processo de produção econômica, ocupam papéis, simultaneamente, opostos e complementares. Os trabalhadores, que, detendo a força de trabalho, são capazes de transformar matérias-primas em objetos socialmente úteis, adicionando-lhes valor de uso. E os empregadores, detentores dos meios para realizar esse processo (FISCHER, 1987; SANTOS, 2010).

Na BRF de Lucas do Rio Verde, as relações de trabalho ultrapassaram e muito o espaço da empresa, especialmente para os funcionários, que têm o emprego vinculado ao acesso à habitação. Nos anos 2000, o novo fluxo migratório ocorrido no município foi estimulado pelas oportunidades de emprego anunciadas pelos principais veículos de comunicação. Em busca de oportunidades de novos mercados de trabalho ou apenas para sua subsistência, grupos sociais são motivados a deslocarem-se para áreas de necessidade e interesse do capital. Tais deslocamentos, na maioria das vezes, ocorrem mais por força das circunstâncias em que o trabalhador se encontra em seu município de origem do que por simples vontade.

Defendida em 2010 pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMT, na dissertação de Mestrado intitulada “Espaço de trabalho versus espaço de moradia em Lucas do Rio Verde – MT: um estudo de caso dos trabalhadores da Unidade Industrial Sadia”, Wiliana Mendes dos Santos explicitou tais dimensões. De acordo com a autora, para arregimentar os seus trabalhadores, a Sadia, hoje, BRF, baseou-se em uma perspectiva tradicional sob a qual o Nordeste é visto como uma área de repulsão populacional. Esta região foi escolhida para constituir a força de trabalho em Lucas do Rio Verde por meio do deslocamento populacional, especialmente para o provimento de mão de obra para os cargos operacionais. Nesse sentido, faz-se necessário referenciar parte da trajetória percorrida por esses trabalhadores. Para isso, abaixo, reproduzimos alguns trechos nos quais a autora esclarece esse caminho.

(...) o Grupo iniciou (...) um processo seletivo, onde os empregos ofertados seriam para as áreas operacionais, para atuar nos abatedouros de frango e de suíno, e o setor de industrializados. Para isso, estabeleceu uma

campanha com o intuito de informar sobre os cargos e a empresa cadastrar e selecionar candidatos (...).

Para convencer os candidatos, os benefícios propagados eram muitos, a começar pela localidade, enfatizaram que era uma das cidades brasileiras com melhor qualidade de vida e com crescimento econômico (...).

(...) teriam assistência médica e odontológica, previdência privada, alimentação, moradia, creches, escolas, tanto para os funcionários, caso não tivessem concluído os estudos, como para os filhos, e Participação Parcial dos Resultados – PPR da empresa (...).

As três primeiras cidades escolhidas fora do Estado de Mato Grosso, para formar força de trabalho da Unidade Industrial em Lucas do Rio Verde, foram São Luís (MA), Recife (PE), Teresina (PI) e cidades circunvizinhas.

(...) Toda a despesa da viagem, que durou em média três dias, ficou sob responsabilidade da empregadora, assim como, o transporte da mudanças dos móveis dos casais. Os trabalhadores vieram em ônibus locado, com aproximadamente trinta pessoas cada.

(...) não se exigiu dos candidatos nenhuma qualificação para o trabalho em frigoríficos (...), desse modo, (...) pessoas foram escolhidas para uma capacitação, por meio de intercâmbio em outras Unidades de Produção (...). O intuito era capacitar os trabalhadores para que ao chegarem na Unidade de Lucas do Rio Verde se tornassem multiplicadores do que aprenderam.

Com a migração direcionada, também haveria a necessidade de resolver o problema habitacional dos novos funcionários da Unidade Industrial. (...) fez com que a Sadia constituísse de maneira planejada o Conjunto Habitacional Luiz Carlos Tessele Junior (...).

O Conjunto Habitacional localiza-se na Rodovia MT 449, no limite do perímetro urbano de Lucas do Rio Verde. (...) (SANTOS, 2010, p. 63-65).

Portanto, conforme explicitado na citação, inicialmente, a BRF foi encarregada de construir habitações voltadas para seus trabalhadores. Tratamos da criação do bairro Luiz Carlos Tessele Júnior chamado, popularmente, apenas de Tessele Júnior, de Vila da Sadia, Vila da BRF ou somente de Vila Operária (fotografias 18, 19 e 20). Em entrevistas realizadas com representantes da prefeitura, recebemos informações de que o bairro foi criado junto com a instalação da empresa no município, tendo sido construído em uma área determinada pela prefeitura municipal por meio da lei nº 1.475 de 28 de novembro de 2007. Sem concorrência pública, o texto da lei transferiu diretamente para a empresa, 1.500 (um mil e quinhentos) imóveis urbanos, cada um com 250 m², localizados nos loteamentos Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, no setor industrial II⁸⁰.

⁸⁰ No Apêndice G (p. 434), apresentamos o Mapa Urbano de Lucas do Rio Verde.

Fotografia 18 – Visão geral do bairro Tessele Júnior, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 19 – Casas do bairro Tessele Júnior, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 20 – Área dos fundos de casas do bairro Tessele Júnior, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

A concessão fez parte do cumprimento do Protocolo de Intenções firmado em 19 de setembro de 2005 entre o governador Blairo Maggi e a, até então, Sadia. No contexto, buscou-se fomentar o processo de diversificação da atividade econômica de Lucas do Rio Verde. Cada imóvel foi concedido no valor de R\$ 1.500,00 ficando a empresa responsável pela construção de uma unidade habitacional em cada um deles, sendo obrigada a repassá-los aos funcionários sob pena de reversão dos referidos imóveis ao patrimônio público municipal (Lei nº 1475 de 28 de novembro de 2007) (LUCAS DO RIO VERDE, 2007).

Em princípio, conforme Santos (2010), o conjunto habitacional foi destinado aos trabalhadores cujo salário não ultrapassasse os R\$ 1200,00. No bairro, foram instalados o Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, a Creche Municipal Anjo da Guarda, um posto policial e a Escola Municipal Cecília Meireles. Próximo, também há a unidade de Corpo de Bombeiros e Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRAN. No trecho abaixo, é possível compreender melhor o interior desse processo.

Para esses migrantes que vieram para trabalhar na empresa Sadia estavam reservadas as moradias localizadas na “vila”. De acordo com o “Contrato de Locação por Moradia destinado a Empregado” (...), a Sadia, proprietária do imóvel, locadora e empregadora dos locatários, realizou contrato de locação residencial aos funcionários. Estabeleceu-se o valor do aluguel de R\$

200,00 (duzentos reais) com possibilidade de ser reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado.

No acordo, vinculou-se a casa ao emprego. Com a rescisão do contrato de aluguel, em caso de demissão, está prevista a devolução e desocupação do imóvel no prazo de dez dias. Sendo obrigações dos locatários: zelar pelo imóvel, não manter animais domésticos, cumprir a legislação de boa vizinhança e efetuar o pagamento de energia elétrica e água. Nas cláusulas foi vedada a utilização por filhos casados, parentes e amigos ou terceiros, passível de despejo e explicitamente proibida a sublocação mesmo parcialmente do imóvel.

No que se refere ao contrato por casal, os nomes dos dois são citados no contrato como primeiro e segundo locatários. No salário de ambos são descontados, na folha de pagamento, os valores de R\$ 100,00 (cem reais) cada. Se apenas um dos dois continuar na empresa, o locatário empregado pagará o total de R\$ 200,00 pelo aluguel.

No caso dos solteiros, o contrato nominal inclui as quatro pessoas, número máximo que pode residir na moradia. O preço da locação, descontado direto do salário mensal é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) de cada morador. Se houver menos moradores na casa, o valor do aluguel continua o mesmo.

O custo da locação feita pela Sadia, se comparado com o valor do aluguel da cidade de Lucas do Rio Verde, é considerado acessível, pois o preço de uma moradia de estrutura semelhante varia de R\$ 412,00 a R\$ 500,00. No entanto, o valor do aluguel descontado da folha de pagamento reduz ainda mais a remuneração do funcionário. Geralmente, esse é um motivo para que o trabalhador se torne aprisionado à empresa ao considerar que, se demitido não conseguirá pagar o aluguel em outra localidade da cidade e, deste modo, permanece submetido ao trabalho, pois teme quanto ao seu sustento ou de sua família.

(...) no recrutamento somente os casais tiveram seus móveis e eletrodomésticos trazidos por uma empresa que prestou serviços à Sadia.

Os solteiros, como vieram apenas com a bagagem de mão, morariam numa casa mobiliada com mais três trabalhadores (...).

Transcorrido esse tempo, teriam que adquirir mobília, ou seja, esses bens seriam provisórios e estariam disponibilizados por um certo período, enquanto não providenciassem seus próprios móveis. (...).

Esta mobília, cedida pela Sadia, foi chamada pelos funcionários de “kit Sadia”, contendo: dois beliches com quatro colchões, uma geladeira, um fogão e um jogo de mesa com quatro cadeiras. (...) (SANTOS, 2010, p. 67-69).

Mesmo migrando para Lucas do Rio Verde, parcela considerável das pessoas não obteve êxito por não conseguir manter-se no município devido ao alto custo de vida e aos baixos salários pagos, dentre outros motivos. Assim, muitos acabaram retornando para os seus municípios de origem ou seguiram em busca de outros lugares, intentando alcançar melhores condições de vida. Com este intuito, contraditoriamente, prosseguem submetendo-se a distintas precariedades. Com a necessidade de mão de obra ainda não suprida, apesar de menos intenso, o fluxo de pessoas no município permaneceu e a rotatividade dos trabalhadores na BRF continuou. Segundo Santos (2010) e conforme informações de campo, os cargos operacionais, em termos de números, são os que apresentam maior demanda e rotatividade nessa unidade de produção.

Luciane Copetti, Secretária de Meio Ambiente do município até 2016, no trabalho de campo de agosto de 2016, gentilmente, articulou e participou de uma entrevista nossa com Fábio Loch. Até 2016, Fábio Loch era gerente geral da BRF de Lucas do Rio Verde e nos falou sobre a complexidade da cadeia produtiva da qual a empresa faz parte. Nesse sentido, podemos falar de cadeias produtivas no plural tamanha a diversidade dos produtos, além da inclusão de mais de um segmento da cadeia carne/grãos. Na oportunidade, afirmou que a cadeia é longa, começando na fábrica e indo até o consumidor, motivo pelo qual há muita demanda por mão de obra. Segundo ele, os trabalhadores ganham pouco, mas há distribuição de renda, uma vez que grande é a geração de empregos. De acordo com o entrevistado e como apresentamos na sessão em que tratamos dos dados da RAIS, foram 4.700 empregos diretos, mais 200 integrados e, em média, 1.500 empregos indiretos. No contexto, o entrevistado acabou por sinalizar o pagamento de baixos salários, mesmo que, justificando-a com a alegação de grande geração de empregos.

De acordo com Fábio Loch, a empresa estabeleceu parcerias com o Senai e o Sesi. Em termos de parceria, informou-nos também que de 10% a 20% dos cursos de capacitação são realizados na La Salle⁸¹. Na época, nos disse que tinha em torno de cinquenta (50) menores aprendizes na empresa e que, com um alto aproveitamento, cerca de 90% dos menores viravam funcionários. Registrou que o número de funcionários cursando o nível superior estava aumentando, o que também vimos pelos dados da RAIS, que apontaram para a tendente ampliação de grau de instrução dentre esses trabalhadores. Contudo, também havia pessoas com a 4ª série (atual 5º ano do Ensino Fundamental) e Analfabetos, mesmo que em menor número. Fábio Loch nos informou que 3.500 pessoas moravam no bairro Tessele Júnior. Na época, tinham vendido cinquenta (50) casas para os trabalhadores. Cada uma saiu por R\$ 70.000,000, valor financiado pela Caixa Econômica Federal. Dentre os critérios, o trabalhador deveria ter mais de cinco anos na empresa e ser casado.

Nos trabalhos de campo realizados, tivemos a oportunidade ímpar de conversar com trabalhadores empregados na cadeia carne/grãos. O nosso maior

⁸¹ Em Lucas do Rio Verde há a Faculdade e o Colégio La Salle. A Faculdade La Salle, inspirada nos Princípios Pedagógicos da Rede La Salle, integra uma rede de instituições de ensino lassalistas que seguem o legado deixado pelo fundador João Batista de La Salle, sacerdote e educador francês do século XVII (FACULDADE LA SALLE). Localizado no bairro Menino Deus, o Colégio La Salle integra a Rede La Salle de Educação com mais de 40 unidades no Brasil. Fundado em 2009, o Colégio La Salle atende a mais de 800 estudantes da Educação Básica, desde a Creche até o Ensino Médio (LA SALLE).

enfoque foram os trabalhadores da BRF. Abaixo, apresentamos duas fotografias (21 e 22), que tiramos em um trabalho de campo realizado em 2010, período anterior à redação da tese. Por meio das referidas fotografias, mostramos a movimentação de entrada e saída de trabalhadores em uma troca de turno na BRF. Entretanto, ter acesso aos trabalhadores não foi uma tarefa fácil. Poucas foram as vezes em que a empresa abriu as suas portas para nos receber e apenas uma vez foi dada a possibilidade de vermos parte do processo produtivo acontecendo com os trabalhadores em ação em seus postos de trabalho. Sobre este aspecto, nunca viabilizaram a entrada nos abatedouros/frigoríficos. Vale destacar, também, que não houve abertura para conversarmos com os trabalhadores dentro da empresa e, mesmo que houvesse, estes não se sentiriam suficientemente à vontade para falar da rotina de trabalho e dos enfrentamentos vividos no dia a dia no município.

Outrossim, em nosso tempo em Lucas do Rio Verde, ao termos contato com trabalhadores, que sabíamos que trabalhavam na BRF, ao tentarmos marcar entrevistas ou até uma conversa informal, quando sabiam que se tratava de uma pesquisa acadêmica, muitos temiam e até recusavam com medo de serem prejudicados e até serem dispensados do trabalho. Este temor e esta recusa também muito nos chamaram a atenção, afinal, revelaram, minimamente, uma vigilância velada e uma falta de liberdade de expressão acompanhada de uma renúncia individual dos seus próprios direitos ou total desconhecimento destes.

Tendo em vista o quadro geral de dificuldades, criamos algumas estratégias para obtermos essa aproximação, esse contato com os trabalhadores. Um caminho foi conversar com os responsáveis pelos sindicatos, o que viabilizou, também, conversas rápidas com alguns trabalhadores que estavam sendo atendidos. Em outros momentos, nos lugares em que fomos atendidos para realizarmos refeições ou durante quaisquer outras atividades programadas no contexto dos trabalhos de campo, conseguimos informações sobre pessoas que trabalhavam na BRF e, por algumas vezes, foi possível agendarmos encontros com estas. Contudo, cabe destacar que 2016 foi o ano em que obtivemos contatos mais sistemáticos com trabalhadores da BRF, permanecendo mais tempo com estes, tendo, assim, a possibilidade de fazer perguntas sequenciadas com base no questionário apresentado e em um quadro síntese, que elaboramos a partir das respostas dos trabalhadores. Ambos estão no apêndice (Apêndice B, p. 423; Apêndice C, p. 426).

Fotografias 21 e 22 – Entrada e saída de trabalhadores na troca de turno, 2010

Local: BRF de Lucas do Rio Verde. Autora: Nivea Muniz Vieira.

Os contatos mais sistemáticos foram viabilizados por Wiliana Mendes dos Santos. Mestre em Geografia pela UFMT e professora do IFMT⁸² de Lucas do Rio Verde, Wiliana, inclusive, foi uma das autoras que nos trouxe elementos para analisar essa realidade. Conhecemos essa professora em um trabalho de campo

⁸² O IFMT é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. O campus de Lucas do Rio Verde foi criado oficialmente em 2014 e tem como foco qualificar os jovens para atuarem na indústria, desde a produção de biofármacos e combustíveis à produção de alimentos (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, 2015).

realizado em 2010. Muito além das indicações, solidária e amiga, fez de tudo para nos auxiliar. Com o seu conhecimento e a sua vivência no município, falou sobre a sua experiência, levou-nos de moto aos lugares, fez um *tour* pelo município em áreas mais centrais e em áreas de expansão, além de ter nos levado ao IFMT, à faculdade La Salle e a escolas municipais e estaduais. E, como se não bastasse, ainda nos concedeu um almoço de domingo com sua família.

Por meio de Eduardo Von Dentz, mestrando em Geografia na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus Francisco Beltrão)⁸³ mantivemos contato com mais quatro moradores de Lucas do Rio Verde. A saber: Edson Dentz (professor de História do Colégio La Salle), sua esposa Nadia Ester Ohlweiler (professora de Educação Física da Escola Estadual Manoel de Barros e do Colégio La Salle), Marizete von Dentz (professora de Geografia da Escola Estadual Ângelo Nadin) e seu esposo Antônio Sérgio Oliveira Mattos, caminhoneiro. Os três primeiros são migrantes de Santa Catarina e o quarto veio de Santarém no Pará. Todos nos forneceram importantes informações acerca da vida e do trabalho no município. Nesse contexto, os professores nos trouxeram algumas particularidades da convivência com os trabalhadores da BRF, quando matriculados nas escolas em que lecionam. Forneceram informações que nos permitiram criar um quadro de subjetividades, que nos auxiliou na leitura do mundo do trabalho em Lucas do Rio Verde.

Não só como pesquisadora, mas como ser humano, tais oportunidades muito nos acrescentaram. Vivemos pequenas porções de Lucas do Rio Verde e conhecemos pessoas e suas histórias. À Wiliana e sua família, bem como ao Eduardo e sua família, agradecemos a disponibilidade e colaboração, contribuições que, ultrapassando a pesquisa, criaram laços de amizade. Registramos aqui estas palavras como uma homenagem, reiterando o que destacamos nos agradecimentos gerais da tese.

Sinalizamos que foi difícil chegar ao caminho metodológico utilizado nesta parte da tese. Descobrir a melhor maneira de trabalhar as entrevistas realizadas, o questionário elaborado e as respostas obtidas. Neste sentido, optamos por apresentar os principais aspectos levantados pelos trabalhadores nas entrevistas

⁸³ Eduardo Von Dentz realiza o Mestrado em Geografia na Unioeste sob a linha de pesquisa de desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais. Seu tema de estudo é a "Gênese e dinâmica do agronegócio de Mato Grosso: os reajustes espaciais do capital excedente gerado pelo setor".

realizadas. Para isso, selecionamos os questionamentos fundamentais e suas respectivas respostas, elaborando um quadro, que apresentamos no Apêndice C (p. 426), com as principais informações passadas pelos seis principais trabalhadores entrevistados neste âmbito. À posteriori, detalhamos as informações resumidas no quadro, passando a uma análise mais aprofundada das respostas dadas pelos trabalhadores. Isso porque esses foram os trabalhadores, que entrevistamos de forma sistemática, seguindo o questionário apresentado no Apêndice B (p. 423). Optamos por esse caminho a fim de alcançarmos maior nível de aprofundamento.

As entrevistas foram realizadas em agosto de 2016 e, no período, todos os trabalhadores entrevistados estavam empregados na BRF em distintas funções e moravam no bairro Tessele Júnior. Não identificamos os trabalhadores pelo nome verdadeiro em respeito à privacidade e ao cuidado com a imagem destes na BRF. No caso dos trabalhadores, que estavam inscritos em cursos no momento da entrevista, optamos por não descrever o curso e o local em que o estavam realizando a fim de preservar a identidade dos entrevistados. Procedemos dessa maneira com todos os trabalhadores.

Os trabalhadores temiam represálias. Na cidade de Lucas do Rio Verde, muitas pessoas se conheciam. Além disso, as opiniões, geralmente, não poderiam ser expressas de forma tão livre, que não os colocasse em eminente situação de risco de serem perseguidos ou prejudicados de alguma forma na empresa. Em suma, apesar de termos o nome completo real dos trabalhadores em nossos registros, aqui, utilizamos apenas nomes fictícios, omitindo, também, as especificações de cursos, quando estes o estavam realizando. Esclarecidos o contexto e a metodologia, iniciamos a análise dos dados à luz da interpretação e, por vezes, da transcrição de pequenos trechos da fala dos entrevistados.

Chamamos o primeiro trabalhador entrevistado de Wilson. Membro de uma Igreja Presbiteriana de Lucas do Rio Verde, com 24 anos, solteiro, tinha o Ensino Médio completo em Mecânica de Motos realizado no SENAI, porém, desejava fazer o ENEM para ingressar em uma universidade na Área de Tecnologia da Informação. Nascido em Bragança, município do Pará, saiu desta para Lucas do Rio Verde a fim de trabalhar na BRF em outubro de 2014. Com cerca de 122.881 habitantes, população estimada pelo IBGE para 2016, o seu município de origem é o maior polo pesqueiro do estado do Pará. É um município em que há grande atividade pecuária, agrícola e de extrativismo de caranguejos. Antes de ingressar na BRF, em seu

município de origem, o trabalhador e sua família composta por cinco pessoas com os pais, estavam inseridos no mercado informal. O entrevistado trabalhava com “pula-pula”. Já entregou pão, a mãe já trabalhou como empregada doméstica e já vendeu pastéis e coxinhas para auxiliar no sustento da família. Destacou que, na data da entrevista, sua mãe estava com 50 anos, enquanto o seu pai estava com 90 anos.

A vaga na BRF foi divulgada em seu município por meio de um carro de som, que anunciava o emprego, convocando trabalhadores. Tendo em vista a necessidade de trabalhar e as dificuldades para se empregar em seu município, a partir das poucas informações passadas, Wilson aceitou a proposta de emprego na BRF de Lucas do Rio Verde. Segundo o trabalhador, o processo de contratação foi realizado pelo SINE⁸⁴ (Sistema Nacional de Emprego) de Bragança. No período da entrevista, estava em Lucas do Rio Verde com um de seus irmãos com quem morava no bairro Tessele Júnior.

Esse irmão, muito insatisfeito com o trabalho e a vida em Lucas do Rio Verde, tinha vontade de ingressar em uma universidade para cursar Educação Física e pretendia voltar para o seu município de origem o quanto antes. Além dos dois, o irmão mais velho deles também começou a trabalhar na BRF, tendo ficado apenas um mês no trabalho, período suficiente para desistir e retornar para o Pará. Comparando as informações que obtiveram, o que imaginaram encontrar em Lucas do Rio Verde, especialmente, no que tange ao trabalho na BRF, isto é, ao confrontarem o que foi prometido e imaginado com o que encontraram na realidade, concluíram que foram enganados e iludidos. Além disso, em conformidade com informações passadas pelo trabalhador, houve promessas de aumento dos salários, que não foram cumpridas.

As habitações do bairro Tessele Júnior foram divididas em casas para solteiros, casas para solteiras e casas para famílias. Mensalmente, são descontados R\$ 50,00 reais do salário por solteiro ou R\$ 200,00 por família. Apesar de termos focado nos trabalhadores moradores do bairro Tessele Júnior, importa destacar que,

⁸⁴ O SINE (Sistema Nacional de Emprego) é coordenado pelo Ministério do Trabalho por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Este órgão faz a intermediação de mão de obra por meio de suas agências espalhadas por todo o país, controla o pagamento do seguro-desemprego e apoia o Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (PROGER). Nos Apêndices D, E e F acrescentamos modelos de documentos de contratação do SINE para o leitor ter mais informações acerca desse processo. Os documentos apresentados foram os seguintes: “Painel de Vagas Geral”, “Formulário para Cadastro de Vagas” e “Formulário de Cadastro de Empregador”.

sozinho, o bairro não foi capaz de suprir toda a demanda de trabalhadores da BRF. Ademais, apesar da BRF ser a maior força de atração de mão de obra, não é a única, portanto, nem todos os migrantes que chegaram e continuam a chegar no contexto de instalação da cadeia carne/grãos trabalham exclusivamente para essa empresa.

De acordo com o trabalhador Wilson, na contratação, ele e o irmão receberam a informação de que junto com a moradia, ganhariam cama, fogão e guarda-roupa ao chegarem ao bairro Tessele Júnior. Contudo, quem estava na casa quando chegaram, não dividiu os móveis e, mesmo mediante as denúncias e as distintas reclamações dos trabalhadores, a empresa sempre demorou para agir, deixando a situação cada vez mais insuportável, fator gerador de insatisfação e de diversos conflitos. De acordo com o trabalhador, a manutenção dos espaços do bairro _deixa a desejar. Vale ressaltar que as denúncias e reclamações relacionadas aos imóveis deveriam ser dirigidas ao PROHAB (Programa Habitacional da Companhia), responsável pela Administração das casas. Por outro aspecto, segundo ele, a empresa deveria dar a casa aos seus moradores. Sobre este ponto, recentemente, a BRF criou um paliativo, abrindo a possibilidade de financiamento dos imóveis por parte dos trabalhadores. Seguindo regras bastante restritas, essa possibilidade estava sendo dada a poucos.

Em parceria com a prefeitura, a BRF ofereceu financiamento de aproximadamente 1.500 casas aos seus funcionários. As casas de 47 e 63 metros quadrados estão localizadas no bairro Tessele e começaram a ser financiadas por meio de uma iniciativa, envolvendo o PROHAB. Para tentar comprar o imóvel, os funcionários deverão procurar a área de Recursos Humanos da empresa para realizar o cadastramento, entretanto, a habilitação dos interessados está totalmente sujeita ao cumprimento de regras estabelecidas pela BRF. Posteriormente, os documentos pessoais dos interessados e habilitados pela empresa ainda terão que ser aprovados pela Caixa Econômica Federal, que viabilizará ou não o financiamento (EXPRESSO MT, 2015).

Vale ressaltar que apenas a partir de 2015, Wilson e o irmão conseguiram passar a morar na casa em frente da qual tiramos a fotografia 23. Marcada para o horário da noite, a entrevista foi realizada do lado de fora da casa e, quando chegamos, o trabalhador colocou duas cadeiras neste local para que começássemos a conversa. Mesmo com o desejo de entrar na casa para conhecer o

seu interior, respeitamos o espaço que, cuidadosamente, nos foi ofertado para a entrevista. Na casa, até aquele momento, moravam apenas os dois. Antes de residir ali, no mesmo bairro, moraram em uma casa com mais duas pessoas sem qualquer relação de parentesco. No período em que a entrevista foi realizada, os irmãos estavam sem geladeira e sem condições de comprar uma nova ou usada, não tendo como guardar e conservar os alimentos adequadamente, temiam que o que compraram com muita dificuldade, estragasse. A situação constituiu-se em um exemplo de precariedade da condição de vida de parte dos trabalhadores migrantes no bairro Tessele Júnior.

Fotografia 23 – Padrão habitacional: frente da casa do trabalhador entrevistado, 2016

Local: Bairro Tessele Júnior. Autora: Nivea Muniz Vieira.

Sobre as casas do bairro, Wilson informou que, divididos entre homens e mulheres, seguindo as regras estabelecidas pela BRF, as mulheres não poderiam frequentar a casa dos homens e vice-versa. Nas casas para solteiros, com dois quartos, cada casa comportava quatro pessoas. Também com dois quartos, havia, ainda, a república para mães solteiras, onde uma casa era dividida por duas mulheres com os seus respectivos filhos. As casas com quatro quartos eram apenas para as famílias grandes.

Sobre a moradia viabilizada pela empresa, ainda perguntamos ao trabalhador como ficaria a questão da moradia, caso o trabalhador se desligasse da empresa. A informação que obtivemos por esse foi que, tanto no caso dos solteiros quanto no que tange aos casados, seria necessário que todos estivessem ligados à empresa para ocuparem uma das casas do Tessele Júnior. Entretanto, soubemos de algumas histórias, que, vistas como exceções, refutaram essas afirmações. Para exemplificar, conhecemos trabalhadores que já haviam sido demitidos e, apesar de pressionados, recusavam-se a sair da casa, ou famílias em que nem todos que moravam estavam trabalhando na empresa.

Junto com o irmão, o trabalhador estava pagando R\$ 200,00 pela casa, sendo R\$ 100,00 pagos por ele e R\$ 100,00 pagos pelo irmão. Além disso, devemos considerar as despesas com água e luz. Com os valores do “aluguel” da casa e das contas descontados na folha de pagamento, segundo o entrevistado, não tinham acesso a tais contas para realizar conferências. No período do campo, o trabalhador informou que a conta de luz estava em uma média de R\$ 42,28 e a de água no valor de R\$ 16,57.

Na BRF, Wilson estava empregado no setor de “Paletização de Suínos”. Em conformidade com o entrevistado, trabalho que ele realiza, nesta fase _ sem osso, sem nada, os suínos são empilhados. Há uma série de operações executadas para levar um produto da fábrica ao vendedor. Tais operações têm diversos custos associados, sendo capazes de provocar impactos no preço de venda dos produtos. A paletização é uma destas operações e consiste em colocar produtos sobre uma plataforma a fim de facilitar a movimentação das cargas (CAVALCANTI JÚNIOR, 2009). Sobre esse aspecto, não podemos esquecer que a empresa não trabalha apenas com o abate de aves, mas, também, com o abate de suínos. E, de acordo com a necessidade interna da empresa, o trabalhador muda de setor no contexto do processo produtivo. Em termos de trabalho, o entrevistado considerou ser mais difícil trabalhar com suínos do que com as aves. Sobre o trabalho com aves, ressaltou que a maior dificuldade está relacionada à necessária retirada das unhas.

No que tange aos direitos dos trabalhadores da BRF e ao apoio do SINTRALVE (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de Carnes e Derivados da alimentação e afins de Lucas do Rio Verde – MT), não só Wilson, mas todos os demais trabalhadores entrevistados afirmaram não confiarem no sindicato. Segundo os trabalhadores entrevistados, o sindicato foi

“comprado” pela BRF, trabalhando mais em favor desta do que para beneficiar a força de trabalho e, quando muito, fechavam acordos que, quando comprovado que a empresa burlou direitos dos trabalhadores, faziam com que o trabalhador ganhasse de forma parcial, reduzindo os valores das negociações para beneficiar à empresa. Em outras palavras, segundo esses, o sindicato negociava os direitos dos trabalhadores em prol de benefícios junto à empresa. Inclusive, de acordo com o trabalhador Marcelo, último trabalhador apresentado no quadro do Apêndice C (p. 426), o sindicato só cobrava o que sabia que teria retorno.

Para chegar na BRF, Wilson ia de bicicleta, gastando cerca de 30 minutos para chegar ao trabalho. Quando não, poderia ir de ônibus. O ônibus saía do bairro Tessele Júnior com custo de R\$ 3,00 por passagem. Trabalhando 8 horas por dia, de acordo com o entrevistado, na empresa, os horários de trabalho eram constantemente mudados sem abertura para possíveis argumentações. Na semana da entrevista, por exemplo, Wilson, que pegava às 5 horas da manhã, estava prestes a mudar de horário, passando a entrar ainda mais cedo. No que tange aos salários, mesmo mudando de setor e, muitas vezes, de função, na maioria das vezes, os salários permaneciam no mesmo valor. Tendo entrado na empresa em 2014, com adicional noturno, Wilson estava com o salário bruto em R\$ 1.400,00 na data da entrevista.

Sobre insalubridade, mesmo tendo direito, nem todos os trabalhadores recebiam, questão que estava começando a ser vista pelo SINTRALVE. Quando visitamos o sindicato, havia um grande número de processos a serem abertos para regularizar essa situação. Ainda sobre direitos, Wilson e os demais trabalhadores destacaram que recebiam auxílio alimentação na faixa de R\$ 225,00 e auxílio transporte.

Tinham plano de saúde e atendimento odontológico. O plano de saúde da empresa funcionava sob o princípio de autogestão. O desconto vinha no contracheque e variava de acordo com a frequência do uso e o tipo de serviço utilizado. O plano funcionava a partir de um mecanismo de coparticipação, que o trabalhador não soube detalhar. A maior parte dos trabalhadores demonstrou não estar satisfeita com o plano por considerar que os valores cobrados eram altos. Inclusive, alguns dos entrevistados informaram terem solicitado o cancelamento do plano, ressaltando, também, que os hospitais públicos do município eram bons.

Ademais, frisaram o fato de a BRF vender os seus produtos com desconto para os funcionários. A compra de tais alimentos era descontada na folha de pagamento, não havendo outras formas de pagamento. Portanto, não era aberta a possibilidade de pagar em dinheiro ou em cartão. Sobre os benefícios citados pelos trabalhadores, cabe ressaltar que, na verdade, boa parte corresponde a direitos protegidos por lei, sendo obrigação da empresa cumpri-los.

Ao entrar na empresa, começou trabalhando na Sala de Corte (sala de desossa), local em que não gostou de trabalhar devido ao perigo de lidar o tempo inteiro com uma faca. Essa percepção esteve presente em vários outros trabalhadores, que já haviam trabalhado ou que estavam trabalhando com faca no período da entrevista. Ligaram a este tipo de trabalho um sentimento de agressividade e stress intenso acompanhados de repetições e movimentos extremamente rápidos e arriscados. Igualmente, muitas são as histórias de trabalhadores feridos e mutilados nesse tipo de trabalho, havendo o registro de graves acidentes com perdas de dedos, membros superiores e inferiores, por exemplo.

Na ocasião, Wilson relatou um grave acidente em que um rapaz perdeu a perna. Em caso de acidentes como este, na maioria das vezes, o funcionário é colocado como o culpado. De acordo com a maior parte dos trabalhadores entrevistados, a atitude que prevalecia na empresa era a de sempre culpar ao trabalhador. A empresa fazia de tudo para indicar que houve algum erro do mesmo no que se refere ao uso dos equipamentos de segurança e/ou no descumprimento de normas de segurança. Tais afirmações muitas vezes eram apenas formas da empresa fugir de sua condenação diante da justiça em caso de processos trabalhistas. Porém, não podemos desconsiderar que, mesmo que em menor número, identificamos posições opostas. Por exemplo, conforme o trabalhador Marcelo, a maior parte dos acidentes resultou claramente de falhas dos trabalhadores. Por outro aspecto, também não podemos esquecer que os acidentes podem resultar da mescla de falhas da empresa com possíveis erros dos trabalhadores.

Considerando o setor de corte o mais perigoso dentro da empresa, em conformidade com a totalidade dos trabalhadores entrevistados, Wilson relatou que, além da própria arriscada natureza do tipo de trabalho, houve a ocorrência de brigas entre os trabalhadores do setor, fator capaz de potencializar ainda mais os riscos

deste tipo de trabalho, uma vez que cada trabalhador tem, pelo menos, uma faca como ferramenta de trabalho. Tal problemática acompanha esse tipo de trabalho dentro da BRF de Lucas do Rio Verde e em outras empresas cuja atividade principal tenha a mesma natureza analisada.

Quando questionado se já havia adoecido devido ao tipo de trabalho realizado, o trabalhador Wilson informou que teve pneumonia duas vezes quando trabalhou na higienização. Ao descrever o seu trabalho atual, caracterizou-o como cansativo e repetitivo. A meta em seu setor é de paletizar treze (13) caixas por minuto, cerca de sete mil (7.000) por turno. A percepção que tinha era que o primeiro turno era ainda mais cobrado que o segundo turno. Devido à sobrecarga de trabalho, sentia fortes dores ligadas aos movimentos repetitivos (tendinite).

Contou-nos que há pouco tempo, havia sentido muita falta de ar. Precisou ser atendido por médicos e a empresa solicitou a receita e a caixa do remédio comprado, dificultando o processo de comprovação de seu estado de saúde. Ou seja, mesmo com atestado, passou por dificuldades para comprovar o seu estado de saúde pelo fato da empresa fazer outras exigências, além das oficiais e garantidas por lei. Por fim, fez referência ao barulho na fábrica, que o incomodava a ponto de temer desenvolver problemas de audição, mesmo usando o abafador. Todos os trabalhadores entrevistados, exceto o trabalhador Marcelo, consideraram que a empresa não fornecia assistência adequada aos trabalhadores. De acordo com eles, o foco era a empresa e a sua produtividade.

Em consonância com o trabalhador Wilson, os funcionários eram trocados de área com certa frequência, porém, era difícil subir de nível e ter algum aumento salarial. Neste sentido, Diogo, Gerlane, Maria e Carlos, trabalhadores sobre os quais falaremos melhor no decorrer do texto, consideraram que o que prevalecia era o “QI”. Este QI não correspondia ao quociente de inteligência⁸⁵. Aqui, estamos tratando da prática do “QI”, enquanto “quem indica”. No Brasil, esta prática ainda persiste. É uma praxe cujo risco envolve a indicação de profissionais para cargos superiores ou a contratação de novos profissionais sem avaliar suas habilidades profissionais. Em algumas corporações, o “QI” é visto como seguro e eficaz,

⁸⁵ Oficialmente, o QI é um fator que mede a inteligência das pessoas com base nos resultados de testes específicos, mensurando o desempenho cognitivo de um indivíduo comparado a pessoas do mesmo grupo etário.

contudo, quando utilizado com frequência e de maneira inadequada, configura uma prática injusta e desmotivadora para os trabalhadores.

A prática privilegia a indicação e o fato de algum superior conhecer ou não determinado trabalhador e querer ou não beneficiá-lo por distintos motivos. Esta prática, na maioria das vezes, desanima os profissionais não indicados, isto é, que não conhecem pessoas de influência dentro da empresa. A prática acaba por instaurar um ambiente de falta de perspectiva e esperança nos trabalhadores, que não veem o seu trabalho e esforço reconhecidos, mesmo quando trabalham muito mais e melhor que trabalhadores indicados por pessoas influentes dentro ou fora da empresa. A sensação de desânimo e de ausência ou ínfima existência de perspectivas passa a predominar, causando mal-estar entre os trabalhadores, que se sentem injustiçados.

Sobre morar em Lucas do Rio Verde, todos os trabalhadores entrevistados sinalizaram que uma das maiores dificuldades está relacionada ao elevado custo de vida. Além disso, sentiam falta de seus familiares e das amenidades naturais e opções de lazer de seus municípios de origem. _ Não tem opção de lazer como igarapés e rios, declarou Wilson no momento da entrevista. Ademais, registrou-se o progressivo aumento da violência na cidade e no bairro Tessele Júnior em particular. No último campo, pudemos vivenciar um pouco dessa sensação de insegurança ao entrevistar Wilson.

Como já colocado, essa entrevista foi realizada na própria vila no horário da noite. Estávamos em duas pessoas, duas mulheres, e, enquanto conversávamos com o trabalhador com a presença de seu irmão no segundo momento da entrevista, um homem em uma moto passou várias vezes pela casa encarando-nos. Fomos alertadas pelos trabalhadores acerca do perigo. O homem, não conhecido pelos entrevistados, chegou a parar na esquina para nos observar durante quase todo o tempo da entrevista, o que nos obrigou a acelerar o processo e encerrar a entrevista um pouco antes, tendo em vista o risco iminente, o avançar da hora e o fato do trabalhador precisar acordar de madrugada para trabalhar.

Em conformidade com esse trabalhador, brigas com faca tornaram-se cada vez mais comuns, especialmente no bairro Tessele, o que incrementou o número de homicídios. Apesar do uso de armas brancas como facas ser mais comum, também tem havido o aumento do uso de armas de fogo. As brigas e homicídios, geralmente, estavam ligados a ciúmes e traições, além de "acertos de conta". No que se refere

ao ciúme e às acusações de traição, a maior parte dos crimes era passional e ocorria contra mulheres, sobretudo, mulheres migrantes advindas do Nordeste e do Norte, o que elevou a taxa de violência contra a mulher e denotou o quadro de fragilidade social dessas e de todos.

Sobre esse ponto, cabe ressaltar a entrada e a intensificação do narcotráfico no município. Além do relato dos trabalhadores entrevistados, representantes da prefeitura e outros moradores do município com os quais conversamos, relataram os problemas ligados à violência e à insegurança, com casos que, frequentemente, já saíam estampados nos jornais e noticiários sobre o estado de Mato Grosso e sobre Lucas do Rio Verde. Em uma notícia publicada no Jornal Cenário MT do dia 13 de junho de 2017, houve o relato de um homicídio com faca no Tessele Júnior em que um menor, após ser detido, confessou ter matado a vítima, que era imigrante do estado do Pará. Com este homicídio, Lucas do Rio Verde já estava registrando vinte (20) homicídios de janeiro até junho de 2017 (CENÁRIO MT, 2017).

Aumentando o número de dependentes químicos, de traficantes e meliantes de todos os tipos, tem havido a ampliação de todas as formas de crimes com o registro de roubos e furtos de dinheiro e objetos realizados em residências e a pedestres, por exemplo. Por tais motivos, dentre outros cuidados, para exemplificar, o trabalhador, que chamamos de Marcelo, guardava a sua moto dentro de casa durante a noite. Portanto, viver em Lucas do Rio Verde e no bairro Tessele Júnior, em particular, tornou-se arriscado, o que afetou diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores, transformando os hábitos dos seus moradores ao refutar a tranquilidade característica do viver nessa cidade, realidade outrora.

Wilson e o seu irmão informaram sofrerem preconceito no município e dentro da BRF por parecerem com índio: cor da pele e cabelo. Suas características físicas indicavam uma clara mistura de raças, o que os levou a viver preconceito racial e de origem. Acreditavam, inclusive, que sofriam mais preconceito do que os nordestinos. Por outro aspecto, em geral, tanto os nordestinos quanto os nortistas, chamados, pejorativamente, dos que "vieram de fora", eram responsabilizados, pela maior parte da população, pela ampliação dos índices de violência, roubos e/ou furtos, o que gerava ainda mais preconceito.

Mesmo antes dos trabalhadores nos dizerem isso, nas entrevistas, percebemos esse preconceito na fala de parte dos empresários, alguns

representantes políticos, população civil e servidores públicos, pessoas com as quais tivemos contato em visitas e entrevistas realizadas nos trabalhos de campo. Cabe destacar que a BRF, erroneamente, não solicitou antecedentes criminais para contratar a grande massa dos seus trabalhadores. Entretanto, ao contrário do que tem ocorrido, isto é, do que tem sido insinuado e afirmado, isso não pode automaticamente, tornar os seus trabalhadores criminosos. Inclusive, de acordo com o trabalhador, grande parte dos incidentes relacionados a roubos e furtos ocorridos na vila foram realizados por “pessoas de fora”, expressão utilizada para identificar as pessoas que não moravam no bairro Tessele Júnior.

Muito presentes no discurso dos entrevistados, falas como “os de dentro”, “os de fora”, o tempo inteiro reiteraram a necessidade de separação, de lados opostos, a urgência por se diferenciar, reforçando o preconceito, por vezes. E reafirmando, o que, por outro lado, seria uma tentativa inconsciente de mostrar certa unidade de um grupo, que buscava proteção em sua auto identificação. Os moradores mais antigos de Lucas do Rio Verde, imensa maioria de sulistas, diferenciavam-se dos nordestinos e nortistas, moradores mais recentes de Lucas do Rio Verde. Os moradores do bairro Tessele, trabalhadores advindos de distintas partes do país e, sobremaneira, do Nordeste e do Norte, estabeleciam diferenciações entre eles mesmos e os que não moravam na vila, mas que, também, talvez, não fossem os tradicionais moradores sulistas. Isolamento, grupos e grupos, territórios e territórios, oposições e encontros e no meio ainda temos os mato-grossenses mesmo que, contraditoriamente, com presença mais rara (HAESBAERT, 2008; MORIN, 1996).

Cabe assinalar, a separação simbólica entre estes dois grupos expressa na divisão velada entre a cidade e a vila. A vila aparece como uma exterioridade da cidade; ela faz parte do todo, mas não o contém devido uma separação simbólica manifestada nas duas vias do processo: (1) a cidade separa-se da vila estigmatizando seus moradores como desordeiros e (2) a vila se separa da cidade através de um sentimento de inferioridade social (ROCHA, 2010, p. 126).

Palco de distintas histórias, hoje, Lucas do Rio Verde é um lugar de encontros e desencontros entre migrantes vindos de vários lugares do país. São pessoas que, construindo histórias de vida, corroboram com a produção da história de uma fronteira em pleno movimento. Tomando por base teórica a obra de Elias (2000)⁸⁶,

⁸⁶ Em sua obra intitulada “Os estabelecidos e *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, o autor estudou as múltiplas tensões entre os habitantes estabelecidos e os forasteiros *outsiders* vistos como estrangeiros que não partilham os valores e o modo de vida dos

evidenciamos a configuração de um campo de contraposições entre os migrantes ali “estabelecidos”, os “gaúchos”⁸⁷, e aqueles “outsiders”, os “nordestinos” (ROCHA, 2010) e os “nortistas”, que estavam chegando. Igualmente, no estudo de Elias (2000), foi considerado estabelecido o grupo que ocupava o território a longa data e que passou a chamar o grupo mais novo de *outsider*. O grupo estabelecido perseguia e estigmatizava os *outsiders*, vendo-os, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Afinal, os mais poderosos ou estabelecidos partiam do pressuposto de que eram humanamente superiores (ELIAS, 2000, p. 19).

Em Lucas do Rio Verde, o quadro recaiu sobre as condições de vida e de trabalho dessa força de trabalho e, em suas subjetividades, tornou o viver em Lucas do Rio Verde mais complicado, hostil e, paulatinamente, menos prazeroso. Transpostos para a vida real e para a ação cotidiana, vistos como árduo sofrimento, além da saudade de seus familiares e da vida em suas cidades de origem, tais fatores acabaram por se tornar grandes motivadores do desejo de retornar para as suas origens mesmo mediante o risco do desemprego e da pauperização. É oportuno ressaltar que a saudade da família foi um dos pontos destacados pelo, até então, gerente geral da BRF, Fábio Loch em se tratando do fluxo de retorno dos trabalhadores. Nesse sentido, vimos nesses pontos alguns dos fatores do universo dos elementos geradores da alta rotatividade dos trabalhadores da BRF, o que demonstramos por meio dos dados da RAIS nas tabelas e gráficos analisados no subcapítulo anterior.

Do sexo masculino, chamamos o segundo trabalhador entrevistado de Diogo. Este era solteiro, tinha o Ensino Médio completo e estava com 26 anos na data da entrevista. Nascido em Bacabal no Maranhão, saiu de seu município de origem para Lucas do Rio Verde a fim de trabalhar na BRF. Bacabal é um município do interior do Maranhão, localizado a cerca de 240 km de distância da capital do estado. Possuía população estimada de 103.020 habitantes de acordo com o IBGE - Cidades (2016). Além da questão do emprego, viu na migração para Lucas do Rio Verde uma oportunidade de conhecer outra cidade. Antes de ser funcionário da

primeiros. O estudo foi realizado em Winston Parva, nome fictício dado a uma pequena cidade localizada no interior da Inglaterra (ELIAS, 2000).

⁸⁷ Independente do estado de origem, geralmente, os migrantes advindos do Sul do País são chamados de “gaúchos”. Por outro lado, os “nordestinos” são chamados de “maranhenses” e os nortistas eram inclusos no grupo dos “nordestinos”.

BRF, foi trabalhador do campo, trabalhou em lojas e na distribuição de frios e congelados.

Em uma das casas para solteiros do bairro Tessele Júnior, Diogo morava com três pessoas com as quais não possuía qualquer grau de parentesco ou amizade prévia. Para ali habitar, assim como os três outros residentes, estava pagando R\$ 50,00, descontados diretamente do seu salário. Deslocando-se de ônibus, gastava cerca de vinte minutos para chegar à BRF. Estava em Lucas do Rio Verde há cinco anos, tempo em que trabalhava na BRF. Saiu de seu município de origem sozinho, sendo o único da família a morar em Lucas do Rio Verde e trabalhar na BRF. Recentemente, tinha retornado os estudos ao ingressar em um curso técnico realizado no próprio município. Entrou na BRF como Operador de Produção 1, passou ao cargo de Operador de Produção 2 e, na data da entrevista, estava exercendo a função de “Apontador de Produção”.

Na função de “Apontador de Produção”, esse trabalhador realizava a recepção da matéria-prima, atuando no recebimento das aves e dos suínos. Buscando mais informações sobre o trabalho nessa função, vimos que, de maneira geral, o “Apontador de Produção” faz o registro periódico da matéria-prima recebida e/ou dos produtos fabricados. Realiza a inspeção em linha de peso, comprimento e quantidade, por exemplo. Atua no controle dos produtos acabados e com a matéria-prima em estoque. Registra dados relativos ao desenvolvimento da produção, transcrevendo, em impressos apropriados, números de referência, quantidades, tempo e outras informações necessárias, permitindo, assim, a apuração e a análise de custos operacionais (CATHO). Ressaltamos que, para trabalhar nesse setor, Diogo passou por um processo seletivo realizado dentro da empresa.

Folgando aos sábados e domingos, trabalhava de segunda a sexta entre 5 horas e 14 horas e 48 minutos. Em agosto de 2016, o seu salário-base estava em R\$ 1.327,00. No contexto, informou-nos que estava cada vez mais difícil subir de nível na empresa e ter aumentos salariais. Relatou, ainda que, antigamente, a mudança de nível ocorria, em média, de seis em seis meses. Em concordância com ele, realmente, o “QI” (“Quem Indica”), explicitado em parágrafos anteriores, prevalecia. A situação agravava-se ainda mais nos níveis mais elevados da empresa, isto é, em cargos de chefia e gerência geral, onde os salários eram maiores.

Sendo questionado acerca do seu trabalho, ao descrevê-lo, Diogo caracterizou-o como irritante, estressante e cansativo. Aliás, informou já ter ficado doente por conta do tipo de trabalho realizado, tendo sido acometido por “crises de coluna” por diversas vezes. Tais constatações trouxeram importantes informações acerca das condições de trabalho do funcionário em questão. Tais fatores podem ser mais agravados quando associados às dificuldades que se impõem no cotidiano do morar em Lucas do Rio Verde. Sobre o último ponto, além da pouca variedade de opções de lazer, da inexistência das amenidades naturais que estavam acostumados a usufruir em seus municípios de origem e do elevado custo de vida citado por todos os trabalhadores, esse acrescentou a ausência de cinema e problemas em termos de moradia.

Em se tratando de moradia, de modo geral, referiu-se à vida nas casas da BRF no que tange à estrutura física e à convivência com os outros moradores. As casas apresentavam problemas ligados à ausência de constante e adequada manutenção. De acordo com Diogo, a empresa estabeleceu que essa manutenção deveria ser feita pelo próprio morador. A limpeza e a organização das casas e dos espaços comuns ficaram cada vez mais comprometidas.

Importa ressaltar que as casas foram construídas de forma rápida e com material de qualidade questionável. Para agravar, no município, o material de construção era caro e os trabalhadores recebiam baixos salários, além de trabalharem muito. Assim, geralmente, não havia dinheiro e tempo suficientes para cuidar das casas de forma adequada. Ademais, os que não tinham direito ao financiamento da casa, não a viam como um bem pessoal, o que diminuiu ainda mais o apreço pelo lugar e a preocupação em cuidar da casa e dos espaços comuns. Com isso, a tendência era que as casas ficassem cada vez piores, bem como o aspecto do bairro, evidenciando, paulatinamente, um processo de intensificação da precarização da vida e do trabalho.

Outrossim, o som alto incomodava e diferentes formas de violência os atingiam e os constrangiam, sujeitando-os as mais diferentes situações. Em termos mais subjetivos, foram colocados pontos como a falta de privacidade e dificuldades de, de repente, começarem a conviver com pessoas totalmente diferentes e sem qualquer grau de parentesco, advindas de lugares distintos com culturas e hábitos díspares. Tais problemáticas foram reafirmadas pela maior parte dos entrevistados,

que demonstraram indignação, sentindo-se manipulados e totalmente sujeitos à empresa.

Para divertirem-se e tentarem relaxar, os trabalhadores afirmaram que usavam o tempo em que não estavam trabalhando para descansar, tomar cerveja, fazer atividades físicas, cuidar da saúde, e, quando possível, viajavam para ver a família. Resumidos neste parágrafo, estes foram os principais pontos colocados pela totalidade dos trabalhadores. Entretanto, grande era o número de trabalhadores da BRF, que realizavam duplas jornadas de trabalho. Estes tinham o tempo de lazer ainda mais suprimido, quase inexistente. Nos trabalhos de campo realizados, enquanto almoçávamos, jantávamos ou lanchávamos em restaurantes ou lanchonetes, tivemos a oportunidade de conversar com alguns trabalhadores da BRF, que estavam trabalhando nos referidos estabelecimentos no contraturno. Essas conversas foram rápidas e informais, sendo realizadas enquanto fazíamos os pedidos das refeições e os trabalhadores os anotavam e, depois, retornavam para nos entregar ou, até mesmo, quando íamos pagar a conta. Para esses trabalhadores, escasso era o tempo para falar de sua realidade, além de muitos temerem serem repreendidos por estarem conversando conosco em horário de trabalho. O outro medo era de que as suas revelações acerca do trabalho na BRF os prejudicasse dentro da empresa.

Por fim, ainda sobre a qualidade de vida e as sensações de se viver nessa cidade, não só os trabalhadores Wilson e Diogo, mas todos os demais relataram diferentes histórias sobre preconceito. O último afirmou que ele e outros maranhenses sofriam preconceito pela forma como comiam. Ao realizar as refeições na BRF, percebeu que, enquanto comia, um grupo o olhava e observava os outros maranhenses, que estavam com ele, fazendo comentários e rindo. Esse trabalhador ainda nos relatou que, logo que chegou ao bairro Tessele Júnior, só tinha uma rede para dormir. Esta rede foi levada do Maranhão para Lucas do Rio Verde em sua mudança e foi a sua única opção para dormir por muito tempo, mas, também, motivo para comentários maldosos e preconceituosos.

A rede faz parte da cultura nordestina. Esse trabalhador não tinha uma cama para dormir e, mesmo que tivesse, talvez, preferisse a rede. Além disso, a rede otimizava o espaço da casa, tendo em vista que, pequenas, as casas disponibilizavam de pouco espaço para móveis. Entretanto, muitos viam o ato de forma negativa e as pessoas que assim dormiam como preguiçosas e malandras em

um arbitrário e confuso juízo de valor. A partir das fotografias 24 e 25, que foram tiradas no bairro Tessele Júnior, é possível observar a presença de redes em frente a algumas das casas, o que ilustra as informações aqui colocadas. Por fim, outro trabalhador contou que, enquanto procurava algo para comprar em uma loja, foi tratado como se não fosse realizar o pagamento do que estava escolhendo, como se não tivesse dinheiro para pagar e até tivesse a intenção de furtar.

Fotografia 24 – Rede na frente de uma casa do bairro Tessele Júnior, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 25 – Presença de redes em casas do bairro Tessele Júnior, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Do sexo feminino, chamamos a terceira entrevistada de Gerlane. Gerlane tinha o Ensino Médio Completo e estava matriculada em um curso técnico realizado no município de Lucas do Rio Verde. Com 27 anos, era casada e não tinha filhos. Nascida em Boa Vista do Gurupi no estado do Maranhão, saiu deste município para Lucas do Rio Verde. Com uma população em torno de 9.164 habitantes, população estimada para 2016, Boa Vista do Gurupi é uma cidade marcada pela miscigenação do branco, do negro e do índio (IBGE - CIDADES). A migração para Lucas do Rio Verde foi motivada não só pela falta de emprego em sua cidade de origem, mas, também, pelo desejo de ter uma casa, pela vontade de viver melhor e conquistar bens materiais.

Fotografia 26 – Quantidade de motos no estacionamento da BRF, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 27 – Carros e motos no estacionamento da BRF, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Falando da possibilidade e da esperança de prosperar com esse deslocamento para Lucas do Rio Verde, Gerlane comentou que cada trabalhador da BRF tinha uma moto: _ cada um tem uma moto, disse a trabalhadora. Em outras palavras, a compra de uma moto acabou transformando-se em uma prova de que houve algum tipo de conquista social, uma das principais demonstrações de que houve alguma ascensão social. Esta demonstração de ascensão não era demonstrada apenas em Lucas do Rio Verde, mas junto aos parentes, vizinhos e conhecidos em seus municípios de origem. Assim, quando viajavam para ver seus familiares ou quando, por qualquer motivo retornavam, essa conquista passava a ser um tipo de troféu, uma prova de que algo deu certo. Nas fotografias 26 e 27, é possível constatar a grande quantidade de motos no estacionamento da BRF, havendo, também, a presença de carros.

Para terem a possibilidade de comprar a moto, a imensa maioria dos trabalhadores entrava em financiamentos com pagamentos de médio a longo prazo, contraindo dívidas por anos. Os trabalhadores nem sempre conseguiam encerrar o financiamento com êxito. Para não terem o nome negativo, acabavam tendo que

fechar novos acordos com a inserção de mais juros, que encareciam ainda mais o bem. Outros só pagavam o financiamento por um tempo e, quando não mais era possível realizar o pagamento, tinham o nome incluso nos Serviços de Proteção ao Crédito. Apesar de toda a simbologia, na verdade, a imagem de abundância e conquista simbolizada pela compra da moto, estava longe de ser uma garantia de qualidade de vida em si e/ou um caminho para a felicidade e realização no trabalho e na vida pessoal.

Morando em Lucas do Rio Verde e trabalhando na BRF há três anos, Gerlane considerou que o município é o lugar onde gostaria de permanecer e dar continuidade a sua vida. Entretanto, em alguns momentos, essa certeza era refutada pelo fato do trabalho ser muito pesado, gerando muito estresse, o que a levava a desejar voltar para o seu município de origem. Antes de entrar na empresa, trabalhou por quatro anos como locutora em uma rádio, além de ter trabalhado como empregada doméstica. Na BRF, com remuneração mensal de R\$ 1.117,00, atuou como Operadora de Embutimento e, no momento da entrevista, ocupava o cargo de “Avaliadora de Qualidade”. Quando questionada acerca da existência de metas em seu setor, informou que, por ser nova no setor, até aquele momento, a empresa ainda não havia estabelecido metas para ela. Devido ao tipo de trabalho realizado na empresa, já teve doenças como resfriados fortes, intensas dores nas pernas e tendinite, sendo necessário realizar sessões de fisioterapia.

Como já colocado, uma das motivações da migração de Gerlane foi o desejo de conseguir uma casa. Em um total de quatro pessoas, ela, o esposo e dois irmãos moravam em uma casa do bairro Tessele Júnior. Em sua família, três pessoas trabalhavam na BRF. Trabalhando de segunda a sexta-feira e folgando aos finais de semana, entrava no trabalho às 5 horas e 30 minutos. Como ia trabalhar de moto, realizava o trajeto de sua casa à BRF em dez minutos.

Quanto à moradia, ela e o esposo tinham a intenção de tentar comprar a casa em que moravam, possibilidade, recentemente, aberta pela empresa. Segundo ela, para isso, o trabalhador precisava ter, no mínimo, dois anos de trabalho na BRF. Gerlane indicou, também, que, infelizmente, o QI (Quem Indica) tinha influência até nesse processo, facilitando ou dificultando o acesso a esse financiamento. De acordo com ela, feito pela Caixa Econômica, o financiamento ficaria em torno de R\$ 400,00 por mês.

Por nós chamada de Maria, solteira, a quarta trabalhadora entrevistada tinha 28 anos na data da entrevista. Tendo saído de Olinda (Pernambuco) para Lucas do Rio Verde, a trabalhadora apresentou um perfil bastante diferente dos demais, caracterizando-se pelo que podemos chamar de uma pessoa aventureira e com “espírito livre”. Maria nos mostrou mais uma perspectiva dos trabalhadores migrantes em uma visão de mundo, talvez, mais rara. Sua visão de mundo e o seu “espírito livre”, mesmo que em contextos diferentes, lembraram-nos das palavras de Nietzsche nas citações reproduzidas abaixo referentes à obra “Humano, demasiado humano”:

É chamado de espírito livre aquele que pensa de modo diverso do que se esperaria com base em sua procedência, seu meio, sua posição e função, ou com base nas opiniões que predominam em seu tempo. **Ele é a exceção, os espíritos cativos são a regra** (NIETZSCHE: 2003, p. 157).

Quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode se sentir mais que um andarilho sobre a Terra — e não um viajante que se dirige a uma meta final: pois esta não existe. Mas ele observará e terá olhos abertos para tudo quanto realmente sucede no mundo; por isso não pode atrelar o coração com muita firmeza a nada em particular; nele deve existir algo de errante, que tenha alegria na mudança e na passagem (NIETZSCHE, 2003, p. 306).

Firme em suas posições e colocações, demonstrou claramente saber o que queria, idealizando uma vida mais livre, menos enraizada e aberta a novas tentativas em diferentes lugares. Neste sentido, afirmou que não saiu de seu município para Lucas do Rio Verde para conseguir um trabalho, e, sim, para conhecer a vida. Maria afirmou claramente que: _ Queria conhecer a vida. Seu objetivo era de ficar apenas dois anos, porém, já estava há oito anos, mais tempo que todos os trabalhadores entrevistados. Informou, ainda, que conhecia uma pessoa que estava na empresa, praticamente, desde a sua instalação em Lucas do Rio Verde.

Como a maioria dos trabalhadores, mandava parte do dinheiro, que ganhava para a família, em Olinda. Antes de começar a trabalhar em Lucas do Rio Verde, trabalhou por quatro meses na copa do Hospital do Coração de seu município. Na BRF, iniciou trabalhando na Linha de Produção 4, foi para a Linha de Produção 2 e passou ao nível 3 como líder de produção suína. Trabalhando de segunda-feira a sexta-feira e folgando aos finais de semana, entrava no trabalho às 5 horas da manhã. Contudo, os trabalhadores informaram que a empresa estava passando por mudanças no setor de suínos, o que os levaria a trocar de horário sem negociação.

Ao contrário do que se pode imaginar, mesmo com oito anos de trabalho na empresa, recebia apenas R\$ 1.540,00, maior salário dentro do grupo de trabalhadores entrevistados.

Morando no bairro Tessele Junior e deslocando-se de ônibus, Maria gastava vinte minutos para chegar à empresa. Estava travando uma batalha com a empresa, pois, diferente das demais, morava com apenas mais uma solteira em uma casa para quatro solteiras. Em outras palavras, lutava para que em sua casa não houvesse mais do que duas pessoas, apesar de ser uma residência para quatro pessoas. Além disso, pelo que nos informou, naquele momento, somente ela estava trabalhando na BRF, caso bastante díspar dos demais. Para mudar esse quadro, a qualquer momento, poderia haver intervenções mais incisivas por parte da empresa. Na verdade, essa situação só permanecia devido à resistência da trabalhadora e da consciência e luta pelo que via como um dos seus direitos.

A trabalhadora informou que, nesses oito anos, nunca ficou doente devido ao trabalho e, apesar de considerar o trabalho que executava, fisicamente, cansativo, estava mais relaxada. Possuía o Ensino Médio completo e, também, estava matriculada em um curso de nível técnico no município no período de realização da entrevista. Inclusive, o seu objetivo era sair da empresa e de Lucas do Rio Verde assim que terminasse o curso iniciado. A seguir, reproduzo as palavras de Maria: _ Quero terminar o curso e ir embora.

Por ora, passamos para a quinta entrevista realizada nesse âmbito. Do sexo masculino, a esse trabalhador, demos o nome de Carlos. Solteiro e sem filhos, com 26 anos, Carlos tinha o Ensino Médio completo e estava matriculado em um curso técnico. Nasceu em Miracema do Tocantins (TO), município que, pertencente à região metropolitana de Palmas, possuía cerca de 19.340 habitantes (IBGE - CIDADES, 2016). Migrou para Lucas do Rio Verde com todo o seu núcleo familiar, incluindo pai e mãe, para trabalhar na BRF. A vaga de emprego oferecida pelo SINE foi repassada para a família por sua irmã e todos resolveram fazer a inscrição e migrar juntos.

Antes de entrar na BRF, trabalhou em terraplanagem em ferrovias por três anos. Ele e a família estavam em Lucas do Rio Verde há três anos. Moravam no bairro Tessele Júnior em uma casa para família e deslocava-se de ônibus de casa para o trabalho. Somaram um total de cinco pessoas em uma mesma casa. Dos cinco, ele, um irmão e uma irmã, pai e mãe, somente a mãe não trabalhava na

empresa. Toda a família tinha a intenção de retornar para o município de origem, apesar das dificuldades encontradas no local de onde vieram. No discurso do trabalhador, ficou claro o quanto a sua família era unida e o quanto faziam de tudo para um ajudar ao outro, o que acabou por se transformar em uma importante base de sustentação para todos eles, uma força para enfrentarem os problemas referentes à vida na cidade e no bairro Tessele Júnior em particular, além das adversidades diretamente ligadas ao trabalho.

Na BRF já atuou como Operador de Produção 1 e, no momento da entrevista, ocupava a função de Operador de Produção 2 na “Evisceração de Suínos”, onde trabalhava com faca. Nesta etapa do processo, em linhas gerais, abre-se a barriga dos animais com facas para que as vísceras sejam removidas. O ânus e a bexiga dos animais são amarrados para evitar contaminação das carcaças com seus excrementos. O osso do peito é aberto com serra, momento em que o coração, os pulmões e o fígado são removidos, podendo haver ou não a remoção das cabeças. Geralmente, as vísceras são colocadas em bandejas da mesa de evisceração. Aí, são separadas, inspecionadas e encaminhadas para o processamento. O processamento dos intestinos gera a produção de tripas, normalmente salgadas, utilizadas para fabricação de embutidos ou para aplicações médicas (TERRA; FRIES, 2000; CHAGAS, 2011). Com uma jornada de trabalho descrita por ele como repetitiva e muito cansativa, o trabalhador entrava às 7 horas e 40 minutos, trabalhando de segunda à sexta-feira. Com uma meta de 4.900 suínos por dia, recebia R\$ 1.304,00 para realizar esse trabalho.

Por fim, passamos ao último trabalhador entrevistado nesse contexto para o qual demos o nome de Marcelo. Com o Ensino Médio Completo, casado, tinha 28 anos na data da entrevista. Nascido em Ji-Paraná, município do estado de Rondônia, antes de migrar para Lucas do Rio Verde, morou em Ariquemes, município também localizado no estado de Rondônia. Hoje, Ariquemes é uma das maiores cidades do estado de Rondônia, apresentando uma população estimada de 105.896 habitantes para 2016 (IBGE – CIDADES). Os pais foram os primeiros a migrar para Lucas do Rio Verde e este foi o principal fator que o levou a migrar para o município com a sua família. Sobre Lucas do Rio Verde, imaginou que a cidade fosse mais tranquila, mais uma fala que denotou evidente preocupação com o

aumento da criminalidade e da violência na cidade, o que implicou em redução da qualidade de vida.

Antes de entrar na BRF, o trabalhador atuou como remanufaturador em uma empresa da área de informática de Ariquemes (RO). Tendo entrado como menor aprendiz, trabalhou por dez anos nessa empresa. Recebia um salário pouco superior ao mínimo. Contudo, com a comissão, o seu rendimento mensal, por vezes, chegava à R\$ 1.800,00. Em uma “casa de família” do bairro Tessele Júnior moravam sete pessoas com ele: a mãe, o pai, ele, a esposa e os seus três filhos dividiam o mesmo espaço. Considerando os adultos da casa, apenas a sua esposa não trabalhava na BRF. O trabalhador e a esposa estavam inscritos em um curso técnico. E, de acordo com este, não permitiu que sua esposa trabalhasse na BRF para que pudesse estudar e cuidar dos filhos. Da forma como relatou, pareceu que a decisão da esposa não trabalhar foi dele.

Chegou a Lucas do Rio Verde em 2014 e em agosto de 2016, período de realização da entrevista, estava completando dois anos e quatro meses no município. Chegou recebendo seguro-desemprego, só começando a trabalhar na BRF depois. Na data da entrevista, tinha um ano e cinco meses de trabalho na BRF. Desde quando chegou, passou a morar na casa dos pais no bairro Tessele Júnior. Tinha moto e, por isto, gastava cerca de dez minutos para chegar ao trabalho. Segundo o trabalhador, a casa foi um dos principais atrativos para as pessoas que migraram. Afinal, muitos, além de estarem em empregos extremamente precários ou estarem desempregados, não tinham casa própria, tendo que pagar valores de aluguel muito mais altos do que a taxa cobrada pela BRF.

Entrou na BRF para fazer limpeza (Serviços Gerais); passou a trabalhar na Expedição; trabalhou como Operador de Prensa (ração peletizada) e, há quatro meses, estava atuando como “Operador de Painel na fábrica de ração”. Neste cargo, expedia ração para suínos e aves. Informou que não houve o estabelecimento de metas no trabalho em que estava realizando, entretanto, era necessário ser muito rápido. A maior parte do seu trabalho era realizada no computador. A única parte que não era executada no computador, correspondia ao processo de limpeza da área, trabalho também feito por ele. Trabalhando oito horas por dia, entrava às cinco horas da manhã no trabalho. Sua folga era aos domingos e seu salário-base estava em R\$ 1.177,00. Dentro da empresa, teve a oportunidade de fazer o Curso de Operador de Máquina, que durou duas semanas.

Mesmo passando por todos os setores supracitados, não teve aumento. Inclusive, em sua carteira, naquele momento, estava registrado como Operador de Máquina 1. Informou que, dentro da empresa, muitos eram os conflitos entre os trabalhadores. Sobre este aspecto, registrou que ele mesmo teve muitos problemas com outros colaboradores. No seu caso, acreditamos que os conflitos tiveram relação com algum tipo de incômodo pelo fato de ter conseguido crescer na empresa, além de ter boa relação com os seus superiores. Mesmo sem aumento salarial, acreditamos que a ascensão que alcançou em pouco tempo de empresa e a sua postura politicamente correta, geralmente, a favor da empresa, foi um dos principais fatores motivadores de tais conflitos.

Nesse sentido, ao avaliar o seu trabalho, afirmou que nunca ficou doente devido ao seu trabalho e foi o único que afirmou sentir prazer no que fazia, considerando que o fator que mais o estressava e incomodava era o problemático relacionamento com os demais funcionários. Afirmou que as condições de trabalho fornecidas pela BRF eram boas e que a maior parte dos acidentes foi causada por erros dos trabalhadores. A seguir, reproduziu a sua fala: _ As condições de trabalho são boas. Acidentes acontecem por irresponsabilidade das pessoas _ afirmou Marcelo. Esta posição enfática a favor da empresa e esta crítica afiada aos demais trabalhadores, muito nos chamou a atenção.

Apesar de sentir prazer no que fazia, Marcelo gostaria que a política de salários fosse diferente. Em suas próprias palavras: _ Gostaria que mudasse mais a questão salarial. Neste ponto, falou sobre a existência do incentivo da PLE (Participação nos Lucros da Empresa) cujos critérios passavam pela ausência de faltas (ele informou que já tinha uma falta) e atestados no decorrer de um ano. No ano anterior, chegou a receber R\$ 1.550,00 de PLE. A quantidade de acidentes na empresa era outro fator determinante para o recebimento ou não da PLE. Sobre o último ponto, disse que a empresa estava no limite, uma vez que sete acidentes já tinham ocorrido, sendo oito o número máximo para que a PLE não fosse cancelada.

Sobre tais acidentes, descreveu, sucintamente, três dos que lembrava. 1º) Um trabalhador bateu a cabeça e morreu no ambiente de trabalho. 2º) Tinha ocorrido há dois meses na fábrica de farinha. Neste, o trabalhador perdeu uma perna. De acordo com Marcelo, neste acidente, todos os trabalhadores foram dispensados e, pelo que nos passou, o funcionário que perdeu a perna, estava

dentro de uma máquina sem que o equipamento fosse bloqueado. 3º) Em serviço, um funcionário bateu com o carro da empresa em um acidente de trânsito. Ressaltamos que, lamentavelmente, estes são apenas alguns dos inúmeros casos de acidentes no setor estudado. Muitas vezes foram e são caladas, fazendo com que poucos dos inúmeros acidentes tornem-se conhecidos publicamente e, vindo a público, sejam tratados com o respeito e rigor devidos.

Sobre as suas impressões enquanto morador de Lucas do Rio Verde, assim como os demais trabalhadores, Marcelo considerou que um dos principais elementos que implicaram na vida no município foi o alto custo de vida. Destacou os altos valores gastos com despesas gerais. Com uma família grande, mesmo divididas com os pais, as despesas eram bastante altas quando somados os gastos com aluguel, luz, água, vestimenta e alimentação, apenas para citar as principais. Marcelo nos informou que em casa tinha dois telefones, um computador, uma máquina de lavar e duas geladeiras. Sem a vestimenta e a alimentação, isto é, só com o aluguel, a água e a energia elétrica, chegou a gastar cerca de R\$ 300,00, valor elevado para quem recebe pouco mais de um salário mínimo e tem três filhos. Para reduzir um pouco o gasto com alimentação, segundo ele, valia a pena comer na empresa. Lá, o café custava R\$ 0,70 e o almoço pouco mais de R\$ 1,00.

No que tange à vida no bairro Tessele Júnior, com um posicionamento diferente dos demais, considerou que as condições de vida eram boas, que tudo era organizado e que, de acordo com sua fala _ Quem faz a zona são os moradores. Sobre este ponto, considerou a parte de solteiros mais complicada. Segundo ele, era mais desorganizada e com mais problemas interpessoais. Por outro aspecto, como os demais trabalhadores, ressaltou a evidente piora em termos de violência. Destacando a maconha, sinalizou que o uso de drogas dentro das casas estava tornando-se cada vez mais comum. Sob este aspecto, ressaltou que a BRF fez uma avaliação incorreta dos trabalhadores, uma vez que, como tratado anteriormente, a empresa não verificou os antecedentes criminais desses. Inclusive, nesse contexto, em uma atitude questionável, a empresa e a prefeitura realizaram o pagamento de passagens para muitas pessoas retornarem para seus municípios de origem para que, quando desempregadas, não ficassem perambulando pela cidade como moradoras de rua ou pedintes.

Ainda assim, afirmou que gostava de morar no bairro Tessele Júnior. Contudo, sentia-se muito incomodado com o fato de ter que morar com os pais e,

com a sua esposa e filhos, viverem submissos às regras estabelecidas por esses. Informou que se sentia humilhado e que os pais faziam chantagem emocional, afirmando que, se ele resolvesse voltar, por serem os proprietários, venderiam a casa onde morava em seu município de origem. Os conflitos eram constantes e os seus pais interferiam de forma incisiva na educação dos seus filhos, fazendo com que as crianças desobedecessem aos pais para obedecerem aos avós. Em suma, não sentia prazer porque estava em uma casa, que era dos pais. Não tinha o controle de sua própria família segundo suas próprias palavras. Era um lugar em que não tinha lugar.

Também afirmou sentir saudade de seu município de origem e, sobretudo, do modo de vida que tinham lá. Em Lucas do Rio Verde, em seus dias de folga, geralmente, não fazia nada. Nos seus momentos de lazer, alegrava-se por poder estar em casa com os seus filhos e sua esposa. Geralmente, estava muito cansado e sem tempo, por isto, raramente, frequentava lagos e praças. Por tais motivos, ele e a esposa estavam se programando para voltar. Pretendia, assim que possível, pedir as contas e sair da empresa. Sabia, porém, que, retornando para Ariquemes (RO), encontraria um mercado de trabalho muito mais concorrido e não teria serviços de Educação e de Saúde Pública no nível de Lucas do Rio Verde, algumas das perdas dessa migração de retorno.

Sobre algumas das subjetividades de viver na cidade, informou perceber atitudes preconceituosas dentro e fora da empresa. Dentro, a diferenciação e o preconceito distinguiam-se conforme o cargo/função ocupado e fora da empresa, o preconceito estava ligado, principalmente, ao fato de ser de outra região do País. Segundo ele, esse quadro era mais ou menos agravado em conformidade com quem se estava lidando. Portanto, o que via era que as pessoas eram tratadas diferentemente. Quando questionado acerca do que sentia quando isso ocorria, com uma resposta surpreendente, o trabalhador disse que, simplesmente, ria das pessoas preconceituosas. Reproduzindo suas palavras: _ Estão todos na mesma merda e querem ser diferentes ou se acharem melhores.

As falas do trabalhador Marcelo sinalizaram consciência de sua posição e condição. Por outro aspecto, por vezes, mesmo que, indiretamente, sua própria fala deixou brechas para questionarmos o que chamou de um bom trabalho. Ademais, em alguns momentos, o seu discurso incisivo, nos passou certo incômodo e irritação

quanto a sua real condição. Tendo em vista os posicionamentos dos demais trabalhadores entrevistados, as opiniões de Marcelo foram exceção. Mesmo que seja um discurso menos presente, as falas do trabalhador Marcelo trouxeram elementos para refletirmos acerca da totalidade da problemática analisada.

Indiretamente, não só ele, mas todos falaram de conflitos, de opiniões díspares, de lados, de posturas e, porque não, de espaço, território e poder expressos em uma teia de relações. Opiniões que não podem ser ignoradas e que nos apresentaram uma realidade muito mais complexa do que poderíamos imaginar (MORIN, 1996). Cabe dizer também que esse trabalho é muito diverso e que, diferencia-se muito, mesmo analisando segmentos específicos da cadeia carne/grãos, nunca haverá uma opinião única e apenas uma condição de trabalho. Ademais, a visão do trabalhador dependerá de sua história de vida e do nível de precarização pelo qual já foi submetido, dentre muitos outros fatores.

Discursos, interpretações, contradições, encontros e desencontros. Rer ler essas entrevistas e reinterpretá-las, ouvir os trabalhadores novamente, reescrever a fala de cada um e buscar olhar a partir do ponto de vista deles foram alguns dos desafios da redação deste subcapítulo. Não foi uma tarefa nem um pouco fácil, mas trouxe a humanidade que os dados secundários escondem ou pouco revelam. Os dados secundários e os dados primários complementam-se. É o olhar do campo, o olhar cuidadoso do pesquisador que intenta, mesmo que observando de fora, compreender como se fosse de dentro. É o que dá ainda mais sentido a esta pesquisa e, com maior propriedade, trata do que é real, tornando-nos coparticipantes dessas histórias e porta vozes desses trabalhadores na busca pelo respeito aos seus direitos e na luta por suas causas.

2.5. Condições e relações de trabalho

Os termos “classe trabalhadora”, “trabalhadores” e “proletariado” foram incorporados em nossa cultura, porém, hoje, são pouco mais do que expressões evocativas. Segundo Standing (2013), na realidade, talvez precisemos de um novo vocabulário capaz de representar as relações de classe no sistema de mercado global do século XXI. Portanto, apesar de não termos como objetivo lançar uma nova definição ou nomenclatura, é de extrema validade reconhecer a existência de

um processo de transformação, que relativiza o que vinha sendo definido em termos de trabalho até então.

Em âmbito mundial, desde a crise da sociedade fordista nos anos 1970 e das saídas preconizadas pelas políticas neoliberais, a questão da precarização vem assumindo importância central devido à expansão do desemprego, à reemergência da pobreza nos países centrais e à fragilização do trabalho (FRANCO et al, 2010; STANDING, 2013). De acordo com Standing (2013), dentre outros, fazem parte do precariado as pessoas desprovidas de garantias relacionadas ao trabalho como segurança no trabalho, segurança de renda e de representação. Nas palavras do autor, “(...) O precariado não é vítima, vilão ou herói – é apenas um monte de gente como nós” (STANDING, 2013, p. 271). E, independente de como seja definido, o precariado está longe de ser homogêneo e caminha entre dissabores e benefícios, onde os primeiros se sobrepõem aos segundos sobremaneira.

É mister desvendar alguns aspectos das condições e relações de trabalho estabelecidas na contemporaneidade, apontando para a intensificação da precarização e para a degradação do trabalho e do trabalhador. Na atual fase técnica, as condições e as relações de trabalho têm sido alteradas acompanhadas de mudanças nas exigências em termos de perfil de trabalhador. No conjunto de transformações, houve o estabelecimento de um mercado de trabalho necessário voltado para o modelo técnico-produtivo instalado na acumulação do capital no campo. Com base nas mudanças no mundo do trabalho, buscamos verificar alguns dos rebatimentos de tais transformações na área de estudo.

Concordamos com Thomaz Jr. (2001) e Thomaz Jr., Mendonça e Ribeiro (2002) quando afirmaram que vivemos um momento crítico da história do trabalho. Para eles, este movimento manifestou-se, inclusive, nos novos rearranjos e funções para os trabalhadores na agropecuária brasileira. O atual modelo técnico-produtivo depende da introdução de objetos e ações desenvolvidos sob uma nova demanda por trabalho realizada por meio da reorganização do espaço. Houve o aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, levando à redução relativa do trabalho humano, que permaneceu central. Passou-se, portanto, a uma interação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, pois o capital não pode se reproduzir sem o mínimo de trabalho vivo que seja (ANTUNES, 2004).

Enquanto capacidade viva de trabalho, o trabalho vivo é o trabalho no momento exato de sua produção/criação (VIEIRA, 2009, p. 35). Já o trabalho morto está concretizado nas máquinas: materializado no maquinário, enquanto resultado de um trabalho vivo passado, compreende a substituição de tarefas na totalidade do processo de trabalho e, quando não, uma maneira de diminuir o trabalho vivo por meio da redução do número de trabalhadores, visando o incremento do lucro (MARX, 1982⁸⁸; ANTUNES, 2005). Ademais, concordamos com os autores que o aumento do trabalho morto aponta para avanços em termos de técnica.

Para Castel (1998), a condição salarial é uma construção sociológica e a problemática social manifesta, hoje, decorreu do enfraquecimento desta condição. Enquanto construção histórica, a sociedade salarial⁸⁹ não pode ser vista como eterna. Ultrapassando e muito a retribuição salarial a ela condicionada, é a condição a partir da qual os indivíduos estão distribuídos no espaço social, sendo estes julgados e classificados por sua situação de emprego, por sua profissão.

Ademais, existem socialmente a partir dessa posição, permitindo o tracejar imaginário de uma linha capaz de separar os incluídos e os excluídos. Ou melhor, entre os incluídos e os precariamente incluídos já que, sob este ponto de vista, a exclusão não significa ausência de relação social, uma vez que não há ninguém fora da sociedade (CASTEL, 1998; VIEIRA, 2009). E mesmo quando usamos a palavra exclusão, partimos deste ponto de vista. Nas palavras de Vieira (2009, p. 42):

A força de trabalho é mais explorada e limitada em sua reação em defesa e/ou luta por seus próprios direitos, quadro que varia de acordo com o grau de consciência do trabalhador e de conhecimento de seus próprios direitos, o que, geralmente, está atrelado ao seu nível de escolaridade, grupo social, envolvimento e posicionamento político.

Muitos dos que já estão “fora do trabalho” estão mais garantidos do que aqueles que ainda trabalham. Os que se preparam para entrar na vida profissional temem a tendência do “sempre menos”: menos benefícios, menos gratificações, menos garantia, menos direitos, menos segurança, menos independência, menores salários proporcionais, menos empregos, menos lazer, menos reivindicações, menos hoje e amanhã, menos de você, menos de mim, menos vida.

⁸⁸ O fragmento referenciado encontra-se no interior da sequência denominada “A mais-valia relativa - acumulação”, referente ao caderno XX, redigido entre março e maio de 1863. Os Manuscritos de 1861-63 (compostos por 23 cadernos) representaram o momento de passagem entre os *Grundrisse* e *O Capital*, sendo parte importante do material preparatório deste último (REVISTA CRÍTICA MARXISTA).

⁸⁹ De acordo com Castel (1998), na relação entre trabalho e mercadoria, a quantidade de trabalho não é a fonte exclusiva do valor de uma mercadoria. O trabalho não mantém uma relação visível e clara com a riqueza e, menos ainda, a riqueza com o trabalho. Em conformidade com o autor, geralmente, os mais ricos trabalham menos ou não trabalham.

Mesmo com a introdução de inovações técnicas, que demandam um novo perfil de trabalhador, o trabalho permanece como necessário e central no segmento avícola de Lucas do Rio Verde. Suporte de inscrição da estrutura social (CASTEL, 1998), devemos considerar a transformação do trabalho e do trabalhador em um processo de adequação às novas demandas embasadas no atual sistema técnico-produtivo, que se expressa a partir de particularidades em cada setor e em cada espaço.

Substituindo a negociação coletiva pela negociação individual, os salários convencionais por remunerações individualizadas e revisáveis, a relação salarial pela relação comercial, há a sobreposição do poder de mando e das coerções exercidas pelas máquinas que os trabalhadores devem agora servir (VIEIRA, 2009, p. 46).

As transformações em voga têm atingido o mundo do trabalho em suas diversas dimensões, abalando até a manutenção de direitos adquiridos e consolidados na classe trabalhadora brasileira. Há indícios de aumento de cobertura do seguro-desemprego e de formalidade no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, ainda que o sistema de proteção social tenha passado por diversas mudanças e ampliado seu alcance, especialmente desde a Constituição de 1988, o fenômeno da informalidade do trabalho, enquanto um problema estrutural, tem se colocado como um desafio à economia brasileira (ULYSSEA, 2006). A partir de 1990, observou-se elevação significativa no grau de informalidade no Brasil, como consequência do aumento do número de trabalhadores por conta própria e daqueles sem carteira de trabalho assinada.

Programas como seguro-desemprego⁹⁰ e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem induzir ao aumento do grau de informalidade e rotatividade do trabalho. Essas políticas podem impulsionar o trabalhador a pedir demissão, já que esta é uma das condições para o recebimento do benefício (BARROS et al, 2000). Em linhas gerais, pode-se dizer que, nesses casos, a legislação acabou

⁹⁰ Quanto ao seguro-desemprego, na prática, o trabalhador deixa de receber o benefício no momento em que se insere no segmento formal da economia. Há então um incentivo para que trabalhadores e empregadores estabeleçam relações informais de trabalho durante o período de recebimento do benefício (BARROS et al., 2000). Devido à falta de fiscalização, existe, ainda, a negociação pela demissão de modo que o trabalhador receba o benefício do seguro-desemprego ao mesmo tempo em que trabalha na informalidade (AMORIM; GONZALEZ, 2009), o que amplia a informalidade durante o período de recebimento do benefício.

criando situações favoráveis à informalidade, à demissão e ao aumento da rotatividade do trabalho. Inclusive, a possibilidade e o interesse em receber o seguro-desemprego foi um dos elementos propulsores do aumento da rotatividade entre os operários na BRF de Lucas do Rio Verde.

Em suma, apesar da evidente formalização dos vínculos empregatícios no campo, a existência da informalidade e até do trabalho escravo⁹¹ não podem ser refutadas. Muitos latifundiários recorrem a este tipo de mão de obra. Ela significa baixo custo de produção, o que garante maior competitividade no mercado e alto lucro. Aliás, a produção agropecuária brasileira, mesmo com o suposto desenvolvimento do País, continua obedecendo à lógica do mercado internacional e suas determinações.

Aceitar um trabalho árduo e longe do seu lar surge como a única opção para pessoas que estão sem nenhum recurso para sustentar a si e a sua família. Além do mais, desde muito cedo muitas dessas pessoas acostumaram-se a condições de trabalho precárias em um contexto em que, por vezes, foram ludibriadas e, em outros casos, informaram-se mal sobre o trabalho que aceitaram. Em uma posição de extrema vulnerabilidade, ainda podem ser aliciadas e escravizadas novamente.

⁹¹ Desde 2003, os trabalhadores resgatados da escravidão no Brasil passaram a ser inseridos no programa de seguro-desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego. As estatísticas cadastradas pelo programa até 2014 nos forneceram características gerais das pessoas escravizadas. Nascidos nos estados do Maranhão (23,6%), da Bahia (9,4%), do Pará (8,9%), de Minas Gerais (8,3%), do Tocantins (5,6%), do Piauí (5,5%) e de Mato Grosso (5,5%). 92,6% iniciaram a vida profissional antes dos 16 anos, na média, começam a trabalhar aos 11 anos (OIT, 2011). Entre 2003 e 2014, a maior parte dos libertos da escravidão no Brasil era composta por homens jovens. Este fato está relacionado à busca dos empregadores por pessoas com vigor físico, que possam ser exploradas em serviços pesados. Nas atividades rurais, a maior parte das mulheres resgatadas trabalhava cozinhando para os outros empregados. Cabe destacar que, apesar da maior parte dos escravos contemporâneos ser composta por analfabetos ou pessoas com pouco estudo, há trabalhadores com alta escolaridade. Muitas vezes o homem do campo torna-se escravo por ter sido enganado. Os “gatos”, contratadores de mão de obra, o seduzem com promessas de salários em dia, mesmo de baixo valor. Quando chegam ao local determinado, os indivíduos são forçados a trabalhar em condições degradantes e sem o devido pagamento. Para se sustentarem, acabam adquirindo dívidas com o patrão. Não tendo como pagá-las, passam a ser constantemente ameaçados e são proibidos de abandonar o local de trabalho. O desespero torna-os presas vulneráveis para proprietários de fazendas, por exemplo, que aliciam trabalhadores e transformam essa mão de obra, que deveria ser assalariada, em escrava por dívida. A dívida consiste, basicamente, na cobrança dos custos de transporte, moradia, alimentação e instrumentos de trabalho, embora a promessa inicial tenha sido de gratuidade e de um contrato. Tendo suas atividades em local desconhecido e ameaçado por capatazes, o trabalhador só sai quando consegue pagar sua dívida, que não para de crescer. Muitos empregadores de trabalho escravo ainda justificam as más condições em que submetem os trabalhadores como sendo algo a que estão acostumados, afirmando, sarcasticamente, que o trabalho que oferecem é igual ou melhor do que a miséria em que viviam. Sem dúvidas, a situação de vulnerabilidade econômica os torna alvos fáceis da exploração sem acesso a direitos como trabalho digno, educação, saúde e moradia (OIT, 2011).

Geralmente, os responsáveis por esse tipo de proposta são os intermediários do empregador, que recrutam e/ou aliciam migrantes para frentes de trabalho distantes de seu município de origem. A situação de vulnerabilidade socioeconômica do trabalhador é uma das principais razões para que ele acredite e aceite esse tipo de proposta. O trabalhador aliciado só percebe que foi enganado quando chega ao local de trabalho. Sem alternativas de sustento, esse trabalhador aceita qualquer tipo de serviço em sua região ou em outros estados.

Nesse sentido, falar do trabalho escravo acaba nos levando a estabelecer uma ligação com a maneira como os trabalhadores contratados para trabalhar na BRF de Lucas do Rio Verde têm sido buscados em suas regiões. Tratando especificamente dos nordestinos e dos nortistas, lembramo-nos da semelhança no que se refere ao processo de aliciamento e de convencimento do trabalhador feito pelos “gatos”. Não que esse não receba o seu salário como um escravo não o recebe. Falamos do processo em si, das ilusões relatadas por muitos trabalhadores entrevistados e comprovadas por processos trabalhistas abertos. Falamos do trabalhar e do morar sob os auspícios e mandos da empresa, especialmente, no caso dos trabalhadores que moram na Vila da BRF.

Importa ressaltar ainda que legalidade no sentido de vínculo empregatício formal de trabalho nem sempre garante que o trabalhador usufruirá dos direitos assegurados na CLT. Não podemos afirmar que esse seja o caso da BRF de Lucas do Rio Verde, mas, sob um movimento geral de intensificação da precarização do trabalho, há casos em que os trabalhadores são forçados a abdicar dos direitos em troca da permanência do vínculo: troca de férias por dinheiro, não recebimento de horas extras, redução do tempo de licença maternidade, quando não termina acarretando demissão após o período garantido por lei. Isso quando não chegam a situações limítrofes, que podem caracterizar condição de trabalho degradante ou trabalho escravo.

Seja como for, o fato é que o fenômeno da precariedade do trabalho é real e deveria ser enfrentado de maneira mais séria pelas políticas públicas de emprego como forma de ampliar a renda de determinados grupos de trabalhadores e viabilizar a contratação de proteção social (MOURÃO et al, 2013). Uma multiplicidade de estatutos de assalariamento, explícitos ou não, expandiram-se, como, por exemplo, os contratos temporários e os contratos em tempo parcial, situações de trabalho

frágeis em relação ao seu estatuto anterior. É uma dimensão do processo de precarização, que tem levado à desestabilização dos estáveis, à perda dos referenciais de proteção social do trabalho, à competição desenfreada, à insegurança e à instabilidade, terrenos em que a gestão pelo medo se prolifera e se move (FRANCO et al, 2010).

As novas relações de trabalho vêm gerando desgaste mental e físico do trabalhador. Os sentidos do trabalho se transformaram de tal forma que a saúde mental tem sido prejudicada em um quadro em que as contradições entre modernização e expansão da precarização do trabalho saltaram aos olhos, sinalizando que precisamos considerar a existência de relações entre trabalho e adoecimento/degradação como questão de violência social e de saúde (THOMAZ JR; HECK, 2012) em um cenário em que gerações estão sendo privadas do acesso à educação e ao trabalho digno. Em um meio técnico-científico-informacional estruturado, o mundo da produção estrutura-se e move-se focado na acumulação de capital e do lucro.

Figura 14 – Trabalhadores em uma das esteiras de produção

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>. Acesso em julho de 2017.

Figura 15 – Trabalhadores na produção de aves

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

Figura 16 – Grande quantidade de aves desossadas e trabalhadores ao fundo

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>
Acesso em julho de 2017.

O ritmo intenso, a ausência de intervalos intrajornada e a extensão do trabalho em frigorífico são fatores de risco que têm provocado prejuízos à integridade física, psicológica e social do trabalhador (figuras 14, 15 e 16). Conforme o procurador do Ministério Público do Trabalho no Paraná, Marco Aurélio Estraiotto Alves, é urgente a alteração das condições de trabalho nesse setor, considerando os inúmeros afastamentos por motivo de doenças musculoesqueléticas (BEM PARANÁ, 2014; JUSBRASIL).

Em uma das unidades industriais da BRF no município de Toledo no estado do Paraná foram constatadas irregularidades relacionadas ao ritmo de trabalho, às pausas para recuperação da fadiga, à jornada de trabalho e à ergonomia. Constataram que trabalhadores que atuavam desossando paletas no abate de suínos realizavam 112 ações por minuto, sendo 74 com a mão direita e 38 com a mão esquerda. Na função de pendura de aves vivas foram identificadas 60 ações por minuto, o que totalizou um movimento por segundo. Também houve a constatação de situação de sobrecarga no trabalho, excesso que, segundo o laudo pericial, foi caracterizado como alienador, extenuante e cansativo (BEM PARANÁ, 2014; JUSBRASIL).

No intuito de estabelecer um ritmo saudável às atividades, o Ministério Público do Trabalho do Paraná em Cascavel moveu uma ação civil pública contra a BRF. Para isto, documentos probatórios, relatórios de fiscalização e de análise de descontentamento de empregados e laudo pericial elaborado pelo perito do Juízo foram apresentados. Concluiu-se que a jornada de trabalho adotada pela BRF era de alto risco para o desenvolvimento de disfunções músculo-tendinosas nos membros superiores. Constatou-se, ainda, clara situação de sobrecarga no trabalho, cuja rotina foi caracterizada pelo perito como sendo “alienadora, extenuante e cansativa” (BEM PARANÁ, 2014; JUSBRASIL).

Conforme informações do processo, a sentença proferida pelo juiz do trabalho Fabrício Sartori, da 1ª Vara de Trabalho de Toledo (PR), em 26 de setembro de 2014, condenou a BRF, em primeira instância, a pagar R\$10 milhões de indenização por danos morais coletivos. Este valor poderá ser revertido a um projeto que beneficie os trabalhadores desde que seja aprovado pelo MPT-PR. Também foi determinado que os empregados em atividades que exigissem sobrecarga osteomuscular do pescoço, do tronco, dos membros superiores e inferiores passem a desenvolver, no máximo, 30 ações técnicas por minuto. Em caso de

descumprimento de alguma determinação, a empresa estaria sujeita à aplicação de multa diária de R\$ 50 mil quando não fosse possível identificar o número de trabalhadores lesados. Quando a contagem do número de atingidos diretamente fosse possível, a empresa deveria pagar R\$ 1 mil por mês por obrigação descumprida e por trabalhador prejudicado.

Esse foi apenas um exemplo de constatação de irregularidades em frigoríficos da BRF. Em linhas gerais, a empresa vem apresentando um histórico de reclamações e ações trabalhistas no Brasil. A seguir, citamos outros exemplos ocorridos em 2014:

Fevereiro: (...) a BRF foi condenada a pagar indenização de R\$ 500 mil por excesso de jornada de trabalho. As denúncias foram feitas pela Delegacia Regional do Trabalho no Paraná e a investigação esteve sob responsabilidade do procurador Iros Reichmann Losso, do MPT-PR (...). A 14ª Vara Regional do Trabalho em Curitiba (PR) decidiu então pela condenação da empresa por prejuízo à saúde física e mental dos trabalhadores.

Março: A BRF foi condenada a pagar mais de R\$ 30 milhões a título de horas extras a todos os oito mil funcionários pelo tempo de troca de uniforme para atividades no setor de aves, suínos e industrializados. A sentença foi dada pela 4ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG) em julgamento de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG). A decisão, que beneficia todos os empregados dos últimos cinco anos, determinou o pagamento de 18 minutos diários para os funcionários do abatedouro de aves e 20 minutos diários para o setor de frigorífico de suínos e industrializados. O tempo de troca de uniforme não era computado como jornada de trabalho, apesar de o uso de vestimenta adequada constituir norma sanitária obrigatória.

Abril: A BRF de Mirassol D'Oeste (MT) foi obrigada a adotar medidas de segurança relativas à manutenção de válvulas e registros de pressão do sistema de refrigeração. (...).

Julho: A BRF foi condenada (...) a pagar indenização no valor de R\$ 1 milhão por trabalho análogo ao escravo. As investigações foram feitas pelo procurador do trabalho Diego Jimenez Gomes do MPT-PR em Umuarama (PR) (...).

Setembro: Doze instituições do meio oeste catarinense estão sendo favorecidas com os R\$ 5,8 milhões pagos pela BRF (...) em Capinzal (SC), por conta de multa aplicada pela Justiça do Trabalho. Em 2010, a empresa descumpriu a ordem judicial sobre concessão de pausas e eliminação de horas extras. A juíza Lisiane Vieira, da Vara do Trabalho de Joaçaba (SC), destaca que tão importante quanto as pessoas atingidas diretamente com os projetos desenvolvidos por essas instituições, são os cerca de cinco mil empregados da unidade que foram beneficiados com melhores condições de trabalho depois que a BRF formalizou um acordo se comprometendo a cumprir as determinações (BEM PARANÁ, 2014).

A triste e dura realidade dos trabalhadores dos frigoríficos brasileiros foi retratada com riqueza de detalhes no documentário “Carne, Osso”⁹². O documentário revelou que a cadeia produtiva da carne no Brasil é repleta de desrespeitos à legislação trabalhista. Iluminou histórias de trabalhadores, que, convivendo com o risco, com a dor, com a falta de sentido e com o descaso, foram atingidos de diversas formas, comprometendo a saúde mental e física. O contexto expõe o trabalhador a um cotidiano de sofrimento e depressão, destruindo a vida dos trabalhadores em sua totalidade. O documentário compôs nossas reflexões sobre o tema, trazendo-nos informações fundamentais para compreender a precarização presente no setor na busca por entendê-la em suas especificidades em Lucas do Rio Verde. Abaixo, reproduzimos trechos de uma reportagem que, detalhando o documentário, relatou algumas das marcantes falas dos trabalhadores que participaram do filme (RBA, 2013):

“Bota a faca no meio dos dedos dela para trabalhar”, disse um gerente de uma indústria do setor aos colegas de Valdirene, a uma funcionária de uma empresa de Forquilha (SC), a 210 quilômetros da capital, já não conseguia mexer a mão. Ela relata que foram onze anos até chegar a esse ponto. Como não poderia correr o risco de perder o emprego, Valdirene aguentava a dor e precisava da ajuda diária do marido para esticar os dedos. Músculos e tendões atrofiaram-se pelos esforços repetitivos do trabalho de cortar frangos durante dez, doze, ou até catorze horas diárias.

Hoje sem o movimento das mãos, com menos de 40 anos de idade, ela se arrepende de ter “dado o sangue pela empresa” e lamenta ter se oposto à ação de um sindicato local que pedia melhores condições de trabalho. A vida profissional no setor é curta, revela o documentário. No geral, menos de dez anos de movimentos repetitivos diários são suficientes para acabar com a possibilidade de seguir atuando – nesta ou em qualquer área. (...)

(...) “Precisava dormir com a mão amarrada na cama de tanta dor que sentia”, relata uma outra ex-trabalhadora do setor, igualmente impossibilitada de trabalhar.

A lógica produtiva fundamental permaneceu a mesma que regia as relações capital/trabalho no século XIX (FRANCO et al, 2010). Seguindo esta lógica, tornaram-se raras as possibilidades do trabalho constituir um meio sólido de desenvolver a dignidade, a solidariedade e as potencialidades do ser humano. É inegável que ocorreram avanços históricos nas sociedades capitalistas, resultando em significativos direitos trabalhistas. Concentrados no momento atual, porém,

⁹² Filme produzido pela ONG Repórter Brasil em 2011 e dirigido por Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros (ONG REPÓRTER BRASIL, 2011; RBA, 2013).

identificamos retrocessos marcantes, traduzidos na crescente precarização do trabalho em um processo complexo, que mantém a relação capital/trabalho em sua essência, ao mesmo tempo em que modifica as suas formas de existência.

A precarização alterou a vida dentro e fora do trabalho a partir de processos de dominação, que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social (GORZ, 2004; FRANCO et al, 2010; STANDING, 2013).

A intensificação do trabalho decorreu de forte pressão do tempo⁹³ (CRARY, 2014) somada à exacerbação do controle ou da instrumentalização do medo à demissão. Metas inalcançáveis e um ritmo intenso de trabalho foram favorecidos pelo patamar tecnológico atual e pela competitividade, hiperatividade ligada ao possível desenvolvimento da compulsividade e da autoaceleração (MARZANO, 2004). Acrescentamos a insuficiência dos tempos destinados a pausas no trabalho, repouso e recuperação do cansaço, além da redução do espaço do tempo de lazer, de viver e de conviver. Concordamos com Crary (2014, p. 25) que, hoje, raros são os momentos significativos na existência humana que não tenham sido, de algum modo, apropriados pelo tempo de trabalho. Processo de longo prazo, o declínio do valor do trabalho vivo não fez do repouso ou da saúde prioridades econômicas.

Além do mais, a rotatividade no trabalho e, quando não, o necessário cumprimento de dupla jornada de trabalho, devido aos baixos salários recebidos, vêm desorganizando projetos de desenvolvimento profissional e pessoal, especialmente dos mais jovens. Fora o sofrimento e os processos de adoecimento (THOMAZ JR; HECK, 2012), como vimos no trabalho na BRF, houve a

⁹³ De acordo com Crary (2014), a partir das últimas décadas do século XX, com o colapso de formas controladas ou mitigadas de capitalismo, a necessidade interna de repouso e recuperação enquanto componentes do crescimento econômico e da lucratividade vêm desaparecendo. O tempo para descanso e regeneração dos seres humanos é caro sob o ponto de vista do capitalismo contemporâneo. Tal perspectiva cunhou discrepâncias entre o funcionamento temporal de mercados desregulamentados e as limitações físicas intrínsecas aos seres humanos obrigados a se conformar com essas demandas. O autor falou em aprimoramento da interação entre homem e máquina, que pode ser resumida em uma máxima que afirma que: no paradigma neoliberal globalista, dormir é para os fracos (CRARY, 2014, p. 23). O sono não pode ser eliminado, mas pode ser destruído e espoliado. Além do mais, o dano do sono é inseparável do atual dismantelamento da proteção social em outras dimensões (CRARY, 2014).

potencialização da exposição a agentes ergonômicos e organizacionais como Sennett (2006) já havia nos alertado.

Até o reconhecimento social foi fragilizado, o que atingiu o processo de construção das identidades individual e coletiva. Afinal, o trabalho ocupa lugar central na vida social e individual. Conforme Antunes (2002), sua precarização vem dificultando o processo de identificação e construção de si, tornando a alienação do trabalho ainda mais complexa. Passou-se à consolidação da noção de descartabilidade das pessoas, da naturalidade, da insegurança e da competição de todos contra todos (GORZ, 2004). Segundo Sennett (2006), trata-se da corrosão do caráter, que vem acompanhada da naturalização de todo tipo de exploração. As relações humanas foram coisificadas ao passo em que houve a humanização das coisas (FRANCO et al, 2010). A valorização simbólica e o reconhecimento social foram fragilizados em um quadro de destruição de autoestima capaz de alcançar a essência do ser humano em sua dignidade.

O trabalho foi o motor central da reprodução do capital na cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde. Contudo, o quadro atual configurou uma situação de profundas incertezas, principalmente em relação ao futuro do trabalho e do trabalhador com a potencialização de riscos sociais e maior instabilidade dos pequenos produtores, dos trabalhadores precariamente empregados e dos informais e/ou subcontratados (GORZ, 2004). Em se tratando do segmento que analisamos, em suma, afirmamos que o trabalho em frigoríficos é degradante e impacta na saúde e na vida dos trabalhadores.

A Vila operária da BRF em Lucas do Rio Verde, cujas casas são oferecidas como moradia para parte dos trabalhadores é uma das estratégias da empresa para reduzir os pedidos de demissão de trabalhadores, geralmente, arregimentados em outras regiões. Com os baixos salários oferecidos, para adquirir mão de obra em outros estados, as empresas da cadeia carne/grãos oferecem paliativos aos trabalhadores como essa oferta de moradia, que é descontada no salário mensal em valores mais baixos do que de um aluguel. Por outro aspecto, o controle sobre os trabalhadores é estabelecido sob novas formas e de maneira mais invasiva. O local de trabalho e o de moradia são regidos pelas diretrizes do empregador, situação agravada pela dificuldade do trabalhador tornar-se o dono real do imóvel. Portanto, o que foi um benefício, a princípio, gerou novas formas de submissão e de precarização do trabalho.

O descumprimento de regras pode provocar a perda do emprego e da moradia de uma só vez. Este problema é potencializado quando o trabalhador migra com sua família, pois, neste caso, não haverá uma pessoa perdendo a moradia, mas toda uma família e simultaneamente. Não podemos esquecer que mortes, roubos e furtos, uso de drogas e distintos tipos de violência têm ocorrido na vila, além dos relatos de atitudes preconceituosas para com os trabalhadores nordestinos, por exemplo, chegando a haver o relato de registros em muros dos municípios estudados de frases como: “fora maranhenses”.

Como exemplo do nível de precarização do trabalho na área, destacamos um dos casos de condenação da BRF em uma ação trabalhista aberta contra a empresa em sua unidade de Lucas do Rio Verde. A empresa foi condenada pela Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 40 mil após prometer condições atrativas de trabalho a um empregado que, depois de certo período, revelaram-se degradantes. Ficou constatado que a empresa fez promessas ilusórias, gerando prejuízo ao trabalhador (TRT - 13ª Região Paraíba, 2013).

De acordo com o que consta no processo, o empregado alegou que a empresa assumiu o compromisso de fornecer transporte para o local de trabalho e alimentação para a família, além de moradia, refeições, assistência médica e odontológica, participação em resultados, seguro de vida, promoções dentro da empresa e transporte da mobília de um município para outro. Nessa situação, a empresa foi acusada de assédio moral, pois o trabalhador alegou que foi obrigado a trabalhar em jornada extraordinária e a cumprir metas excessivas, o que fazia sob pressão psicológica e humilhações em virtude da sua origem nordestina. Para conseguir voltar para casa, foi obrigado a vender seus móveis a baixo preço.

A empresa negou ter prometido aluguel, vale transporte, refeição e acesso a algum plano de saúde a título gratuito. Esclareceu que, em momento algum, se comprometeu com o custeio das despesas de viagem de retorno à cidade de João Pessoa. Entretanto, a empresa perdeu a causa. Para o relator do processo (nº 0055600-26.2012.5.13.0025), desembargador Francisco de Assis Carvalho, ficou comprovado o descumprimento das obrigações do contrato. Declarou que os argumentos evidenciaram a ocorrência de prestação de serviços em condições precárias, semelhantes às de trabalho escravo. De acordo com o mesmo, o dano

moral sofrido pelo reclamante e o nexos causal com a conduta ilícita da empresa ficaram explícitos (TRT - 13ª Região Paraíba, 2013). Importa destacar que este não foi um caso isolado, mas tem caracterizado a maior parte das arregimentações de trabalhadores no Nordeste e no Norte, mão de obra buscada em geral para trabalhar nos serviços menos especializados e com menores salários na BRF.

Em Lucas do Rio Verde, os trabalhadores vêm convivendo com uma precarização multifacetada, que, também, evidenciou-se pela relação entre os baixos salários recebidos pela massa dos trabalhadores e o elevado custo de vida no município, o que, inclusive, levou parte dos trabalhadores a terem dois empregos no cumprimento de uma dupla jornada de trabalho. Para exemplificar, são operários da BRF de dia e garçons em restaurantes na cidade à noite. Durante os trabalhos de campo, encontramos e conversamos com vários trabalhadores nessa condição. A maioria não falava muito por estar trabalhando e por ter medo de represálias dos seus patrões nos restaurantes. Afinal, fizemos tais abordagens iniciais nos próprios restaurantes em momentos em que estávamos sendo atendidos durante o almoço ou o jantar.

As transformações no trabalho e no espaço, que vêm ocorrendo em Lucas do Rio Verde, inseriram-se no contexto atual de mudanças na divisão territorial do trabalho, vinculadas as atuais necessidades do modelo de acumulação do capital (CASTEL, 1998; GORZ, 2004). A flexibilização do trabalho na atual fase do capitalismo criou um novo ambiente de opressão para o trabalhador, apontando para o custo humano do avanço desse sistema (SENNETT, 2006).

Tais transformações provocaram marcantes alterações, atingindo o trabalhador em seu ser, onde o trabalho e o trabalhador se confundiram e se precarizaram. É urgente a busca por uma ontologia do ser trabalhador em um contexto de precarizações, que efetiva um processo de precarização de corpos, mentes e relações. A implementação de mudanças no trabalho ou em qualquer outra esfera da vida social está associada à compreensão das mudanças no espaço. Por isso, no capítulo a seguir, apontamos de forma mais clara e direta para as intrínsecas relações entre trabalho, técnica e espaço.

CAPÍTULO 3. ARTICULAÇÕES ENTRE TRABALHO, TÉCNICA E ESPAÇO

É fato que a imbricação da ciência, da tecnologia e da informação presente na base da expansão da agricultura moderna no cerrado brasileiro implicou na reorganização espacial das atividades nas esferas do rural e do urbano, repercutindo na divisão social e territorial do trabalho. No contexto, de acordo com Bernardes (2007), agricultura, urbanização e modernização manifestam-se articuladas, transformando o espaço em função das ações das empresas agrícolas, de características técnicas e sociais ao hierarquizar os lugares. O arranjo espacial, o sistema produtivo, a tecnologia e as relações sociais são orientadas para responder aos fins da acumulação.

Há a constituição de áreas que se integram a redes nacionais e globais de circulação, de lugares que se articulam diretamente à rede econômica e técnica mundial. Neste sentido, com base na autora supracitada, partimos do princípio que o uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemáticos, controle, mesmo que relativo, sobre a natureza e o ser humano, onde as formas capitalistas de produção necessitam da disponibilização de mão de obra para serem concretizadas. Afinal, cada modelo de apropriação reflete um modo de produção em que o nível de relações sociais de produção está implícito, onde a problemática espacial, totalidade concreta, pode ser percebida em múltiplas dimensões.

No contexto, fechamos tratando da articulação entre trabalho, técnica e espaço, pressuposto de nossa tese. Na primeira parte do capítulo, apresentamos elementos do atual arranjo espacial de Lucas do Rio Verde em termos de educação, saúde, moradia e serviços, por exemplo. Avaliamos de que maneira o crescimento populacional relacionado às novas demandas por trabalho na cadeia carne/grãos exigiram mudanças no arranjo espacial de Lucas do Rio Verde. Em um movimento duplo, simultaneamente, compreendemos de que forma essas transformações mudaram a vida na cidade, recaindo sobre o cotidiano dos trabalhadores.

Na segunda parte, ressaltamos a maneira como o trabalhador sobrevive nesse espaço, sinalizando algumas de suas estratégias, possíveis formas de organização e resistência, ao revelar mais aspectos da vida dos mesmos. Por fim, tendo em vista a teoria e a prática espacial envolvidas em tais processos,

recuperamos correlações entre trabalho, técnica e reorganização espacial em suas especificidades em termos de cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde.

3.1. Mudanças na organização do espaço

Fundamentados na análise dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, vimos tais transformações a partir de uma análise espacial fundamentada, sobretudo, em Léfèbvre e Milton Santos. Como Léfèbvre (1994), concebemos o espaço como um produto social em contínua transição. Com base na leitura de Milton Santos⁹⁴ vimos o espaço sob a perspectiva do movimento, ponto de vista defendido em toda a tese. O movimento é apreendido por meio da ação em uma formação espacial onde o espaço e o tempo fundem-se enquanto totalidade (CORRÊA, 2007 [1996]). Esse espaço não só contém o movimento, mas, simultaneamente, está contido nele (SANTOS, 1988).

Complexo e muito mais do que uma mera soma de partes, o espaço se faz e refaz⁹⁵ (HAESBAERT, 2006) em um movimento dialético constante de ação e reação com base em uma atuação espacial racional e desigual em que uns têm maior poder de decisão do que outros na totalidade do agir espacial. A visão de complexidade e de totalidade aqui dadas ao entendimento do conceito de espaço advém de leituras de estudos sobre a epistemologia e o paradigma da complexidade, temas tratados por autores como Edgard Morin (1996 e 2015) e Marcelo Lopes de Souza (2006), apenas para citar os principais.

Para compreender e destrinchar esse espaço, direta ou indiretamente, passamos pelas categorias de análise forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985). Em conformidade com o autor, forma é o aspecto visível, isto é, a aparência de um objeto visto de maneira isolada ou apreendido em um arranjo espacial. A função denota o papel a ser desempenhado pela forma. A estrutura diz respeito à conjuntura, isto é, à natureza social e econômica de uma sociedade em determinado momento. O processo compreende as ações realizadas, tendo em vista

⁹⁴ Importa lembrar que a obra de Milton Santos sofreu grande influência de Léfèbvre e de sua concepção de espaço social.

⁹⁵ A dialética contida no contínuo fazer e refazer remontou às leituras de Rogério Haesbaert sobre o conceito de território (2006 e 2008). Destacadamente, em “O mito da desterritorialização: ‘do fim dos territórios’ à multiterritorialidade”, o autor desmistificou a ideia de uma possível vida sem território. Na obra, defendeu que a sociedade e o espaço não podem ser dissociados. O território visto sob uma perspectiva integradora e sempre em processo em um contexto em que a multiterritorialidade impera (HAESBAERT, 2006).

um resultado qualquer, o que implica em tempo e mudança (SANTOS, 1985, 2006 [1996]; CORRÊA, 2007 [1996]; VIEIRA, 2009).

Em um duplo movimento, que vai do singular ao global e do global ao singular, incluindo a passagem por escalas intermediárias, em seu devir, vemos o espaço e a sociedade como relacionais e processuais (MASSEY, 2008) em um todo impregnado de distintas temporalidades. Material e imaterial, o espaço é um híbrido (SANTOS, 2006 [1996]) resultante das relações sociais. Enquanto híbrido, inclui os diversos aspectos da sociedade e da vida como dimensões econômicas, políticas, culturais, ambientais e sociais, onde destacamos a importância do trabalho e o seu poder de transformação do espaço. Destarte, a separação dos seus aspectos para a análise pode ser feita desde que se parta do necessário conhecimento da existente articulação entre eles. Portanto, evidenciamos uma interpretação do espaço, que está longe de se encerrar em si. Afinal, como nos alertou Bernardes (2007), as estruturas se concretizam em formas espaciais particulares rurais e urbanas, dotadas de funções específicas capazes de refletir a divisão social e técnica do espaço e do trabalho.

Júlio César Suzuki (1996) analisou a ocupação de Mato Grosso e, especificamente, do município de Rondonópolis no que tange ao processo de urbanização. Tendo realizado sua análise na década de 1990, quando se debruçou sobre o estudo de outro município de Mato Grosso envolvido no agronegócio, sua avaliação assumiu importância na busca por compreender as repercussões das mudanças ocorridas em Lucas do Rio Verde, inclusive, na intensificação das relações entre a cidade e o campo.

Afinal, as atividades econômicas da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde não sobrevivem sem a presença da cidade e das inter-relações entre os grandes setores econômicos, o que lhes dá condição de existência como vimos no capítulo 2. Nesse sentido, o autor supracitado ainda nos chamou a atenção sobre a importância de olhar para além da percepção das transformações do lugar indo até a vivência das pessoas.

A circulação da produção na cadeia carne/grãos depende da infraestrutura e das funções da cidade. Em conformidade com Suzuki (1996), a intensificação da relação entre cidade e campo está ligada à expansão do capital, à ampliação da propriedade privada da terra, hoje, uma mercadoria tanto no campo quanto na

cidade. Tais processos, quando considerados em sua totalidade complexa, desvelam, inclusive, a importância da atuação do Estado.

A cidade surgiu e se consolidou a partir da divisão do trabalho entre campo e cidade fundamentada em uma relação de complementaridade, não antagônica. A problemática urbana se impôs na escala mundial, significando o desaparecimento da oposição entre cidade e campo, tendo em vista que todos os espaços se subordinam aos centros urbanos (LÉFÈBVRE, 2002). Esses processos só podem ser compreendidos na intrínseca relação que há entre a agricultura e a urbanização, aspectos que uma visão dualista (campo-cidade) não consegue abarcar.

Com a aceleração contemporânea, o campo apresenta-se como um espaço menos rugoso (SANTOS, 1985), possuidor de maior flexibilidade quando comparado à cidade, locus preferencial de expansão dos capitais industriais e financeiros. De acordo com o autor, enquanto heranças espaciais dos diferentes períodos da história, as rugosidades correspondem ao que fica do passado como forma ou espaço construído (SANTOS, 2006 [1996]). São combinações distintas, que, ao mesmo tempo, unem e distinguem os espaços em um processo, que, incluindo as relações, não se restringe aos objetos fixos.

O Brasil do terceiro quartel do século XX alcançou a urbanização⁹⁶ da sociedade e do território nacionais. Desde então, segundo Elias (2006), em contraposição ao processo de metropolização, que caracterizou a urbanização até a década de 1980, teríamos também uma tendência à involução metropolitana⁹⁷ (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2005 [1993]), quando passaram a crescer, concomitantemente, as grandes cidades, as cidades médias e as cidades locais. Tratamos da reprodução dos espaços urbanos, não metropolitanos, promovida pela reestruturação produtiva da agropecuária. São as cidades do agronegócio, segundo Denise Elias.

⁹⁶ Em linhas gerais, o processo levou ao maior crescimento da população urbana em detrimento à população rural. Dentre os fatores que favoreceram a urbanização brasileira, destacamos a industrialização e a modernização do processo produtivo no campo, além da própria propaganda e incentivo do governo, onde a mídia assumiu fundamental importância. A urbanização brasileira ocorreu acompanhada da expansão capitalista no campo (SANTOS, 2005), o que reforça a importância da compreensão da agricultura na leitura da urbanização no País (SUZUKI, 2007).

⁹⁷ Na visão de Santos e Silveira (2001), a metropolização se dará como involução. As metrópoles continuam/continuarão a receber populações pobres e menos especializadas, exacerbando as desigualdades em um quadro marcado pela incessante busca por novas tecnologias. Nesse sentido, os autores sublinham a melhoria da qualidade de vida nas cidades médias, que, como afirmaram Moraes e Serra (2006), chegam a avançar nos indicadores sociais.

Independente do tamanho, essas cidades, a exemplo de Lucas do Rio Verde, materializaram condições gerais necessárias à reprodução do capital. Afinal, os processos são necessários e capitalizantes, respeitando os distintos níveis de complexidade, diferenciações e necessidades internas e externas. Tais processos se relacionaram às atividades fim/meio com as quais as cidades em questão estão envolvidas (LENCIONI, 1985). Na visão de Léfèbvre (2002), as cidades constituem pontos de concentração de mão de obra, energia, capitais, mercadorias, lugares de interconexão e coordenação de fluxos, proporcionando ganhos de aglomeração.

Marcada pela dinamização do setor terciário, constatamos uma nova distribuição espacial das funções produtivas, com consequências marcantes para a divisão social e espacial do trabalho, culminando em uma fragmentação do espaço. Tanto em sua morfologia como em suas funções, as cidades são o produto de condições geográficas locais e regionais. Além disso, elas constituem uma obra humana, que é reflexo e fruto das civilizações. Suas paisagens e atividades são o testemunho de aquisições culturais específicas dos grupos humanos que realizaram a sua construção e dos demais que por elas passaram (SUZUKI, 1996).

As cidades também constituem lócus de cristalização de ideias, de situações e de construção de novos discursos ao assumir o controle do mundo rural, que está cada vez mais vulnerável ao grande capital (SANTOS, 2016 [1996]; BERNARDES, 2007; BERNARDES; SILVA, 2016). De acordo com Suzuki (1996), crescendo em extensão, essas cidades começam, inclusive, a crescer para o alto a partir de um processo de verticalização inicial.

No que tange à forma e à estrutura, nos trabalhos de campo realizados desde 2006, Lucas do Rio Verde também nos chamou a atenção por possuir avenidas largas e contínuas, prédios públicos modernos e imponentes, mansões exuberantes, condomínios fechados, grifes famosas, serviços especializados e muitos carros e picapes de luxo circulando pela cidade⁹⁸ (vide alguns exemplos nas fotografias 28, 29, 30 e 31). É o avesso do senso comum do que, sem embasamento, poderíamos imaginar de uma cidade localizada no interior de Mato Grosso ligada a atividades agropecuárias. De modo geral, quem mora nas grandes

⁹⁸ Ressaltamos que, respeitadas as diferenças, essas características também puderam ser observadas em trabalhos de campo realizados em outros municípios localizados no eixo da BR-163 mato-grossense. Envolvidos no agronegócio e na cadeia carne/grãos em particular, como Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum seguiram um padrão de organização semelhante, formando, assim, um arquétipo similar de cidade.

capitais brasileiras, especialmente, São Paulo e Rio de Janeiro, pouco imagina ou conhece esta realidade, criando estereótipos que muito se distanciam da realidade atual desta região, bem como, o que ela representa para a economia do País.

Fotografia 28 – Prefeitura da cidade de Lucas do Rio Verde: Paço Municipal

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM

Disponível em: http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=32
Acesso em setembro de 2017.

Fotografia 29 – Avenida Mato Grosso vista de cima

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM

Disponível em: http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=16
Acesso em setembro de 2017.

Fotografia 30 – Avenida Mato Grosso: Centro de Lucas do Rio Verde

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM

Disponível em: http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=18.

Acesso em setembro de 2017.

Fotografia 31 – Casa luxuosa à venda em Lucas do Rio Verde

Fonte: Domus – Solução em Negócios Imobiliários

Disponível em: <https://goo.gl/FBhGGQ>.

Acesso em setembro de 2017.

Cabe ressaltar que estamos tratando de um município com uma formação recente⁹⁹, que, apesar de ter passado por uma ocupação pública breve, rapidamente foi incorporado pela lógica de ocupação empresarial. A agricultura moderna desenvolveu-se associada ao urbano, que nasceu com estrutura e planejamento voltados para o cumprimento das funções demandadas pelas atividades do campo. O crescimento e o planejamento de Lucas do Rio Verde não foram feitos aleatoriamente. Em sua fase mais recente (anos 2000) foi feito em função das exigências da cadeia carne/grãos ao se perceber a necessidade de diversificação e de agregação de valor cujo marco foi a instalação da BRF.

Planejada, a cidade está separada em dois eixos urbanos marcados pelo cruzamento da BR-163. Em um dos eixos ou lados da rodovia, a área residencial e todos os serviços para a população localizados foram concentrados. Do outro lado, quase exclusivamente, centralizaram empresas (silos, armazenagens, esmagadoras, abatedouros e frigoríficos, por exemplo) e prestadores de serviços como mecânicos, representantes ligados à venda de máquinas e de pacotes técnicos, além de consultores e escritórios. Na figura 17, a foto aérea da cidade dá uma ideia dessa organização.

Figura 17 – Visão aérea da Cidade de Lucas do Rio Verde

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM.

Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=8
Acesso em setembro de 2017.

⁹⁹ O município de Lucas do Rio Verde foi criado em 4 de julho de 1988 por meio da Lei Estadual nº 5318/88 (LUCAS DO RIO VERDE, 2011, p.58).

A cidade não se restringe à materialização, pois também é formada pelas relações sociais de produção dominantes e pela sua inserção na divisão territorial do trabalho. A diversificação na produção agrícola identificada na região sob influência da BR-163 significa também uma nova divisão territorial da produção. Cabe ressaltar ainda que só há cidade quando há divisão do trabalho entre campo e cidade, já que no momento de sua produção, a cidade não pode surgir com uma atividade produtiva própria. A reprodução do capital no campo não pode prescindir da existência da cidade (LENCIONI, 1985). Portanto, pensar no espaço rural, hoje, é também refletir sobre a indissociável relação e interdependência entre o rural e o urbano. A velha dicotomia cidade-campo foi diluída dando lugar à unidade dialética entre estes dois subespaços (BERNARDES, 2007).

No contexto, a terra é condição de trabalho e, separada do trabalhador, reitera o crivo da propriedade privada (LENCIONI, 1985). Em se tratando das cidades do agronegócio, como apontou Elias (2006), é necessário considerar, especialmente, a velocidade e a complexidade das transformações socioespaciais. Importa considerar a dinâmica da globalização da produção e do consumo sobre os principais vetores da reorganização e as especializações produtivas do território¹⁰⁰, a guerra dos lugares assim definida por Milton Santos, a reestruturação produtiva da agropecuária como um todo.

A reestruturação produtiva da agropecuária atingiu a sua base técnica econômica e socialmente e teve profundos impactos sobre os espaços agrícolas. Estes passaram por um acelerado processo de reorganização, indicando abertura à expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização uma das principais marcas.

Redes técnicas foram organizadas com a finalidade de dotar o espaço agrícola de Lucas do Rio Verde de fluidez para a atuação das empresas hegemônicas no setor agropecuário. Mecanizada, a atividade agropecuária segue fundamentada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, forças

¹⁰⁰ A ideia de relação de poder, direta ou indiretamente, está na essência da definição do conceito de território de autores como Raffestin (1993), Milton Santos (2006 [1996]) e Marcelo Lopes de Souza (2007). Destacando a visão dos dois últimos, sinalizamos que, para Milton Santos (2006 [1996]), o território configura-se pelas técnicas e pelo conjunto territorial em um cenário em que a intencionalidade humana deve ser considerada. Trata-se de uma leitura múltipla do território, vendo o trabalho como elemento fundamental para a sua compreensão. Marcelo Lopes de Souza (2007) também abordou o território em sua multiplicidade, enxergando-o como um espaço definido e demarcado com base em relações de poder, que ocorrem para além do Estado.

produtivas contemporâneas. Trata-se da expansão do meio técnico-científico-informacional, que além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, aumenta a racionalidade do espaço agrário com a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros.

Tal espaço foi racionalizado pela imposição da difusão do agronegócio, que deriva da formação de redes de produção agropecuária globalizadas, que associam empresas agropecuárias, fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, cadeias de supermercados, de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de *marketing* e de *fast food* (ELIAS, 2007) como exemplificamos no capítulo 1.

O espaço reúne tempos históricos, que se mesclam em um mesmo tempo cronológico abstrato. Temporalidades diferentes ou tempos históricos distintos coexistem marcados por subjetividades. A existência de várias temporalidades em um mesmo tempo cronológico é bem explicitada quando se tem a presença do camponês e do trabalho familiar¹⁰¹ existentes nas pequenas propriedades (SUZUKI, 1997), que coexistem com os grandes produtores e trabalhadores assalariados formais e informais nas médias e grandes propriedades. Portanto, não vemos a expansão do trabalho assalariado no campo como total e absoluta (OLIVEIRA, 2001).

Igualmente, evidenciamos tais temporalidades na presença, mesmo que em número reduzido, de trabalhadores que exercem atividades exigentes de pouca especialização, na presença do trabalho, que mescla antigas e atuais relações de trabalho, na utilização de arcaicos e novos modos e meios de produção na cadeia carne/grãos, apesar do contemporâneo nível de modernidade do modelo técnico-produtivo aplicado. O tempo inteiro o passado e o presente mesclam-se.

Constituídas no âmbito de um conceito de modernidade, com frequência, as cidades do agronegócio do cerrado mato-grossense reproduzem características arcaicas como o poder de mando local. Os modernos empresários substituem a figura do coronel do interior. Grande parte dessas cidades foi criada a partir de processos de colonização privada, adquirindo os empresários de São Paulo e do Sul

¹⁰¹ O campesinato e a agricultura familiar não estão fora do capitalismo. O camponês e o trabalhador familiar também são sujeitos sociais no processo em voga (OLIVEIRA, 2001).

do país glebas de terras para a revenda, implantando núcleos de assentamentos de colonos da Região Sul (BERNARDES, 2007).

O quadro de reestruturação produtiva aprofunda e complexifica a divisão social e territorial do trabalho com a significativa alteração da rede de cidades mediante a dialética entre a ordem global e a local. O modelo técnico da agricultura científica ofereceu novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, sendo responsável por mudanças profundas na produção agropecuária e agroindustrial¹⁰², bem como, nas relações sociais e de trabalho.

A adição de produtos químicos, a utilização de biotecnologia, o uso intensivo de máquinas, entre outros fatores, além de mudarem a composição técnica, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Segundo o autor, a agricultura é científica quando a produção agrícola atinge uma referência planetária, recebendo influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Com o período técnico-científico-informacional, as cidades do agronegócio passaram a se multiplicar no Brasil, desempenhando inovadas funções.

No caso de Lucas do Rio Verde, o impacto de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais incrementou a dinâmica populacional ao alterar a estrutura demográfica. Passou a demandar maior desenvolvimento dos setores da economia em sua totalidade, além da inserção não só de novos serviços e produtos, mas de infraestrutura em termos de trabalho, educação, saúde, segurança pública, transporte e lazer. Com o crescimento abordado, novas problemáticas ambientais surgiram em um contexto em que o direito à cidadania e à qualidade de vida passou a ser considerado sob outro ponto de vista e a partir de uma nova magnitude. Os problemas e a busca por soluções avolumaram-se em um espaço de atuação em que os agentes hegemônicos têm maior poder de atuação e agem intencionalmente, reverberando o seu poder de decisão.

No que tange à educação, em conformidade com dados fornecidos pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde, em 2016 o município tinha 16 escolas municipais com um total de 9.165 alunos e 5 escolas estaduais, que atendiam 5.014 alunos.

¹⁰² O vínculo entre a agropecuária e a agroindústria resulta de um processo histórico de articulação produtiva entre a produção primária e a indústria processadora de produtos agropecuários (ROHENKOHL, 2007). No processo, a agroindústria garante a industrialização do produto, indo desde o fornecimento de insumos ao consumidor.

Atuando da Educação Infantil ao Ensino Médio, foram identificadas 4 escolas particulares: Coensino Dois Mil, Colégio La Salle, Centro Educacional Piaget e Centro Integrado Educar. Mundo Mágico e Nova Geração são duas escolas que atendem apenas Creche e Educação Infantil particular. Foram identificadas 4 Escolas Técnicas de Nível Médio Profissionalizante, sendo elas: Centro Integrado de Ensino Técnico de Lucas do Rio Verde (CIENTEC), Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Lucas do Rio Verde (SECITEC/MT), Escola Técnica Albert Sabin e Centro Politécnico de Educação Tecnológica do Estado do Mato Grosso (CEPET/MT). A Faculdade La Salle¹⁰³ e as Faculdades de Ensino à Distância (EAD) a seguir: Unigran, Unip e Uninter. E, ainda, o IFMT com Ensino Médio integrado em Biotecnologia com a pretensão de, logo, iniciar cursos de graduação. Por fim, a Universidade Aberta do Brasil com parcerias de cursos com IFMT, UFMT e Unemat.

A Educação é um dos pontos fortes em Lucas do Rio Verde, inclusive, as escolas públicas são consideradas modelos em termos de infraestrutura. Algumas têm piscina, pátio e quadra amplos. Em geral, apresentam altos índices de aproveitamento em relação ao nível nacional. Não foi raro ouvir essas afirmações dos diversos entrevistados, incluindo os trabalhadores, que, como ressaltamos no capítulo 2, em alguns casos, destacaram esse ponto como uma das vantagens de migrar para Lucas do Rio Verde e permanecer na cidade.

Fora isso, os noticiários dentro e fora da cidade, tratam dessas particularidades, levando essa fama do município para fora do estado de Mato Grosso, já que Lucas do Rio Verde virou notícia em programas de alcance nacional

¹⁰³ Em 2016, tivemos a oportunidade de entrevistar o Diretor Acadêmico da Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde, Fernando Cezar Orlandi, que nos falou sobre a história da instituição e de sua implantação no município, bem como dos cursos oferecidos. A La Salle foi instalada no prédio em que funcionava a Faculdade Univerde comprada pela primeira em 2008. Em Lucas do Rio Verde, a Faculdade La Salle oferece 9 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação. À época da entrevista, a faculdade tinha 1.300 alunos de graduação e 350 alunos de pós-graduação. Os cursos de graduação são os seguintes: Educação Física e Pedagogia (Ciências Humanas); Administração, Direito e Ciências Contábeis (Ciências Sociais Aplicadas); Agronomia (Engenharias); Agronegócio (Recursos Naturais); Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão da Produção Industrial (Tecnologias). Pós-graduação: Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Especialização em Direito Individual, Coletivo e Processual do Trabalho (turma em Nova Mutum), Especialização em Direito Processual Civil, Especialização em Fisiologia do Exercício Aplicada à Qualidade de Vida, Especialização em Educação e Escola em Tempo Integral. Ademais, há o Programa de Mestrado Interinstitucional em Economia (MINTER em Economia) com o “Mestrado em Economia do Desenvolvimento” oferecido em parceria com a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) (FACULDADE LA SALLE). Estes cursos foram demandados pelos novos investimentos realizados no município, bem como pela entrada de uma população diferenciada, um público composto por pessoas com novos interesses.

como o “Globo Repórter”. Nas fotografias 32 a 40, apresentamos imagens de algumas das escolas¹⁰⁴ localizadas no município, destacando a Escola Municipal Cecília Meireles, que fica no bairro Tessele Júnior (fotografias 32 e 33), onde a maior parte dos trabalhadores da BRF mora.

Fotografia 32 – Escola Municipal Cecília Meireles

Local: Bairro Tessele Júnior. Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM
Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=19
Acesso em setembro de 2017.

¹⁰⁴ Apesar de, em geral, as escolas apresentarem boa infraestrutura, não exibem a mesma forma. Além disto, nem todas têm piscina como é o caso da Escola Municipal Cecília Meireles, escola localizada no bairro Tessele Júnior próxima ao conjunto habitacional em que os trabalhadores da BRF moram.

Fotografia 33 – Interior da Escola Municipal Cecília Meireles. Ao fundo, silos de armazenagem de grãos, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 34 – Escola Municipal Olavo Bilac

Local: Bairro Jardim das Palmeiras. Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM
Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=23
Acesso em setembro de 2017.

Fotografia 35 – Piscina da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 36 – Sala de Música da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 37 – Biblioteca da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 38 – Banheiro da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 39 – Quadra da Escola Municipal Olavo Bilac, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 40 – Escola Estadual Dom Bosco

Local: Bairro Rio Verde. Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM
Disponível em: http://www.lucasdoriorioverde.mt.gov.br/portal/foto/banco_imagens.php?foto=20
Acesso em setembro de 2017.

Cabe ressaltar que a rotatividade dos trabalhadores presente na fala dos gestores da prefeitura, das empresas, das instituições de ensino e comprovada, principalmente, pela demonstração dos dados de RAIS no capítulo anterior, é um fator que tem sérios rebatimentos na Saúde e na Educação, sobretudo. Nas escolas, a entrada e a saída dos trabalhadores do município pela opção por retornar para o seu município de origem por motivos diversos, exibem reflexos no número de alunos que entram e saem das escolas a todo tempo.

No caso dos alunos, filhos desses trabalhadores, a saída da escola pode decorrer da dispensa ou pedido para sair do trabalho por parte dos pais e, ainda, por conflitos familiares e pela separação dos pais, onde o pai ou a mãe pode permanecer no município, mas, não, os filhos. Também pode ocorrer dos responsáveis saírem e, depois de um tempo, voltarem para a cidade, levando ex-alunos a se tornarem alunos novamente. Tais fatos denotam o dinamismo do processo em análise em suas distintas vertentes, o que nos diz o quanto ele está em constante movimento de transformação, o quanto é complexo e único e o quanto envolve o humano e as relações sociais, ultrapassando e muito a visão meramente econômica.

As percepções aqui descritas resultam de visitas em escolas e de conversas com gestores da área de educação do município, onde destacamos os diretores das escolas municipais Olavo Bilac e Cecília Meireles, Luciana de Souza Bauer e Clayton Custódio Godoy, respectivamente. Ademais, também tivemos a oportunidade de conversar com uma das gestoras do CEJA José de Alencar (Centro de Educação de Jovens e Adultos), escola pública estadual, onde muitos trabalhadores da BRF, que estavam fora da idade escolar, estudavam com o objetivo de concluir o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio em forma de supletivo. Um dos principais pontos encontrados no CEJA também foi a evasão escolar e grande rotatividade, principalmente, dos alunos, que trabalham na BRF. Além disto, diferentemente de todas as escolas visitas, até 2016, o CEJA funcionava em um prédio antigo e mal conservado, o que será possível observar nas fotografias 41 e 42.

Fotografia 41 – CEJA José de Alencar, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 42 – Lateral do CEJA José de Alencar, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

São informações subjetivas sobre a vida nessa cidade, que nos trazem elementos concretos sobre a vida dos trabalhadores migrantes. Nesse sentido, importa dizer que, não por um acaso, a rotatividade de alunos é ainda maior quanto

mais próximas as escolas e creches forem do bairro Tessele Júnior, local do município onde há maior concentração dos trabalhadores da BRF.

José Dário, subsecretário de Educação de Lucas do Rio Verde à época, em entrevista que nos foi concedida em 2016, fez referência a outras particularidades de Lucas do Rio Verde na área da educação. Como em qualquer escola, denotou a existência de conflitos entre os alunos nas salas de aula, relatando que parte dos mesmos relacionava-se à diversidade de origem dos alunos. E, na busca pela aceitação e respeito pelas diferenças do outro, os professores atuavam como os principais mediadores.

Relatou ainda que, geralmente, em termos de aprendizagem, o grau de exigência das escolas de Lucas do Rio Verde é maior do que o dos municípios de onde os trabalhadores e os seus filhos vieram. Constatou-se, portanto, variação do fluxo não só em número de pessoas, mas em conhecimento. Por outro aspecto, o aumento da violência na cidade e a maior entrada e acesso a drogas têm atingido, especialmente, as crianças e os jovens.

Segundo informações da prefeitura, crianças e adolescentes ficam muito tempo sozinhos e ociosos pelo fato dos pais trabalharem muito e, praticamente, o dia inteiro. Refletindo, pegamo-nos imaginando, ainda, o quanto a constante mudança de escola pode ser um empecilho no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, influenciando o processo de construção do conhecimento, fatores sobre os quais não objetivamos nos debruçar nesta pesquisa.

Em uma das visitas de campo, além da entrevista com a professora do IFMT, Wiliana Mendes dos Santos, foi importante constatar a presença de trabalhadores da BRF estudando no IFMT de Lucas do Rio Verde e não falo de trabalhadores do alto escalão da empresa, mas de operadores, que viram nesta oportunidade uma maneira de voltarem a estudar, buscando melhorias em termos de qualidade de vida, pensando em crescer na empresa ou buscar outras oportunidades no mercado de trabalho dentro ou fora do município.

Por outro lado, apesar de estar em uma crescente, o acesso ao Nível Superior é mais raro e desigual até porque só existe uma faculdade no município e esta é particular. Para termos ideia de valores, importa dizer que os cursos mais baratos da Faculdade La Salle, em 2016, giravam em torno de R\$ 600,00 mensais (Licenciatura), estando o curso de Agronomia e de Direito na faixa de R\$ 1.100,00,

por exemplo. Em entrevista, tais informações nos foram passadas por Fernando Cezar Orlandi, Diretor Acadêmico da Faculdade.

Sob uma análise rápida, sabendo da média salarial recebida pela maioria dos trabalhadores da BRF, vemos o quanto seriam impossibilitados de pagar uma mensalidade, que, mesmo nos cursos mais baratos, corresponde a mais ou menos a metade do salário da massa dos operadores da empresa. Nesse contexto, questionamos ao entrevistado sobre a existência de algum tipo de iniciativa voltada para atender esse perfil de público. Informou-nos que participavam do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), porém, saíram em 2016 devido à demora no repasse. Além disto, explanou acerca da existência do PASE (Programa de Assistência Social Educacional), contando com 20% de gratuidade (Filantropia) e 20% de bolsas, o que, concluímos que, ainda assim, dificilmente, estaria em concordância com as possibilidades dos trabalhadores em voga até porque para tentarem, precisam estar regularmente matriculados e pagando a mensalidade até que sejam ou não contemplados.

Quanto à Saúde, de acordo com o Plano Diretor da cidade (LUCAS DO RIO VERDE, 2011, p. 128), a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) mantém serviços de rede de atenção primária, que compreende as equipes de saúde da família (ESF) e do sistema de Vigilância em Saúde (VS), bem como serviços de média complexidade para saúde, que engloba um centro de especialidades, um centro de reabilitação e um de Fisioterapia, serviços de assistência hospitalar e emergencial e serviços de apoio diagnóstico. Em cada setor da cidade há um PSF (Posto de Saúde da Família), além da existência de clínicas particulares. Entretanto, há especialidades médicas encontradas apenas em Cuiabá. Como exemplo, na fotografia 43, é possível visualizar o PSF X, unidade de saúde localizada no bairro Cerrado cuja inauguração ocorreu em 2009.

No contexto, a migração foi colocada como a maior problemática. De acordo com o Plano Diretor (LUCAS DO RIO VERDE, 2011, p. 132), os principais problemas identificados foram os seguintes:

(...) As famílias cadastradas nos diversos programas de saúde alojam migrantes diariamente e os mesmos utilizam os serviços como qualquer cidadão, porém utilizam as carteirinhas das famílias já cadastradas. Este fato propicia falsos dados, automaticamente reduz as pactuações junto à União, resultando em deficiência financeira ao real sistema municipal de saúde.

O processo migratório resulta em transporte de agentes patológicos, que muitas vezes já estavam controlados no município (...). O maior exemplo é a tuberculose e a hanseníase. Estas doenças são de difícil controle pela deficiência da educação sanitária e em saúde geral, pois os habitantes não se fixam em residências, muito menos em programas de educação promovidos pela secretaria.

O número de gestantes de 10 a 15 anos é elevado nas áreas que sofrem maior migração e isso se deve ao fato de que o planejamento familiar torna-se ineficaz pela alta densidade populacional em uma residência. Há relatos de 15 habitantes em uma residência de 60m² (...).

Günter Bif Stechert, Secretário de Saúde de Lucas do Rio Verde, em entrevista concedida em 2016, relatou que há cerca de dez anos o número de atendimentos era menos da metade do que se tem hoje. Relacionou o aumento dos atendimentos à implantação da BRF no município, maior propulsora do incremento populacional com a entrada de migrantes. Segundo o entrevistado, dos atendidos, cerca de 80% são nordestinos. Quando questionado sobre os principais problemas de saúde que motivam a procura por atendimento, o secretário destacou problemas como: os diversos tipos de LER (Lesão por Reforço Repetitivo) e Dor Lombar Baixa (CID M 54.5). Os problemas de saúde identificados estão relacionados ao tipo de trabalho realizado pela massa dos trabalhadores, destacadamente, no caso dos que trabalham na BRF.

As demandas por serviços de saúde e as deficiências que possam vir a ser apresentadas incidem na vida dos trabalhadores migrantes de Lucas do Rio Verde. Um problema social, que resulta em maior ou menor qualidade de vida e de sobrevivência dos mesmos. Por outra perspectiva, é fato que, mesmo com suas limitações, o sistema de saúde de Lucas do Rio Verde destaca-se positivamente, sobretudo, quando comparado com o que os trabalhadores migrantes tinham disponível em seus municípios de origem. Inclusive, nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, houve casos em que o atendimento no campo da saúde foi identificado como um dos pontos positivos de Lucas do Rio Verde. Alguns, inclusive, reclamaram do Plano de Saúde fornecido pela BRF, alegando que, quando utilizado, ficava caro e, por vezes, menos eficiente do que a assistência pública fornecida pela prefeitura.

Fotografia 43 – Programa da Saúde da Família: PSF X Cerrado

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM

Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/porta/foto/banco_imagens.php?foto=43

Acesso em setembro de 2017.

O crescimento populacional e urbano de Lucas do Rio Verde também pode ser evidenciado por meio do investimento em políticas habitacionais sinalizado pela construção de várias casas e conjuntos habitacionais. Os dados da prefeitura, que nos foram repassados em 2017, apresentaram uma perspectiva desse crescimento de 1997 a 2014, período em que se contabilizou a construção total de mais de 3.600 unidades habitacionais, além dos mais de 1.700 Terrenos Urbanos. Tais construções foram realizadas a partir de parcerias feitas, por vezes, com a Prefeitura, com o Governo Estadual e ora com o Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Para citar alguns, destacamos: o Conjunto Habitacional Bonanza, que construiu 450 casas (1997 a 2004); o Programa Meu Lar/FETHAB com 120 casas (2005 a 2008); o Residencial Valorizando o Educador com a construção de 50 casas (2006); o Residencial Flamboyante com 95 casas (2007); o Residencial Jatobá com 105 casas construídas (2008), além do próprio Loteamento Luiz Carlos Tessele Júnior (BRF). De todos, o maior destaque ficou com as construções dentro do

Programa “Minha Casa, Minha Vida”¹⁰⁵ a partir de 2009. Só este Programa construiu cerca de 2.680 unidades habitacionais em Lucas do Rio Verde.

Fotografia 44 – Construções em Lucas do Rio Verde, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 45 – Verticalização em construções de Lucas do Rio Verde, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

¹⁰⁵ O Programa “Minha Casa, Minha Vida” foi lançado pelo Governo Federal em 2009 para atender a um déficit habitacional urbano no Brasil. Subsidia a aquisição de casa ou apartamento próprio para famílias com renda até R\$ 1.600,00, considerando a estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008. Ademais, facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5 mil (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

Os períodos de safra são os que mostram maior dinamismo, dinamismo este que pode ser evidenciado, de maneira geral, no setor financeiro e em todos os grandes setores econômicos como vimos no capítulo 2. O setor imobiliário mostrou a pujança da cidade, que, em alguns momentos, parece mais um canteiro de obras, dado o número de construções em andamento (fotografia 44) e os fluxos de caminhões descarregando materiais de construção. Afinal, nos anos 2000, houve o início e o progressivo aumento de construções verticalizadas (fotografia 45) e a ampliação da construção de condomínios fechados de casas e de apartamentos, o que mais uma vez evidenciou o processo de verticalização dinamizado na cidade (fotografias 46 e 47).

Ocorridos nos anos 2000, tais processos estão representados nas fotografias já apresentadas e nas que seguem. O crescimento do comércio também foi observado. Como vimos no capítulo 1, igualmente, constatamos a presença de um grande número de renomadas e grandes lojas de tratores, colheitadeiras, equipamentos agrícolas e insumos químicos, que se perfilaram pela entrada principal de Lucas do Rio Verde, comprovando a presença de fixos e fluxos específicos para a fomentação da cadeia carne/grãos (fotografia 48).

Fotografia 46 – Condomínios fechados e Verticalização em Lucas do Rio Verde – Residencial Dona Zulmira, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 47 – Condomínios fechados e Verticalização em Lucas do Rio Verde, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 48 – Empresas e fixos: ADM, 2010

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Em suma, inspirados em Elias (2006), dentre as variadas mudanças ocorridas em Lucas do Rio Verde, podemos afirmar que ocorreu a construção de novas escolas, de hospitais, casas e conjuntos habitacionais, abertura de hotéis e pousadas, ampliação dos meios de transporte, crescimento da produção agrária, entrada de mais indústrias, expansão e aumento no tamanho das casas comerciais e de serviços, adensamento do trânsito acompanhado do asfaltamento de grande parcela das ruas, aumento da circulação de dinheiro, construção de lugares destinados ao lazer (fotografia 49). Aumento em quantidade e diversidade dos tipos de atividades e eventos sociais, serviços prestados, cultura. No contexto, o sistema de objetos e o de ações mostrou-se ainda mais amplo e complexo. Na fotografia 50, apresentamos o terminal rodoviário de Lucas do Rio Verde e na fotografia 51, o aeroporto da cidade.

Fotografia 49 – Uma das praças de Lucas do Rio Verde, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 50 – Terminal Rodoviário de Lucas do Rio Verde

Fonte: Blog Liberdade, Viagens e Descobertas
Disponível em: <https://goo.gl/cKQoxG>. Acesso em setembro de 2017.

Fotografia 51 – Aeroporto Bom Futuro – Lucas do Rio Verde

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde – ASCOM
Disponível em:
http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portafoto/banco_imagens.php?foto=13
Acesso em setembro de 2017.

Uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial no município associou-se a transformações nas relações de trabalho e na reorganização constante do espaço. O agronegócio tem o poder de impor especializações espaciais cada vez mais profundas. Semelhantemente, captar seus círculos de cooperação e seus sistemas de ação foi identificar, no tempo e no espaço, estratégias produtivas das empresas, que, hegemônicas no setor, dominam a produção agropecuária e agroindustrial brasileira, revelando alianças de empresas com o Estado e ingerências na reestruturação do espaço (ELIAS, 2006, p. 282).

Em conformidade com a autora, a cidade passou a fornecer a maioria dos produtos e serviços necessários à produção: os aportes técnicos, financeiros, jurídicos e de mão de obra, apenas para citar alguns. Com a fluidez possível graças à construção dos modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações, trocas de toda natureza foram intensificadas, com grandes impactos na vida social e no espaço, reformulando o antigo sistema rural/urbano. A expansão dos sistemas agroindustriais não repercutiu somente na estrutura técnica das atividades econômicas, mas causou profundos impactos nas relações sociais de produção com destaque para as relações de trabalho em um cenário em que normas e padrões que regulavam tais relações foram transformados significativamente.

Muitas das atividades realizadas no campo hoje são industriais, visto que uma parte considerável das agroindústrias localiza-se no campo, junto à produção de suas matérias-primas. A exemplo da BRF em Lucas do Rio Verde, as agroindústrias têm o poder de criar muitas novas relações, próximas ou não, cujos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação buscam nexos distantes (SANTOS, 1986, 1988; LÉFÈBVRE, 1994).

A partir da análise de Lucas do Rio Verde, é possível perceber relações reais mais gerais da cadeia carne/grãos. Afinal, é uma das principais cidades da região, que se tornou a fornecedora da grande maioria dos produtos e serviços necessários à produção agropecuária e agroindustrial da área. Esses tipos de cidade, onde podemos incluir Nova Mutum e Sorriso, tornaram-se responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes à mão de obra especializada no âmbito da cadeia carne/grãos.

Tais elementos associados, compondo uma paisagem¹⁰⁶ particular, trouxeram mais fatores para observarmos e compreendermos as especificidades do arranjo espacial de Lucas do Rio Verde demandadas pelas atividades produtivas nele desenvolvidas. Tratamos do espaço e do seu movimento contínuo de mudança, que, em Lucas do Rio Verde, tem se expressado em suas singularidades a partir de formas e funções específicas, que, processualmente, desdobraram-se em estruturas conjunturais particulares.

Por outro aspecto, problemas de grandes cidades também começaram a se desenvolver em Lucas do Rio Verde como a entrada e a expansão de drogas acompanhada do aumento do seu consumo. Tem havido um progressivo aumento da violência, do sentimento de insegurança e da pobreza, o que identificamos claramente quando estivemos em campo em 2016. Neste campo, acompanhados de uma assistente social da prefeitura, tivemos a oportunidade de andar por áreas mais pobres e mais violentas do município, entrando, inclusive na casa de uma família, que vivia em condições muito precárias e de extrema pobreza.

No que se refere à ampliação da violência e da insegurança, constatou-se o incremento do número de assassinatos, de assaltos e de roubos. Especialmente, nos bairros de classe média e alta, além de muitas vezes, serem construídas em condomínios fechados, as casas e os apartamentos já têm câmeras, cerca elétrica, muros altos e grades devido à preocupação com a insegurança e com a violência.

Observamos, portanto, que o maior controle realizado é na economia e na política. Mais subjetivos e difíceis de trabalhar, principalmente quando o interesse no econômico é sobreposto, as questões sociais acabam ficando em segundo plano. Vemos que Lucas do Rio Verde, uma cidade planejada de elevado padrão de vida, hoje, vive a eminente fragmentação do seu espaço com o aumento das desigualdades sociais, comprometendo, paulatinamente, a qualidade de vida da população como um todo e, ainda mais, de parte da população menos privilegiada.

Tais constatações saltam aos olhos, levando-nos a uma reflexão acerca da relação que o aumento na violência e no consumo de drogas pode ter com as condições precárias que trabalhadores migrantes de Lucas do Rio Verde passaram a enfrentar ao deslocarem-se para um município em que, distantes de seus

¹⁰⁶ De acordo com Santos (1988), a paisagem resulta de uma acumulação de tempos. Representa diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade. É, simultaneamente, o que a nossa vista alcança e o que apreendemos disto em termos de percepção.

familiares e de suas origens, encaram a labuta diária de um trabalho pesado e mal remunerado, especialmente quando relacionado ao alto custo de vida da cidade. Por outro aspecto, contraditoriamente, precisamos nos questionar sobre o que consideramos como condições precárias, pois, muitas vezes, os trabalhadores vieram de situações de trabalho e de vida infinitamente piores.

Pareceu-nos que, na maioria das vezes, isso os fortaleceu e forneceu condições físicas e psicológicas para continuarem. São oportunidades e condições de vida que, mesmo que vejamos como precárias, aos seus olhos e, concretamente, podem ser melhores do que do lugar de onde vieram. Deixamos claro, portanto, que continuamos considerando as condições precárias, estando uns em condições pouco ou mais agravantes do que os outros. As colocações feitas aqui objetivaram somente relativizar tais considerações a partir da própria história de vida do trabalhador em uma tentativa de analisar o processo a partir do seu olhar e de suas experiências.

Por essa via, importa destacar a tendência de se “culpar” os imigrantes nordestinos pelos problemas surgidos em Lucas do Rio Verde, o que é possível perceber em falas e colocações preconceituosas presentes em discursos pejorativos como o que segue: “Comer e beber está bom para eles. É cultural”. Sem ter a pretensão de encontrar respostas, pensamos sobre o que pode ter desencadeado estes movimentos e a elaboração de tais discursos, refletindo, assim, em como é viver como migrante sob este julgo e de que maneira este ponto de vista pode recair sobre as relações de trabalho, tornando-as ainda mais conflituosas e precárias.

Mesmo sem o compromisso de ter respostas para todas essas reflexões em suas especificidades, fazemos questão de expô-las, pois entendemos que fazem parte da vida e das relações de trabalho de grande parcela dos trabalhadores de Lucas do Rio Verde como um todo e da BRF em particular. São reflexões que devem ser feitas, considerando que estamos tratando do trabalho e do trabalhador, isto é, de vida e de problemas a ela relacionados.

Relacionada às questões levantadas, ressaltamos que muitas pessoas, por conta própria, ainda hoje, recorrem à prefeitura ou à própria BRF para solicitar passagem para retornarem para os seus municípios de origem. Importa dizer que a prefeitura de Lucas do Rio Verde tem ações voltadas para essas situações, atendendo às solicitações de acordo com sua política interna. Por outro aspecto, em

campo, constatamos também o que vimos, grosseiramente, como um tipo de “limpeza das cidades” já ocorrida em Lucas do Rio Verde e realizada em outras cidades como Nova Mutum e Sorriso.

Nos últimos casos, a prefeitura costumava dar a passagem para que as pessoas vindas de outros estados e/ou municípios, que não estavam trabalhando, querendo ou não, voltassem para os seus municípios de origem e não passassem a trazer problemas para as cidades em questão como moradores de rua ou de abrigos. Atitude, minimamente, questionável, não demonstrava uma preocupação com a resolução do problema ou com um pensar no ser humano, mas sim, com uma espécie de “higienização”. Podemos afirmar que, socialmente falando e sob uma perspectiva humana, é uma visão negativa do mesmo processo.

De acordo com informações de campo, em Lucas do Rio Verde, não há mais espaço para ocupar, dizemos no sentido de abertura de novas áreas para o cultivo, para a plantação. A ordem de ocupação era desbravar, movimento que foi até as nascentes. O que há é uma intensificação cada vez maior da produção a partir de técnicas inovadoras. De uma maneira geral, observamos que, mesmo com as ações da prefeitura, a infraestrutura da cidade não tem conseguido acompanhar todo o crescimento. Assim, serviços relacionados à saúde, à educação e à habitação têm demandado ações capazes de responder adequadamente à pressão realizada pelo aumento ocorrido. E, ainda, sobrepondo-se às ordens próximas, as ordens distantes acabam por resultar no acréscimo da alienação social e do trabalho (LÉFÈBVRE, 1994).

As cidades do campo, sejam as locais ou as médias, mostram-se como componentes de *meras regiões do fazer* e não *do reger* (Santos, 2000) comprometidas com o modelo de produção agropecuária baseado em interesses exógenos, comandado por agentes econômicos extra-regionais, nas quais as vocações naturais cedem lugar às imposições econômicas, sendo que a população e os poderes locais são incapazes de conduzir a regulação da produção e do território locais. Somente executam, são obedientes às imposições vindas de fora, não têm poder de decisão. Tudo isso mostra a substituição da *solidariedade orgânica*, localmente e cotidianamente tecida, pela *solidariedade organizacional* (Santos, 1996, 2000), comandada por imposições de caráter ideológico e de mercado, impostas pelos sistemas agroindustriais hegemônicos, como objetivos de alcançar competitividade e produtividade para o mercado agrícola mundializado, novos signos do período histórico atual, que são destruidores dos saberes e fazeres historicamente construídos, contribuindo para o aumento da pobreza e de toda ordem de desigualdades (ELIAS, 2006, p. 301).

Entendemos que a cidade foi criada com boa infraestrutura, o que tem ocorrido é um rápido crescimento populacional com uma grande população flutuante, que desequilibrou os serviços oferecidos. Como ocorreu com a maioria das cidades brasileiras, o incremento populacional não foi acompanhado pela ampliação e melhoria da infraestrutura da cidade.

Por meio de distintos processos migratórios, a população aumentou significativamente em Lucas do Rio Verde, passando a comprometer a qualidade de vida de considerável parte dos trabalhadores devido ao incremento do custo de vida. Isso atingiu, sobretudo, a massa da população, os trabalhadores em geral, que recebem os menores salários e que, em sua maioria, pagam aluguel. Em trabalhos de campo realizados em 2010 e 2013, alguns moradores entrevistados afirmaram que era melhor antes da entrada da BRF.

Segundo esses, fora as problemáticas colocadas, os problemas ligados à falta de segurança foram destaque, além de ressaltarem o fato da atividade da empresa poluir e produzir muitos dejetos. A questão do lixo é um problema em Lucas do Rio Verde e, em concordância com as informações de campo, faltam profissionais na área de Educação Ambiental. Em 2013, Lucas do Rio Verde produzia, em média, de 25 a 26 toneladas de lixo por dia. Pensando-se em reciclagem ao invés de aterros sanitários, parte da reciclagem geral do município era transformada em energia em um contexto em que uma empresa particular chegava a reciclar em torno de 4 toneladas por dia.

De acordo com representantes do governo, os ganhos em arrecadação consequentes da instalação da BRF ainda não surtiram todos os efeitos positivos esperados para o município. O município, até o momento, tem sentido mais os ônus do que os bônus, já que essa arrecadação só o beneficiará futuramente.

Para tornar a organização espacial de Lucas do Rio Verde funcional passou-se pelas adequações as suas novas funções, o que constituiu novas formas de produção espacial. Portanto, o modo de produção moldou o espaço conforme seus interesses (SÁNCHEZ, 1991). A ampliação da racionalidade econômica se exteriorizou no uso de técnicas cada vez mais originais e produtivas na elaboração de bens e produtos em maior quantidade e qualidade a partir do uso de uma força de trabalho capaz de lidar com a técnica utilizada. O quadro descrito exprime

contradições sociais, que consistem em um desacordo social onde o modo de vida de alguns prejudica a existência de muitos (VIEIRA PINTO, 2005).

A implantação de técnicas especializadas na cadeia produtiva promoveu alterações decisivas nas relações agricultura, indústria e comercialização. Assim, a cada novo impulso de modernização das forças produtivas agropecuárias e agroindustriais, o arranjo espacial de Lucas do Rio Verde vem reorganizando-se com maior grau de complexidade, o que pôde ser detectado por meio de novos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre campo e cidade com implicações no surgimento de funções hegemônicas vinculadas ao atendimento das demandas da agropecuária científica. Tratamos da relação entre mudança técnica e organização do espaço. Articulações existentes entre o progresso técnico e sua gradativa aceleração, que, seletivamente, vêm difundindo-se nesse espaço.

São cada vez mais raros os lugares, indivíduos ou classes sociais pouco influenciados por sua presença ou por sua ausência. Seu desenvolvimento e difusão atingiram um ponto tal que a técnica passou a ocupar lugar de suma importância na reflexão sobre o trabalho, sobre a economia e a política. O progresso técnico tornou-se planejado e impulsionado pela demanda intermitente do mercado por novos produtos e processos menos custosos e/ou mais eficientes, convertendo-se, portanto, em um dos principais fatores de competitividade, o que transformou a ciência e a tecnologia em forças produtivas (SANTOS, 2006 [1996]).

Logo, como o espaço, a ciência e a tecnologia foram postas a serviço da ampliação produtiva, do controle e do disciplinamento da produção, da acumulação e do trabalho em um contexto em que o trabalhador e suas necessidades ficaram em segundo plano. Interpretando Léfèbvre (2002) e Bernardes (2007), vimos Lucas do Rio Verde como uma cidade que constituiu pontos de concentração de mão de obra, de energia, de capitais, de mercadorias, de lugares de interconexão e de coordenação de fluxos, proporcionando ganhos em aglomeração e em agregação de valor.

Com o estabelecimento da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde, não foram só as relações entre trabalhadores e empregadores, que se modificaram. Como vimos, houve transformações na organização desses espaços e nas relações entre o campo e a cidade. Campo e cidade, em uma interdependência única e não dicotômica, deram vez à dialógica em influência mútua do campo na cidade, da

cidade no campo como apontaram autores como Júlio César Suzuki e Sandra Lencioni, além de Denise Elias, autora que nos forneceu elementos para pensar e compreender as cidades do agronegócio.

As referidas mudanças alteraram a vida dos trabalhadores de forma direta ou indireta. A vida no campo e na cidade modificou-se e, simultaneamente, entrelaçou-se. Novos serviços passaram a ser oferecidos, novos imóveis foram construídos, houve a ampliação do número populacional, mas, também, novos problemas e dificuldades recaíram sobre a vida de seus moradores, tornando-se demanda para os gestores municipais.

Em síntese, os processos vinculados à viabilização do agronegócio globalizado exigem a criação de novos espaços urbanos com funções ligadas à gestão das necessidades da produção, da comercialização e da circulação, dos sistemas de comunicação e dos fluxos de informações. No processo, ocorre a redução do tempo e a redefinição da espacialidade dos circuitos de produção, exigindo que Lucas do Rio Verde e toda a região inserida nesse sistema produtivo sigam a velocidade das mudanças ao incorporar elementos que facilitam sua competitividade no mercado internacional (BERNARDES, 2007).

Em conformidade com a autora, a difusão do processo de industrialização vinculado ao agronegócio, à criação de serviços especializados e expansão comercial e à formação de redes significam transformações nas tradicionais relações campo/cidade, resultando na intensificação das desigualdades e conflitos socioespaciais. As novas estruturas implicam em uma expansão excludente construída acentuando desigualdades antigas e criando novas, controlando a presença da mão de obra excedente e dos assentamentos dos pequenos produtores, uma vez que, sob a visão capitalista, todas as terras devem estar disponíveis para a agricultura moderna.

3.2. Organização, resistência e conflito

Em conformidade com Bernardes (2007), temos um campo organizado a partir de impulsos globais que expressam as significativas alterações no paradigma produtivo hegemônico até os anos 1970. Formas que, para o seu predomínio, dependeram da extensão alcançada pelo meio técnico-científico-informacional.

Contudo, por mais que se imponha como tal, essa lógica não é única. Nela, encontramos contra-racionalidades, que, coexistindo, configuram formas de resistência, conflitos.

Para tal, é necessário exercitar um olhar que passe pela sinalização da existência de outros discursos, que envolvam falas e ações que se diferem da visão hegemônica. Outras formas de vida e de cooperação capazes de favorecer as horizontalidades presentes no espaço e nas ações nele realizadas em um esforço de busca pela apreensão de sua essência (SANTOS, 2006 [1996]).

Com uma estimativa populacional de 61.515 pessoas para 2017 (IBGE), Lucas do Rio Verde é referência de crescimento e de qualidade de vida no Brasil. Apresenta alto IDHM¹⁰⁷, girando em torno de 0,768 em 2010. O PIB per capita¹⁰⁸ totalizou R\$ 49.953,90 em 2014 (IBGE), contudo, não representa a realidade do rendimento da maioria da população, já que desconsidera o nível de desigualdade presente na sociedade.

Outro fator que pode ser considerado é o índice GINI¹⁰⁹, que melhorou de 1991 para 2010, passando, respectivamente, de 0,6231 para 0,4786 de acordo com dados da prefeitura. Assim, em números, os índices econômicos e sociais de Lucas do Rio Verde estão entre os melhores de Mato Grosso e do Brasil, aproximando-se, em certos aspectos, de índices de países da Europa como Portugal e Hungria, o que foi o caso do IDHM (LUCAS DO RIO VERDE, 2011).

A riqueza produzida pelo campo moderno eleva os índices sociais médios de cidades do agronegócio como Lucas do Rio Verde, entretanto, também, mascara a realidade de maior parte da população residente (ELIAS, 2006). E, neste contexto, há elementos que continuam atraindo pessoas de fora devido à baixa absorção de mão de obra de outras cidades espalhadas pelo país e às ainda mais precárias condições de sobrevivência. Assim, para essas pessoas, em um primeiro momento,

¹⁰⁷ O IDHM corresponde ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Este mede a qualidade de vida existente por meio dos índices educacionais, de saúde e alimentação, dentre outros. Quanto mais próximo de 1,0, melhor é a qualidade de vida da população (LUCAS DO RIO VERDE, 2011, p. 102-103).

¹⁰⁸ PIB per capita a preços correntes é o produto interno bruto de um município dividido pela quantidade de habitantes deste (IPEA).

¹⁰⁹ O índice GINI é um instrumento que serve para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1 ou de 0 a 100. O valor zero (0) representa a situação de igualdade, isto é, todos têm a mesma renda. O valor um (1) está no extremo oposto e ocorre quando uma pessoa detém toda a riqueza (REVISTA IPEA, 2004).

até que se prove o contrário, Lucas do Rio Verde acabou surgindo como um possível “eldorado” cheio de novas oportunidades.

Importa destacar que a busca dos migrantes não está vinculada apenas à procura por trabalho (SUZUKI, 1996). Suzuki continuou esta reflexão, afirmando que a migração perpassa por dimensões que incluem a busca por melhoria do modo de vida, o que nem sempre é encontrado. A maneira como, por exemplo, são tratados os problemas de habitação, de transporte, saúde, lazer e educação são colocadas no centro das questões fundamentais sob esta visão.

Tanto a valorização do solo quanto a sobrevivência diária em Lucas do Rio Verde elevaram o custo de vida na cidade, especialmente, no que se refere à alimentação e à moradia, lembrando que a massa dos trabalhadores recebe pouco mais de um salário mínimo. Já em 2010, em campo, não foi difícil encontrar terrenos ligados à especulação imobiliária custando 1 milhão de reais ou mais. Nesse ano, constatamos que o aluguel de um imóvel com dois quartos, sala, cozinha e banheiro estava em torno de R\$ 700,00.

Passados sete anos, em 2017, o aluguel de uma casa com esse mesmo padrão estava em R\$ 800,00, enquanto o aluguel de uma quitinete custava de R\$ 600,00 a R\$ 700,00, em média. Para alugar uma casa individual em um terreno, o custo passaria de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.300,00. O fato é que o desenvolvimento econômico do município pautado em investimentos na cadeia carne/grãos, na implantação da BRF e no incentivo à migração provocou o aumento do custo de vida e significativas alterações no funcionamento do mercado imobiliário do município, fatores que repercutem diretamente no modo e na qualidade de vida dos trabalhadores.

Atualmente, o trabalho está mais complexo e heterogêneo, mas, como vimos em toda a pesquisa, não podemos afirmar que o trabalho perdeu sua centralidade enquanto forma social (ANTUNES, 2007). O que vem ocorrendo é a perda da centralidade política dos trabalhadores, que por não se reconhecerem em sua própria história e unicidade de classe, não conseguem combater o ataque contra as conquistas trabalhistas, reduzindo cada vez mais a universalização de direitos sociais.

A proteção social brasileira está fundamentada na cidadania regulada¹¹⁰ subordinada ao vínculo profissional legalizado. Assim, os direitos sociais ficam limitados a grupos corporativos. Não se universalizam e recriam desigualdades. Não envolvendo toda a sociedade civil, por causa dos recentes processos, a cada ano, o número de trabalhadores que deixa de participar da cidadania regulada aumenta, vivenciando-se uma intensa degradação dos direitos sociais do trabalhador (SILVA, 2011). O trabalho revela fardos históricos com grilhões invisíveis (MARTINS, 1990). Na fronteira fundante da cadeia carne/grãos conflitos foram revelados nos problemas sociais, nas formas de controle do trabalho e do espaço (BERNARDES, 2007, 2015; BERNARDES; SILVA, 2016).

É mister identificar possíveis formas de organização e resistência dos trabalhadores em Lucas do Rio Verde. Afinal, mesmo seguindo as ordens do capital, sejam elas próximas ou distantes em meio a uma alienação à totalidade do processo de trabalho, há resistências e há conflitos. Sob tais concepções gerais, é fundamental fazer referência a algumas das ações e organizações por nós identificadas na área de estudo, sendo estas capazes de expressar a existência de tais controvérsias na cadeia carne/grãos, especificamente, no que se refere ao mundo do trabalho.

Nessa fronteira carne/grãos, com um novo patamar de modernização, certa burguesia concentrou e centralizou a terra, o capital e o poder político. É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que essas iniciativas se concretizam, transformando-se no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais ao converter-se em instrumento da materialização da vida. As relações sociais atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos (SANTOS, 2006 [1996], 2007).

¹¹⁰ Com base na leitura de Kerbaux (1980), apreendemos a ideia de cidadania regulada proposta pelo sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos em sua obra "Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira" publicado em 1979 (Editora Campos, Rio de Janeiro). De acordo com o último, a cidadania regulada é um conceito com raízes não só no código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido como norma legal. Essa cidadania está embutida na profissão em um contexto em que os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal qual reconhecido por lei. Em sua amplitude, pode ser vista como uma cidadania restrita e vigiada pelo Estado. Desse modo, são cidadãos todos os membros da comunidade inseridos em qualquer ocupação reconhecida e definida em lei. O instrumento jurídico que comprova o contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira de trabalho, que, mais que uma evidência trabalhista, tornou-se um tipo de certidão de nascimento cívico (KERBAUX, 1980 apud SANTOS, 1979).

Para Alves (2000) e Silva (2011), o surgimento do sindicalismo de envolvimento ou sindicalismo por empresa estabelece relações com as mudanças estruturais e subjetivas da reestruturação produtiva, o que altera o papel dos sindicatos e, principalmente, a consciência sindical e política do trabalhador. No processo, o trabalhador perdeu força política, poder de luta e de barganha. Ocorreu forte imposição da incorporação do ideário da empresa, por meio de elevado grau de envolvimento com esta.

(...) a instauração do sindicalismo por empresa, surgido nos anos 50 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Na verdade, é possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias (ALVES, 2000, p. 6).

Essa ideologia está impregnada no próprio discurso do colaborador, novo nome para o trabalhador, que já lhe incute diversos outros deveres para com a empresa, colocando-o na posição de um quase sócio apenas no que tange ao comprometimento com o trabalho. Nas palavras de Vieira (2009, p. 160-161):

Mesclando novas e antigas relações de trabalho, não irrefletidamente denominado de colaborador, o trabalhador é chamado a sua responsabilidade na empresa como um cooperador que realiza seu trabalho em conjunto, como aquele que deve sempre querer somar e estar comprometido com a empresa, tendo em vista o alcance de um mesmo objetivo. O trabalhador é incitado a ter uma nova conduta/postura no trabalho mediante a construção de uma idéia de sociedade com os donos da empresa.

Com base em Gounet (2002), correlacionamos as constatações com o controle organizacional do sistema toyotista, que orienta permissões e proibições, tornando-as internalizadas pelo trabalhador que deve encontrar seus limites, seu papel e seu espaço dentro da organização. Para Alves (2000, p. 5-6):

(...) o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial e das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção - o que exige um novo tipo

de envolvimento subjetivo do trabalho, e, portanto, uma nova subordinação formal intelectual do trabalho ao capital (...).

Entretanto, o valor ontológico do toyotismo *não* se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele - o toyotismo - o resultado de um processo de luta de classes. Na verdade, o toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva do capital na produção. Na verdade, ele é um dispositivo organizacional e ideológico que busca debilitar (e anular) - ou negar - o caráter antagônico do trabalho no seio da produção do capital.

As bases da solidariedade sindical têm sido modificadas pelo desemprego estrutural e por uma gama de outras situações. O quadro resultou de uma conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de gestão e de trabalho cujas implicações têm se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, individualização e descartabilidade de trabalhadores e de suas qualificações (STAMPA, 2012). Nesse sentido, o autor considera, inclusive, a possibilidade de sindicatos associarem-se a outros movimentos sociais¹¹¹ a fim de ampliarem a base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania (RAMALHO; SANTANA, 2003). Apesar de em Lucas do Rio Verde ainda não termos identificado com clareza esse tipo de movimento, acreditamos poder ser uma tendência e um caminho de resistência.

Antunes (2006) apontou para a progressiva dificuldade de desempregados serem reinseridos no mercado de trabalho formal sob a contratação em regime assalariado por tempo indeterminado e com carteira assinada. A nova configuração de assalariamento sem regulamentação trabalhista foi incorporada ao capital produtivo nas diversas modalidades de trabalho precarizado: trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras.

Sucedida por problemáticas profissionais, a questão salarial é um dos principais motivos de reivindicação dos trabalhadores, de conflitos e formas de resistência. Grande parte das reivindicações refere-se à exigência de um plano de carreira, por exemplo. Neste sentido, o movimento sindical tem se apresentado como corporativo, limitando-se, muitas vezes, à defesa dos direitos mais imediatos para a categoria, tais como salários e outras bonificações (MOURÃO et al, 2013).

¹¹¹ Aqui, a noção de movimentos sociais está sendo utilizada de maneira ampla. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram no final da década de 1960, com a eclosão de um ciclo de protestos em várias partes do mundo. Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno instalou-se apenas na década de 1970 quando os movimentos sociais foram abordados como forma de ação coletiva (STAMPA, 2012).

Segundo os autores, não é possível saber se são as condições de trabalho e remuneração, que têm constrangido o movimento sindical ao imediatismo da luta por salários ou se são outros elementos de ordem política, como o burocratismo das direções sindicais ou o seu despreparo e distanciamento das bases, que têm levado a um reducionismo da ação sindical. Os sindicatos manifestam suas dificuldades desde a tentativa de mobilização das categorias. Geralmente, deparamo-nos com significativa desorganização dos sindicatos; inexistência de arquivos que preservem sua memória; ausência de dados consistentes sobre a realidade que possam subsidiar as políticas e as ações traçadas; relativa inconsistência nas informações sobre as políticas mais recentes nas redes.

Cada vez menos representada pela força de atuação dos sindicatos, com base na visão do pensamento filosófico de Michel Foucault (1992, 1995), vemos a resistência como uma força inventiva, móvel e produtiva na luta contra a submissão de subjetividades, de culturas, de distintos modos de pensar e agir. Passa pela luta pela preservação ou reafirmação e valorização de uma tradição ou de um modo de vida, onde incluímos a busca por melhores relações de trabalho e pela conquista de novos direitos trabalhistas, o que, por fim, é uma luta pela sobrevivência e por qualidade de vida. Neste sentido, a resistência está intimamente ligada ao poder e à possibilidade de mudança e porque não, à resiliência. Está refletida na existência de conflitos, pode ser considerada como o desequilíbrio de forças do sistema social, que deveria estar equilibrado quanto às forças que o compõem.

De acordo com o autor, o poder não possui uma natureza universal. Existem formas e relações localizadas e espalhadas de poder na sociedade. Estamos imersos nas relações de poder, não sendo o poder algo que se possui, mas algo que se exerce em relações de várias naturezas, demarcadas em tempos e espaços distintos. Há, portanto, resistências plurais e locais. As relações de poder são exercidas nas dimensões mais capilares, cotidianas e ordinárias das relações humanas. Onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1992). A resistência acaba implicando diretamente na produção do novo. Sendo assim, paradoxalmente, a resistência pode ser considerada uma força de mudança subjetiva. Resistir pode ser reexistir, existir de formas novas e distintas (MOURÃO et al, 2013).

Portanto, é fundamental compreender de que forma o trabalhador sobrevive nesse espaço diante das distintas barreiras impostas. Sinalizamos, assim, algumas

estratégias, possíveis formas de se organizar e resistir, revelando mais dimensões da vida de trabalhadores de Lucas do Rio Verde. Pensamos a partir de uma lógica capaz de revelar exemplos de resistência que, passando pela agricultura, chegassem ao segmento avícola e nas especificidades do trabalhador da BRF. Ainda assim, sabemos que são apenas exemplos dentro dessa complexa teia de relações.

Para esclarecer, criamos tipologias de resistência, que, separadas didaticamente para facilitar a análise e a identificação do leitor, perpassam umas pelas outras. Devemos considerar que os próximos itens têm como objetivo destacar as ações de resistência mais relevantes por nós identificadas nesse cenário. Citamos a seguir:

- A) STRLRV e importância de Nilfo Wandscheer em sua história de atuação;
- B) SINTRALVE e sua representatividade na defesa do trabalhador da BRF;
- C) Trabalhadores da BRF em estado de greve;
- D) Objeção ao mandato de despejo para sair da casa da vila da BRF;
- E) Abertura de processos contra a BRF;
- F) Resistência a partir da preservação cultural e da luta contra o preconceito;
- G) Uma alternativa à falta de moradia e moradias precárias;
- H) Resistência por via da educação e da informação.

A) STRLRV e importância de Nilfo Wandscheer em sua história de atuação

Como um exemplo de resistência em Lucas do Rio Verde, podemos citar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STRLRV)¹¹² e o seu ex-presidente Nilfo Wandscheer (fotografia 52). Fundado em 1989, sob sua presidência, esse sindicato vem desenvolvendo projetos socioambientais na área de influência da BR-163 há mais de uma década, unindo agricultores de vários sindicatos, além de associações e cooperativas da região.

¹¹² STRLRV – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde ou STTR de Lucas do Rio Verde - Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde. Aqui, optamos por chamá-lo pelo primeiro nome.

É uma instituição representativa dos agricultores familiares, assalariados rurais e agricultores sem terra. Tem como objetivo atuar não só sobre os interesses dos trabalhadores rurais, mas, no compromisso com os direitos humanos, econômicos, sociais e ambientais dos indivíduos, realizando diversos projetos que buscam a formação cidadã, técnica e a cooperação entre as pessoas e as associações (STRLRV). A existência do sindicato e a sua luta fortalecem o trabalhador como classe e isto, por vezes, independe do setor em que se trabalha.

Tendo sido presidente ativo desse sindicato, Nilfo Wandscheer foi quem, na maioria das vezes, nos recebeu com sua esposa, Hilária, em nossas visitas de campo. Além de nos fornecer alojamento no próprio sindicato, falou abertamente sobre as suas experiências, levando-nos a conhecer melhor a realidade do município e as lutas dos pequenos produtores. Indivíduo comprometido com o social e com a luta pela terra dos pequenos produtores em Lucas do Rio Verde, na escola, Nilfo cursou até o 5º ano, a antiga 4ª série do primeiro segmento do Ensino Fundamental, o que em nada diminuiu a sua capacidade de articulação e, acima de tudo, a sua consciência de classe e de resistência.

Fotografia 52 – Nilfo Wandscheer

Fonte: Revista Galileu, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/7m6Pyu>. Acesso em setembro de 2017.

Em entrevista com o Nilfo em 2010, falou-se, inclusive, sobre a existência de trabalho escravo na atividade de catação de raízes, que ocorre no período de limpeza do terreno para a plantação. Os produtores contratam os “gatos” para trazerem os trabalhadores. Os gatos são os contratadores de serviços e, geralmente, são da própria região onde há a demanda por trabalho. Nesse sentido, falou-nos sobre a existência de uma fazenda em Lucas do Rio Verde em que não se assinava carteira há oito anos, segundo informações de campo recolhidas em 2010. Em conformidade com o entrevistado, o fazendeiro disse que não mudaria, atitude que deflagrou a falta de punições legais para alguns fazendeiros/empresários infratores das leis trabalhistas.

Com experiência de vida de envolvimento com o sindicalismo, Nilfo Wandscheer defende o modelo sustentável de cultivo e de desenvolvimento, tendo como ponto de partida o fato da soja não significar segurança alimentar. Participa de uma cooperativa criada em Lucas do Rio Verde por pequenos produtores, que realizam o cultivo de hortaliças para subsistência e vendem o que não consomem. Igualmente, no que tange a negociações com a prefeitura e a organização interna do grupo, participava ativamente de uma cooperativa para abastecer as escolas, projeto que ainda estava sendo organizado.

Vimos nesse tipo de iniciativa formas de resistência, que surgiram como alternativa ao modelo de cultivo tradicional da região estudada, a saber, os latifúndios, a monocultura. Vale ressaltar que Nilfo tem sido chamado pelas empresas para discorrer acerca dos problemas envolvidos nesse processo, indicando o que pode ser transformado. Cada vez mais, vem tornando-se uma pessoa de referência nessa discussão, além de ser uma representação de luta contra o que é hegemônico no município de Lucas do Rio Verde.

Dentre os projetos socioambientais da área de influência da BR-163 que contaram com a participação do sindicato em voga, destacamos a Rede BR-163. A rede teve suas origens no Projeto Proteger executado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). E ambos resultaram de discussões e articulações relacionadas ao combate dos impactos negativos provocados pelo asfaltamento da BR-163 e do avanço da produção agrícola na Amazônia. Esta mobilização viabilizou a ação em várias frentes, sendo canal para lutas e conquistas de trabalhadores na BR-163.

O GTA é uma rede de comunidades da floresta amazônica criada em 1992 quando uma conferência mundial no Rio de Janeiro reconheceu que o futuro do

planeta dependeria do meio ambiente. No período, movimentos sociais ecoaram em todos os continentes, sinalizando, inclusive, que o futuro ambiental estava ligado com outra justiça social e cultural. A rede envolveu mais de 600 entidades representativas de agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e ribeirinhos, dentre outras. Em síntese, formado por dezoito regionais em nove estados brasileiros, o GTA foi criado para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável. Com o auxílio de suas regionais, buscou criar novas políticas e atitudes ao lado de seus parceiros e fóruns socioambientais (REDE GTA).

Ainda sobre as ações do sindicato, em entrevista concedida em 2012, Nilfo Wandscheer destacou o uso do espaço deste para a realização de um curso de 120h para a formação de agentes em economia solidária, tendo como enfoque a rede de colaboração solidária e comercialização. O curso foi fundamentado no debate acerca da atuação real das associações e das cooperativas em funcionamento, tendo como referência os projetos e os desafios para dinamizar a comercialização. No curso, os agricultores foram levados a uma reflexão sobre seus custos de produção e suas alternativas de comercialização. Atividades foram encaminhadas para o tempo em que ficavam nas roças e podiam, a partir da prática, refletir sobre a agricultura familiar e sua contribuição para a produção de alimentos e a conservação e preservação do meio ambiente.

A Rede de Comercialização Solidária, hoje, faz parte da Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade (Coperrede), que envolve, aproximadamente 500 famílias dos municípios de Cláudia, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Sinop, Peixoto de Azevedo e Vera. A rede foi criada para consolidar e difundir a comercialização dos pequenos agricultores, segurança alimentar e combate à pobreza. Foi lançada, oficialmente, em março de 2011, pelo STRLRV e pelo Grupo de Trabalho Amazônico. Como Nilfo ressaltou, a capacidade de articulação e execução de projetos do sindicato foi a base sólida que se construiu com o passar dos anos. E, no processo, podemos afirmar que Nilfo Wandscheer foi fundamental na liderança do grupo.

B) SINTRALVE e sua representatividade na defesa do trabalhador da BRF

Em um quadro geral de enfraquecimento dos sindicatos na representatividade dos direitos dos trabalhadores, ainda assim, em campo, obtivemos informações de ações abertas por grandes grupos de trabalhadores da BRF no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de Carnes e Derivados, da Alimentação e Afins de Lucas do Rio Verde (SINTRALVE)¹¹³. Em entrevista realizada em 2016, Valdeci Scherer, presidente do sindicato à época, nos mostrou a sua mesa cheia de processos ao falar das ações do sindicato e da procura dos trabalhadores pelo mesmo. Tais processos tinham sido abertos de março para agosto de 2016 e, totalizando, 1.200 ações, referiam-se à reivindicação pelo pagamento de insalubridade nos frigoríficos da BRF.

Destacou, também, que só de 2013/2014, o sindicato abriu 1.800 ações contra a BRF, reivindicando as pausas térmicas. Além do uso obrigatório de EPIs, os operadores que trabalham em câmaras frigoríficas têm direito a usufruir integralmente de intervalos de descanso assegurados para recuperação térmica do organismo. Como o entrevistado nos informou, por lei:

Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho (BRASIL, 1943 – DECRETO LEI Nº 5.452 DE 01 DE MAIO DE 1943, ART. 253).

Sendo a BRF a empresa com maior peso de participação no SINTRALVE devido ao maior número de trabalhadores, em Lucas do Rio Verde, o sindicato ainda contava com a participação da Bunge, da Ammagi, de padarias e de açougues. O sindicato começou a ser criado em Lucas do Rio Verde entre 2007 e 2008. Sua criação está ligada à necessidade de representação com a chegada da BRF. De acordo com o entrevistado, antes de sua criação, os trabalhadores de Lucas do Rio Verde empregados no setor eram representados por Tangará da Serra.

Destacamos que todas as vezes em que estivemos no sindicato, vimos um número considerável de trabalhadores aguardando para serem atendidos. A

¹¹³ O SINTRALVE está ligado à Força Sindical. Dentre os benefícios oferecidos pelo sindicato, Valdeci Scherer destacou o serviço de dentista, convênios com lojas e a disponibilidade do serviço de advocacia. Em 2016, estavam com de 1.600 a 1.700 sindicalizados.

significativa presença de trabalhadores no sindicato pode ser justificada pela alta rotatividade presente no fluxo de trabalhadores da BRF, empresa que tinha o maior número de trabalhadores e de sindicalizados. Valdeci Scherer destacou o serviço de representação ligado a acordos coletivos e problemas individuais. Entretanto, a imensa maioria procurava o sindicato ao entrar e ao sair da empresa, quando havia a necessidade de homologar suas demissões.

Afora o fato de muitos ignorarem seus próprios direitos, isso ocorria porque a maior parte temia perder o emprego ou ser perseguido na empresa ao procurá-lo, além de muitos suspeitarem do envolvimento de líderes sindicais com a BRF e com os grandes proprietários em uma prática sindicalista de envolvimento. Tais informações e constatações nos foram passadas pelos próprios trabalhadores entrevistados. Portanto, vemos o sindicato como uma possibilidade de resistência em que a luta por direitos tem perdido forças e tem sido, por demais, negociada a favor do capital. Ainda assim, acreditamos que a presença e a atuação do sindicato fará sentido e terá validade, pelo menos, até que se crie outro instrumento de luta, alternativa, que poderá surgir ou não a partir dele.

C) Trabalhadores da BRF em estado de greve

Consideramos que, até hoje, o episódio mais marcante em termos de mobilização e de resistência ocorrido na BRF de Lucas do Rio Verde correspondeu a um estado de greve geral decretado no mês de dezembro de 2015 pelos trabalhadores da empresa (fotografia 53). Isto ocorreu porque a categoria vinha enfrentando dificuldades no avanço das negociações relacionadas ao reajuste salarial. À época, o salário base da categoria no município estava em R\$ 923,00, chegando a R\$ 973,00 após o período de experiência para auxiliares de produção. Mostrar o quanto o trabalho em frigoríficos é sacrificante foi o principal caminho seguido pelo SINTRALVE ao representar os trabalhadores, defendendo a mudança e exigindo o que a lei garantia (EXPRESSO MT, 2015; AGRO OLHAR, 2016).

Diante da falta de avanço nas negociações salariais, trabalhadores da BRF decidiram entrar em estado de greve após assembleia geral realizada nesse domingo (13/12), no Auditório da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde (MT). Aproximadamente 4,5 mil trabalhadores poderão cruzar os braços, caso a empresa não reabra negociação nos próximos 15 dias, a partir de hoje. A categoria reivindica, entre outros pontos, a reposição imediata da

inflação e o aumento real do salário (cerca de 13% o total). O movimento contou com a participação e coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA Afins).

Pela Convenção Coletiva de Trabalho, a BRF propôs o pagamento de 5% de reposição salarial, aumento de R\$ 20,00 no vale-alimentação e mais R\$ 25,00 de bônus no vale-alimentação entre janeiro e outubro de 2016. Também propôs um bônus anual de R\$ 343,00 (prêmio de excelência, já recebidos), segundo o sindicato profissional da categoria. No entanto, a proposta apresentada pela empresa não atende às expectativas dos trabalhadores, que também denunciaram más condições de trabalho e descumprimento da Norma Regulamentadora nº 36, que trata de novas regras de saúde e segurança em frigoríficos (em vigor desde 2013) (EXPRESSO MT, 2015).

Fotografia 53 – Trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde em estado de greve

Fonte: Assessoria de imprensa – Expresso MT, 2016.

Disponível em: <http://fsindical.org.br/forca/trabalhadores-de-lucas-do-rio-verde-mt-aprovam-proposta-resultante-das-negociacoes-com-a-brf>. Acesso em setembro de 2017.

De acordo com a Força Sindical (2016), após os impasses nas negociações, em janeiro de 2016, houve a aprovação da proposta resultante do Acordo Coletivo de Trabalho para o ano em questão por meio de assembleias e votações. A proposta que foi aprovada, ao mesmo tempo em que sinalizou avanços, iluminou distintas fragilidades no setor, mostrando, minimamente, pontos como graves falhas na garantia de direitos dos trabalhadores e questionáveis condições de trabalho, além de sinalizar, mais uma vez, o quanto os salários são baixos e o trabalho é

precário no segmento em análise. Com o resultado, a proposta, que segue, passou a valer:

- A) Reajuste Salarial de 5%.
- B) Piso Salarial na admissão R\$970,00. Após 90 dias, R\$ 1.030,00.
- C) Base de cálculo para insalubridade de R\$882,00.
- D) Auxílio Creche de 15% do piso salarial de admissão, no retorno da licença maternidade ou férias subsequentes, aplicação de 12 (doze) para 18 (dezoito) meses, o período de recebimento.
- E) Auxílio Odontológico de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- F) Fazer nova perícia para mediação do tempo gasto pelo trabalhador na troca de uniforme.
- G) Pagamento de R\$ 220,00 de Vale Alimentação permanente.
- H) Pagamento efetuado de adicional de Vale Alimentação no valor de R\$ 25,00 no mês de Janeiro, mais R\$ 200,00 no mês de Fevereiro, em uma única vez.
- I) Pagamento referente a abono no valor de R\$ 200,00 já pago no mês de Novembro de 2015.
- J) Pagamento no valor de R\$ 143,00 referente a variável dos meses de Outubro e Novembro de 2015, que já foi creditado e liberado aos trabalhadores, mais R\$ 100,00 referente a Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016, creditado aos trabalhadores, sendo que a cada bimestre será avaliada e apresentada a variável com o devido valor (FORÇA SINDICAL, 2016).

D) Objeção ao mandato de despejo para sair da casa da vila da BRF

Quando estivemos em campo em setembro de 2013, em um restaurante de Lucas do Rio Verde, tivemos a oportunidade de conhecer um trabalhador, que tinha sido dispensado da BRF desde dezembro de 2011. Tendo ingressado na empresa em setembro de 2008, trabalhou como Operador de Produção I durante três anos. Devido à demissão, esse trabalhador estava empregado apenas no restaurante em questão, onde trabalhava como garçom. No dia seguinte, estivemos com um grupo de pesquisadores da UFRJ e da UFG na casa no bairro Tessele Júnior em que morava com mais um trabalhador, que também havia sido demitido da empresa. Ele era de Recife (PE) e o seu colega de Timon (MA).

Na oportunidade, tivemos uma longa conversa com José¹¹⁴, que mostrou documentos e fez denúncias contra a BRF, informando-nos, inclusive, que já estava com um processo aberto na justiça contra a empresa. O trabalhador deu preferência a abrir o seu processo em Recife, sua cidade de origem. Segundo ele, muitos advogados de Lucas do Rio Verde agiam em conivência com os interesses da BRF, relativizando as reivindicações dos trabalhadores ao fechar acordos com a empresa, que levavam o trabalhador a receber menos do que teria direito.

Em toda a entrevista, a sua indignação e a sua revolta ficaram claras e diversas foram as irregularidades por ele apontadas, dentre elas: existência de manipulação de cartão de ponto e impossibilidade de acompanhamento do mesmo pelos trabalhadores; perda do vale alimentação justificada por atrasos dos trabalhadores. Reforçou ainda que havia vários trabalhadores denunciando e sinalizou a existência de inúmeras reportagens acerca da problemática, especialmente, em Recife. Porém, além da própria procura pela defesa de seus direitos por meio da ativação da justiça, em termos de resistência, o que mais nos saltou aos olhos foi a recusa do trabalhador em sair da casa da Vila Operária da BRF¹¹⁵.

Digo isso porque, importa lembrar que, querendo ou não, a BRF criou um perigoso mecanismo de dependência social, que associa diretamente emprego e moradia. Na admissão, a oferta da casa entra como um benefício, que dá segurança ao trabalhador para migrar, tornando-se mais um atrativo e uma certeza de que as coisas podem dar certo. Ao ser demitido, automaticamente, o que era benefício transforma-se em um grave problema social, que esboça uma das faces da precarização do trabalho em Lucas do Rio Verde em suas especificidades no setor analisado.

Após a demissão, de acordo com o SINTRALVE, a empresa dá um mês para o trabalhador sair da casa, porém, na entrevista, o trabalhador nos disse que deram dez dias para que saísse da casa por meio de um “mandado de despejo”, reproduzindo as suas palavras. Entretanto, por meio de sua atitude e devido à abertura do processo na justiça, o trabalhador ainda estava morando na vila mesmo depois de ter saído da empresa há quase dois anos.

¹¹⁴ Optamos por não revelar o nome real, a imagem e nem apresentar os documentos que o trabalhador nos permitiu fotografar para resguardá-lo, mantendo o seu anonimato.

¹¹⁵ Só para lembrar que, quando falamos em Vila Operária da BRF, estamos nos referindo às casas construídas pela empresa no bairro Tessele Júnior.

O fato é que, com o prazo oficial de dez dias ou um mês para sair da casa, o trabalhador se vê em uma cidade com elevado custo de vida, distante de seu município de origem e de sua família, sem casa, sem emprego e, na maioria das vezes, sem dinheiro para retornar para o seu município de origem nos casos em que esse é um desejo. E isto pode retornar negativamente para a empresa e para a própria cidade, mas esboça, sobretudo, uma vertente da desumanização do processo.

A seguir, apresentamos algumas fotografias (fotografias 54, 55 e 56) que o trabalhador nos permitiu tirar do interior de sua moradia na vila. As fotografias expressam a simplicidade e a precariedade da vida da massa dos trabalhadores da BRF em um quadro geral em que se desenha a existência de profundas desigualdades entre os distintos atores participantes do processo produtivo da cadeia carne/grãos, indo da opulência à escassez. Em suas subjetividades e quase invisibilidade, entendemos que tais elementos, indiretamente, também compõem os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação.

Fotografia 54 – Padrão habitacional e condições de moradia: interior de uma casa do bairro Tessele Júnior, 2013

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 55 – Padrão habitacional e condições de moradia: cozinha da casa de um trabalhador no bairro Tessele Júnior, 2013

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 56 – Padrão habitacional e condições de moradia: banheiro da casa de um trabalhador no bairro Tessele Júnior, 2013

Autora: Nivea Muniz Vieira.

E) Abertura de processos contra a BRF

Ainda tivemos a oportunidade de conversar com Fábio do Nascimento Silva, advogado atuante na cidade. A intenção foi ouvir os mais diversos atores sociais para tentar analisar o processo em distintos posicionamentos, lugar social e possíveis resistências. Afinal, abrir um processo contra uma empresa como a BRF, além de ser um reconhecimento de seus próprios direitos, é assumir uma posição de embate, mesmo sem que se tenha noção da totalidade do processo.

Na concepção do advogado entrevistado, resguardadas as diferenças, o trabalho na BRF de Lucas do Rio Verde exibe semelhanças com o trabalho escravo. Falou em termos do aliciamento que é feito nas cidades (fotografia 57), do transporte dos trabalhadores, da moradia e do controle realizado no bairro Tessele Júnior. Sobre o aspecto da moradia, também, contou-nos o caso de uma trabalhadora que, dispensada da empresa, foi despejada da casa. Sinalizou que, no início, a empresa não pagava a passagem para as pessoas voltarem. Informou-nos que são obrigados a “devolver a pessoa” (em suas palavras) e que, no caso dos que moram em Lucas do Rio Verde com a família, estes podem receber o valor da passagem. Importa lembrar que, hoje, tanto a BRF quanto a prefeitura realizam este atendimento.

Entre 2012 e 2015, Fábio abriu cerca de 300 processos por danos morais contra a BRF. Dos processos, grande parte foi aberta por trabalhadores terceirizados empregados, sobretudo, no segmento avícola. Outro ponto destacado pelo entrevistado foi a reivindicação às pausas térmicas. Fábio relatou que a BRF já foi penalizada em milhões de reais por conta disso. Tiveram que atender ao Ministério Público em sua solicitação acerca desse direito.

Segundo ele, em linhas gerais, a maior parte dos processos abertos contra a empresa está ligada à insalubridade; aos descontos excessivos nos salários; aos registros irregulares nos cartões de ponto; ao desrespeito ao horário de almoço e a processos mais complexos associados a doenças ocupacionais, pneumonia e acidentes. O advogado entrevistado confirmou a tendência da BRF de culpar o trabalhador, especialmente, em caso de acidentes dentro da empresa.

Fotografia 57 – BRF de Lucas do Rio Verde recrutando trabalhadores da região de Jacobina por meio do SINE (BA)

Fonte: Diário da Chapada, 2013.

Disponível em: <http://www.diariodachapada.com.br/noticia/3291/brasil-foods-recruta-trabalhadores-da-regiao-de-jacobina.html>. Acesso realizado em setembro de 2017.

Apesar da BRF trabalhar com uma política de recontração de trabalhadores, os que entram com processo ficam impossibilitados de fazer parte da empresa novamente. Portanto, abrir um processo trabalhista é assumir riscos. Dentre os riscos está o de fechar portas na própria BRF e em outras empresas que tente trabalhar já que, muitas, dão preferência a não contratar pessoas que já tenham aberto algum tipo de processo trabalhista. Neste sentido, o trabalhador correrá o risco de ampliar o seu tempo de procura por um novo emprego, podendo ficar marcado profissionalmente. Este risco passa pelo medo de comprometer o seu futuro em termos profissionais e de sobrevivência.

Outra questão está ligada ao risco de não ganhar a causa, incerteza que perpassa por todas as aberturas de processos, já que a interpretação dos fatos e o poder de decisão não estão nas mãos do trabalhador e de seu advogado. Sobre o último, podemos afirmar que é o risco que mais impede o trabalhador de optar por abrir processos até porque muitos não conhecem os seus direitos, então, encaram

os desrespeitos com normalidade ou já partem do princípio que não vão ganhar a causa.

F) Resistência a partir da preservação cultural e da luta contra o preconceito

Em meio a esse turbilhão de contradições e desigualdades, esbarramos em questões ainda mais subjetivas e, que, ligadas ao cotidiano do trabalhador, trouxeram informações sobre o seu modo de vida e a sua sobrevivência. Na totalidade que a compõe, a sobrevivência ultrapassa muito o morar, o comer e o vestir, indo até o ócio, o lazer e a cultura.

E temos que levar em conta que a cultura popular, que não está fora da cultura dominante, até porque a dominação implica em que não esteja fora, também é capaz de se apropriar de elementos da cultura dominante, o que contribui para reverter aspectos de sua existência. Neste contexto as migrações proporcionam uma interação entre diferentes culturas com base no descobrimento cotidiano das combinações que possibilitam a vida e geram solidariedade, cimentada na cultura local (BERNARDES, 2007, p. 7).

Em Lucas do Rio Verde, a cultura sulista é dominante com destaque para as tradições gaúchas. Há a presença do Centro de Tradição Gaúcha (CTG), que trabalha na divulgação e na reprodução dos costumes da cultura gaúcha. Busca-se reforçar a ideia do gaúcho como desbravador. Na cidade, esta ideologia está fortemente representada por meio de estátuas, monumentos, ruas e avenidas com nomes de estados e cidades do Sul, além de comemorações como o “Dia do Gaúcho”, a “Semana Farroupilha” e a presença da cultura do chimarrão. Com menor influência na cidade, mas não menos importante, conhecemos a Associação Flor do cerrado¹¹⁶, que, representando a cultura mato-grossense, trabalha no resgate e na valorização da cultura do estado. Abaixo as nossas impressões em 2009:

Chamou-nos a atenção a pequena presença de mato-grossenses nas fazendas, nas empresas e instituições públicas e privadas visitadas e, devido ao biotipo das pessoas e aos sotaques, em muitos momentos, tivemos a impressão de estar no Sul e não no Centro-Oeste. Expressão

¹¹⁶ A Associação Flor do cerrado preocupa-se com o conhecimento, a preservação e a propagação da cultura do estado de Mato Grosso. Esta associação possui atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, sem fins lucrativos, sobrevivendo de doações das empresas, entidades e sociedade civil organizada. Ademais, oferece à comunidade uma biblioteca comunitária mato-grossense com mais de 800 livros, onde a população pode conhecer melhor o estado de Mato Grosso por intermédio da leitura.

desse poder é a presença dos Centros de Tradição Gaúcha - CTGs em Lucas do Rio Verde, em Nova Mutum e em Sorriso (VIEIRA, 2009, p. 165-166).

A necessidade de encontrar espaço para a reprodução de sua própria cultura ficou muito clara para nós na fala do primeiro trabalhador da BRF, que tivemos a oportunidade de entrevistar em 2010 e que não foi referenciado no capítulo 2. Eduardo¹¹⁷ foi de Olinda (PE) para Lucas do Rio Verde e, na data da entrevista, já estava há dois anos na cidade trabalhando na BRF. Em Pernambuco, trabalhava em uma lanchonete e nos informou que teve conhecimento da vaga na empresa por meio de uma agência de emprego. Eduardo nos informou que o ônibus saiu da agência que iniciou a contratação. O ônibus estava cheio e a viagem durou três dias.

Chegando a Lucas do Rio Verde, Eduardo e os demais encontraram uma população residente composta, sobretudo, por sulistas. Afinal, só a partir dos anos 2000 é que houve a maior entrada de pessoas da Região Nordeste e, mais recentemente, do Norte do País. Sentindo falta de sua cultura e de seus costumes, Eduardo e um grupo de trabalhadores da BRF iniciaram, em nossas palavras, formas de reprodução da cultura nordestina por intermédio da criação de uma banda, que ensaiava na própria Vila Operária. Para nós, este ponto não marca só uma resistência, mas um processo de coexistência e reconstrução de valores, de autoidentificação enquanto indivíduo e como grupo.

Pode ser um pequeno indício de construção de uma cidade, realmente, mais múltipla, que tenha nos seus distintos espaços uma representação mais legítima e respeitada da pluralidade de sua população atual. Neste sentido, lembramo-nos da visão de cultura de Roque Laraia (2005) em que vê as culturas como vasos comunicantes. Assim, na verdade, com o tempo, não haverá apenas a cultura sulista ou a cultura mato-grossense ou a nordestina, mas, sim, uma interconexão criadora de novas culturas capazes de identificar os habitantes que permaneçam nessa cidade. Representações mais próximas da diversidade cultural dos que vivem na cidade.

Esclarecido, Eduardo nos surpreendeu por sua fala segura e determinada do tipo de quem sabe exatamente o que está fazendo. Com 26 anos de idade, era aluno do primeiro ano do Ensino Médio do CEJA, pretendia cursar nível superior e

¹¹⁷ Lembramos que Eduardo é um nome fictício dado ao trabalhador. Como já explicitado, para preservar a imagem e evitar problemas para os trabalhadores, optamos por não identificá-los pelo nome verdadeiro e nem mostrar fotografias dos mesmos.

tinha na Música a principal opção. Não tinha a intenção de permanecer em Lucas do Rio Verde por muito tempo. Para ele, a empresa era apenas uma ponte para que alcançasse seus reais objetivos de vida. Falou-nos sobre a desilusão de muitas pessoas com o trabalho e a vida no município. Ressaltou ainda que, apesar da empresa ter plano de carreira, era muito difícil seguir porque os sulistas eram os mais beneficiados. Portanto, o QI ainda estava submetido à origem dos trabalhadores.

Desde o início da pesquisa em voga, chamou-nos muito a atenção a ligação com a família e o sofrimento denotado pelos trabalhadores devido à distância. Eduardo chegou a afirmar que _ é melhor sofrer perto da família do que distante. Como outros trabalhadores, ressaltou, também, o quanto a ausência de opções de lazer fazia falta. Sobre este ponto, Eduardo e outros trabalhadores chegaram a fazer referência ao controle realizado pela empresa na vila ao restringir e estabelecer horários para determinadas atividades. Percebemos uma sensação de constante vigilância, onde o trabalho parecia tomar todas as dimensões da vida.

No que tange especificamente à questão econômica, disse que ocorria apenas um repasse, que permitia que sobrevivessem e completou: _ O trocado que sobra é para enviar para a família. Segundo ele, as pessoas tiveram que engolir os nordestinos e as reações foram as mais diversas. Relatou até a existência de um muro com a seguinte frase: “no Maranhão só tem ladrão”, tipo de atitude preconceituosa que muito o incomodava.

Os aumentos na criminalidade, na violência e no uso de drogas constatados na cidade, eram, constantemente, justificados pela entrada de novos migrantes. Em entrevistas, observamos que as autoridades e a população como um todo relacionavam estes aumentos à entrada de migrantes nordestinos. Afirmavam que os que “vinham de fora” eram os que mais comercializavam e consumiam drogas. Ressaltamos, também, que vimos comentários do tipo em vídeos na internet, que tratavam de crimes na cidade: “essa imigração para Lucas está acabando com a cidade”¹¹⁸. Este tipo de afirmação, além de generalizante, tem causado a ampliação do preconceito e o reforço de uma pseudo visão de superioridade dos que “estão dentro” em relação aos que “vêm de fora”.

¹¹⁸ A frase referenciada faz parte do grupo de comentários feitos por internautas em um vídeo do *youtube* intitulado “Chacina em Lucas do Rio Verde” (CANAL NK2, 2012).

De acordo com informações da prefeitura, a maior parte dos que fazem uso de tais drogas é de jovens, além de se constatar o aumento do número de adolescentes fumando cigarro comum e o incremento da prostituição. Um exemplo é o bairro Rio Verde, que tem sido chamado de “cracolândia” de Lucas do Rio Verde, apesar da comercialização de drogas também se realizar em outros bairros¹¹⁹. Cabendo lembrar que, como discorreremos no capítulo anterior, o bairro Tessele Júnior (Vila da BRF) também foi colocado como um dos pontos em que a violência, a criminalidade e o uso de drogas têm crescido muito.

Nesse sentido, o discurso generalizante, que culpa o migrante por todas as mazelas da cidade, toma corpo e coloca a massa dos trabalhadores em situações de fragilidade e coação sob um cenário em que trabalhar na BRF e ser morador do bairro Tessele Júnior, isto é, o viver nessa cidade como migrante “nordestino ou nortista”, já é um ato diário de resistência.

G) Alternativa à falta de moradia e moradias precárias

Na prefeitura, também, conversamos com Débora Carneiro¹²⁰, assistente social, que, em 2016, trabalhava na assessora da Secretaria de Assistência Social e Habitação de Lucas do Rio Verde. Débora falou-nos sobre as demandas por habitação e os projetos realizados para atender às famílias com a construção de diferentes conjuntos habitacionais, assistindo aos grupos familiares de acordo com a renda. Dentre os principais critérios estavam o tempo de moradia no município e a não restrição do nome em serviços de proteção ao crédito.

Em se tratando dos projetos e instituições sociais não governamentais existentes, Débora destacou a atuação da “Acolhida Bom Samaritano” (fotografia 58). De acordo com Débora, a instituição foi implantada em Lucas do Rio Verde de 1990 para os anos 2000. Realiza o trabalho de acolher e alimentar famílias com dificuldades ou “pessoas que vêm de fora” a partir da colaboração da sociedade civil e de empresários. São servidos café, almoço e jantar.

Em 2014, diariamente, 58 pessoas eram atendidas com hospedagem e 240 com alimentação (LEIA LUCAS, 2014), entretanto, com o passar dos anos, o

¹¹⁹ Sobre esse ponto, destaca-se a localização facilitadora do acesso à Bolívia.

¹²⁰ Débora Nascimento foi da cidade de Bauru (São Paulo) para Lucas do Rio Verde. Antes da prefeitura, havia trabalhado na Amaggi.

número vem aumentando. O atendimento é feito a novas pessoas e pessoas reincidentes. No processo, evidencia-se o aumento da peregrinação, a grande circulação de pessoas e a existência de pessoas em situação de rua, além do próprio aumento da pobreza. Lucas do Rio Verde cresce, simultaneamente, em quantidade de pessoas e em desigualdade. Nas fotografias (fotografias 59, 60 e 61), um exemplo claro de tal desigualdade representada pelo distinto acesso à moradia, que demarca espaços de riqueza e ostentação e espaços de pobreza e inclusão precária (“exclusão”). Extremos de progresso e guetos de privação e marginalização social.

Fotografia 58 – Acolhida Bom Samaritano, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 59 – Exterior de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 60 – Cozinha e área improvisada de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

Fotografia 61 – Quarto de uma casa humilde no bairro Rio Verde, 2016

Autora: Nivea Muniz Vieira.

H) Resistência por via da educação e da informação

A mobilização e a resistência são fundamentais. Quando não há resistência, o resultado é a naturalização das relações de dominação e de exploração em níveis cada vez mais potenciais, onde a exploração adapta-se aos moldes das atividades econômicas efetivadas. Por último, mas não menos importante, destacamos o poder de influência e de mudança associado ao acesso ao estudo e à Educação em sua amplitude. Faz parte da elaboração de uma resistência mais consciente, legítima e contínua. A educação geral inclui o reconhecimento de direitos e, na maioria das vezes, a luta por eles.

Além da prevenção por meio da educação e da conscientização e conhecimento dos seus próprios direitos, um caminho pode ser o aumento e, sobretudo, a efetiva atuação de programas de assistência social ao trabalhador, a repressão ao desrespeito aos seus direitos a partir de condenações criminais e fiscalização. Chegamos a este posicionamento a partir de leituras de dados e reflexões realizadas pela ONG Repórter Brasil e pela Comissão Pastoral da Terra, interpretando pontos colocados sobre o trabalho escravo em necessidades na esfera do trabalho assalariado, especialmente, nas especificidades vigentes nos

enfrentamentos cotidianos do trabalhador migrante pouco escolarizado e que recebe baixos salários. Ademais, em campo, a fala dos trabalhadores foi a prova mais concreta da relevância da educação. De fato, marcou uma ruptura entre os que conheciam e os que não conheciam os seus próprios direitos, o que passa pelo reconhecimento ou desconhecimento do seu papel social enquanto indivíduo. Na verdade, a educação perpassa por todas as demais tipologias de resistência levantadas.

Ademais, para muitos, Lucas do Rio Verde acabou se transformando em uma espécie de “não lugar”. Em conformidade com Marc Augé (2008 [1994]), o não lugar é oposto ao lar enquanto espaço personalizado e tem sua construção motivada por fatores econômicos, políticos e demográficos. Em uma solidão coletiva e compartilhada, o habitante do não lugar mantém com este uma relação contratual representada por símbolos, que no caso dos trabalhadores da BRF, podem ser retratados pela passagem de ônibus e pela carteira de trabalho. Tais símbolos habilitam ou não o acesso, comprovam identidade e autorizam deslocamentos em um processo cada vez mais impessoal (GORZONI, 2010).

A modernidade brasileira está impregnada da racionalidade dominante dos países centrais. Imposta de cima para baixo, está em conformidade com os objetivos dos atores hegemônicos. De maneira descontrolada, realizou-se no Brasil em um cenário de relativização da cidadania em sua amplitude, o que viabilizou a aplicação do meio técnico-científico-informacional nas últimas décadas (BERNARDES, 2007). O objetivo é o lucro e o desenvolvimento econômico em um contexto em que o social é deixado em segundo plano. A técnica avança com força, mas encontra barreiras, que podem ser de distintas ordens: naturais, políticas, econômicas, espaciais, humanas, culturais e trabalhistas. Há resistências mesmo que se queira refutá-las.

Ao priorizar o aumento da produção em detrimento da garantia de condições de trabalho adequadas e direitos trabalhistas, antigas formas de solidariedade e resistência estão se esgotando. Quando pouco consistentes, as bases de resistência não são capazes de transformar o trabalho em sua prática e relações, abrindo ainda mais espaço para a sua precarização. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a elaboração de novas bases de resistência no processo, bem como, a sua capacidade de transformação, sendo esta pequena ou não.

Conscientes de que discorremos a partir de um ponto de vista, muito influenciado por nosso *background*, não ignoramos a existência de infinitas possibilidades. Afinal, não há apenas uma versão para construir e contar a história humana. É possível fazer uma história menos excludente e desigual. Seria o que Milton Santos defendeu como uma “outra globalização” capaz de atribuir novos sentidos à existência de cada pessoa (SANTOS, 2007 [2000]; BERNARDES, 2007). E esse processo de mudança passa pela organização, pela resistência e pela luta.

3.3. Relações entre trabalho, técnica e espaço

A soja atuou como um grande potencializador das economias locais e regionais nos municípios localizados no eixo da BR-163 mato-grossense. Envolvendo atividades complementares, foi desde o fornecimento de máquinas, insumos e assistência técnica, à logística de comercialização e transportes. Como vimos, a visão pautada no lucro e na agregação de valor estimulou outras produções capazes de dinamizar setores mais diversos. Foi o caso do milho, em um primeiro estágio, da avicultura, da suinocultura e da bovinocultura, atividades que encontraram na soja um setor complementar. Outro elo da cadeia foram as agroindústrias, que, além de fabricarem adubos para as lavouras de grãos, processam os produtos da pecuária e fabricam (WWF, 2000).

O desenho espacial da produção, antes constituído em linha ao longo da BR-163, foi alterado, passando a incluir ilhas de produção de grãos com alto valor agregado. Novas proporções do capital, modernas formas de relação entre empresas e de interações entre lugares foram instauradas ao estabelecer novas hierarquias entre os distintos capitais e territórios. A criação das redes de produção agropecuárias globalizadas explica em parte as atuais relações campo/cidade, a organização de espaços mais complexos e as inter-relações cada vez mais intensas entre as cidades promovidas pelos sistemas de objetos que dão maior fluidez ao espaço.

A partir da cadeia de carnes, o modelo técnico-produtivo foi alterado e vem se realizando com a introdução de novos objetos e ações em Lucas do Rio Verde. Para isto, o espaço foi reorganizado em sua materialidade e imaterialidade sob o auspício de novas demandas por trabalho. O trabalho assumiu papel de suma importância na

realização e na compreensão dos processos aí estabelecidos em um quadro em que intrínsecas são as articulações entre trabalho, técnica e espaço.

Na modernização, os espaços que se tornam fluidos não são necessariamente contínuos. Podem estar entrecortados por espaços de lentidão ou de atraso (SANTOS, 2006 [1996]). Em Lucas do Rio Verde, há distintos ritmos e ininterruptos movimentos, que configuram um processo particular de produção espacial. No contexto, as relações espaciais foram consideradas a partir da articulação de distintas dimensões. Abstrato e concreto, esse espaço foi compreendido como o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas políticas, constituindo-se na expressão material e imaterial das relações sociais (LÉFÈBVRE, 1994).

Concebemos o espaço como uma realidade relacional (WHATMORE, 1999; MASSEY, 2008). Como um híbrido (SANTOS, 2006 [1996]), que, visto em sua totalidade, simultaneamente, contém e está contido nas diversas dimensões da vida em sociedade. A produção espacial de Lucas do Rio Verde resultou da ação¹²¹ humana sobre o próprio espaço por meio de objetos naturais e artificiais em um movimento duplo de mudança, já que transformando o que lhe é externo, o homem também muda a si mesmo¹²².

Enquanto híbrido, esse espaço é uma forma-conteúdo capaz de articular o processo com o resultado, a forma com a função, o passado com o presente e o futuro, o objeto com o sujeito, o natural com o social (SANTOS, 2006 [1996]; VIEIRA, 2009). Portanto, porque constituído a partir de uma complexa relação entre elementos naturais, políticos, sociais, econômicos e culturais, como destacou Santos, quando tomado isoladamente, o espaço transforma-se em uma abstração vazia.

Em outras palavras, para refletir acerca de Lucas do Rio Verde e da reorganização espacial identificada no município, foi necessário considerar as

¹²¹ Vinculada ao tempo e ao espaço, a ação é um ato, que faz sentido no âmbito da racionalidade capitalista (SANTOS, 2006 [1996]). Segundo Bernardes e Silva (2016), neste sentido, quem tiver a hegemonia, por exemplo, elaborará o calendário agrícola e definirá a safrinha ou a segunda safra, criando outra eficiência do tempo.

¹²² Cada ação é um processo provido de intenção, onde, ao transformar, os agentes mudam a si próprios. Uma das ideias de base de Marx e Engels, entendemos que, por meio do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza. Assim, ao passo que o homem transforma o que lhe é externo, muda a si mesmo (SANTOS, 2006 [1996], p. 78). A ação está subordinada aos diferentes tipos de normas. E, em meio à intensificação do processo de globalização/mundialização, as ações são cada vez mais estranhas aos fins do homem e do lugar, distinguindo as escalas de realização e de comando das ações (SANTOS, 2006 [1996]).

mudanças em curso no processo de produção capitalista em sua versão na área de estudo. A contemporânea fase técnico-científico-informacional se expressou por um significativo aumento na densidade das redes de circulação e de comunicação. Em Lucas do Rio Verde, estas redes viabilizaram a aceleração dos processos de integração produtiva, de mercados, financeira e de informações, o que deixou ainda mais claro o caráter central do movimento, essencial na análise do espaço, tese defendida por Milton Santos. Tal movimento, contraditória e simultaneamente, gerou e se realizou a partir de processos de homogeneização e heterogeneização, integração e desintegração, ressaltando diferenças e a própria desigualdade.

A história dos homens perpassa pela história do trabalho que realizam em um contexto em que cada produto técnico liga tempos distintos por intermédio do fio condutor da história (VIEIRA PINTO, 2005; VIEIRA, 2009). Em Lucas do Rio Verde, apreendemos que as transformações demandadas no âmbito do trabalho acompanharam as mudanças em termos de técnica em um movimento duplo em que um alterou o outro sob o esteio de reorganizações espaciais promotoras e resultantes de tais transformações. Neste sentido, de forma sucinta, iluminamos algumas das correlações entre trabalho, técnica e reestruturação espacial analisadas a partir de considerações teóricas e práticas fundamentadoras da pesquisa em voga.

De maneira mais direta, ressaltamos pontos nos quais especificamos em que medida as transformações no mundo do trabalho estão ligadas à introdução de inovações técnicas e à reorganização do espaço em Lucas do Rio Verde. De início, vimos que a cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde realizou-se a partir da articulação e da simultânea presença do circuito superior e do circuito inferior estabelecidos por circuitos espaciais de produção e por círculos de cooperação. Referimo-nos às relações engendradas em Lucas do Rio Verde em que, com base nas análises de Denise Elias acerca das cidades do agronegócio, constatamos a existência de, pelo menos, duas lógicas de organização desse espaço agrário:

(...) primeiro, uma história, baseada nas condições naturais, dos ciclos da natureza, do tempo lento, da produção cujo objetivo principal é o próprio consumo, que passa, em grande parte, por um processo de desarticulação e, segundo, outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado, participando dos circuitos espaciais globalizados de produção agropecuária. Nas primeiras, predominam as *horizontalidades*, e teríamos, então, as cidades no campo, enquanto as *verticalidades* são

hegemônicas no segundo grupo, no qual teríamos, então, as cidades do campo (ELIAS, 2006, p. 300).

O trabalho, a técnica e o espaço foram organizados de maneira a atender as demandas dos atores hegemônicos o mais rápido possível em uma prática real da ideologia do “*time is money*” (“tempo é dinheiro”). Tendo a BRF como referência, na área de estudo, a busca pela lucratividade no segmento avícola da cadeia carne/grãos promoveu mudanças nas relações de trabalho pautadas em novos padrões tecnológicos capazes de assegurar as condições ampliadas de reprodução do capital (CARDOSO, 2008).

Buscou-se na renovação da base técnica uma forma de ampliação da quantidade produzida e da produtividade. Voltada para o mercado externo, para ser efetivada, exigiu novas requisições de quantidade e especialização da força de trabalho em Lucas do Rio Verde, o que ocorreu em meio a contínuas repercussões na organização espacial. Nas palavras de Vieira (2009, p. 28):

(...) a técnica - material e/ou procedimento ou conjunto de procedimentos que são criados e aplicados, tendo como objetivo o alcance de um determinado resultado - é apresentada como meio instrumental utilizado para a constante (re)criação do espaço.

Em uma relação recíproca de constituição, a técnica é o processo construtivo do espaço (SANTOS, 2006 [1996]). Em sua complexidade atual, no segmento avícola de Lucas do Rio Verde, a técnica existe como meio técnico-científico-informacional realizado por intermédio do trabalho. Trata-se justamente da intrínseca relação entre técnica (meio técnico-científico-informacional), trabalho e reorganização espacial (VIEIRA, 2009, p. 53).

Velocidade, instantaneidade e simultaneidade são algumas das principais características do meio técnico-científico-informacional constituído na fronteira da BR-163 em sua fase atual. Devido à extrema intencionalidade de sua produção e localização, no meio técnico-científico-informacional, técnicos e informacionais, os objetos técnicos surgiram como informação, onde a ciência, a tecnologia e a informação estão não só na base da produção, mas no uso e no reordenamento do espaço (SANTOS, 2006 [1996]).

A modernização da base técnica, as modificações na organização espacial e a racionalização do espaço com base em determinadas ações, só fazem sentido

com a existência de uma força de trabalho que atenda seus requisitos. Para a otimização da base técnica, é necessário que haja por parte do trabalhador um mínimo de conhecimento do sistema técnico envolvido. Mesmo não tendo nível técnico ou superior, o trabalhador precisa, ao menos, ser familiarizado com a base técnica¹²³ (ARRUZO, 2005) utilizada no segmento da cadeia carne/grãos em que trabalha.

Concordamos com Silva (2011) que o trabalho é uma atividade humana essencial para a produção de bens socialmente úteis, e, por isto, vital à reprodução da vida material. Somente o trabalho é capaz de gerar valor. O sistema capitalista, desde o seu surgimento, utiliza de forma combinada o trabalho e os avanços na ciência. Portanto, concebemos as transformações no trabalho na cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde, mas não, a sua eliminação (ANTUNES, 2011[1999]). Entendemos que a falsa impressão de perda de importância e centralidade do trabalho advém da supervalorização da técnica em um discurso que quase invisibiliza o trabalho em sua humanidade por uma busca exclusiva por resultados.

Acompanhado da instauração de novos processos de contratação e de novas relações de trabalho, um novo perfil de trabalhador passou a ser exigido no mercado de trabalho de Lucas do Rio Verde em termos de cadeia carne/grãos. O contexto viabilizou o aumento da competição entre os próprios trabalhadores e, em sua totalidade, reduziu, sobremaneira, o poder de reconhecimento e atuação destes enquanto classe, além de compor um cenário de enfraquecimento do poder sindical. A flexibilidade nos acordos trabalhistas vem sendo imposta em um quadro em que conquistas, anteriormente, alcançadas pela classe trabalhadora, vêm sendo questionadas e revogadas em âmbito nacional com a implementação de reformas de grande impacto, a saber, Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária.

Constantes e inovadoras pesquisas de aperfeiçoamento têm sido necessárias, sinalizando que mesmo com o grande avanço tecnológico, a capacidade de trabalho humana não pode ser dispensada seja no trabalho material ou no trabalho imaterial, em forma de trabalho morto ou de trabalho vivo. Na pesquisa ou mesmo na produção de uma nova máquina é preciso de trabalho

¹²³ Segundo Arruzo (2005), em se tratando dos trabalhadores mais qualificados, isso justifica o estímulo dado pelos produtores da região para a migração de trabalhadores do Sul e do Sudeste do país. Geralmente, migram, principalmente, para ocupar as funções que necessitam de maior especialização, que são, em geral, permanentes.

humano, um sistema produtivo informatizado não pode excluir o operador humano. O segmento avícola da cadeia carne/grãos de Lucas do Rio Verde foi implementado a partir da utilização de trabalho vivo e de trabalho morto.

Portanto, apesar do crescimento do número de trabalhadores no segmento avícola, especialmente, nos abatedouros e frigoríficos, correlacionando o número de trabalhadores com a capacidade produtiva da BRF, é notório que, caso os avanços técnicos não tivessem alcançado o patamar atual, seria necessário um número infinitamente maior de trabalhadores para alcançar os atuais valores produtivos da empresa, se é que se conseguiria alcançá-los.

Figuras 18 e 19 – Os Trabalhadores, as Máquinas e os Frangos

Fonte: Recortes do vídeo “Sadia muda realidade econômica de Lucas do Rio Verde”.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-kadWjGedA>.
Acesso em julho de 2017.

As figuras 18 e 19 são simbólicas representações da mútua presença do trabalho morto e do trabalho vivo no setor. Imagens que nos colocaram novamente dentro da fábrica da BRF na ânsia de desvelar um pouco mais desse trabalho, os avanços técnicos que o acompanham e a sua capacidade de transformação do que está ao seu redor em uma necessária e constante reorganização espacial dentro e fora da empresa. Ainda observando as imagens, subjetivamente, vimos a quantidade de frangos, a rapidez cobrada ao trabalhador, os movimentos repetitivos em uma sequência que nos faz refletir sobre o trabalho e o trabalhador em si.

Fundamentada em Marx (1996), Silva (2011) alertou-nos acerca da incapacidade da máquina de criar valor ou algum tipo de nova tecnologia. Produto de um trabalho anterior, a máquina tem o seu valor transferido para o produto, sendo

parcialmente inserida no processo de valorização do mesmo. Inserido no mecanismo de perpetuação do ciclo de reprodução do capital, o trabalho segue estranhado e o trabalhador despossuído. Ao capitalista, o importante é que a produtividade do trabalho seja intensificada e aumentada por meio de formas de extração do sobretrabalho em tempo reduzido (ANTUNES, 2007).

A modernização aumentou a produtividade do trabalho, incrementando a mais-valia ao procurar reduzir os custos de produção, em um processo em que regiões foram excluídas. Com o sucesso da produção agrícola moderna no Centro-Oeste, os produtores passaram a organizar o espaço de forma a facilitar a elaboração de sua atividade de maneira mais racional (BERNARDES; SILVA, 2016). Como vimos em Lucas do Rio Verde, apenas pra citar algumas mudanças: novas estradas foram abertas, uma nova cidade criada e cadeias produtivas formadas, implicando na demanda de uma distinta mão de obra em número e perfil.

No decorrer do tempo, objetos técnicos, novos conhecimentos, ações, objetos científicos e informacionais cada vez mais avançados foram aglutinados ao processo produtivo. Fundamentada em sua larga base técnica, ao se instalar nos anos 2000, a cadeia carne/grãos modificou sobremaneira sua organização espacial em Lucas do Rio Verde. Afinal, para a sua plena instalação, muito mais do que novas máquinas agrícolas, foi necessário o estabelecimento de uma nova infraestrutura e de serviços especializados, além da própria mão de obra. Um inovado quadro de objetos, formas e ações foi configurado e, apesar do sistema técnico ser semelhante globalmente, essa relação tem se estabelecido de forma única em cada local, condicionada pela organização espacial, histórica e cultural precedentes (ARRUZO, 2005). Os objetos técnicos, que permitem a organização do espaço para a produção em voga são caros, o que restringe o acesso.

Entretanto, não há a presença de uma única racionalidade. Associada à racionalidade dominante sempre estarão contra racionalidades, que se encontram, principalmente, entre as minorias, entre os pobres, os migrantes e, ainda, nas atividades marginais, nas áreas menos modernas e mais opacas, tornadas irracionais para os usos hegemônicos (SANTOS, 2006 [1996]). Podemos falar que esses são os representantes da resistência em sua totalidade e existência. Com base em Santos (2006 [1996]), Bernardes e Silva (2016), explicitaram essa visão:

(...) há convivência de tempos lentos e rápidos, que conformam espaços luminosos e opacos; há convivência de escalas de tempo distintas, pois somos presente, mas também passado e futuro. Assim, passa a haver uma nova dinâmica no uso do território da BR-163 mato-grossense e os sistemas técnicos seletivos respondem pelos espaços luminosos.

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, por sua dinâmica competitiva globalizada, favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do algodão, da cadeia carne-grãos, entre outros, com seus urbanos, fragmentando-se espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a sua reprodução. Os espaços opacos, contudo, permanecem majoritários, em função do processo competitivo vinculado à escravização pelo mercado. Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos e de impulsos globais (...) (BERNARDES; SILVA, 2016, p. 84-85).

Dentre as novas ações necessárias para que o sistema produtivo fosse eficiente, os suportes técnico e científico e o trabalho foram os aspectos mais significativos. Esta mudança do processo produtivo levou a uma série de transformações, especialmente, na organização do trabalho. A quantidade e o perfil de força de trabalho não favoreciam a formação de um mercado de trabalho adequado para as novas atividades (ARRUZO, 2005). Ocupando lugar central, o trabalho foi reestruturado, mas, também, reestruturou o espaço. Afinal, a partir do trabalho o homem produz e transforma o espaço, onde a forma como se relacionam trabalho, técnica e espaço revelaram-se fundamentais.

Uma série de demandas foi criada na cidade de Lucas do Rio Verde, estimulando o comércio e os serviços ao contribuir para o incremento da concentração da população empregada nos grandes setores da economia movimentados pelo desenvolvimento da cadeia carne/grãos. Recebendo baixos salários em uma cidade com alto custo de vida, o trabalhador passou a viver a intensificação da precarização do trabalho e da vida. Falamos do trabalhador migrante advindo do Nordeste e do Norte, que, em geral, está empregado na BRF como operador de produção, tem menor grau de instrução e mora em habitações precárias.

Por outro aspecto, geralmente, o trabalhador mais qualificado tem habitação fixa e de maior qualidade, reproduzindo padrões parecidos ou melhores do que os de sua região de origem. No caso das migrações sulistas, com a construção de espaços que remetem à cultura do Sul como os CTGs e os restaurantes com comidas típicas desta região, com base na leitura de Haesbaert (2008), foi possível

ver a busca pela reprodução da cultura tradicional e da identidade destes na própria organização espacial.

Houve a configuração de um cenário em que o desenvolvimento da tecnologia e o mercado globalizado trouxeram como consequência o aumento da competitividade entre as organizações que, para responderem à demanda, passaram a adotar estratégias de adaptação e inovação contínuas. Buscou-se o aumento de suas capacidades produtivas e da permanência em um mercado cada vez mais exigente. Como ferramenta, a cooperação dos membros da organização para com os seus objetivos tornou-se central. Afinal, as empresas dependem do envolvimento e do comprometimento dos trabalhadores.

No período técnico-produtivo atual, as empresas voltaram-se para o alcance de resultados organizacionais e para mecanismos de gestão participativa em que discursos de flexibilidade, autonomia e trabalho em equipe foram desenvolvidos (GOTTLIEB, 2011). Desenvolveram mecanismos capazes de envolver emocionalmente e de dotar suas atividades dos significados necessários para comprometer e responsabilizar cada vez mais os trabalhadores, chamados de colaboradores.

Em uma reflexão embasada em Gottlieb (2011), identificamos em Lucas do Rio Verde adversas consequências recaídas sobre o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores. No segmento avícola, condicionadas a manterem autocontrole e autodisciplina, *performances* cada vez mais elevadas têm sido cobradas aos trabalhadores. Desgaste e fadiga foram alguns resultados destes processos, que acarretaram consequências negativas capazes de atingir o trabalhador física e psicologicamente. Ao se depararem com altos níveis de exigência e expectativas, os indivíduos aumentaram seus esforços de trabalho, qualitativa e quantitativamente, para tentar corresponder às demandas.

Simultaneamente, sentimentos de insegurança foram despertados, ao passo em que os trabalhadores perceberam riscos decorrentes do fracasso ao atendimento das exigências que lhes foram feitas: maior ritmo e velocidade, polivalência, versatilidade e a gestão por resultados em um contexto em que houve redução dos momentos de não trabalho durante a jornada e a concentração de tarefas, antes pulverizadas sobre a mesma pessoa (GOTTLIEB, 2011).

O aumento da intensidade do trabalho produz crescimento econômico. Mas a que custo? Do ponto de vista social, esta é a questão fundamental que urge. Os prazos aos quais os trabalhadores têm sido submetidos estão mais curtos e o trabalho mais intenso. A flexibilidade significou rápida adaptação às demandas em um quadro em que as pessoas precisam estar aptas para numerosas tarefas, sendo adaptáveis a mudanças constantes por polivalência ilimitada sem correspondência salarial e em benefícios ou conquistas trabalhistas. É inegável, portanto, que as novas relações de produção levaram ao surgimento de um novo perfil de trabalhador em Lucas do Rio Verde.

Associada às mudanças nas esferas do trabalho e da produção, a ampliação das desigualdades sociais vem sendo percebida em Lucas do Rio Verde. As contradições ficaram mais visíveis, inclusive, na forma de organizar e gerir a nova força de trabalho. Sob este ponto de vista, a problemática social centrou-se na intensificação da precarização das relações de trabalho e em modificações das relações sociais, fazendo parte deste quadro o aviltamento das condições de vida e a redução do Estado (STANDING, 2013), bem como, o relativo descompasso entre o aumento populacional e a ampliação dos serviços públicos oferecidos. Portanto, atualmente, além das mudanças substanciais ocorridas no mundo do trabalho, insta a necessidade de alterar as análises sobre ele, tendo em vista as suas relações com as mudanças técnicas, bem como, as repercussões espaciais originadas neste contexto (SILVA, 2011).

Porém, a crise que vem atingindo o mundo do trabalho em sua totalidade ainda é de proporções pouco assimiladas (SILVA, 2011). Há limites conceituais para o entendimento do quadro em curso e a necessidade de construir elementos analíticos mais adequados, especialmente no que se refere ao trabalho no campo. Ainda que, neste cenário, a incerteza seja a condição mais sustentável, devem ser buscadas reflexões a partir das quais sejam criadas condições para a crítica, onde, em algum ponto, a política exista como pensamento e como ação (LÉFÈBVRE, 2008).

Fundamentado na ciência, na técnica e na informação, um aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas foi viabilizado em Lucas do Rio Verde. Por sua natureza global, este sistema técnico-produtivo criou um padrão estandardizado de produção e de consumo de alimentos, que obedeceu a regras que, em sua imensa maioria, vieram de ordens distantes

(LÉFÈBVRE, 1994). Estudar os fixos e os fluxos associados aos sistemas agroindustriais da cadeia carne/grãos, em especial a partir de seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, foi um exercício necessário na análise do espaço por ela produzido na região. E, dentre outras coisas, a gestão da agropecuária moderna na área necessitou da sociabilidade e dos espaços urbanos (ELIAS, 2006; BUHLER et al, 2016).

O resultado foi uma nova divisão social e territorial do trabalho possível a partir das condições de instantaneidade e de simultaneidade verificadas com a revolução tecnológica, que impacta a configuração territorial, na estrutura demográfica e de emprego, tendo como consequência o aumento da população urbana e o incremento do processo de urbanização em cidades como Lucas do Rio Verde. Houve total remodelação do espaço e a organização de um novo sistema urbano cada vez mais complexo. Inspirados na leitura de Suzuki (1996), também, apreendemos a existência de repercussões da produção e transformação do espaço urbano no modo de vida dos trabalhadores, alterando a forma como os moradores em geral percebem, vivem e concebem o espaço.

Como resultado da presença da ciência, da tecnologia e da informação no meio geográfico, no período atual, as cidades estão cada vez mais sintonizadas com o ritmo do mundo e do país. Todavia, não podemos esquecer que a forma e a intensidade com que esta sintonia ocorre mudam, principalmente, em função do lugar que cabe a cada cidade na rede urbana nacional e mundial, que está em constante transformação (CASTILLO, 2002).

A área concentrada em soja na BR-163 mato-grossense e Lucas do Rio Verde em particular passaram pela implantação de técnicas em um sistema capaz de receber os mais sólidos investimentos privados. Palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado, locus das grandes transações e da transformação dos produtos primários, passou a integrar parte importante da rota dos circuitos espaciais de produção da cadeia carne/grãos (ELIAS, 2012). Em uma competitividade desenfreada, a corrida por investimentos tornou-se imprescindível, onde, em geral, as novas atividades não estão associadas à história local e não têm preocupação com o destino da vida cotidiana.

As cidades do agronegócio vêm se multiplicando, passando a desempenhar muitas novas funções, transformando-se em um lugar de todas as formas de

cooperação erigidas pela produção agrícola e industrial associadas aos sistemas agroindustriais (ELIAS, 2006). O campo vem abrigando cada vez mais atividades não agrícolas como a produção industrial, o que reforça o caráter híbrido do espaço rural.

Concordamos com Marafon (2014) que, além de ser o local em que a produção agropecuária se realiza, o campo transformou-se em um espaço em que inúmeras atividades não agrícolas são realizadas. Representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, o espaço rural passou a ser fortemente marcado pela técnica e pelo capital em um contexto em que:

O rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades (MARAFON, 2014, p. 5).

Não se pode considerar as antigas relações cidade-campo/rural-urbano. Devido à forte interdependência entre estes dois espaços, a cidade de Lucas do Rio Verde não pode ser pensada dissociada do campo. Retirada de Buhler et al (2016, p. 25), a citação abaixo explicita bem o contexto, apontando para especificidades de tais mudanças:

As modalidades de inserção dos produtores empresariais nos espaços agrícolas e rurais e sua inclusão na escala local passaram pelo envolvimento em redes mantidas com atores urbanos. As empresas são estruturadas espacialmente entre suas unidades – fazenda (s), lote (s) etc – mais ou menos distantes e as cidades de médio porte próximas, que se constituem em pontos focais no espaço. Com isso, os meios urbanos oferecem um lugar de representação (sede), facilitam relacionamentos e transações e fornecem os principais serviços. Essas cidades se beneficiam do dinamismo agrícola; os funcionários ou os terceirizados moram nelas, elas recebem os executivos em sua passagem, oferecem oficinas mecânicas, escritórios de assessoria agrônoma, centros de treinamento, agrofornecedores, armazenamento, beneficiamento agroindustrial (unidades às vezes situadas nas encruzilhadas rodoviárias), hotéis e serviços etc. São as cidades do agronegócio (Elias e Pequeno, 2006), chamadas à sua época, e com as devidas diferenças, de “agrocidades” por Collin-Devaud (1971), “cidades ativas” por Gaignard (1979), ou ainda “cidades do campo” por Santos (1988).

Tais transformações ocorreram no âmbito regional, não se limitando à Lucas do Rio Verde. Inclusos neste processo produtivo, Sorriso e Nova Mutum, municípios-sede da cadeia carne/grãos são exemplos de municípios que também receberam grandes investimentos. No âmbito da interdependente relação entre cidade e campo,

com suas especificidades, passaram por ajustes e demandaram maior inserção de tecnologias e emprego de mão de obra adequada.

No que tange ao segmento avícola, de forma sucinta, significou produzir maior quantidade de grãos e ter a presença de grandes aviários em um quadro de progressiva subordinação às normas produtivas do grande capital. Para exemplificar, em Lucas do Rio Verde, a BRF passou a deter o controle da qualidade, do tamanho, do tipo de raça e a da ração necessária para a produção de aves.

Tem havido um reforço da articulação das dimensões fundamentais do sistema Capital-Estado-Trabalho, onde os dois primeiros se associaram para controlar o trabalho (ANTUNES, 2011[1999]). Iniciou-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e, principalmente, a reelaboração do sistema ideológico e político, fomentando a reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas e o surgimento de novas categorias de trabalhadores provocaram mudanças no conteúdo do espaço, da relação cidade-campo e consequentemente na ação política dos trabalhadores.

Perante a conjuntura descrita, grande parcela do movimento social e sindical passou a elaborar pautas de reivindicação apenas para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, sem, no entanto, refletir profundamente e atuar sobre a necessidade de criar estratégias para superar e apontar alternativas concretas para mudanças substanciais no mundo do trabalho a fim de construir resistências mais organizadas e consistentes¹²⁴.

A adequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo acarretou alterações no papel do trabalho e do trabalhador. Trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações. Houve o incremento da exploração do trabalho, que culminou em uma desenfreada ofensiva do capital sobre os trabalhadores, tendo o Estado como suporte jurídico-político, que, omisso em relação aos interesses sociais, criou as condições para a desregulamentação das leis trabalhistas.

¹²⁴ Cabe lembrar a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em sua representação enquanto voz organizada e influente dos trabalhadores rurais. Para Oliveira (2001), no conjunto da história recente do Brasil, o MST é o movimento social rural mais organizado, um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra.

Referindo-se à dinâmica da reestruturação produtiva e as mutações no trabalho, Antunes (2000) evidenciou, ainda, contradições entre o discurso da qualificação e do trabalho em equipe. Vendido como prazeroso e agradável, no mesmo *locus* de produção, consta-se a existência de trabalhos repetitivos, mecânicos, pouco qualificados e mal remunerados, expressando a contradição viva entre o capital e o trabalho. O discurso do envolvimento racional dos trabalhadores propagado pelo capital defronta-se com sua negação expressa na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na diferenciação por origem, gênero, especialização e idade, aspectos identificados na BRF de Lucas do Rio Verde.

Concordamos com Antunes (2007) ao defender a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho precarizadas. Nos setores produtivos com maior incremento tecnológico tem se dado uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho multifuncional e polivalente.

O conteúdo do novo rural-urbano ficou em evidência em um cenário constituído por contradições. As mudanças espaciais decorrentes desta interação alteraram o uso da terra e a dinâmica do rural em sua relação com o urbano. Com a presença de novas infraestruturas de transporte, comunicação e indústrias, novos rearranjos econômicos foram constituídos, desencadeando um processo particular de competição por uso da terra em Lucas do Rio Verde no esteio de inovadoras tendências de reorganização deste espaço. Desde suas origens, tal processo realizou-se a partir da atuação da força de trabalho e desenvolveu-se em conformidade com o padrão técnico-produtivo utilizado no espaço e no tempo analisados.

Portanto, para discutir a reestruturação do espaço produtivo agroindustrial em Lucas do Rio Verde, foi necessário levar em conta o grau de mutação do espaço na busca por compreender como esta área transformou-se no espaço multifuncional, que se vê hoje. Com diversidade de usos e funções, no contexto desta multiplicidade, exercitou-se um olhar sobre o espaço capaz de nos dar a capacidade de vê-lo em sua totalidade e em suas particularidades, que nos colocaram mais próximos do cotidiano, que ele esconde.

E, foi justamente o olhar sobre as suas particularidades em termos de cadeia carne/grãos que nos forneceu elementos para analisarmos relações sociais e de trabalho desdobradas nesse espaço, trazendo, assim, informações sobre o trabalho

e sobre a vida dos trabalhadores, onde trabalho e vida estão totalmente entrelaçados.

No processo, apesar do Estado ter passado por profundas mudanças em suas atribuições, continuou ocupando papel fundamental. O Estado intensificou sua atuação mediante os organismos internacionais, perante os interesses do capital ávido por lucros imediatos e os interesses nacionais (GONÇALVES, 2006). Em alguns momentos, submeteu-se a toda forma de dominação e, em outros, foi um meio importante para realizar o avanço econômico e político na transição de um espaço de lugares para um espaço de fluxos, onde a circulação foi fundamental. Uma política relacional do espaço e do lugar em que o espaço é tido como mais abstrato que o lugar (MASSEY, 2008).

Uma compreensão em termos de relacionalidade, onde o local e o global foram mutuamente constituídos e considerados, o que tornou insustentáveis as separações ou as contraposições cegas. Pensando o espaço de forma relacional, então, em sua totalidade, ele é muito mais do que a soma de todas as nossas conexões (MORIN, 1996; 2015). Por conseguinte, reconhecer a construção relacional e aberta do local permitiu enxergar o estabelecimento de uma política de conectividade, uma apreensão da realidade em sua complexidade (SANTOS, 2006 [1996]; MASSEY, 2008).

O espaço é reproduzido por meio de movimentos, que, além de contínuos, são abertos, múltiplos e relacionais (MASSEY, 2008). Sendo assim, inacabado, está sempre em devir (VIEIRA, 2009). Impregnados de temporalidades, seus elementos coexistem em um campo dialético de forças e contradições, que expressam a iminente interação entre o tempo e o espaço. Portanto, vimos na área de estudo um espaço com relações sempre em construção. Assim, considerando a atuação do tempo e as diferentes temporalidades coexistentes, este espaço é a expressão da multiplicidade contemporânea, criando particularidades que tornam Lucas do Rio Verde o que é.

Whatmore (1999) nos falou sobre um espaço dotado de uma ética relacional, que parte de uma sociabilidade básica, que é inseparável da compreensão da individualidade humana. Um sentido global dos espaços, que enxerga o espaço em sua capacidade de influenciar nossa visão de mundo, estruturando-a. Modula nosso entendimento do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política e nossa

prática. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e/ou praticamos um sentido de trabalho. Nesse processo, o tempo foi apreendido como a dimensão de mudança e o espaço como a dimensão do social, da coexistência contemporânea.

Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, sistemas de objetos e de ações, nova divisão técnica e social do trabalho, mudanças na dinâmica do mercado, confrontos entre interesses dominantes e formas de produzir pré-existentes, encontro entre diferentes temporalidades e espacialidades, lutas sociais em um contexto em que conflitos foram desvendados. Foi possível mapear e reconhecer Lucas do Rio Verde como um espaço projetado pelos mais poderosos, onde os dominantes ordenam e excluem (BERNARDES, 2015), porém, não sem organização e resistência por parte dos que são dominados, dos que são prejudicados ou veem seus direitos serem ignorados ou deixados em segundo plano.

Em Lucas do Rio Verde, o espaço ganhou significado por meio das práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas, aparecendo como síntese das múltiplas relações, que o formaram (GONÇALVES, 2006). Foi modelado a partir de elementos históricos ou naturais, e, sobretudo, politicamente (LÉFÈBVRE, 2008). Político e ideológico, tornou-se instrumental, afinal, nada tem de inocente e inofensivo. Ademais, não é nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, mas um intermediário entre estes dois. Lugar e meio onde se desenvolveram estratégias e onde os enfrentamentos vêm ocorrendo.

Analisar esse espaço foi avaliar os movimentos de reestruturação produtiva a partir da transformação do sistema de objetos com a produção de novos fixos em um novo sistema de ações, que resultou em novos fluxos e em transformações nas relações de trabalho. Sob esta perspectiva, fundamentados em Santos (1988), o espaço é o conjunto do trabalho morto expresso nas formas geográficas e do trabalho vivo visto como contexto social (SANTOS, 1988).

A entrada de inovações técnicas não dispensou a presença de trabalhadores na produção, acabando por reafirmar sua centralidade. As relações de trabalho mudaram, os sentidos do trabalho mudaram, o trabalho mudou, demandando um novo perfil de mão de obra em um quadro em que a sua importância permaneceu. As transformações em termos de técnica e de trabalho realizaram-se, reproduzindo o espaço, fora do qual as transformações técnicas e no mundo do trabalho não

seriam possíveis. Em meio ao desenvolvimento da cadeia carne/grãos, a técnica e o trabalho modificam-se, promovendo uma significativa reorganização espacial em Lucas do Rio Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a crise financeira, o mundo continua demandando cada vez maior produção de grãos e de carne de frango: mais soja, mais milho, mais frango. No caso dos grãos, a produção tem sido incrementada para a alimentação e para a produção de ração. A expansão da produção agrícola no estado de Mato Grosso ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1970 e assumiu caráter diferenciado e maior diversificação nos anos 2000. A expansão do capital no cerrado mato-grossense trouxe mecanismos indutores de desigualdades em seu bojo. Criou um modelo técnico-produtivo excludente, que, reorganizando os espaços, alimentou diferenciações em seu interior, expressando-se em termos de divisão, de especialização, de fragmentação e de relações de interdependência, tendo em vista o fortalecimento da acumulação (BERNARDES, 2007).

O agronegócio da BR-163 vem mostrando sua força com a reestruturação da base técnico-produtiva, que se pautou na revolução da informática e da biotecnologia. No meio técnico-científico-informacional, a ciência, a tecnologia e a informação estão na base da produção, do uso e do reordenamento do espaço. A incorporação da tecnologia da informação na produção e nas práticas agrícolas no Brasil teve a década de 1980 como referência, mas foi incrementada recentemente nos municípios-sede da cadeia carne/grãos localizados no eixo da BR-163 mato-grossense. Velocidade, instantaneidade e simultaneidade são características do meio técnico-científico-informacional, que ocorreu no esteio da reestruturação da produção e do trabalho no sistema capitalista em sua versão atual na área.

Grandes mudanças foram registradas na região concentrada da soja da BR-163 mato-grossense com a entrada das indústrias de carnes, constituindo o que chamamos de municípios-sede da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense: Nova Mutum, Sorriso e Lucas do Rio Verde, sobretudo. A cidade e o campo foram reorganizados para se ajustarem às novas exigências da cadeia, agregando novos fixos e funções na geração de inovados fluxos. Assim, o que antes se restringia às cidades, hoje, inclui o mundo rural.

Lucas do Rio Verde, que, inicialmente, cresceu voltando-se apenas para as atividades dos grãos (soja e milho), passou a agregar a industrialização de carnes de aves e de suínos, diversificando a produção com a entrada da BRF nos anos 2000. Simultaneamente, por estar fortemente vinculada à cadeia de grãos, a

presença da indústria de carnes promoveu o aumento da produção de soja e milho, gerando novas demandas no campo e na cidade, o que vem provocando profundas transformações em ambos os espaços.

As grandes empresas, bem como os produtores e o Estado, apresentaram-se como agentes fundamentais no processo de difusão de uma nova racionalidade técnica no cerrado brasileiro, onde as grandes empresas foram as principais beneficiadas pelas possibilidades de ganhos de capital emergidas no processo. Apesar de não serem as únicas, coube ressaltar a importância da influência e da participação das *tradings* na organização espacial do agronegócio no Brasil e em Lucas do Rio Verde em particular. Com base nas leituras de Bernardes e de Delgado, apreendemos o movimento do capital caminhando em consonância com a dinâmica dessa produção. Vimos o estabelecimento de alianças e de relações estratégicas entre empresas como elementos fundamentais para compreendermos essa organização.

Fundamental nas dinâmicas espaciais, constatamos uma nova tendência migratória em Lucas do Rio Verde, incorporando grupos sociais, que, também, devem ser considerados como parte relevante da construção espacial do município em sua composição atual. Respeitadas as diferenças de atuação e de poder de influência no processo, identificamos ainda uma relação existencial interdependente dos agentes representados pelo Estado, pelas empresas e pela população em sua totalidade.

Na formação populacional atual, apesar da inegável presença majoritária de sulistas enquanto migrantes tradicionais no município, destacamos a participação dos nordestinos e dos nortistas em um enfoque mais voltado para a nova fase do processo migratório e para a formação do mercado de trabalho nos anos 2000. Apreendemos tais transformações sob um olhar que percebeu a existência simultânea de grupos mais influentes e grupos menos influentes em termos de poder de decisão dentro do processo produtivo e nas ações políticas, econômicas e sociais gerais demandadas, o que, entretanto, não diminuiu a importância de um ou de outro em nossa opinião.

O mercado de trabalho formal constituído deu sentido ao novo processo de ocupação de Lucas do Rio Verde, exigindo mão de obra especializada e trabalhadores menos qualificados. No segmento de carnes da BRF, de maneira

geral, exige-se que os trabalhadores familiarizem-se com as técnicas produtivas, que terão que lidar no setor em que trabalham, sendo versáteis ao ponto de adequarem-se ao trabalho de outros setores em caso de novas demandas. Sobre este aspecto, cabe ressaltar que o processo produtivo não foi totalmente automatizado. Componentes da população migrante em sua fase atual, os migrantes do Nordeste e do Norte estão mais sujeitos a novas migrações e, em geral, apresentam menor especialização, quando comparados aos do Sul e do Sudeste. Em Lucas do Rio Verde, portanto, o trabalho passou a ser formado por grupos sociais e de relações sociais tão diversas quanto específicas.

Para instalar um conjunto de técnicas de elevado nível, visando ampliar sua acumulação, em Lucas do Rio Verde, as ações dos agentes foram seguidas por uma série de outras ações, que contribuíram no sentido de transformar a organização espacial. Tratamos de ações racionais, que moveram a forma capitalista de realização das atividades econômicas em um espaço apreendido em sua hibridez e em sua capacidade de transformar-se continuamente sob a real imbricação do tempo e do espaço coexistentes de forma associada.

Para se concretizarem, além de objetos técnicos, as ações racionais necessitaram de materialidades e de imaterialidades capazes de facilitar o seu acontecimento (SANTOS, 2006 [1996]). Foi assim que um espaço de racionalidade foi criado em Lucas do Rio Verde, onde os objetos e as ações técnicas favoreceram o acontecimento das ações de forma mais eficaz, tendendo a eliminar o aleatório e as contra racionalidades. A circulação, representada pelos circuitos espaciais de produção e pelos círculos de cooperação, assumiu importância estratégica na cadeia carne/grãos, onde, materiais ou imateriais, os fluxos passaram a ser regulados de maneira seletiva e privilegiada em prol de alguns e em detrimento de outros. Ajustes espaciais dos quais a acumulação do capital dependeu em um processo em que as barreiras espaciais foram relativizadas.

Em outras palavras, o quadro instaurado com a chegada da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde resultou em uma específica reorganização do arranjo espacial existente, onde, por meio da entrada de novos objetos como tratores e silos de alta capacidade de armazenamento de grãos, aviários, fábricas de ração e seus equipamentos, houve a entrada de novos fluxos, que compreenderam à comercialização, ao transporte, aos intercâmbios de informações e capitais, entre

outros. Um inovado sistema de ações foi instaurado vinculado às relações sociais regentes de tais objetos e de seus fluxos (SANTOS, 1985, 2006 [1996]).

A instalação da cadeia carne/grãos na BR-163 significou a busca por agregação de valor baseada em diversificação da produção. A verticalização se expressou no espaço, que socialmente construído, se estabeleceu por meio de novas relações de poder, de problemas de ordem social, política e ambiental, de mudanças nos padrões culturais e do incremento do trabalho precarizado. É o espaço visto como um híbrido que se faz e refaz a partir de múltiplas e distintas dimensões e escalas em sua complexidade. No processo, entre inclusões e exclusões, o grande capital foi o maior beneficiário.

A cadeia carne/grãos envolveu a revolução genética com destaque para a produção de frangos e suínos. Fundamentado no tripé constituído pela técnica, pela ciência e pela informação, o novo modelo técnico-produtivo implicou não só em nova escala de produção, mas em novas demandas por trabalho em número e em especialização. Em Lucas do Rio Verde a verticalização da produção ocorreu a partir da incorporação de técnicas ainda mais apuradas, tendo em vista o atendimento de segmentos de consumo mais exigentes, o que se deu por meio de transformações no trabalho e na reorganização espacial. A prática da diversificação beneficiou a grande empresa, bem como a concentração fundiária e do poder político em um processo que vem eliminando produtores menores e privilegiando os maiores.

Nesse esteio, a modernização tecnológica resultou de uma série de ações em busca de incremento da produtividade da terra e do trabalho como alternativa para o aumento da quantidade produzida, não sendo mais viável basear o crescimento da produção na exclusiva ampliação do número de trabalhadores e, muito menos, unicamente no aumento da área plantada na agricultura. Com o investimento em maquinário agrícola, insumos químicos e biológicos, as atividades agrícolas passaram a ser dependentes da indústria e, principalmente, de empresas multinacionais que comandam a produção e a venda destes artefatos. Destarte, a reestruturação da agropecuária se deu provocando notáveis metamorfoses não só na demanda por trabalho, mas na própria divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Portanto, foi fundamental compreender como a introdução de inovações tecnológicas contribuiu para entender as transformações no mundo do trabalho, na

reorganização das atividades e do espaço em Lucas do Rio Verde. O período atual correspondeu ao aprofundamento de uma integração econômica, política, social e cultural. Intensificado a partir da década de 1970, embasou-se no modelo de produção de acumulação flexível e apresentou especificidades, que atingiram os espaços de formas distintas e em tempos diferenciados, tornando-os ainda mais heterogêneos e globalizados.

Tais processos de mudança ocorreram no contexto da globalização, fenômeno que, contraditoriamente, vem ressaltando as particularidades dos espaços ao promover a crescente integração das diversas partes do mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação, sendo o resultado de ações e de interações entre diferentes agentes locais, nacionais e supranacionais.

A entrada da BRF em Lucas do Rio Verde exigiu a criação de infraestrutura para sediar os novos investimentos, onde o Estado beneficiou esta empresa com novas inversões. A demanda por trabalhadores passou a ser essencial, o que implicou no aumento populacional de Lucas do Rio Verde, incrementado a população ocupada, principalmente, na totalidade dos setores da economia. Os elementos estruturantes das novas relações cidade-campo/campo-cidade, foram encontrados na expansão do trabalho agropecuário que, promovendo alterações na dinâmica populacional, implicou na entrada e a na saída de pessoas de Lucas do Rio Verde. As novas relações entre o campo e a cidade foram estabelecidas de forma tal que não mais é possível entendê-las de maneira dicotômica e independente.

Enquanto cidade do agronegócio, Lucas do Rio Verde cresceu em função do campo em um processo em que o desenvolvimento do campo passou a depender da criação de infraestruturas e serviços na cidade, efetivando a divisão do trabalho entre ambos. Lucas do Rio Verde passou a oferecer condições para maior fluidez das mercadorias e das comunicações ao atrair população e empresas para o município, mesmo localizando-se afastado da capital de Mato Grosso e dos grandes centros urbanos brasileiros.

Introduzidos, os objetos e as ações ditaram um novo ritmo para o trabalho e para a vida acompanhados de progressiva alienação do trabalhador em relação ao multifacetado processo produtivo. No contexto das atuais relações de produção e de reprodução, o trabalho tornou-se mais complexo. O quadro atual configurou uma

situação de incertezas, principalmente em relação ao futuro do trabalho e do trabalhador. As incertezas e os riscos tornaram-se proporcionais aos níveis de inserção dos indivíduos e das classes na nova dinâmica da reprodução do capital. Os riscos sociais potencializaram ainda mais a instabilidade dos pequenos produtores e dos trabalhadores precariamente empregados.

As transformações no mundo do trabalho provocaram significativas consequências sobre a subjetividade dos indivíduos, que compõem a força de trabalho. Afinal, a problemática do trabalho tem importância central na vida de homens e de mulheres que, vivendo sob o sistema capitalista, têm visto sua identidade e seu modo de viver fundamentados nesta lógica. Nas últimas décadas, o mundo vem sofrendo profundas transformações no universo do trabalho, nas suas relações e, conseqüentemente, nas subjetividades das relações sociais e de trabalho. Surgiram e vêm se mantendo fatores como o desemprego estrutural, trabalhos em condições precárias, exigências constantes, insatisfações (STANDING, 2013; SENNET, 2006), onde o trabalhador fica cada vez mais preso pela supervalorização do capital em detrimento do humano, realidade evidenciada em Lucas do Rio Verde, respeitadas a proporção e as particularidades ali encontradas.

Transformado em sua materialidade e subjetividade, o mundo do trabalho vem provocando graves impactos na vida social com a ampliação das desigualdades sociais a partir do aumento da concentração da renda, da intensificação da precarização e a da informalização ampliadas do mercado de trabalho. O enxugamento do mercado de trabalho pela eliminação de trabalhadores com contratos regulares e a multiplicação das formas de trabalho parcial, precário ou terceirizado, além da própria redução relativa do número de trabalhadores relacionada ao intenso uso de técnica, fizeram com que se passasse a relativizar a importância do trabalho, tese que refutamos.

Ligadas à revolução tecnológica, tais transformações levaram homens e mulheres a lidarem com tensões no processo de adaptação aos novos tempos. Tratamos de transformações que o trabalhador nem sempre consegue acompanhar, e, ao suportar cargas maiores de estresse, homens e mulheres ficaram ainda mais expostos às doenças, fragilizando-se física e psiquicamente. A necessidade tem levado o trabalhador a desenvolver habilidades para a sobrevivência no trabalho precarizado. No contexto, o trabalhador, que adoece, além de danos físicos e

psicológicos, tem danos morais, tendo em vista que o adoecimento é percebido como um sinal de fraqueza pessoal em uma construção lógica capaz de culpar a vítima. Assim, o trabalhador torna-se o culpado por seu adoecimento e pelos acidentes de trabalho.

A precarização do trabalho é uma problemática social e política com caráter multidimensional (STANDING, 2013), que, em Lucas do Rio Verde, expressou-se por meio da fragilização do trabalhador na luta por suas causas, além da própria intensificação da precarização das relações de trabalho e das condições de vida com moradias precárias, com o aumento da violência na cidade e o incremento do custo de vida.

A categoria trabalho não perdeu sua centralidade e vem se desenvolvendo a partir da articulação entre o trabalho vivo e o trabalho morto. Mesmo em atividades mais intelectualizadas/especializadas não se evidenciou o fim do trabalho como medida de valor. Houve, sim, uma mudança qualitativa e quantitativa, uma correlação acentuada das formas de extração do lucro em que os níveis de exploração do trabalho foram incrementados desde o operário da linha de produção ao especialista com nível superior ou aos prestadores de serviço. Ademais, a imagem do operário especializado, capaz de atuar estritamente em uma parte do processo produtivo, vem sendo substituída pela ideologia do trabalhador polivalente.

Novas relações de trabalho foram instituídas, selecionando uma mão de obra com maior capacidade para lidar com a técnica, mas que, apesar de mais exigida, não vê a melhoria de seu salário e de suas condições de trabalho. Embora tenhamos identificado a presença do trabalhador qualificado, com salários mais elevados e condições de produção do espaço mais privilegiadas, sabemos que este quadro é restrito. A maior parte dos trabalhadores empregados no setor avícola possui escolarização média, recebe baixos salários, trabalha sob condições precárias e tem uma inserção social pequena em Lucas do Rio Verde.

Com o novo ordenamento espacial, o aumento da oferta de equipamentos públicos coletivos foi exigido a partir da requisição de maior volume de investimentos no planejamento e na gestão do espaço pelo Estado. Entretanto, a criação de infraestrutura ocorreu em níveis inferiores às reais necessidades imediatas, o que implicou na problemática da moradia, tornando, muitas vezes, praticamente inviável a permanência dos trabalhadores em Lucas do Rio Verde. Tratamos do significativo

descompasso entre os baixos salários pagos e o alto custo de vida da cidade (VIEIRA, 2009).

O sistema de proteção social e seus princípios de universalização de direitos sociais têm sido substituídos por um sistema compensatório, que impacta a problemática social, reduzindo, significativamente, o acesso aos bens públicos e a garantia de direitos básicos. Apesar de o sindicalismo ter os seus méritos na história nacional, em Lucas do Rio Verde, a ação tradicional do sindicalismo vem se mostrando insuficiente para enfrentar a multiplicidade das especificidades das disputas e das lutas que deveriam ser conduzidas dentro e fora do trabalho, as quais são tão numerosas e complexas que, a nosso ver, nenhuma organização pode, hoje, pretender assumi-las sozinha.

A Vila Operária da BRF foi construída para reduzir o custo de aquisição, manutenção e reprodução da força de trabalho, estabelecendo um movimento simultâneo em que o trabalhador tornou-se operário e inquilino (BLAY, 1985). Em Lucas do Rio Verde, os trabalhadores-moradores estão submetidos à baixa qualidade de vida, ao desemprego, à marginalização, ao descaso do poder público, à discriminação e à segregação social, fatores identificados e concluídos em campo e a partir da leitura de Seibert (2008).

O mais adequado em termos sociais seria que o trabalhador tivesse condições de suprir necessidades vitais como moradia com o seu próprio salário. O trabalhador, que mora na Vila, perdeu parte de sua autonomia por ter que seguir regras estabelecidas pelo empregador dentro do espaço de moradia, o que tem influenciado no controle do horário de saída e de entrada, de lazer e da realização de festividades, por exemplo. Os direitos e os deveres trabalhistas confundiram-se com o direito à vida, à sobrevivência em suas diversas dimensões.

O trabalho na cadeia de carnes de Lucas do Rio Verde tem adquirido conteúdos positivos e negativos. O trabalho em si é um direito humano, que garante a sobrevivência material e faz parte da identidade dos trabalhadores. Em suas especificidades na área, muitas vezes, surgiu como uma alternativa para os trabalhadores que, em seus municípios de origem, estavam sem trabalho e sem perspectivas de futuro ou com trabalho, mas insatisfeitos e vivendo níveis de precarização ainda maiores. Sem falar que, em Lucas do Rio Verde, encontraram

melhores escolas e atendimento em termos de saúde pública quando comparados aos serviços oferecidos por seus municípios de origem.

Por outro aspecto, no que tange aos pontos negativos, o referido trabalho tem sido alvo de muitas violações, tornando-se fonte de opressão. Ao entrevistar os trabalhadores da BRF, vimos que, para a maioria, o trabalho raramente está relacionado à dignidade, à satisfação ou à realização pessoal. Associados à saudade da família, as poucas opções de lazer, ao alto custo de vida, ao aumento da violência e da sensação de insegurança na cidade, os pontos destacados explicitaram a alta rotatividade dos trabalhadores na empresa e a não permanência de muitos ou a manutenção do desejo de retornar para o município de onde vieram ou até a vontade de tentar a vida em outro município.

Entendemos que o trabalho, de sua teoria a sua prática, desde sua episteme ao seu campo de atuação, precisa ser, por princípio, um espaço de luta e de resistências, o que vai de encontro ao caráter alienante que tem incorporado. O trabalho é um ato social e político, que se realiza espacialmente, conteúdo e forma, estrutura e processo, tem ligação intrínseca com o ser do trabalhador. Auspício de nossa construção e atuação como cidadãos no mundo e de nossa essência como seres humanos, garantia de nossa sobrevivência e subsistência, aos olhos da maioria, o trabalho ainda define a completude do que somos e o olhar que nos lançarão, posicionando-nos dentro da hierarquia social, isto é, de um status social. Tal processo é amplo e expressivo, composto por uma ordem complexa, que não deve ser só constatada, mas refletida e interferida. É necessário tornar novamente humano o que tem sido desumanizado.

Em relação à perspectiva utilizada em torno da análise, entendemos que esses sujeitos sociais, além de preservarem os aspectos negativos e o sofrimento ao qual estão submetidos, também resguardam e desenvolvem várias formas de resistência emanadas de ações desencadeadas no viver diário e na luta cotidiana pela sobrevivência e por pertencer à cidade. Situações concretas da resistência cotidiana que, por vezes, ocorreram de maneira isolada, pontual e sem continuidade. Dentre elas, o sindicato (SINTRALVE) e a sua representatividade na defesa do trabalhador do setor analisado; o estado de greve; as objeções aos mandatos de despejo da Vila da BRF; a busca pela justiça a partir da abertura de processos trabalhistas; a luta contra o preconceito e pela preservação da cultura nordestina e nortista; a busca por educação e informação.

O fio condutor foi o desenvolvimento do sistema capitalista em sua versão atual, onde o estabelecimento de um meio técnico-científico-informacional particular mereceu destaque por suas especificidades na área. No contexto, a história de vida dos trabalhadores saltou aos olhos como uma dimensão esquecida desse fio condutor, que, quando iluminada, fala da história de vida do trabalhador contada por ele mesmo. Sua voz acaba por refletir a ideologia que o tem dominado e, em contrapartida, vimos um pouco de como ele tem enfrentado as pressões do mercado de trabalho capitalista na cadeia de carnes de Lucas do Rio Verde.

Um dos principais aspectos desta pesquisa foi a possibilidade de ouvir e compreender o avanço da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde a partir de histórias de trabalhadores migrantes nordestinos e nortistas. Pessoas anônimas, que, apesar de, em muitos casos, desconhecerem os motivos e o alcance de suas ações, ocupam lugar de suma importância no processo de construção do espaço e no estabelecimento de novas relações sociais e de trabalho. Um olhar capaz de reconhecer a importância dos trabalhadores e a sua atuação no espaço capacita-nos a reescrever histórias e a avaliar a necessidade de criar algum tipo de pertencimento com o lugar que o trabalhador por ora habita, mesmo que este lugar, na maioria das vezes, acabe sendo encarado como um não-lugar.

As resistências acabam sendo mobilizações subjetivas incorporadas por uma luta diária na busca por poder ser trabalhador e pessoa, isto é, ser humano. No processo, o modelo técnico-produtivo utilizado, tão técnico e objetivo, pareceu querer transformar o trabalhador em máquina em um processo que quase o invisibiliza. O trabalho, a técnica e o espaço racionalmente imbricados e organizados na busca pelo lucro.

Fala-se muito mais de números e da elevação de metas e do acréscimo do lucro do que de proteções ao trabalhador ou melhorias de suas condições de trabalho e de vida ou, ainda, de aumentos salariais ou da relativização de metas e do lucro em prol de alívio da tensão dos trabalhadores e de suas condições físicas e mentais. As agruras do trabalho em Lucas do Rio Verde foram vistas a partir deste ponto de vista em um contexto em que a degradação do trabalhador vem sendo realizada em favor do lucro em um processo em que a técnica não é um ser e, tão pouco, tem poder de atuação por si, mas, sim, por meio de ações efetivadas por pessoas sobre espaços específicos e selecionados para tal atuação.

Urge, portanto, a necessidade de dar voz ao trabalhador e à trabalhadora em suas carências, motivações, frustrações e satisfações no exercício de um olhar capaz de adentrar nas subjetividades do mundo do trabalho. Isto não seria apenas uma demanda e um cuidado social e humano, mas uma exigência em termos de sustentabilidade da própria reprodução do capital em um pensamento menos imediatista e muito mais humano e flexível. Na prática, colocado em exercício, este olhar poderia melhorar as condições de vida do trabalhador, trazer maior satisfação em sua rotina de trabalho, enchê-lo de perspectivas novas na renovação de sua esperança.

Acreditamos que o processo poderia trazer resultados mais duráveis e sólidos e maior qualidade de vida ao trabalhador. Olhar as contra racionalidades e dar voz aos que as representam é uma inversão necessária para avançar e recriar possibilidades e coisas, é ser mais democrático e enxergar além, é criar espaços de esperança e de inovação, é pensar no outro e colocar-se em seu lugar em um contexto em que se acredita e se deseja alavancar novas histórias e dar voz a novos grupos.

Sem preocupação com algum tipo de ordem ou nexos causal, a seguir, citamos algumas palavras e expressões que nos passaram pela cabeça ou que se fixaram em nós após as diversas leituras e que, emblemáticas, iluminam aspectos identificados nesta tese, podendo, inclusive, transformarem-se em focos para próximos estudos feitos por nós ou por outros: demonização do migrante nordestino e nortista; contra movimentos; o trabalho que danifica o homem; sonhos perdidos; guerra invisível; falta de responsabilidade social; trabalho e cárcere; território em transe; um novo discurso; o trabalho entre a liberdade e a necessidade; tempo para trabalhar e tempo para se abster do trabalho; trabalho: experiência atroz do silêncio dos outros; crise de identidade. Transmutar; desencantos. Mudar de vida; similaridades e antagonismos; expectativa de futuro; isolamento; medo; desesperança e esperança.

De certo, não esgotamos as ponderações sobre a temática. Tendo em vista os limites de nossa própria memória e a seletividade a partir do ponto de vista pelo qual ela trabalha, carregamos a incompletude e a parcialidade nossa e dos outros. Os outros são os entrevistados, os teóricos que nos embasaram, os dados disponibilizados e os próprios limites ligados ao dinamismo do processo instaurado sobre um tempo de mudança, que contínuo e em eterno devir, é inalcançável em

sua completude e em sua natureza complexa. Sob esta perspectiva, esperamos que as análises realizadas impulsionem e respaldem novos debates e estudos capazes de desvendar mais especificidades da realidade em voga no exercício de um olhar crítico e construtivo, que resulte em avanços na teoria e na prática sobre esse espaço. Afinal, esse também pode ser um caminho para a luta e para a transformação.

REFERÊNCIAS

AGOSTINO, Rosanne D'. País envelhece, mas população ativa aumenta em dez anos, diz IBGE. **G1** (Portal de notícias da Globo) – Brasil. São Paulo. 28 de novembro de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/11/pais-envelhece-mas-populacao-ativa-aumenta-em-dez-anos-diz-ibge.html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

AGRO OLHAR. **Trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde decidem se entram em greve dia 21**. Da Redação, Viviane Petrolí. 20 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=22278¬icia=trabalhadores-da-brf-em-lucas-do-rio-verde-decidem-se-entram-em-greve-dia-21>. Acesso em: 12 set. 2017.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de P.. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea/ Mapa, 2010. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/904332>. Acesso em: 4 jan. 2017.

ALVES, Giovanni. Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. **Org & Demo**, Marília, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2000. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/orgdemo/article/view/455/354>. Acesso em: 10 set. 2017.

ALVES, José E. D.; VASCONCELOS, Daniel de S.; CARVALHO, Angelita A. de. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. DF: **CEPAL**. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para discussão CEPAL – IPEA, 10). 36 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2975/1/TD_1528.pdf. Acesso em: 4 jan. 2017.

AMORIM, Brunu.; GONZALEZ, Roberto. O. O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites. Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, nº 40, **Nota Técnica**, p. 43-49, 2009. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_NT_seguro.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª. ed., São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2011 [1999].

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 9ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. In: **A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em <http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/caracol%20e%20a%20concha%20ricardo%20antunes.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Aparecida Moraes. **O avesso do trabalho**. 1ª ed., São Paulo: Expressão popular, 2004, p. 13-28.

_____. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, nº 37, 2002, p. 23-45. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601/11975>. Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, setiembre de 2000, p. 35-48. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt7/a_reestruturacao_produtiva.pdf. Acesso em: 6 ago. 2017.

ARACRI, Luís A. dos S. **Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo: a agricultura de precisão em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2012. 176p.

_____. Informatização do cultivo da soja em Mato Grosso e suas repercussões territoriais. In: BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire. **Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006, p. 39-56.

ARAUJO, Elizabeth A. B. S. de. O direito do trabalho nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos. **Âmbito Jurídico.com.br** - o seu portal jurídico na internet. Rio Grande, 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6787#_ftnref3. Acesso em: 13 fev. 2017.

ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le Monde Diplomatique**, ano 2, número 15, outubro 2008. Disponível em <http://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ARRUZZO, Roberta. C. Relações entre técnica, trabalho formal e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso – Brasil. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo: USP. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/04.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. ABPA. **2017 Relatório Anual**. Disponível em: http://abpa-br.com.br/storage/files/3678c_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web_reduzido.pdf. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: http://abpa-br.com.br/storage/files/versao_final_para_envio_digital_1925a_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web1.pdf. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/c59411a243d6dab1da8e605be58348ac.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGOS. ABEF. **Relatório Anual 2003**. Editado em 2004. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/7a2e75e6e722893b704b577ef66e8d37.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

_____. **Relatório Anual 2000**. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/1ee91c65c7752a5548bb5ca4c5af50b6.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS. AMM. **Revista Atual Municípios**. “Divulgando o potencial do seu município”. São José do Rio Claro. AMM (Associação Mato-grossense dos municípios) aponta profundas diferenças econômicas entre municípios mato-grossenses. Ano XII – Nº 140, Agosto/2012, p. 14.

AUGÉ, MARC. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Coleção Travessia do século. Campinas, São Paulo: Papirus. 7ª ed., 2008 [1994].

AVICULTURA INDUSTRIAL.COM.BR. **Manejo** - Processo de abate de aves conforme o regulamento brasileiro. Atualizado em 20/04/2014. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/processos-de-abate-em-aves-conforme-regulamento-brasileiro/20130304-084009-o186>. Acesso em: 14 out. 2017.

AVISITE. **As carnes avícolas em três momentos**: 2001, 2016 e 2026. Campinas: 20 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.avisite.com.br/index.php?page=noticias&id=18146>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. A cadeia avícola analisada do ovo ao consumidor. Resgate da imagem internacional: setor avícola tenta se recuperar após os impactos da operação Carne Fraca. **A Revista do AviSite**. Julho/2017, Nº 114, Ano X. Disponível em: http://www.revistadoavisite.com.br/web/temp_site/edicao-43d762ca733a839226415450b0dbf9d2.pdf. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **A nova projeção da FAO para a carne de frango em 2017**. Campinas: 09 de junho de 2017. Disponível em: <http://avisite.com.br/index.php?page=noticias&id=18033>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BALDEZ, Coryntho. Especial Trabalho Escravo. Correntes invisíveis. **Jornal da UFRJ**. Outubro, 2008, p. 3-6.

BARAT, Josef. Infraestruturas de logística e transporte: análise e perspectivas. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transportes e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BARROS, Ricardo. P. de B.; CORSEUIL, Carlos H.; FOGUEL, Miguel. Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Ipea, nº 22, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/79/90>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial**. São Carlos: Ed. Atlas, 1997, v. 1, p.139-212.

BECKMANN, Elizangela; OLIVEIRA, Ademir Machado de. Levantamento e análise do potencial agroindustrial dos municípios mato-grossenses de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde. **RES - Revista de Estudos Sociais**. Ano 12, nº 24, v. 2, 2010, p. 105-128. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/286/255>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. Universidade de São Paulo, v. 12, nº 1, p. 12-20, Jan-Jun. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7087/8557>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BEM PARANÁ. BRF é condenada em R\$ 10 mi e terá que adequar o ritmo de trabalho. **Redação Bem Paraná**, com assessoria. Publicado em 02 de outubro de 2014 Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/350646/brf-e-condenada-em-r-10-mi-e-tera-que-adequar-o-ritmo-de-trabalho>. Acesso em: 9 out. 2017.

BENEDET, Maria Helena. **Há vagas**: falta de mão-de-obra qualificada é questão cultural. Sinop/MT, Setembro de 2011 – 4ª ed.

BERNARDES, Júlia A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. Geocrítica. **Scripta Nova** – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XIX, núm. 507, 15 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-507.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. Os novos fronts da cadeia carne/grãos: o cerrado mato-grossense como modelo de referência. **Relatório Final de Pesquisa**. Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). DCT – Diretoria de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico. Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa. Resumo das atividades executadas no período de março de 2010 a fevereiro de 2014. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2014.

_____. A expansão da cadeia carne/grãos no cerrado. **Conferência durante a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, 10 a 15 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/goiania/arquivos/7%20-%20Cadeia%20carne-gr%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. A. ARACRI, Luís Angelo dos S. (Orgs.). **Espaço e Circuitos Produtivos: A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

_____. Crise no agronegócio: Novas ações, novos tempos, novas territorialidades. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Editora: Lamparina, 2008, p. 254-265.

_____. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. de, et al. (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008 [1996], p. 325-366.

_____. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E. de, et al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007 [1996], p. 239-270.

_____. A modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. V. XI, n. 245 (54), 1º de agosto de 2007. Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Número extraordinário dedicado al IX Coloquio de Geocritica. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24554.htm>. Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro. **Revista Tamoios**. Departamento de Geografia da UERJ FFP. Ano III – nº 1, v. 3, jan./jul., 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/tamoios/article/view/618/651>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro. **Revista NERA** – ano 10, n. 10 – jan./jun. de 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1419>. Acesso em: 21 nov. 2016

_____. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J.A., FREIRE FILHO, O. L. (Org.) **Geografias da soja: BR-163: Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006, p. 13-37.

_____. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: ARUZZO, R. C. et al. (Org.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p. 47-66.

_____. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Revista Terra Livre**, Ano 19, v. 2, nº 21, p. 157-167. São Paulo: AGB, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/474/448>. Acesso em: 7 jan. 2017.

BERNARDES, Júlia A.; BUHLER, Eve-Anne. A.; COSTA, Marcos. V. V. da (Orgs.). **As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016.

BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Emília J. de M. In: BERNARDES, J. A.; BUHLER, E. A.; COSTA, M. V. V. da (Orgs.). Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense. **As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016, p. 83-100.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Y40Fp0TCRnwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 23 set. 2017.

BOMTEMPO, Denise C.; SPOSITO, Eliseu S. Circuitos espaciais da produção e novas dinâmicas do território. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 11, nº 26, set.-dez., 2012, p. 27-46. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil. Disponível em: <HTTP:WWW.redalyc.org/articulo.oa?id=273625981001>. Acesso em: fev. 2014.

BORRAS JÚNIOR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; WANG, Chunyu. The Challenge of Global Governance of Land Grabbing: Changing International Agricultural Context and Competing Political Views and Strategies, **Globalizations**. V. 10, nº 1, 2013, p. 161-179. Disponível em: <http://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2014/01/Borras-Franco-Wang-Globalizations-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BRAGA, Ruy. Lei da Terceirização é a maior derrota popular desde o golpe de 64. Entrevista publicada em 10 de abril de 2015. Por Wanderley Preite Sobrinho. **Carta Capital**. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html>. Acesso em: 6 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. **Serviço de Inspeção Federal**. SIF. Publicado em 24 de janeiro de 2017. Atualizado em 14 de março de 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Portal do Planalto. **Reforma da Previdência prevê idade mínima de 65 anos para aposentadoria.** Publicado em 06 de dezembro de 2016. 2016a. Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/reforma-da-previdencia-preve-idade-minima-de-65-anos-para-aposentadoria>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Previdência Social. **Aposentadoria por idade.** Publicado em 08 de janeiro de 2015. Atualizado em 02 de dezembro de 2016. 2016b. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/aposentadoria-por-idade/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. **PEC 287/2016.** 2016c. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PEC-287-2016.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil. **O que é a agricultura familiar.** 6 de setembro de 2016. 2016d. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 4 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. MEC. **Programa Brasil Alfabetizado – Novo 2014.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. Nota MDS. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010.** Brasília, 02 de maio de 2011. Disponível em: http://www.nossasaoluis.org.br/itaqui/perfil_extrema_pobreza.pdf. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interministerial. Coordenação da Casa Civil da Presidência da República. **Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163.** Decreto de 15 de março de 2004. Oficina de Consulta à Sociedade Local. Documento inicial para discussão. Brasília: Julho de 2004. https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/br_163_doc_consulta_jun04.pdf. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. **Estatuto do Idoso.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **Política Nacional Do Idoso.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Constituição Federal.** Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Ano de 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. **Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 11 jun. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. Agência de Informação Embrapa. Bioma Cerrado. **Solo.** Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_14_911200585231.html. Acesso em: 4 jan. 2017.

BRASIL FOODS. BRF. Relatório Anual de Sustentabilidade 2016. **Relatórios Anuais BRF.** Disponível em: http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=C3636246-C90F-4B08-8146-0DA7E9EABD46. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Relatório Anual 2015. **Relatórios Anuais BRF.** Disponível em: http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRAZILIAN ASSOCIATION OF ANIMAL PROTEIN. ABPA. **2017 Annual Report.** Disponível em: http://abpa-br.com.br/storage/files/final_abpa_relatorio_anual_2017_ingles_web.pdf. Acesso em: 27 ago. 2017.

BUHLER, Ève Anne. A.; GUIBERT, Martine; DESJARDINS, Denis Requier. In: BERNARDES, J. A.; BUHLER, E. A.; COSTA, M. V. V. da (Orgs.). As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais? **As novas fronteiras do agronegócio:** transformações territoriais em Mato Grosso. 1ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016, p. 11-32.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha casa, minha vida** – Recursos FAR. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 5 set. 2017.

CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro e São Paulo. Expressão Popular. 2012. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos->

graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/dicionariodeEducacaodoCampo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2017.

CARDOSO, Karina V. **Cadeia carne-grãos na BR-163 mato-grossense: os circuitos espaciais da produção do segmento avícola da Sadia**. Rio de Janeiro, 2008. 159p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expansão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v.3, p.33-43, 2007. Disponível em: http://www.revista_anpege.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=18. Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. **Sistemas técnicos atuais e organização do território brasileiro: redes corporativas e competitividade territorial**. São Paulo, Terra Livre, 2002.

CASTRO, S. P. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. 2. ed. Cuiabá: EDUFMT/NERU, 2002.

CAVALCANTI JÚNIOR, George M. **SIP** – Sistema Inteligente de Carregamento de Paletes. Trabalho de conclusão de curso. Engenharia da Computação. Universidade de Pernambuco. POLI – Escola Politécnica de Pernambuco. D.S.C. UPE - Departamento de Sistemas e Computação. Junho de 2009. Disponível em: http://tcc.ecomp.poli.br/20091/TCC_George_Moraes_SIP.pdf. Acesso em: 9 jul. 2017.

CENÁRIO MT. **Autor de homicídio no Téssele Jr confessa crime após ser detido**. 13 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.cenariomt.com.br/2017/06/13/autor-de-homicidio-no-tessele-jr-confessa-crime-apos-ser-detido/>. Acesso em: 9 jul. 2017.

_____. **Homem é morto a golpes de faca no bairro Tessele Junior**. 10 de junho de 2017. <http://www.cenariomt.com.br/2017/06/10/homem-e-morto-a-golpes-de-faca-no-bairro-tessele-junior/>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CENTRO DE DIVULGAÇÃO DO ISLÃ PARA AMÉRICA LATINA. CDIAL. **Mercado Halal**. Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.cdialhalal.com.br/mercado-halal>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. CEPEA - ESALQ/USP. **MACRO/CEPEA: Agronegócio soma 19 milhões de pessoas ocupadas, metade “dentro da porteira”**. 18 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/busca.aspx?busca=18+de+janeiro&pagina=5>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. O mercado de trabalho do agronegócio brasileiro. **Resultados preliminares 2015**. <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/mercado-de-trabalho-do-agronegocio-brasileiro-resultados-preliminares.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CHAGAS, Bruna S. **Microbiologia da carne suína**. Universidade Federal do Ceará. Centro de Ciências Agrárias. Engenharia de alimento. Microbiologia de alimentos. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAEqeYAD/fluxoframa-abate-suino>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999, p. 77-108.

COELHO, George L. S.. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 174 f., 2010. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/_disserta____o_george.pdf. Acesso em: 12 set. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT. **Escravo, nem pensar!** Trabalho escravo contemporâneo. O ciclo do trabalho escravo. 2011. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/livro/capitulo-1/#9>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. CNM. Perfil do Município de Lucas do Rio Verde, MT. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. P. 1-14. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lucas-do-rio-verde_mt. Acesso em: 13 mar. 2017.

CONTINI, Elísio et al.. Exportações: motor do agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXI – Nº 2 – Abr./Maio/Jun., 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/99/73>. Acesso em: 18 mar. 2017, p. 88-102.

CORREIA, Roberto. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de, et al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007 [1996], p.15-48.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 279-318.

COSTA, Marcos V. V. da. **Novas fronteiras da expansão do capital na rodovia Cuiabá-Santarém**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

_____. In: BERNARDES, J. A.; BUHLER, E. A.; COSTA, M. V. V. da (Orgs.). O processo de construção da nova fronteira do capital na BR-163 mato-grossense. **As**

novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso. 1ª ed.. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016, p.33-52.

COUTINHO JÚNIOR, José. Pesquisa revela aumento da informalidade e precarização no campo. **Da página MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 5 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/11/05/pesquisa-revela-aumento-da-informalidade-e-precarizacao-no-campo.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014, 144 p.

CURIOSO, Rafael. Benno Werlen e o global undestanding. **Coluna Territorium**. 5 de dezembro de 2012. Disponível em: http://colunaterritorium.blogspot.com.br/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html. Acesso em: 28 ago. 2017.

DAVIS, John H.; Goldberg, Ray. A.. **A Concepto of Agribusiness**. Division of Research. Havard University, Boston, 1957, 136p.

DEJOURS, C.; BÈGUER F. **Suicide et travail: que faire?** Paris. PUF, 2009.

DELGADO, G. C. **Do capital Financeiro na agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1985-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. DIEESE. PEC 287: A minimização da Previdência pública. **Nota Técnica nº 168**. Janeiro 2017. Atualizada em 06/03/2017. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e Pesquisas**. Nº 74 – outubro de 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2017.

DIÁRIO DA CHAPADA. **Brasil Foods recruta trabalhadores da região de Jacobina**. 11 de março de 2013. Disponível em: <http://www.diariodachapada.com.br/noticia/3291/brasil-foods-recruta-trabalhadores-da-regiao-de-jacobina.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

DORNELES, Leandro. do A. D. de. **O direito das relações coletivas de trabalho e seus princípios fundamentais:** a liberdade associativa laboral. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 88, maio de 2011. Disponível em: <http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9209. Acesso em: 6 jun. 2015.

ELIAS, Denise. Relação campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. **XII Colquio Internacional de Geocrítica**. Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, 7 a 11 de maio. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Diez Años de câmbios em el mundo, em la geografía y em las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008. Universidad de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>. Acesso em: 19 fev. 2017.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007, p. 113-138.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, nº. 8, p. 29-51, Jan.-Jun. de 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442/1419>. Acesso em: 7 set. 2009.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. 375 p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades Socioespaciais nas cidades do agronegócio. Trabalho apresentado no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, 2007, p.25-39. Belém (Pará). 21 a 25 de maio de 2007. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/168/152>. Acesso em: 12 set. 2016.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ed., 2000. https://labmus.emac.ufg.br/up/988/o/ELIAS__Norbert._Os_estabelecidos_e_os_outsiders.pdf. Acesso em: 14 out. 2017.

ESTADÃO. **Juiz da Carne Fraca manda soltar executivo da BRF com fiança de R\$ 300 mil**. 2017. Julia Affonso, Ricardo Brandt, Mateus Coutinho e Luiz Vassallo. 28 de março de 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-da-carne-fraca-manda-soltar-executivo-da-brf-com-fianca-de-r-300-mil/>. Acesso em: 28 ago. 2017.

EXAME. **Carne Fraca encontra salmonela em produtos de frigorífico.** Por Estadão Conteúdo. Publicado em 6 de abril de 2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/carne-fraca-encontra-salmonela-em-produtos-de-frigorifico/>. Acesso em: 29 ago. 2017.

EXPRESSO MT. **Trabalhadores da BRF entram em estado de greve em Lucas do Rio Verde.** 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.expressomt.com.br/noticia/trabalhadores-da-brf-entram-em-estado-de-greve-em-lucas-do-rio-verde/145308>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. **BRF disponibiliza financiamento de moradia para funcionários em Lucas do Rio Verde.** Assessoria. 25 de março de 2015. Disponível em: <http://www.expressomt.com.br/noticia/brf-disponibiliza-financiamento-de-moradia-para-funcionarios-em-lucas-do-rio-verde/127058>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FAVERET FILHO, Paulo; PAULA, Sergio R. L. de. **Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão.** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Março de 1998. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/buriti.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

FELÍCIO, Munir J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <https://goo.gl/8R7SXH>. Acesso em: 4 set. 2017.

FERREIRA DA SILVA, William. O perfil do trabalhador sucroenergético em Goiás a partir dos dados do trabalho formal. **Anais do XIII EREGEO** – Encontro Regional de Geografia. Geografia e redefinições territoriais do Cerrado. Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis. Anápolis-GO. 22 a 25 de maio de 2014.

FISCHER, Rosa M. “Pondo os pingos nos is” sobre as relações do trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In: FLEURY, Maria Tereza Lemi; FISCHER, Rosa Maria. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1987, p. 19-50.

FOLHA DE SÃO PAULO. Operação Carne Fraca. **Dono da JBS entrega relatos sobre corrupção de fiscais de frigoríficos.** Wálter Nunes de São Paulo. 4 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1907031-dono-da-jbs-entrega-relatos-sobre-corrupcao-de-fiscais-de-frigorificos.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. OECD-FAO. **Agricultural Outlook 2016-2025**. OECD-FAO, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5778e.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **Agricultural Outlook 2015-2024**. OECD-FAO, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4738e.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **Statistical Pocketbook World food and agriculture**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4691e.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

FORÇA SINDICAL. **Trabalhadores de Lucas do Rio Verde (MT) aprovam proposta resultante das negociações com a BRF**. Sexta-feira, 22 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://fsindical.org.br/forca/trabalhadores-de-lucas-do-rio-verde-mt-aprovam-proposta-resultante-das-negociacoes-com-a-brf>. Acesso em: 11 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In RABINOW, P. & DREYFUS, H. Michael Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo, Ed. Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, nº 122, 2010, p. 229-248. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100515726006>. Acesso em: 1º fev. 2014.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2008, 273f. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/pt-br.php>. Acesso em: 7 jan. 2017.

FREITAS, Isabel F. **Organização da cadeia produtiva de carne de frango no Brasil**. Monografia do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Higiene e Inspeção de produtos de origem animal da Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro, Março de 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12375850-Organizacao-da-cadeia-produtiva-de-carne-de-frango-no-brasil.html>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FREITAS, Luiz A.; BERTOGLIO, Oscar; NUNES, Osmar M. A tecnologia na avicultura industrial brasileira. **XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba**. Paraná, 23 a 25 de outubro de 2002. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR80_0792.pdf. Acesso em: 13 out. 2017.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós -“Milagre”**. 7.ª ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

GAZAL, Bárbara et al. **Jornal da UFRJ. Especial Trabalho Escravo**. Sofrimento cotidiano. Outubro, 2008, p. 7- 8.

GIUBERTI, Ana Carolina e MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Economia Aplicada. USP (Universidade de São Paulo). V. 9, n. 3, p. 369-383, Julho-Setembro de 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/885/897>. Acesso em: 15 mar. 2017.

GLOBO. IBGE cancela contagem da população em 2016 após corte no orçamento. 26 de março de 2015. **Do G1 Rio.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/ibge-cancela-contagem-da-populacao-apos-corte-no-orcamento.html>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GOLDBERG, R. A. **Agribusiness Coordination:** a systems to the wheat, soybean and Florida Orange economies. Division of research. Boston: Havard. University, 1968.

GONÇALVES, C. W. P. A construção da geopolítica do neoliberalismo ambiental. In: **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 285-448.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004.

GORZONI, Priscila. **Ministério da Educação.** Solidão na multidão. Conhecimento Prático Geografia. Editora Escala Educacional. FNDE. PNBE. São Paulo. Edição 32 – Agosto/2010, p. 22 - 29.

GOTTLIEB, Leila S. N. Relações de trabalho contemporâneas: novas possibilidades de realização profissional ou reinvenção da intensificação do trabalho? **Projeto ERA** – Núcleo de Ética e Realidade Atual. Rio de Janeiro. (2011) PUC-Rio. Disponível em: <http://era.org.br/wp-content/uploads/Rela%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho-contempor%C3%A2neas.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2014.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, 192p.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo/SP: Hucitec, 1981. 210p .

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo/SP: Hucitec, 1978. 267p.

GRIMM, Flavia C. A. **Trajetória epistemológica de Milton Santos:** uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. São Paulo, 2011. Tese de Doutorado. 2011_FlaviaChristinaAndradeGrimm_VRev.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Teoria dos circuitos da economia urbana: debates e contextos preliminares. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia:**

espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Socialização de Coletivos. ENG 2010. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 25 a 31 de julho de 2010. www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4507, Acesso em: 28 ago. 2017.

GUIA AG DO CRIADOR. **O confinador**. Mão de obra no meio rural. ASSOCON. Endereço Completo das Empresas, Associações, Entidades, Produtos e Serviços – Pecuária de A a Z e mais os vencedores do Touro de Ouro. Editora Centaurus, 2011, p. 99-101.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de, et al. (orgs.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008, p. 367-418.

_____. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola. 2011 [1996].

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as Condições da Mão-de-Obra Feminina frente às Inovações Tecnológicas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 258-273, jul/dez 2000. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Banco de Dados. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222000000200010. Acesso em: 13 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Indicadores Sociais Mínimos**: Conceitos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm#pea>. Acesso 6 mar. 2017.

_____. **Censo Demográfico**. Anos: 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 6 mar. 2017.

_____. **IBGE - CIDADES**. População estimada. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. **IBGE - CIDADES**. Lucas do Rio Verde. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510525&idtema=118&searcho=mato-grosso|lucas-do-rio-verde|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. IBGE – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 mar. 2017.

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. IB-USP. Departamento de Ecologia. **Aspectos do Cerrado** - solo. Disponível em: http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos_solo.htm. Acesso em: 5 jan. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. IPARDES. **Análise da Competitividade da Cadeia Agroindustrial de Carne de Frango no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2002. 230 p. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/cadeia_agroindustrial_aves_relatorio.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

ISTO É. Os detalhes da fusão entre Sadia e Perdigão. **Economia & Negócios**. 13/01/17 – Atualizado em 21/01/16. Disponível em: http://istoe.com.br/146549_OS+DETALHES+DA+FUSAO+ENTRE+SADIA+E+PERDIGAO/. Acesso em: 4 Jan. 2017.

JORNAL PORTAL DA NOTÍCIA. **Circulação**: Lucas do Rio Verde, Tapurah, Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato. Sexta-feira, 7 de setembro de 2012. Ano 08, nº 347, p. 8. Diretor: Ademilson Araújo.

JUSBRASIL. Ausência de pausa para recuperação térmica garante adicional de insalubridade a ajudante da Seara. **Processo**: E-RR-25850-56.2014.5.24.0007. Terça-feira, 11 de abril de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/QdccVy>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Em sentença inédita**, BRF é condenada em R\$ 10 milhões e terá que adequar o ritmo de trabalho. Disponível em: <https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/143504736/em-sentenca-inedita-brf-e-condenada-em-r-10-milhoes-e-tera-que-adequar-o-ritmo-de-trabalho>. Acesso em: 9 out. 2017.

KERBAUY, Maria T. Resenhas. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 165-168, 1980. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1700/1381>. Acesso em: 9 set. 2017.

LARAIA, Roque de B. **Cultura**, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LAVINAS, Lena e LEÓN, Francisco (Coord). Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Volume II. Série Políticas Sociales nº 60. **CEPAL** (Comisión Económica para América Latina y El Caribe). División de Desarrollo Social. Santiago de Chile, septiembre de 2002. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6030/S028587_pt.pdf;jsessionid=E09EA824DFAE6417F8EBEC2003B805C7?sequence=2. Acesso em: 14 jun. 2017.

LÉFÈBVRE, Henry. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Plan of the present work. In: **The production of space.** Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEIA LUCAS. **Vereadores aprovam recurso e Lar Acolhida Bom Samaritano será ampliado e reformado.** 2 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.leialucas.com.br/noticias/Acao-social/6248/>. Acesso em: 14 set. 2017.

LEITE, S. C. de Góes. Novas relações de trabalho no mercado globalizado. **Góes Advocacia.** Feira de Santana, Bahia. Publicado em 30/01/2012. Disponível em: http://www.goesadvocacia.com/exibe_artigo.php?codnoticia=9. Acesso em: 6 fev. 2014.

LE MOS, Cristina. **Inovação na Era do conhecimento.** Parcerias estratégicas, Brasília, nº 8, maio, p. 157-179, 2000. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/104/97. Acesso em: 4 jun. 2017.

LENCIONI, Sandra. **Agricultura e Urbanização;** A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. São Paulo: FFLCH/USP, 1985. (Dissertação de Mestrado).

_____. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo, USP, (4): 41-51, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47095/50816>. Acesso em: 4 set. 2017.

LUCAS DO RIO VERDE. **Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde - MT.** Reavaliação, atualização e implementação. Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT. Relatório. Dezembro de 2007. Atualização de 2011. Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/plano_diretor/plano_diretor.php. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Lei nº 1475, de 28 de novembro de 2007. Autoriza o chefe do poder executivo municipal, a alienar 1.500 (um mil e quinhentos) imóveis urbanos, a empresa Sadia S/A e dá outras providências. **Leis de Lucas do Rio Verde.** Disponível em: <https://goo.gl/EoRRUj>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Decreto nº 1694, de 10 de outubro de 2007. Aprova o loteamento urbano denominado "loteamento Luiz Carlos Tessele Júnior. **Leis de Lucas do Rio Verde.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/l/lucas-do-rio-verde/decreto/2007/170/1694/decreto-n-1694-2007-aprova-o-loteamento-urbano-denominado-loteamento-luiz-carlos-tessele-junior?q=tessele>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MACHADO, Felipe. da S. O agrário nas mudanças espaciais da interface rural-urbana. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** "Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Universidade Federal de Uberlândia –

UFU – Campus Santa Mônica. ISN 1983-487X. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1454_1.pdf. Acesso em: fev. 2014.

MAGALHÃES, Josiane. **Relações de trabalho no Brasil: o movimento autogestionário como resposta à globalização da economia e seus reflexos no mercado de trabalho.** Ano I, nº 3, Dezembro de 2001. Quadrimestral, Maringá, Paraná. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//03magalhaes.htm>. Acesso em: 3 fev. 2014.

MARAFON, Glaucio J. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Campo-Território: revista de geografia agrária.** V. 9, nº 18. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, Junho, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26897/14607>. Acesso em: 25 set. 2017.

MARTINELLI JÚNIOR, O. **A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas.** Marília – UNESP – Marília Publicações: São Paulo: FAPESP, 1999.

MARTINS, José. de S. **Fronteira; A degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. O tempo da fronteira. Tempo Social. **Revista de Sociologia**, 8 (1), maio. Ed. USP: São Paulo, 1996, p. 25-70.

_____. **O Cativo da Terra.** 4ª Ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Sônia S. **Cadeias produtivas do frango e do ovo: avanços tecnológicos e sua apropriação.** Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo-SP, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4629>. Acesso em: 2 jul. 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas, v. 2). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). **Revista Crítica Marxista.** Extraído de "Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863)", MEGA, 11, 3.6, Berlim, 1982, p. 2053-59. Traduzido do original alemão por Jesus I. Ranieri. Transcrito por Diego Grossi Pacheco. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/05/maquinaria.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MARZANO, Michela. **Travail compulsif et effacement de la subjectivité l'hyperactivité comme fuite. Travailler.** Paris, v. 1, n. 11, p. 9-23, 2004. Dossier

L'Hyperactivité. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-travailler-2004-1-page-9.htm>. Acesso em; 2 jun. 2015.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de concentração: Economia de Empresas). São Paulo: EAESP, 1995, 283p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4638>. Acesso em: 3 jan. 2017.

MELLO, João M. C. de. Terceirização vai achatar salários. Entrevista para a Folha de São Paulo. Por Eleonora de Lucena – **Folha de São Paulo**. São Paulo. 03/05/2015. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1621841-terceirizacao-vai-achatar-salarios-diz-professor-de-dilma.shtml>. Disponível em http://controversia.com.br/16681?utm_source=wysija&utm_medium=email&utm_campaign=Boletim+211. Acesso em: 8 mai. 2015.

MENDES, Gustavo M. **A influência dos aspectos culturais nas negociações internacionais das agroindústrias brasileiras com o Oriente Médio**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do grau de bacharelado no curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2014. Disponível em: <http://200.18.15.27/handle/1/2880>. Acesso em: 18 mar. 2017.

MONTAÑA, Miguel M. Compreensão sobre segurança alimentar e nutricional. **Curso de Educação Continuada REDESAN** (Rede Integrada de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional). Texto da semana 03/06 – 07 a 12 de setembro de 2009. “Gestão de Políticas Públicas na Perspectiva da SAN”. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MORAES, Gustavo I. de; SERRA, Maurício A. Qualidade de vida e involução metropolitana: existe um ponto ótimo para a concentração urbana? **Econômica**, Rio de Janeiro, V. 8, n.1, p. 29-53, junho 2006. Disponível em: <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/download/161/136>. Acesso em: 4 set. 2017.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO G. e HIGA, T. C. S. (orgs.); colaboradora Gilda Tomasini Matielli. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, p. 34-51.

_____. Agricultura: transformações e tendências. In: MORENO G. e HIGA, T. C. S. (orgs.); colaboradora Gilda Tomasini Matielli. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, p. 140-171.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. 120 p.

_____. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-285.

MOURÃO, Aline N. M.; ALMEIDA, Mariana. E.; AMARAL, Ernesto. F. de L. Seguro-desemprego e formalidade no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira Estudo da População**. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 251-270, Jan./Jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a12.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989, 149p. Estudos Rurais, 10. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP. Disponível em: http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8P6LRQ?opendocument&SKN=1. Acesso em: 3 fev. 2014.

NEGRI, João A. de et al. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. In: NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luis Claudio (Org.). RCIPEA (Repositório do conhecimento do IPEA). Brasília: IPEA, 2006. 502 páginas. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3295>. Acesso em: 18 mar. 2017.

NELI, Marcos A. N.; NAVARRO, Vera L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil: o caso dos trabalhadores de uma unidade produtiva de abate e processamento de aves. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2013, p. 287-304.

NERI, Marcelo. Informalidade. In: TAFNER, P; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007, p. 285-320. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/previdencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NETO, Ariolino. **Segurança Alimentar**. Trabalho apresentado como requisito da disciplina de Produção Avícola. Universidade Federal de Viçosa. Centro de Ciências Agrárias. Abril de 2012. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfFUYAA/trabalho-seguranca-alimentar>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 349p.

NUZZI, Vitor. PEC da Previdência reduz proteção e torna aposentadoria integral uma “utopia”. **RBA – Rede Brasil Atual**. Publicado em 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/01/pec-da-previdencia-reduz-protecao-e-torna-aposentadoria-integral-uma-utopia>. Acesso em: 17 mar. 2017.

OFFE, Claus. O futuro do mercado de trabalho. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Editora brasiliense, 1994, p. 71-105.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. BR 163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 69-181.

_____. Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. V. 15, n. 43. São Paulo, Set./Dez. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Acesso em: 4 set. 2017.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Um retrato do trabalho nos frigoríficos brasileiros**. 2011. Disponível em: <http://carneosso.reporterbrasil.org.br/o-filme/index.html>. Acesso em: 9 out. 2017.

_____. **Escravo, nem pensar**. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br>. Acesso em: 10 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/perfil%20atores%20trabalho%20escravo%20rural_632.pdf. Acesso em: 5 mar. 2016.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Cambio climático, agricultura y seguridad alimentaria. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Roma, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6030s.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PAULI, Rita I. P. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Ano 21, Volume 2, Outubro de 2013, p. 418-421. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/375/370>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PAULILLO, Luiz. F. **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: Editora UFSCar, 2000.

PEREIRA, Antônio N. et al. A inserção feminina no mercado de trabalho do agronegócio: um estudo comparativo da Sadia e Perdigão. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Instituições e desenvolvimento social no agronegócio. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/911.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PIONEER. DuPont PIONEER. **Planejar hoje para colher no futuro**. Autores: Ana Morales Paiva e Enio Borges Paiva. <http://www.pioneersementes.com.br/soja/central-de-informacoes/artigos/93/planejar-hoje-para-colher-o-futuro>. Artigo do dia 16/03/09. Acesso em: 18 mar. 2016.

PIONEER Informativo. **Safrinha** – Planejamento minimiza o risco e a dor de cabeça. Editorial. Ano XIII – Nº 28, p. 2009.

PISSOLO, Ivandro J. **Organização sindical**: o caso Sadia Concórdia. Passo Fundo, 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp034993.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

POCHMANN, Márcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, p. 41-52. 2009. Dossiê Crise Internacional II. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200004 . Acesso em: 4 jun. 2017.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Antônio. M. de; CAMPOS, Flávia. R.; SILVA, Dyodge M. da. As transformações na avicultura de corte e o uso da ECT no sistema de integração goiano na ótica da empresa. In: SEGPLAN, IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Conjuntura econômica Goiana**. Setembro – 2013, Nº 26, p. 14-24. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj26/artigo02.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, José. R.; SANTANA, Marco A. (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Carlos A. **Políticas de geração de emprego e renda**. Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano**: 1991-2001. Ipea. Rio de Janeiro, novembro de 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0914.pdf. Acesso em: 18 jul. 2017.

REDE BRASIL ATUAL. RBA. **Documentário ‘Carne, osso’ relata o assustador trabalho nos frigoríficos**. Por João Peres. Última modificação realizada em 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2011/04/201ccarne-osso201d-relata-o-assustador-trabalho-nos-frigorificos>. Acesso em: 9 out. 2017.

REVISTA GALILEU. **Envenenados**: agrotóxicos contaminam cidades, intoxicam pessoas e já chegam às mesas dos brasileiros. Por Tiago Mali. 27/09/2013. Disponível em: <https://goo.gl/7m6Pyu>. Acesso em: 11 set. 2017.

REVISTA IPEA. O que é? Índice de Gini. Edição 4. Ano 1. 1º/11/2004. In: **Desafios do desenvolvimento**. Por Andréa Wolffenbüttel.

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 10 set. 2017.

RIBEIRO, Ana C. T. City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, FRY, Peter (org.) **Política e cultura: visões do passado e perspectiva contemporâneas**. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1996, v. 1.

RIBEIRO, Julival. **Gripe aviária**. Brasília, 2 de abril de 2017. Disponível em: https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2017/04/Influenza-Aviaria-2-de-abril_2017.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Influenza (gripe) – perguntas e respostas. In: Informe científico sobre Influenza (Gripe). **Observatório da Saúde**. Espaço Acadêmico. 2004. Atualizado e revisado em 2 de maio de 2016. Disponível em: <http://observatoriodasaude.rj.com.br/informe-cientifico-sobre-influenza-gripe/>. Acesso em: 26 ago. 2017.

ROCHA, Betty N. **“A trama do drama”**: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT, 2010. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_betty_rocha_2010.pdf. Acesso em: 14 out. 2017.

ROHENKOHL, Júlio E. A integração produtiva entre agropecuária e agroindústria: uma discussão introdutória em torno da suinocultura. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3475/2020>. Acesso em: 4 set. 2017.

ROSSINI, Rosa E. (Org.). **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro**: modernidade técnico-científica e diferentes usos do território. São Paulo: Annablume Geografias, 2016.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC, 2007. p. 143-194.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Comentarios a la división espacial del trabajo y de la producción**, Minius, n.º 1, 1992.

_____. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S.A., 1991. Disponível em : <http://www.ub.edu/geocrit/texap-6.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

SANTOS, Débora et al. Salmonella em carcaças de frango congeladas. Portal de Revistas em Veterinária e Zootecnia. **Pesquisa Veterinária Brasileira**. V. 20, n. 1, p. 39-42. Jan./Mar. 2000. Disponível em: <http://revistas.bvs-vet.org.br/pesqvetbras/article/view/13616/14472>. Acesso em: 28 ago. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007 [2000].

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 2006 [1996].

_____. **A Urbanização Brasileira.** 2ª Ed. São Paulo; EDUSP, 2005 [1993].

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

_____. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Wiliana M. dos. **Espaço de trabalho versus espaço de moradia em Lucas do Rio Verde – MT:** um estudo de caso dos trabalhadores da Unidade Industrial Sadia. Dissertação (Mestrado). UFMT. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219. <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a08v13n27.pdf>. Acesso em: 8 out. 2017.

SCHUMANN, Charlotte; klingler, Michael; HARTBERGER, Korbinian; SCHÖNENBERG, Regine. **Sempre pra frente:** histórias de vida da BR 163. São Paulo: Editora Olhares, 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Disponibilizado por Ronaldo DartVeiga. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/6RRZvP>. Acesso em: 4 jun. 2017.

SEIBERT, Carlos A.. **Os moradores do loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991-2007):** um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia. Marechal Cândido Rondon, 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1744>. Acesso em: 23 set. 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRANHEIRA, Florentino. UVA, ESPÍRITO-SANTO, António de Sousa Jorge. Estratégia de avaliação do risco de lesões músculo-esqueléticas de membros superiores ligadas ao trabalho aplicada na indústria de abate e desmancha de carne em Portugal. **Repositório Universidade Nova**. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4755/1/Reg15806.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MACRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE. **Cadeia produtiva da avicultura**: cenários econômicos e estudos setoriais. Recife, 2008. Disponível em: <http://189.39.124.147:8030/downloads/avicultura.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SILVA, Cátia. A. da. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: ARUZZO, R. C. et al. (Org.). **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p. 23-46.

SILVA, Christiane P. e. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e consequências à aposentadoria. **Revista Serviço Social**. Londrina, V. 13, nº 2, p. 45-62. Jan./Jun., 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10444>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SILVA, José O. da. Ministério da Educação. Globalização: o futuro do mercado de trabalho e as mudanças causadas pela Revolução Industrial e Tecnológica. **Conhecimento Prático Geografia**. Editora Escala Educacional. FNDE. PNBE. São Paulo. Edição 32 – Agosto/2010. ISSN 1984-0101. Páginas: 46 – 54.

SILVA, Francisco V. da. In: BERNARDES, J. A.; BUHLER, E. A.; COSTA, M. V. V. da (Orgs.). A logística e os circuitos espaciais da produção do agronegócio: uma análise do cenário mato-grossense. **As novas fronteiras do agronegócio**: transformações territoriais em Mato Grosso. 1ª edição – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, p. 122-141, 2016.

SILVA, Silvana C. da. Circuito superior e inferior: sinônimos para a economia formal e economia informal? **Coluna Territorium**. 10 de agosto de 2012. Disponível em: http://colunaterritorium.blogspot.com.br/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html. Acesso em: 28 ago. 2017.

SILVEIRA, Márcio R. Geografia da circulação, transportes e logística: construção epistemológica e perspectivas. **Circulação, transportes e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. SINAIT. **RS**: Força-tarefa modifica setor frigorífico avícola no interior do Estado. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=9878%2Frs-forca-tarefa-modifica-setor-frigorifico-avicola-no-interior-do-estado>. Acesso em: out. 2017.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. SNA. **Carne de frango**: principais exportadores em 2016 nas projeções da FAO. Publicado em 24 de junho de 2016.

Disponível em: <http://sna.agr.br/carne-de-frango-principais-exportadores-em-2016-nas-projecoes-da-fao/>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **Corredor de grãos da BR-163 no Pará ainda tem 237 km sem asfalto.** Publicado em 05 de agosto de 2015. Disponível em: <http://sna.agr.br/corredor-de-graos-da-br-163-no-para-ainda-tem-237-km-sem-asfalto/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Tradução [da 2ª ed. Inglesa], Vera Ribeiro. Revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOJA PLUS. **Informativo do Programa de Gestão Econômica, Social e Ambiental da Soja Brasileira.** 2012.

SÓ NOTÍCIAS. **Atiaia Energia inaugura PCHs em Mato Grosso.** Assessoria. 3 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/noticia/economia/atiaia-energia-inaugura-pchs-em-mato-grosso>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SORJ, Bernardo, POMPERMAYER, Malori J., CORADINI, Odacir L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q43wq>. Acesso em: 14 out. 2017.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.77-116.

_____. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 43-88.

STAMPA, Inez. T. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea.** Vol. 10, nº 30, p. 35-60, 2º sem. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/BZQnT1>. Acesso em: 10 fev. 2014.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Invenções Democráticas, V. IV).

SUZUKI, Júlio C. José de Souza Martins: percursos metodológicos de leitura da sociedade brasileira. **FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Martins.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade - uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**, São Paulo, nº 6, p. 83-95, 2007. Disponível em: <http://revistas.usp.br/agraria/article/view/117/117>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. Na busca dos Momentos, a descoberta da Transição: o estudo da urbanização de Rondonópolis-MT. **GEOUSP** – Revista da Pós-graduação em Geografia, nº 1. Humanitas FFLCH/USP. Departamento de Geografia – USP, 1997.

_____. **DE POVOADO A CIDADE:** A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia – USP, 1996.

SUZUKI, Júlio C.; COSTA, Everaldo Batista da. Aglomerações urbanas brasileiras dos séculos XIX e XX: significados na produção do território. **Meridiano** – Revista de Geografia, número 1, 2012 – versão digital, p. 228 – 246. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n1/11>. Acesso em: 5 set. 2016.

TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio. (Orgs.). **Previdência no Brasil:** debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/previdencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2016.

TEIXEIRA, Jodenir. C. **Modernização da Agricultura no Brasil:** Impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS, V 2, nº 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TERRA, Nelcinda N.; FRIES, Leadir L. M. A qualidade da carne suína e sua industrialização. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. **1ª Conferência Internacional Virtual sobre Qualidade de Carne Suína**. 16 de novembro a 16 de dezembro de 2000. Concórdia, SC. Páginas: 147 a 151. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/anais00cv_terra_pt.pdf. Acesso em: 13 jul. 2017.

THÉRY, Hervé. Ministério da Educação. Uma densidade de contrastes: a distribuição da população no meio ambiente brasileiro e os fatores que a influenciam. **Conhecimento Prático Geografia**. Editora Escala Educacional. FNDE. PNBE. São Paulo. Edição 32 – Agosto/2010, p. 30-35.

THOMAZ JR., Antônio. **Por uma geografia do trabalho**. Revista Pegada, vol. 3, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786/809>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. Desenho societal dos sem terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). **Revista Pegada**, vol. 2, n.º 1, outubro, 2001. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/773/794>. Acesso em: 10 ago. 2017.

THOMAZ JR., Antônio; HECK, Fernando M. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. **VIII Seminário de Saúde do trabalhador** (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário “O trabalho em debate”. UNESP/USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012. UNESP-Franca/SP. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt6/o_trabalho.pdf. Acesso em: 8 set. 2017.

THOMAZ JR., Antônio; MENDONÇA, Marcelo R.; RIBEIRO, Dinalva D. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. VI, nº 119 (44), 1º de agosto de 2002. Disponível em: Acesso em: fev. 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-44.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

TRANSNACIONAL INSTITUTE. TNI. Flex Crops. **Agrarian & Environmental Justice**. Disponível em: <https://www.tni.org/en/collection/flex-crops>. Acesso em: 2 jan. 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. TRT - 13ª REGIÃO PARAÍBA. **Sadia terá que pagar indenização de R\$ 40 mil por promessas ilusórias de trabalho**. Comunicação social. Notícias 2013. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2013/03/sadia-tera-que-pagar-indenizacao-de-r-40-mil-por-promessas-ilusorias-de-trabalho>. Acesso em: 2 jun. 2015.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Rev. Econ. Polit.**, vol.26, nº. 4. São Paulo, Oct./Dec., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400008. Acesso em: 20 ago. 2017.

UNICEF – BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 13 fev. 2017.

VANZELLA, Elídio; NETO, Eufrásio de Andrade Lima; SILVA, César Cavalcanti da. A terceira idade e o Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. Volume 14. Número 4. Páginas 97-100, 2011. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/7199/5692>. Acesso em 16 mar. 2017.

VASCONCELLOS, Marly de C; PIGNATTI, Marta G.; PIGNATI, Wanderlei A. **Emprego e acidentes de trabalho na indústria frigorífica em áreas de expansão do agronegócio**, Mato Grosso, Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400010. Acesso em: 3 abr. 2016.

VASCONCELOS, Marta C.; BASSI, Nádia S. S.; SILVA, Christian L. da. Caracterização das tecnologias e inovação na cadeia produtiva do frango de corte. In: SANTOS, Rogério S. da C.; GUERRA, José B. S. O. de A.; DIAS, Taísa. **Debates interdisciplinares VII**. Editora Unisul, 2016, p. 251-269. Disponível em: <https://www.embrapa.br/web/mobile/publicacoes/->

/publicacao/1045990/caracterizacao-das-tecnologias-e-inovacao-na-cadeia-produtiva-do-frango-de-corte-no-brasil. Acesso em: 23 ago. 2017.

VASCONCELOS, Marta C.; SILVA, Christian L. da. Trajetória da estratégia e inovação na cadeia produtiva de frango de corte no Brasil: um estudo de caso em uma empresa brasileira. **Espacios**. Vol. 36, Nº 24. Ano 2015. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a15v36n24/15362413.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

VIEIRA, Nivea M. Mutações no trabalho no agronegócio brasileiro: técnica e espaço na cadeia carne/grãos de Mato Grosso. In: COSTA, Francisco; VIEIRA, António; TROLEIS, Adriano. (Orgs.). **III Simpósio de Pesquisa em Geografia**. Universidade do Minho. Guimarães, Portugal. UMDGEO - Departamento de Geografia da Universidade do Minho. 4 de novembro de 2016.

_____. Vulnerabilidades ambientais e sociais: o trabalho, a técnica e o espaço na cadeia carne/grãos da BR-163 mato-grossense, Brasil. **Actas XV Coloquio Ibérico de Geografía: Retos y Tendencias de la Geografía Ibérica**. 2016. Murcia, Espanha. 7-9 noviembre, 2016, p. 285-295. Disponível em: http://www.age-geografia.es/downloads/actas_xv_coloquio_iberico_de_geografia.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR-163**, MT. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009, 178f. Disponível em: <https://goo.gl/1gRKAM>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Relações entre nível técnico e metamorfoses no mundo do trabalho no cultivo de soja nos municípios mato-grossenses da área sob influência da BR-163**. Rio de Janeiro, 2007. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VIEIRA, Nivea M.; BRANDÃO FILHO, José. B. O trabalho na cadeia carne/grãos na BR-163, MT. In: BERNARDES, J.A., ARACRI, L. A. dos S. (Orgs.). **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010, p. 89-106.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Os desenvolvimentistas: O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2004. Capítulo 14, p. 454-479. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_23_Cap_14.pdf Acesso em: 13 mar. 2017.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo L. G. Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativa para projeções de níveis e

padrões. **IPEA** (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Pesquisa Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. V. 24, n. 2, p. 203-234. Agosto de 1994. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/805/744>. Acesso em: 14 mar. 2017.

WHATMORE, Sarah. Hybrid Geographies: rethinking the “Human” in Human Geography. In: MASSEY, D; ALLEN, J; SARRE, P. (orgs.). **Human Geography today**. Cambridge: Polity, 1999.

WOLF, Simone. Qualidade total e informática: A constituição do novo “homem-máquina”. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Aparecida Moraes. **O avesso do trabalho**. 1ª ed., São Paulo: Expressão popular, 2004, p. 355-408.

WWF - BRASIL. **China quer reduzir 50% do consumo de carne até 2030**. Bruna M. Cenço e Maria Fernanda Maia. 29 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=53002>. Acesso em: 2 ago. 2017.

ZART, Laudemir L. **Desencanto na Nova Terra**: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/77824/210074.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out. 2017.

Sites Consultados

BRASIL FOODS. **BRF**. Disponível em: <<http://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>>. Acessado em: 19 dez. 2014.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **CAGED**. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/caged-3/>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CATHO. **Guia de profissões e salários**. Apontador de produção. Disponível em: <https://www.catho.com.br/profissoes/apontador-de-producao/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. **Observatório agrícola**. Acompanhamento da safra brasileira: grãos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

DOMUS. **Solução em Negócios Imobiliários** (Lucas do Rio Verde). Disponível em: <http://imoveisdomus.com.br/imovel/Casa+%C3%A0+Venda+em+Lucas+do+Rio+Verde++MT.-230673.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

FACULDADE LA SALLE. Disponível em: <http://lasalle.edu.br/faculdade/lucas/a-faculdade/>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. FIESP. **Boletim informativo**. Safra mundial de soja. Departamento do Agronegócio – Desagro.

Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/safra-mundial-de-soja/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO RIO VERDE. **FUNDAÇÃO RIO VERDE.** Disponível em: <http://www.fundacaorioverde.com.br/fundacao/conheca>. Acesso em: 7 jan. 2017.

LA SALLE. Disponível em: <http://lasalle.edu.br/lucas>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **MMA.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 30 dez. 2016.

PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/>. Vários acessos.

REDE GTA. Disponível em: <http://www.gta.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2017.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. RAIS. **Vínculos.** Anos: 2000, 2005, 2010 e 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LUCAS DO RIO VERDE. **STRLRV.** Disponível em: <http://sttrlrv.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2017.

U. S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **USDA.** Disponível em: <https://www.usda.gov/>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Vídeos Assistidos

BRF. **Vídeo Institucional.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bO2shGN74dM>. Vários acessos.

CANAL NK2. **Chacina em Lucas do Rio Verde.** TV Rio Verde – Lucas do Rio Verde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cYYUWnfmYH0>. Acesso em: 14 set. 2017.

CARNE, OSSO. **Documentário Carne Osso completo.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_X8ALDZH_Dk. Vários acessos.

TV CONQUISTA LRV. **Morador de bairro de Lucas do Rio Verde faz grave denúncia contra empresa de alimentos.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dFV5hkODivg>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Reclamação:** problemas no bairro Tessele Júnior. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X9uNzUjwDtg>. Acesso em: 15 set. 2017.

Apêndice A – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – BRF de Lucas do Rio Verde

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.838.723/0394-14 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/09/2012
NOME EMPRESARIAL BRF S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.12-1-03 - Frigorífico - abate de suínos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 10.12-1-01 - Abate de aves 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne 10.13-9-02 - Preparação de subprodutos do abate 10.43-1-00 - Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais 10.66-0-00 - Fabricação de alimentos para animais 46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA		
LOGRADOURO AV DAS INDUSTRIAS	NÚMERO 6000-N	COMPLEMENTO : ALA 2;
CEP 78.455-000	BAIRRO/DISTRITO DIST IND SEN ATTILIO FONTANA	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE
UF MT		ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTARIOCSC@BRF-BR.COM
TELEFONE (47) 3249-4420		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/09/2012
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 08 de maio de 2016.

Emitido no dia 08/05/2017 às 04:16:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Site da Receita Federal (Comprovante de inscrição e de situação cadastral).

Disponível em:

http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp. Acesso realizado em 2 de setembro de 2017.

Apêndice B – Questionário**Entrevista com os Trabalhadores da BRF**

1. Nome completo
2. Sexo
3. Escolaridade
4. Estado Civil
5. Idade
6. Local de Nascimento
7. Último estado e município em que morou
8. Motivo da migração/deslocamento/saída
9. Tempo em que mora em Lucas do Rio Verde
10. Local de trabalho/locais de trabalho em caso de dupla jornada de trabalho
11. Setor em que trabalha na BRF e em que trabalhou em principais empregos anteriores
12. Bairro em que mora em Lucas do Rio Verde
13. Tipo de moradia (própria/alugada/outros)
14. Valor do aluguel ou da prestação da casa

15. Quantas pessoas residem na casa?
16. Quantas pessoas da família trabalham na BRF?
17. Tempo em que trabalha na empresa
18. Carga horária de trabalho
19. Que cargo tem na empresa?
20. Quais são os dias de folga?
21. Rendimento salarial (valor do salário)
22. Quanto tempo gasta para chegar ao trabalho? Que tipo de condução usa?
23. Como é o trabalho (descrição: cansativo, repetitivo, doloroso etc)?
24. Já ficou doente por causa do trabalho?
25. Caso tenha ficado doente, o que teve? Como resolveu isso no trabalho?
26. Quais são os benefícios que a empresa oferece?
27. Quais descontos tem no salário? Morando na “Vila Operária” da BRF, quanto paga pela casa?
28. Quais são as condições de moradia no bairro Tessele Júnior (Vila Operária da BRF)?
29. Como são as condições de trabalho?
30. Quanto de produção/produtividade é exigido em seu setor na empresa?

31. O que ocorre com quem não alcança esta produção?
32. É possível crescer na empresa?
33. A empresa oferece cursos de capacitação? Quais?
34. Percebe preconceitos na empresa e na vida no município? Quais? Como lida com isto?
35. Sente saudade da família? Como lida com isto?
36. Quais são as maiores dificuldades de morar em Lucas do Rio Verde?
37. Como gostaria que o trabalho fosse?
38. O que sente quando está trabalhando?
39. Como é o lazer? O que faz para se divertir e relaxar?
40. O que a “Vila Operária” é para você?
41. Como está a questão da violência e do uso de drogas na Vila?
42. Tem vontade de retornar para o seu município de origem? Por que?

Apêndice C – Principais perguntas e respostas no âmbito das entrevistas realizadas com os trabalhadores da BRF (2016) *

Guia de Perguntas	Respostas dos Trabalhadores					
	Wilson	Diogo	Gerlane	Maria	Carlos	Marcelo
1. Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
2. Escolaridade	Ensino Médio Completo. Fez Mecânica de Motos no SENAI.	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
3. Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Casada	Solteira	Solteiro	Casado
4. Idade	24 anos	26 anos	27 anos	28 anos	26 anos	28 anos
5. Local de Nascimento	Bragança – PA	Bacabal - MA	Boa Vista do Gurupi - MA	Olinda - PE	Miracema - TO	Ji-Paraná - RO
6. Cidade em que morava antes de ir para Lucas do Rio Verde	Bragança – PA	Bacabal - MA	Boa Vista do Gurupi - MA	Olinda - PE	Miracema - TO	Ariquemes – RO

7. Motivo da migração	Trabalho	Emprego, oportunidade de conhecer outra cidade.	Conseguir uma casa, falta de emprego. Conquistar bens materiais.	Não veio pelo trabalho. Queria conhecer a vida.	Para acompanhar a irmã e os seus pais.	Pelos pais, que vieram antes.
8. Tempo em que mora em Lucas do Rio Verde	2 anos	5 anos	3 anos	8 anos	3 anos	2 anos e 4 meses
9. Tempo em que trabalha na empresa	2 anos	5 anos	3 anos	8 anos	3 anos	1 ano e 5 meses
10. Bairro em que mora em Lucas do Rio Verde	Bairro Tessele Júnior	Bairro Tessele Júnior	Bairro Tessele Júnior	Bairro Tessele Júnior	Bairro Tessele Júnior	Bairro Tessele Júnior
11. Quantidade de pessoas que residem em sua casa	2 pessoas	4 pessoas	4 pessoas	2 pessoas	5 pessoas	7 pessoas
12. Condições de moradia no bairro Tessele Júnior	Brigas e Violência	Falta de privacidade, limpeza e organização. Som alto, constrangimento, violência.				Ambiente organizado e com boas condições de moradia.
13. Quantas pessoas da família trabalham na BRF	2 pessoas	1 pessoa	3 pessoas	1 pessoa	4 pessoas	3 pessoas
14. Principais trabalhos antes de entrar na BRF	Inserido no mercado informal, trabalhou com: pula-pula para crianças e entrega de pão, por exemplo.	Lojas, distribuição de frios e congelados e trabalhador do campo.	4 anos em rádio como locutora, além de ter trabalhado como empregada doméstica.	Trabalhou na copa do Hospital do Coração de sua cidade por 4 meses.	Trabalhou com terraplanagem (ferrovia) por 3 anos.	Trabalhou por 10 anos em uma mesma empresa na área de informática. Nesta, atuou como remanufaturador.

15. Setor em que trabalha na BRF	Paletização de suínos. Já trabalhou na Sala de Corte.	Apontador de produção. Já foi Operador de Produção 1 e 2.	Avaliadora de Qualidade. Já foi Operadora de Embutimento.	Líder da Linha de Produção suína (nível 3). Já atuou nas Linhas de produção 2 e 4.	Produção 2 (Evisceração de Suínos). Já trabalhou como Operador de Produção 1.	Operador de painel na Fábrica de Ração. Começou trabalhando com Serviços Gerais. Depois, nesta ordem, trabalhou na Expedição e como Operador de Prensa (ração peletizada).
16. Horário de entrada no trabalho	5h da manhã	5h da manhã	5h da manhã	5h da manhã	7h 40 min	5h da manhã
17. Dias de folga	Domingos	Sábados e domingos	Sábados e domingos	Sábados e domingos	Sábados e domingos	Domingos
18. Média Salarial	R\$ 1.400	R\$ 1.327,00	R\$ 1.117,00	R\$ 1.540,00	R\$ 1.304,00.	R\$ 1.117,00
19. Tipo de condução usada para chegar ao trabalho e tempo gasto neste deslocamento	Bicicleta: 30 min.	Ônibus: 20 minutos	Moto: 10 minutos	Ônibus: 20 min	Ônibus: 20 min	Moto: 10 min
20. Descrição do trabalho que realiza na BRF	Cansativo e repetitivo.	Irritante, estressante e cansativo.	Estressante	Cansativo, fisicamente falando.	Repetitivo e cansativo.	Prazeroso, porém, estressante devido ao conflituoso relacionamento com os demais funcionários.

21. Já ficou doente por causa do trabalho. Em caso afirmativo, que doença teve.	Já teve pneumonia duas vezes, problemas de audição, apesar do abafador, e tendinite.	Crise de coluna (várias vezes).	Resfriado, dores nas pernas e tendinite.	Nunca	Nunca	Nunca
22. Benefícios que a empresa oferece	Plano de saúde (Autogestão), atendimento odontológico (Sulamérica), cartão farmácia, alimentos (com desconto em folha).					
23. Possibilidade de crescer na empresa	É fácil trocar de área, mas é difícil subir de nível e ter algum aumento salarial.	Questão de "QI" (Quem Indica).				Vê como algo possível.
24. Preconceitos dentro e fora da empresa	Preconceito por ele e o irmão parecerem com índio.	São observados e tratados com deboche pela maneira como comem. Nas lojas, são vistos como pessoas sem poder de compra e com grande probabilidade de realizar algum tipo de furto. Sofrem preconceito pelo hábito de dormirem em rede. São vistos como preguiçosos por muitos.				Fora da empresa, percebe que as pessoas são tratadas, diferentemente, de acordo com a região de origem. Dentro da empresa, verifica que as pessoas do Norte e do Nordeste têm menos oportunidades de crescer na empresa.

25. O que faz para se divertir e relaxar	Toma tererê no lago	De maneira geral, gostam de descansar, fazer atividades físicas, viajar para ver a família, cuidar da saúde e tomar uma cerveja.	Nada. Sem tempo e cansado. Quando consegue, mesmo que, muito raramente, frequenta lagos e praças.
26. Maiores dificuldades de morar em Lucas do Rio Verde e no bairro Tessele Júnior em particular	Alto custo de vida, saudade da família; falta de opções de lazer (igarapés, rios etc). Aumento da violência.	Alto custo de vida, aumento da criminalidade e da violência. Questão da Moradia, falta de lazer e um trabalhador destacou a ausência de cinemas.	Alto custo de vida e salário baixo. Piora em termos de violência e aumento do uso de drogas dentro e fora do bairro Tessele Júnior. Necessidade de morar com os pais.

* Neste quadro, apresentamos apenas os principais temas abordados e respostas no âmbito das entrevistas realizadas com os trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde em 2016. Ressaltamos que os nomes dados aos trabalhadores são fictícios para preservar a identidade destes e não correr o risco de prejudicá-los dentro da empresa.

Fonte: Trabalho de Campo de agosto de 2016. Autora: Vieira, Nivea M.

Apêndice D – SINE: Painel de Vagas Geral

SINE/MT PAINEL DE VAGAS - GERAL		LUCAS
SINE - Sistema Nacional de Emprego		16/08/16 12:56
Unidade de Atendimento SINE Matriz		
OCUPAÇÕES		VAGAS
782515	MOTORISTA DE CAMINHÃO-GUINCHO – MUNK	1
784205	OPERADOR DE PROCESSO DE PRODUÇÃO (LUCAS – BRF)	50
784205	OPERADOR DE PROCESSO DE PRODUÇÃO (SORRISO – NATIV)	2
723315	PINTOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS	1
511210	AUXILIAR DE OPERADOR DE MÁQUINA	1
TOTAL		55
*Informamos que as vagas podem ser preenchidas a qualquer momento.		
Atenção: VERIFICAÇÃO DE VAGAS DE EMPREGO - SINE ACESSAR O PORTAL: http://maisemprego.mte.gov.br Para realizar o cadastro é necessário ter em mãos a carteira de trabalho e os documentos pessoais (RG e CPF). Clicar em TRABALHADOR → Vagas de Emprego Você que ainda não é cadastrado, procure uma Unidade de Atendimento mais próxima de sua residência: Lucas do Rio Verde - Unidade de Atendimento na Prefeitura. Horário de Atendimento (Seg. a Sexta) das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00. "TRABALHADOR MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO"		

Fonte: SINE de Lucas do Rio Verde, 2016.

Apêndice E – SINE: Formulário para Cadastro de Vagas

Sistema Nacional de Emprego

FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE VAGAS

CNPJ/CPF:			
RAZÃO SOCIAL:			
NOME FANTASIA:			
ENDEREÇO DE TRABALHO:			
PONTO DE REFERÊNCIA:			
TELEFONE DE CONTATO:			
OCUPAÇÃO/CARGO:			
QUANTIDADE DE VAGAS:	REPOSIÇÃO:	☐	AUMENTO DE QUADRO: ☐
ESPECIFICAR COM DETALHES O QUE IRÁ FAZER NA FUNÇÃO:			
HORÁRIO DE TRABALHO:			
SALÁRIO:			
BENEFÍCIOS:			
NECESSÁRIO TER EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO?		() SIM () NÃO	
NECESSÁRIO COMPROVAR EXPERIÊNCIA NA CARTEIRA?		() SIM () NÃO	
ESCOLARIDADE EXIGIDA:	FUNDAMENTAL () INCOMPLETO () FUNDAMENTAL () COMPLETO ()	SUPERIOR INCOMPLETO () SUPERIOR COMPLETO () INDIFERENTE ()	
NECESSÁRIO TER HABILITAÇÃO?	() SIM () NÃO	QUAL CATEGORIA?	() SIM () NÃO
ACEITA ENCAMINHAMENTO DE PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA):		() SIM () NÃO	
RESPONSÁVEL POR REALIZAR A ENTREVISTA:			
ENDEREÇO DA ENTREVISTA:			
DATA E HORÁRIO DA ENTREVISTA:			
FÍSICA			
☐ Amputação	☐ Membros Inferiores	☐ Nasas	☐ Paralisia Central
☐ Cadeirante	☐ Membros Superiores	☐ Doença	☐ Paralisia
☐ Um membro inferior	☐ Um membro superior		
AUDITIVA		VISUAL	
☐ Surdez bilateral parcial	☐ Surdez bilateral total	☐ Baixa Visão	
☐ Surdez bilateral total		☐ Orgânica	
		MENTAL/INTELLECTUAL	
		☐ Mental / Intellectual	

SINE – Av. América do Sul, 2.500 B – Parque dos Buritis – Lucas do Rio Verde – Mato Grosso

Fonte: SINE de Lucas do Rio Verde, 2016.

Apêndice F – SINE: Formulário de Cadastro de Empregador

SINE/MT
Sistema Nacional de Emprego

FICHA DE CADASTRO DE EMPREGADOR

CNPJ	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
RAMO DE ATIVIDADE DA EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
PONTO DE REFERÊNCIA:	
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
RESPONSÁVEL DE CONTATO JUNTO AO SINE:	
CARGO E SETOR DO RESPONSÁVEL DE CONTATO JUNTO AO SINE:	
TELEFONE E E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO JUNTO AO SINE:	

SINE - LUCAS DO RIO VERDE

Fonte: SINE de Lucas do Rio Verde, 2016.

Apêndice G – Mapa Urbano de Lucas do Rio Verde

Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Disponível em:

http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portal/mapa/mapa_cidade.php. Acesso realizado em setembro de 2017.